

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

CADERNO DE RESUMOS

I SEMINÁRIO DE SOCIOLOGIA POLÍTICA
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos ao longo do século XXI

PPGSP - IUPERJ - UCAM
5 a 7 de novembro de 2025

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

CADERNO DE RESUMOS

Evento: I SEMINÁRIO DE SOCIOLOGIA POLÍTICA – PPGSP - IUPERJ – UCAM

Tema: MEIO AMBIENTE, MOVIMENTOS SOCIAIS E ATORES POLÍTICOS AO LONGO DO
SÉCULO XXI

Data: 5 a 7 de novembro de 2025

Instituição organizadora: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – IUPERJ -
UCAM

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Coordenação do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política:

Profa. Dra. Camila Gonçalves De Mario - **IUPERJ/UCAM**

Prof. Dr. Fernando Antonio da Costa Vieira - **IUPERJ/UCAM**

Comissão Científica/Organizadora:

Fernando Antonio da Costa Vieira - **IUPERJ/UCAM**

Fábio Py - **IUPERJ/UCAM**

Pedro Simonard - **IUPERJ/UCAM**

Seminário de Sociologia Política do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (IUPERJ-UCAM): Caderno de Resumos.

I Seminário de Sociologia Política - Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos ao Longo do Século XXI. Cadernos de Resumos/Organizado por Camila de Mario, Fábio Py e Fernando Antonio da Costa Vieira: Rio de Janeiro, 2025 (Brasil).

Documento eletrônico. – Rio de Janeiro: PPGSP-IUPERJ/UCAM, 2025.

Modo de acesso: <http://www.iuperj.org>

ISSN: 978-65-01-90089-6

1. Pós-Graduação. 2. Sociologia Política. I. de Mario, Camila. II. Py, Fábio. II. Vieira, Fernando Antonio da Costa. III. Universidade Cândido Mendes. IV. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Comissão Organizadora – IUPERJ.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

APRESENTAÇÃO:

O I Seminário de Sociologia Política do IUPERJ-UCAM propõe-se a reunir pesquisadoras e pesquisadores dedicados ao estudo das dinâmicas sociopolíticas contemporâneas, com ênfase nos temas do meio ambiente, dos movimentos sociais e dos atores políticos ao longo do século XXI. O evento busca fomentar o diálogo entre distintas abordagens teóricas e empíricas que tratam das transformações recentes nas relações entre sociedade civil, Estado e ecologia política, considerando a relevância crescente das pautas ambientais, das mobilizações coletivas e das reconfigurações do campo político no contexto global e nacional.

Os resumos expandidos reunidos neste caderno representam o esforço coletivo de docentes, discentes e pesquisadores/as vinculados ao IUPERJ e a outras instituições, na consolidação de um espaço plural de reflexão crítica e intercâmbio acadêmico sobre as interfaces entre política, meio ambiente e movimentos sociais.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

RESUMOS DOS SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

ST 01 - VELHICES INSURGENTES: EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS DE QUEM ENVELHECE NO BRASIL

Coordenador/a:

Rogério Ferreira de Souza

Elis Alves dos Santos

Interseccionalidade: Contribuições de Bourdieu e Davis e seus diálogos com a atualidade.

Eduardo Campos (PPGSP – UCAM)

E-mail: eduardocampos.sme@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho tem por escopo a participação no I Seminário de Sociologia Política, Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI, onde, na oportunidade, o texto proposto visará estabelecer entendimento entre as visões de Angela Davis e Pierre Bourdieu, olhando para as questões de classe e propondo uma discussão das realidades acerca da Interseccionalidade. Esse diálogo mostrará que na visão de Angela Davis, as opressões em nosso país, têm sua centralidade na raça, classe e gênero, com inviabilização de mulheres negras em suas demandas mais importantes, o direito à vida com dignidade, num mundo onde as políticas não têm sensibilidade a causa interseccional, sendo, ainda, excludentes e pouco eficazes. Na visão de Bourdieu, demonstrará o tema explicitando as estruturas de dominação que interiorizam e legitimam a dominação como algo socialmente aceitável, impossibilitando uma contestação efetiva e eficaz. Bourdieu ainda colabora com o debate propondo com o que chama de violência simbólica, onde a dominação ocorre de maneira sutil e muitas vezes despercebida pela sociedade, porém com grande impacto na perpetuação dessas desigualdades, através das normas e valores postos em prática por costumes culturais. Assim, entendendo um pouco mais sobre as visões desses dois autores, o trabalho terá a oportunidade de colocar em discussão a realidade vivida por brasileiros, ainda nos dias de hoje.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Pierre Bourdieu, Angela Davis, Desigualdade Social, Brasil.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025|

Corpos Dóceis - A docilização dos indivíduos idosos na sociedade de controle e os novos dispositivos desse processo

Juliana Gonçalves de Souza (PUC-RIO)

Resumo:

O presente trabalho realiza uma reflexão teórico-conceitual sobre a aplicação do conceito foucaultiano de “corpo dócil” ao envelhecimento na sociedade contemporânea. A pesquisa adota uma abordagem bibliográfica de natureza qualitativa, utilizando como principais referenciais as obras Vigiar e Punir (Foucault, 1999) e Post-scriptum sobre as Sociedades de Controle (Deleuze, 1990), além das contribuições de Caradec (2011) e Sibilia (2004) para contextualizar a velhice na era do biopoder. O objetivo é compreender como os dispositivos da sociedade disciplinar se reconfiguram para a sociedade de controle, tornando o corpo idoso um novo objeto privilegiado de docilização. Observa-se que, ao contrário da busca pela produtividade física, o foco do controle contemporâneo reside na gestão da diminuição das capacidades e na imposição de normas estéticas tirânicas, como a “luta contra o envelhecimento”. A docilização manifesta-se em novas práticas bio-ascéticas e na medicalização da vida, que, embora pareçam escolhas individuais, configuram-se como mecanismos sutis de coerção. Os resultados demonstram que a negação da materialidade do corpo e a inserção em um mercado de bem-estar criam um novo modelo de corpo dócil, passivo e dependente do consumo, perpetuando o controle social.

Palavras-chave: Corpo Dócil; Velhice; Sociedade de Controle; Foucault; Biopoder.

Referências bibliográficas:

- Caradec, Vincent. Sexagenários e octogenários diante do envelhecimento do corpo. In: Goldenberg, Mirian (org.). Corpo, envelhecimento e felicidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- Deleuze, Gilles. Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle. L'Autre Journal, n. 1, maio 1990. Em: Deleuze, Gilles. Conversações. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- Foucault, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- Sibilia, Paula. O pavor da carne: riscos da pureza e do sacrifício no corpo-imagem contemporâneo. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 25, dez. 2004.
- Veyne, Paul. Foucault: o Pensamento a Pessoa. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Corpo e envelhecimento feminino: o discurso biomédico e as novas representações do envelhecer

Josiane Fernanda dos Santos (IFF/Fiocruz)

E-mail: josii.fernanda@hotmail.com

Ivia Maksud (PPGSCM IFF/Fiocruz)

E-mail: iviamaksud@gmail.com

Marcos Castro Carvalho (UNIFESP)

E-mail: dabata@gmail.com

Resumo:

A partir dos anos 1990, assistimos ao deslocamento da categoria velho do total apagamento de que padeceu em décadas passadas – e sobre o qual Simone de Beauvoir se debruçou longamente na década de 1970 – à ascensão aos holofotes, acompanhando tendências globais de envelhecimento populacional. Questões de ordem demográfica justificaram o interesse crescente do mercado, da mídia e, em menor escala, das pautas sociais sobre o tema e contribuíram para a ascensão de categorias como idoso, terceira idade e melhor idade em substituição à velhice tradicional, esta, por sua vez, profundamente vinculada às idéias de limitação e perda até então vigentes no imaginário social.

Essa reinvenção da velhice, nos termos de Debert (2020), refletida no incentivo à busca de novos interesses, de aprendizagem, de sociabilidade e de satisfação pessoal, não se deve apenas ao aumento de sua representatividade numérica, mas ao óbvio – e consequente – atrativo que passa a representar enquanto categoria de consumidores. Saúde, qualidade de vida e autonomia se tornaram as novas palavras de ordem no gerenciamento do envelhecimento, estreitando as discussões em torno de uma responsabilização do indivíduo pela forma como experiência ou experienciar á sua velhice.

Com a ampliação do uso da internet e a centralidade das interações sociais deslocada às redes, a chamada reinvenção da velhice ganha contornos ainda mais complexos. Sibilia (2008) chama a atenção para o imperativo de uma performance pública da identidade presente nos

espaços cibernéticos, onde a construção do “eu”; torna-se um projeto a ser exibido e validado continuamente. Entre especialistas, esse imperativo se manifesta na necessidade de aparecer como profissionais, como figuras de autoridade, cuja ausência de

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

um perfil público pode ser interpretada como desatualização ou irrelevância. Paradoxalmente, diversas pessoas leigas têm suas vozes amplificadas, produzindo e compartilhando narrativas sobre saúde, envelhecimento e bem-estar, que, embora abram frestas na hegemonia do discurso médico, servem à propagação de ideias normativas de estética e produtividade.

Nesses espaços de interação, em que qualquer tópico pode ser convertido em experiência comunicacional e imagética, assistimos a uma profusão de conteúdos voltados à saúde e ao bem-estar, frequentemente abordados como valores de mercado, como bens a serem adquiridos.

Páginas de médicos e médicas em redes sociais frequentemente apoiados em uma linguagem mecanicista e depreciativa do corpo velho focam em um estilo de vida saudável e em intervenções constantes e de longo prazo como recursos para garantir o que consideram bom envelhecimento. Crescem pautas como o gerenciamento da menopausa em mulheres cisgênero, informações sobre melhores práticas em atividades físicas que auxiliem na manutenção de capacidades físicas próprias da juventude e práticas médicas alternativas como a chamada medicina anti-aging ou antienvelhecimento e uma vasta gama de produtos e serviços estéticos desta categoria. A meta parece ser envelhecer sem ficar velho, desorganizando as noções de envelhecimento biológico e cronológico (Rougemont, 2021) e abrindo um importante precedente para a patologização desta fase da vida.

Assim, o corpo feminino, historicamente patologizado, assume, no envelhecimento, dupla vulnerabilidade: primeiro pela estrutura social patriarcalista, que circunscreve a existência feminina às atribuições domésticas e de cuidado, perdendo função e propósito sociais; e, em segunda instância, por se deixar envelhecer em um sistema que estigmatiza os efeitos do tempo como falhas e desvios que devem ser monitorados e corrigidos por meio de intervenções biomédicas.

Martin (2006), em sua análise cultural da reprodução, critica o olhar tecnicista sobre os corpos femininos, denunciando a perspectiva mecânica assumida pelas práticas médicas, que reduzem a complexidade do corpo a uma lógica estritamente utilitarista. É este modelo biomédico que sustenta a lógica de consumo tanto de produtos cosméticos chamados antienvelhecimento e, mais recentemente, pró-envelhecimento, quanto de cirurgias plásticas e terapias de reposição hormonal como caminhos para a manutenção de um estado corporal jovem. Outro aspecto que merece destaque, consiste no que Debert (2020, p. 14) chama reprivatização da velhice: trata-se de uma responsabilização exclusiva de indivíduos pela forma como o envelhecimento é por eles experienciado, e, assim sendo, tenderia a “desaparecer do nosso leque de preocupações sociais”. Cabe

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

acrescentar que o movimento de reprivatização alinha-se à lógica neoliberal que isenta o Estado, transferindo questões de ordem social para o domínio da individualidade. Ao enfatizar a escolha por hábitos de consumo adequados e atividades físicas regulares como determinantes de um futuro bem-sucedido, são negligenciados fatores sociais, econômicos e culturais que moldam as condições de vida e saúde da população.

Essa abordagem reforça desigualdades, uma vez que a pretensa escolha consiste, pois, em um privilégio cujo acesso varia drasticamente entre diferentes grupos sociais, a partir de critérios como classe, raça, gênero, condições de moradia e acesso a serviços de saúde. Além disso, a ênfase na autonomia pode levar à estigmatização de pessoas com condições crônicas ou limitações funcionais, fortalecendo uma ótica de fracasso pessoal. É urgente, portanto, repensar os discursos que sustentam a noção de bom envelhecimento, reconhecendo-o como resultado de trajetórias pessoais, sim, mas que se entrelaçam com o acesso à infraestrutura e políticas públicas. Com base no exposto, este trabalho propõe uma discussão teórica, em caráter preliminar, a partir de autores e conceitos oriundos da antropologia do corpo e da saúde coletiva que integram a fundamentação teórica da minha dissertação de mestrado em Saúde Coletiva, do Programa de Pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher (PPGSCM) do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, da Fundação Oswaldo Cruz (IFF/Fiocruz). A discussão empreendida aqui pretende oferecer bases teóricas para a compreensão de como diferentes noções do envelhecimento feminino se apresentam no discurso médico-científico, que possui papel fundante na popularização de crenças e na adoção de práticas de cuidado em saúde.

Palavras-chave: Envelhecimento; Envelhecer bem; Envelhecimento ativo; Aprimoramento.

Referências bibliográficas:

BEAUVOIR, Simone. A velhice I: a realidade incômoda. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

DEBERT, Guita Grin. A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Fapesp, 2020.

MARTIN, Emily. A mulher no corpo: Uma análise cultural da reprodução. Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ROUGEMONT, Fernanda. Em busca de uma nova forma de envelhecer: controvérsias da medicina anti-aging e mudanças na regulação médica do envelhecimento. Revista Sociologia & Antropologia, v. 11, n. 1, p. 171–193, 2021.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

SIBILIA, Paula. O show do eu: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

ST 02 - DIREITO, POLÍTICA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS - DESAFIOS DA PÓS-MODERNIDADE NO SÉCULO XXI

Coordenadores:

Wilson Tadeu de Carvalho Eccard

Vinícius de Mattos Oliveira

A Dignidade no Trabalho dos Catadores: Direitos Humanos, Inclusão Social e Políticas Públicas

Jéssica dos Santos Costa (UFRJ)

E-mail: jessicasantos_bp@hotmail.com

Marianna Carvalho Martins Albergaria (PUC-RIO)

E-mail: marianna.albergaria@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho tem como objeto a análise da dignidade no trabalho dos catadores de materiais recicláveis, entendida como uma questão central dos Direitos Humanos. Em um mundo marcado pela intensificação do consumo e pelo consequente aumento da geração de resíduos, a reciclagem apresenta-se como instrumento estratégico para a preservação ambiental, a mitigação das mudanças climáticas e a promoção da economia circular. Nesse cenário, os catadores se configuram como atores centrais, ainda que frequentemente invisibilizados, responsáveis por garantir a destinação adequada de resíduos sólidos e desempenhando uma função de grande relevância social, econômica e ambiental.

A justificativa da pesquisa reside na necessidade urgente de reconhecer esses trabalhadores como sujeitos de direitos. Em sua maioria, os catadores pertencem a grupos em situação de vulnerabilidade social, entre os quais se destacam mulheres, pessoas negras e populações empobrecidas. Esse contexto de exclusão reforça desigualdades históricas e limita o acesso a direitos básicos, tais como educação, saúde, previdência social e condições de trabalho dignas. Assim, discutir a dignidade no trabalho dos catadores significa não apenas considerar sua contribuição ambiental e econômica, mas também refletir sobre as barreiras estruturais que impedem sua plena cidadania.

O objetivo geral do estudo é refletir criticamente sobre a dignidade e os direitos dos catadores de materiais recicláveis, relacionando sua atuação com os fundamentos

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

teóricos e práticos dos Direitos Humanos. Para tanto, adota-se como metodologia uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica de autores que contribuem para a compreensão dessa temática. Entre eles, destaca-se Norberto Bobbio, cujas reflexões sobre a evolução dos direitos humanos — do “homem genérico” para sujeitos concretos e historicamente situados — são fundamentais para pensar o reconhecimento dos catadores como sujeitos de direitos.

Do mesmo modo, as contribuições de Vera Maria Candau ajudam a refletir sobre o reconhecimento das diferenças como condição indispensável para a efetivação dos direitos humanos. Sob essa ótica, os catadores não devem ser vistos apenas como um grupo vulnerável, mas como sujeitos que possuem experiências, saberes e práticas próprias, que devem ser valorizados em sua singularidade. Já Vanda Valadão enfatiza a compreensão dos direitos humanos como campo dinâmico, em constante disputa por reconhecimento e efetividade, o que se mostra particularmente relevante diante da luta histórica dos catadores por inclusão social e política.

As hipóteses iniciais da pesquisa indicam que, embora a atuação dos catadores seja vital para a gestão dos resíduos no Brasil, ainda carece de reconhecimento jurídico, institucional e social que assegure condições adequadas de trabalho e efetiva inclusão. A análise aponta para a necessidade de políticas públicas consistentes, capazes de promover o acesso desses trabalhadores a serviços essenciais, à formalização das organizações de catadores e à participação em processos decisórios que envolvam a gestão dos resíduos sólidos.

Um dos principais marcos legais analisados é a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), que estabelece diretrizes para a gestão integrada e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. A lei, ao reconhecer os catadores como atores estratégicos da cadeia da reciclagem, representa avanço importante. No entanto, sua implementação prática revela-se insuficiente para garantir a efetiva valorização e inclusão desse grupo. Muitos catadores continuam a enfrentar condições precárias de trabalho, baixa remuneração e ausência de proteção social, o que reforça a contradição entre sua relevância social e a falta de reconhecimento institucional.

Entre os resultados parciais observados, destaca-se a constatação de que a atuação dos catadores transcende a dimensão ambiental, pois se relaciona diretamente à luta por direitos fundamentais e por justiça social. A reciclagem, nesse sentido, deve ser compreendida como prática que não apenas reduz impactos ambientais, mas também envolve disputas por inclusão, reconhecimento e cidadania.

Conclui-se que a dignidade no trabalho dos catadores de materiais recicláveis é um imperativo ético, social e político, que vai além de uma agenda ambiental ou econômica.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

Reconhecer e valorizar esses trabalhadores implica fortalecer sua inserção em políticas públicas, ampliar sua participação em espaços de decisão e garantir condições de trabalho justas e dignas. Mais do que uma medida pontual, trata-se de uma exigência fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, igualitária e comprometida com os princípios dos Direitos Humanos.

Palavras-chaves: Direitos Humanos; Inclusão Social; Políticas Públicas.

Referências Bibliográficas:

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

CANDAU, Vera Maria. *Educação intercultural: mediações, tensões e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CANDAU, Vera Maria. *Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença*. Revista Brasileira de Educação, n. 28, p. 45-56, jan./abr. 2008.

VALADÃO, Vanda. *Direitos humanos: perspectivas críticas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Políticas públicas, direito e mudanças climáticas: o projeto São José no contexto da vulnerabilidade climática do Ceará

Geice Carine da Silva Costa (UFC)

E-mail: geicecsc@gmail.com

Suely Salgueiro Chacon (UFC)

E-mail: suelychacon@ufc.br

Resumo:

A emergência climática desafia a efetividade do Estado Democrático de Direito, pois torna urgente a articulação entre normas constitucionais, decisões políticas e práticas sociais. O semiárido nordestino é um território emblemático dessa crise: a escassez hídrica, a desertificação e as desigualdades socioeconômicas expõem comunidades rurais a riscos intensificados pelas mudanças climáticas.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

No Ceará, estado do Nordeste do Brasil, o Projeto São José (PSJ), executado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) com financiamento do Banco Mundial, destaca-se como política pública voltada ao desenvolvimento rural sustentável, fortalecendo a agricultura familiar e comunidades vulneráveis. Desde os anos 1990, o projeto atua com foco em inclusão produtiva, acesso à água, organização comunitária e resiliência climática, alcançando 154 municípios do estado.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar o Projeto São José no Ceará à luz da interação entre Direito e política, destacando seus alcances e limitações na promoção da justiça socioambiental.

A análise parte de três dimensões: a primeira, na vertente do Direito Constitucional e Ambiental – O art. 225 da CF/88 consagra o direito ao meio ambiente equilibrado e o dever do Estado de garanti-lo; o art. 3º reforça a obrigação de reduzir desigualdades regionais. Assim, políticas como o PSJ são deveres constitucionais. A segunda, analisa o cenário político e governança – A execução do PSJ envolve disputas hegemônicas: interesses do agronegócio, demandas locais e condicionalidades de organismos internacionais. Como observa Beck (2010), o risco climático é distribuído desigualmente e politicamente negociado. Na terceira, o foco é a justiça socioambiental – Sarlet e Fensterseifer (2022) defendem que políticas públicas devem assegurar acesso a recursos, participação e reparação, enquanto Bosselmann (2020) aponta o princípio da sustentabilidade como vetor normativo.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em pesquisa documental: análise de legislações, relatórios do PSJ e documentos da SDA. Dados secundários: IBGE, FUNCEME, IPECE. Entrevistas semiestruturadas: gestores, técnicos e beneficiários (em andamento). Recorte empírico: comunidades do Sertão Central e Inhamuns, regiões de alta vulnerabilidade climática.

Os resultados apontam que o Projeto São José tem três objetivos centrais: (i) fortalecer a agricultura familiar; (ii) ampliar o acesso à água e ao saneamento; (iii) fortalecer a gestão comunitária e institucional. Nesse cerne, desprende-se dentre tantas, algumas das ações principais, como o apoio a mais de 267 projetos produtivos entre 2012 e 2019, como casas de farinha, entrepostos de mel e sistemas de irrigação; a inclusão de 290 organizações da agricultura familiar em 2021, abrangendo cadeias como fruticultura irrigada, apicultura e artesanato; o incentivo à juventude rural com linhas de ação em formação, suporte produtivo e participação social; protagonismo feminino com ferramentas inovadoras como o Diário do Tempo e o Fazendo as Contas, voltadas ao empoderamento econômico das agricultoras. Desta forma, destaca-se como impactos positivos a ampliação do acesso à água e saneamento, reduzindo dependência de

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

carros-pipa; o fomento a cadeias produtivas locais e inserção em mercados; a valorização da juventude e das mulheres rurais, fortalecendo direitos de grupos historicamente marginalizados. Todavia, apesar disso, o Projeto também possui limitações, como a persistência de barreiras de acesso para comunidades mais empobrecidas, com dificuldades de gestão e capital de giro; a fragilidade na manutenção de infraestruturas; a dependência de recursos internacionais, condicionando decisões locais; a falta de integração sistemática com políticas climáticas nacionais.

O Projeto São José constitui um exemplo expressivo de política pública regional, ao articular desenvolvimento rural sustentável, inclusão produtiva e fortalecimento comunitário em um território historicamente marcado pela vulnerabilidade climática e pela desigualdade socioeconômica. Sua trajetória demonstra avanços concretos na ampliação do acesso à água, no estímulo à agricultura familiar, na valorização da juventude rural e no protagonismo feminino, elementos que dialogam diretamente com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da redução das desigualdades regionais.

Do ponto de vista jurídico-político, o PSJ materializa o dever estatal de efetivação de direitos fundamentais socioambientais (art. 225 da CF/88), funcionando como um espaço em que o Direito e a política se encontram para dar respostas à crise climática. A inclusão de atores sociais vulneráveis nos processos decisórios reforça a dimensão democrática e participativa das políticas públicas, ainda que esse processo permaneça permeado por disputas hegemônicas e limitações estruturais.

Entretanto, para que o Projeto São José se consolide como verdadeira política de adaptação climática, é necessário superar desafios persistentes: garantir a sustentabilidade das infraestruturas implantadas, assegurar maior continuidade administrativa, ampliar a participação social efetiva e, sobretudo, alinhar suas ações às agendas globais de governança ambiental e às diretrizes nacionais de enfrentamento das mudanças climáticas. Assim, ao mesmo tempo em que revela conquistas, o PSJ evidencia as tensões próprias do Estado Democrático de Direito no contexto da pós-modernidade, em que decisões jurídicas e políticas precisam responder a fenômenos globais com forte impacto local. Sua experiência mostra que a efetividade da justiça socioambiental depende de políticas públicas robustas, interdisciplinares e comprometidas com a habitabilidade planetária, reafirmando o papel estratégico do Direito e da política na construção de sociedades mais resilientes, justas e sustentáveis.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Direito Ambiental; Mudanças Climáticas; Desenvolvimento Regional; Ceará.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BOSELDMANN, Klaus. O princípio da sustentabilidade – transformando direito e governança. São Paulo: RT, 2015.
- CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Projeto São José – Desenvolvimento Rural Sustentável. Fortaleza: SDA, 2025.
- ELEUTÉRIO, Jana Alencar; SOUZA JÚNIOR, Moacir de; MESQUITA, Lafaete Almeida de Oliveira. O legado do Projeto São José para o desenvolvimento rural sustentável no Ceará. In: Caderno Observatórios Fortaleza, p. 103-109, 2020.
- SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Direitos ambientais procedimentais: acesso à informação, a participação pública na tomada de decisão e acesso à justiça em matéria ambiental. Novos Estudos Jurídicos, Itajaí (SC), v. 23, n. 2, p. 417–465, 2018.
- WOLFGANG SARLET, Ingo; WEDY, Gabriel de Jesus Tedesco; FENSTERSEIFER, Tiago. Litígios climáticos e direitos fundamentais no Brasil. Revista Direito Ambiental e Sociedade, [S. l.], v. 12, n. 1, 2022.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SACHS, Ignacy.; STROH, Paula Yone (Org). Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

O controle de convencionalidade como ferramenta para a proteção ambiental em atividades potencialmente poluidoras - o caso TKCSA

Samantha Monteiro de Oliveira (UCAM)

E-mail: def.pubrj@justiça.br

Resumo:

O presente artigo jurídico objetiva analisar como o controle de convencionalidade das leis internas aos tratados e convenções internacionais de direitos humanos em vigor no Brasil e à utilização da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) podem contribuir como ferramenta para a proteção ambiental, notadamente nos casos de atividades geradoras de poluição, como é o caso da atividade siderúrgica, de forma a resguardar as populações mais vulneráveis às atividades poluidoras, garantindo o respeito, a proteção e a efetivação desse direito humano. A análise tem por parâmetro o

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

arcabouço normativo de proteção ambiental, tanto nos Tratados Internacionais como na legislação interna, inclusive de decisões paradigmas na proteção ao meio ambiente.

Referências bibliográficas:

ANTUNES, Paulo de Bessa Direito ambiental / Paulo de Bessa Antunes, atual. e reform. – Barueri [SP]: Atlas, 2025.

BRASIL. Decreto 2519/98, DOU 17/03/1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. DOU de 17.3.1998

BRASIL. Decreto 2652/98. Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em Nova York, em 9 de maio de 1992. DOU de 2.7.1998

BRASIL. Decreto 2741/98. Promulga a Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, Particularmente na África. DOU de 21.8. 2008

BRASIL. Lei n.º 6.938/81. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. DOU de 2.9.1981

BRASIL. Lei n.º 9.433/97. Institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos. DOU de 9.1.1997

BRASIL. Lei n.º 10.650/2003. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama. D.O.U. de 17.4.2003

BRASIL. Lei nº 12.651/12. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. DOU de 28.5.2012

BRASIL. Lei 14.119/21, Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. DOU de 14.1.2021 e retificado em 15.1.2021.

BRASIL. Lei n.º 14.850/24. Institui a Política Nacional de Qualidade do Ar. DOU de 3.5.2024

BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA nº 491, de 19 de novembro de 2018. DOU 19/11/2018.

BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA nº 506, de 5 de julho de 2024. DOU 09/07/2024.

CIDH. Caso La Oroya vs. Peru. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas.

Sentença de 27 de novembro de 2023. São José da Costa Rica. Disponível: <
<https://www.corteidh.or.cr/sitios/libros/todos/docs/infografia-por.pdf>>. Acesso em 3 de agosto de 2025.

CIDH. OPINIÃO CONSULTIVA OC-23/17. Disponível:

https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_511_esp.pdf >. Acesso em 20 de junho de 2025.

FERREIRA, Siddharta Legale. A Corte Interamericana de Direitos Humanos como Tribunal Constitucional Transnacional. 2017. 443 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GUERRA, Sidney Cesar Silva. Curso de Direito Internacional Público, 2025.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

GUERRA, S.; Curso de Direitos Humanos. São Paulo, SaraivaJur, 2025.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 75.

MARTINS, Bruno Sena, Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (Portugal). DOSSIÊ. Sociologias 18 (43). Sep-Dec 2016. Disponível: <https://doi.org/10.1590/15174522-018004305>. Acesso em 18/07/2025.

MEADOWS, Donella; Meadows, Dennis L.; RANDERS, Jorgen, THE LIMITS TO GROWTH. A REPORT FOR THE CLUB OF ROMES PROJECT ON THE PREDICAMENT OF MANKIND, Universe Books, New York, 1972

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Os “Limites do Crescimento” 40 anos Depois. Revista Continentes (UFRRJ), ano 1, n. 1, 2012. Disponível: <http://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/download/8/7/>>. Acesso em 12/07/2025.

ONU. AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/embaixadores-da-juventude/conhea-mais/a-agenda-2030-paradesenvolvimentosustentvel.html#:~:text=Em%20setembro%20de%202015%2C%20I%C3%Adderes,no%20Ri o%20de%20Janeiro%2C%20Brasil>. Acesso em: 27/06/2025

ONU. CARTA DA TERRA. Disponível: <https://cartadaterrainternacional.org/leia-a-carta-da-terra/> > Acesso em 27/06/2025.

ONU. Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). Disponível em: https://unfccc.int/files/essential_background/background_publications_htmlpdf/application/pdf/conveng.pdf> Acesso em: 27/06/2025

ONU. DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Disponível em: [https://docs.un.org/en/A/CONF.151/26/Rev.1\(vol.I\)>](https://docs.un.org/en/A/CONF.151/26/Rev.1(vol.I)>) Acesso em: 27/06/2025

Judicialização da política climática e reconhecimento da natureza como sujeito de direito: do antropocentrismo ao ecocentrismo

Carlos Alexandre de França do Prado Nery (UFF)

E-mail: alexandredoprado.adv@gmail.com

Resumo:

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

A emergência climática tensiona a racionalidade jurídica edificada sob a égide do antropocentrismo e impõe um giro ecocêntrico que reconheça a natureza como sujeito de direitos. Parte-se da indagação sobre em que medida a judicialização da política climática pode operar como mecanismo de transição paradigmática e quais lições derivam das experiências equatoriana e boliviana para o contexto brasileiro.

O referencial teórico assume que a tradição ocidental consolidou um horizonte antropocêntrico que reduziu a natureza a recurso e objeto de domínio, com prevalência de uma racionalidade instrumental. A crítica contemporânea, formulada por Enrique Leff quanto à racionalidade ambiental, por Hans Jonas ao propor o princípio responsabilidade e por Ulrich Beck ao tematizar a sociedade do risco, evidencia que danos ecológicos são globais e intergeracionais e exigem a reconfiguração de categorias clássicas do Estado-nação.

No plano latino-americano, o ecocentrismo articulado por Eduardo Gudynas e pela experiência andina não se limita a cosmética normativa, mas expressa uma inflexão civilizatória que desloca o centro de valor da pessoa isolada para a trama da vida, dialogando com propostas como o “contrato natural” de Michel Serres e com leituras críticas sobre judicialização e democracia.

Nesse horizonte, a Constituição do Equador de 2008 reconhece a “Pachamama” como sujeito de direitos, garantindo o respeito aos seus ciclos de vida e conferindo ampla legitimidade proativa para sua proteção. A Bolívia, por sua vez, reconhece os direitos da “Mãe Terra” e estabelece os princípios de harmonia, bem comum, regeneração e não mercantilização, consubstanciados no lema “Vivir Bien” (Viver Bem).

No precedente “Bosque Protector Los Cedros”, a Corte Constitucional Equatoriana afirmou que os direitos da natureza impõem restrições vinculantes à atuação estatal e privada, razão pela qual invalidou concessões minerárias incompatíveis e consolidou o ecocentrismo como diretriz institucional. Tal orientação evidencia uma engenharia constitucional que articula titularidades não humanas, deveres estatais positivos e instrumentos de controle social, convertendo conteúdo axiológico em comandos operacionais e justiciáveis.

No Brasil, o art. 225, da CRFB/88, consagra cláusula ecológica de aplicação imediata, irradiando obrigações de prevenir, mitigar e reparar danos ambientais, bem como de conceber políticas públicas fundadas em evidências científicas, com transparência e participação social. À luz da crise climática, esse princípio fundamental opera como parâmetro de aferição de proteção insuficiente, legitimando o escrutínio e a correção de falhas estruturais na governança ambiental.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

No caso da ADPF nº 708/DF, o STF considerou que a União não implementou o Fundo Clima e proibiu seu financiamento, confirmando sua obrigação legal de atuar em questões climáticas. Já na ADPF nº 760/DF, a Suprema Corte declarou inconstitucional a implementação indevida da Política Nacional do Clima (PNMC), que exige articulação com planos setoriais e a publicação de metas e indicadores. No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 59/DF, o STF reforçou a proibição de retrocessos ambientais.

No que tange ao plano infraconstitucional, o STJ intensificou a tutela jurisdicional por meio da responsabilidade civil objetiva e solidária, da primazia da reparação in natura e do reconhecimento do dano moral coletivo ambiental em situações notórias, reduzindo-se assim custos probatórios e realinhando incentivos.

Já no tocante a pertinência temática junto ao ST, constata-se que a presente pesquisa dialoga diretamente com o tema “Direito, Política e Mudanças Climáticas – Desafios da Pós-modernidade no Século XXI”, pois analisa a emergência climática como fenômeno político-jurídico que reconfigura a arquitetura institucional e demanda novas formas de legitimação democrática e de tutela de bens difusos.

Ao comparar a constitucionalização dos direitos da natureza no Equador e na Bolívia com a judicialização climática no Brasil, o estudo ilumina tensões entre separação de poderes, governança por resultados e participação social, propondo critérios de accountability e remédios estruturais para efetivar deveres climáticos.

A abordagem combina sociologia política do direito, teoria constitucional e jurisprudência dos tribunais superiores, oferecendo contribuições teóricas e práticas para a implementação de políticas climáticas em contexto de riscos transnacionais, justiça intergeracional e proibição de retrocesso ambiental, em completa aderência às diretrizes temáticas do evento e às normas de submissão previstas no Edital.

Busca-se, assim, examinar o processo de constitucionalização dos direitos da natureza no Equador e na Bolívia, identificar marcos da judicialização climática no Brasil, avaliar a relação entre ecocentrismo normativo e efetividade jurisdicional e, por fim, indicar limites e potencialidades de um constitucionalismo ambiental latino-americano comprometido com a justiça climática.

Adota-se abordagem qualitativa, de natureza documental, com análise comparada de textos normativos, precedentes judiciais e literatura especializada, visando identificar convergências, tensões e assimetrias entre o constitucionalismo ambiental andino e a jurisprudência climática brasileira. Objetiva-se cartografar instrumentos e arranjos institucionais idôneos à efetivação de deveres climáticos e à tutela de bens ambientais,

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

examinando como opções de desenho institucional condicionam resultados materiais e inibem o esvaziamento performático de direitos.

Os resultados indicam a convergência de três dimensões, sendo elas, a crítica filosófica ao antropocentrismo e a afirmação de uma ética intergeracional, a inovação constitucional do Equador e da Bolívia com o reconhecimento da natureza como sujeito de direitos e a judicialização brasileira em chave de antropocentrismo mitigado e justiça intergeracional. Demanda-se definições de metas vinculadas à PNMC e a compromissos internacionais, indicadores públicos auditáveis, governança interfederativa com repartição de encargos, transparência ativa orçamentária e física, controle social qualificado e coordenação entre Judiciário, Ministérios Públicos, Defensorias e órgãos de controle. A aplicação de remédios estruturais com prazos e monitoramento periódico mostra-se condição necessária para superar tanto o simbolismo normativo quanto o ritualismo procedimental.

Em síntese, a judicialização da política climática no Brasil opera como vetor de transposição entre a normatividade constitucional e a efetividade ecológica, desde que acompanhada de arranjos institucionais aptos a converter direitos em desempenho ambiental verificável, com metas, indicadores e monitoramento público.

Em processo de densificação dogmática e jurisprudencial, o constitucionalismo ambiental pode dialogar criticamente com o ecocentrismo andino para consolidar tutela robusta dos bens ambientais e da justiça climática no século XXI, calibrando a deferência às escolhas administrativa e legislativa a fim de conter hipertrofia jurisdicional e assegurar que políticas climáticas não apenas existam formalmente, mas operem e entreguem resultados mensuráveis sob padrões de transparência, participação e accountability.

Palavras-chave: Judicialização Climática; Direitos da Natureza; Ecocentrismo; Constitucionalismo Ambiental; Antropocentrismo.

Referências bibliográficas:

BOLÍVIA. Ley n. 071, de 21 de diciembre de 2010. Ley de Derechos de la Madre Tierra. La Paz: Estado Plurinacional de Bolivia. Disponível em: <https://www.sernap.gob.bo/download/ley-071-de-derechos-de-la-madre-tierra/>. Acesso em 24 set 2025.

BOLÍVIA. Ley n. 300, de 15 de octubre de 2012. Ley Marco de la Madre Tierra y Desarrollo Integral para Vivir Bien. La Paz: Estado Plurinacional de Bolivia. Disponível em: https://www.fao.org/fileadmin/user_upload/FAO-countries/Bolivia/docs/Ley_300.pdf. Acesso em 24 set 2025.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Fundo

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Amazônia. Disponível em:
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/fundos/fundo-amazonia>. Acesso em 22 set 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília/DF. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 set 2025.

BRASIL. Decreto n. 7.343, de 26 de outubro de 2010. Regulamenta a Lei n. 12.114/2009 (FNMC). Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7343.impressao.htm. Acesso em 21 set 2025.

BRASIL. Instituto Nacional De Pesquisas Espaciais (INPE). Estimativa PRODES 2024 –Amazônia Legal. São José dos Campos: INPE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/estimativa-prodes-2024-amazonia-legal>. Acesso em 22 set 2025.

BRASIL. Instituto Nacional De Pesquisas Espaciais (INPE). Estimativa PRODES 2024 –Cerrado. São José dos Campos: INPE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/estimativa-prodes-2024-cerrado>. Acesso em 22 set 2025.

BRASIL. Lei n. 12.114, de 9 de dezembro de 2009. Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12114.htm. Acesso em 20 set 2025.

BRASIL. Lei n. 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12187.htm. Acesso em 20 set 2025.

BRASIL. Lei n. 14.904, de 27 de junho de 2024. Estabelece diretrizes para planos de adaptação à mudança do clima e altera a Lei n. 12.114/2009. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/Lei/L14904.htm. Acesso em 21 set 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDam (5ª fase, 2023–2027). Página institucional. Disponível em:
<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/agenda-amazonia/ppcdam>. Acesso em 21 set 2025.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº58. Relator Min. Gilmar Mendes. Disponível em:
<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5526245>. Acesso em 23 set 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 708/DF, Relator: Min. Luiz Roberto Barroso. Disponível em:
<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5951856>. Acesso em 22 set 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 760/DF, Relator: Min. Cármen Lúcia, Relator p/ Acórdão: Min. André Mendonça. Disponível em:
<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6049993>. Acesso em 23 set 2025.

ECUADOR. Constitución de la República del Ecuador Quito: Vicepresidencia de la República, 2008. Disponível em:
<https://www.vicepresidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/09/Constituci%C3%B3n-de-la-Rep%C3%ABlica-del-Ecuador-2008.pdf>. Acesso em 23 set 2025.

ECUADOR. Corte Constitucional. Sentencia nº 1149-19-JP/21 (Caso “Los Cedros”). Quito, 2021. Registro Oficial Edición Constitucional No. 276. Disponível em:
<https://portal.corteconstitucional.gob.ec/FichaRelatoria.aspx?numdocumento=1149-19-JP/21>. Acesso em 23 set 2025.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

ST 04 - MEIO AMBIENTE, POLÍTICAS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, ECONOMIA CIRCULAR

Coordenador/as:

Sayonara Leal

Valéria Pereira Bastos

Fábio Fonseca Figueiredo

Assimetrias regionais e os desafios para a formação de consórcios públicos voltados à gestão de resíduos sólidos urbanos (GRSU) no Brasil

Laércio Rodrigues (UFRRJ)

E-mail: dlarcio2025@ufrj.br

Tatiana Cotta (UFRRJ)

E-mail: tatianacotta@gmail.com

Resumo:

A criação de Consórcios Públicos, no Brasil, se intensificou após a regulamentação dada pela Lei nº 11.107 no ano de 2005, alcançando maior difusão geográfica, principalmente para prestação de serviços na área de saúde e meio ambiente. As exigências legais estabelecidas na área de saneamento, como exemplo da extinção de lixões e substituição por aterros sanitários (Lei 12.305/10), também induziram a criação de consórcios (CNM, 2024). Nesse sentido, para entender o atual cenário dos consórcios brasileiros, realizou-se uma pesquisa documental, de modo que foram coletados dados secundários, com a finalidade de quantificar os consórcios públicos criados e em operação para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (GRSU) no Brasil; para tal, utilizou-se os documentos oficiais do governo e os institutos de pesquisa. Dessa forma, foi elaborado um levantamento da quantidade de consórcios públicos para a GRSU no Brasil, entre 2005 e 2021. Os dados sobre os consórcios públicos específicos, da área de atuação em resíduos sólidos foram coletados no site do Observatório Municipalista de Consórcios Públicos e apresentados em forma de gráficos - no trabalho completo da dissertação (OMCP, 2022). Neste sentido, os dados foram organizados de acordo com a quantidade de consórcios públicos por região do país, e mediante a sua análise, percebemos que a região Sudeste é a que sedia o maior número de consórcios, 237 (39,4%), visto que todos os estados desta região possuem consórcios, e a maior concentração está em Minas Gerais com 132 sedes. A região Sul é a segunda região com maior quantidade de consórcios públicos, com 158 sedes (26,3%), e,

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

de igual forma, todos os estados possuem consórcios sediados, sendo o Paraná destaque com 70 consórcios (CNM, 2021). A região Nordeste vem em seguida, com 137 sedes (22,8%), e o estado da Bahia é o que apresenta o maior número (49 sedes); a região Centro-Oeste abriga a sede de 53 (8,8%) consórcios em seu território, e o destaque está para o estado do Mato Grosso (27 sedes); já o Norte apresenta o menor número, pois são apenas 14 consórcios sediados (2,3%), e, dos sete estados que compõem essa região, Amapá e Roraima não possuem consórcios instalados. Na área de meio ambiente, foram quantificados 213 consórcios públicos, que representam 7,3% do total, seguidos de Infraestrutura com 167 consórcios (5,7%) e Cultura com 154 consórcios (5,3%). As demais áreas de consórcios mapeados não representam nem 5% do total. Logo as cinco áreas com maior número de consórcios públicos foram apresentadas aqui, contudo existem diversas experiências de consórcios na área de saneamento (água e esgoto), educação e agricultura. Visto isso, a pesquisa dedicou-se a levantar e mapear os consórcios públicos para GIRSU, logo, foi feita uma busca dentro da área de atuação específica, para isto foram utilizados os filtros da plataforma do OMCP para localizar apenas estes consórcios, por região do Brasil. A porcentagem dos consórcios públicos para GIRSU por região do Brasil, provoca reflexões acerca do panorama geral dos consórcios públicos, onde o Nordeste possui apenas 22,8% do total de consórcios. Contudo, quando se trata de consórcios específicos para GIRSU o Nordeste é a região que mais possui experiências, desde o lançamento da Lei dos consórcios (11.107/2005) até o ano de 2021, sendo responsável por 34,5% das experiências nesta área de consórcios públicos no país. Nas demais regiões, a distribuição dos consórcios públicos para GIRSU foi a seguinte: no Sul foram identificados 31 consórcios, que representam 17,5%, no Centro-Oeste 20 consórcios (11,3%) e a menor quantidade de experiências nesta área de atuação está na região Norte, com apenas 5 consórcios públicos, ou seja, 2,8% do total, a região norte também é a que possui menos casos de consorciamento intermunicipal no país. Neste mesmo sentido, foi possível organizar a quantidade e a porcentagem dos consórcios públicos de GIRSU por estado da federação, uma vez que foi elaborado a partir dos dados da CNM (2021). Assim, demonstrou-se que o estado de Minas Gerais é o que possui a maior quantidade de consórcios públicos para GIRSU, são 47 experiências neste sentido, o que representa 20,4% de todos os consórcios específicos nesta área de atuação. No estado de São Paulo, foram contabilizados 24 consórcios públicos nesta área, que representa 10,4% do total, logo é o segundo estado da mesma região que possui a maior quantidade de consórcios públicos para GIRSU. No Sul, o estado do Paraná é o que possui mais iniciativas nesta área, possui 22 consórcios públicos, que representam 9,6% do total. Na região Nordeste, se destacam os estados do Ceará e Bahia, respectivamente com 21

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

(9,1%) e 18 (7,8%) experiências de consórcios públicos para GIRSU. Na lógica de construção do panorama dos consórcios públicos para a GIRSU, foi coletada da plataforma da OMCP (2022) a quantidade de consórcios públicos finalitários e multifinalitários voltados para a área de atuação em estudo, resíduos sólidos urbanos. Mediante a análise dos dados, a quantidade dos consórcios públicos finalitários para GIRSU, revela que a região do Nordeste é a que possui mais consórcios públicos finalitários exclusivamente para a GIRSU, na região foram identificados 21 consórcios com a área de atuação focada na resolução da problemática com a gestão de resíduos sólidos urbanos, isso representa 56,8% do total de consórcios públicos finalitários, com este objetivo no Brasil. Diante dessa problemática, por meio da pesquisa bibliográfica, buscou-se identificar na literatura, quais são os principais entraves que os municípios brasileiros enfrentam para a criação de consórcios públicos, assim foi construído um banco de dados a partir do levantamento e análise de referências bibliográficas publicadas no catálogo de teses e dissertações da Capes, entre os anos de 2012 e 2021, dentro da grande área do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas. Desta maneira, pode-se definir esta etapa do trabalho como uma revisão sistemática da literatura (RSL), que é uma modalidade de pesquisa que adota protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especificamente, verificando o que funciona em um dado contexto (Galvão; Ricarte, 2019). Desta forma, identificou-se que os três entraves mais citados na literatura como empecilhos à efetivação de políticas ambientais e para a criação de acordos de cooperação para a criação de consórcios de resíduos são os entraves Político-Relacionais (PR), Técnico-Administrativos (TA) e financeiros (F).

Palavras-chave: Nordeste; Resíduos; Cooperação; Entraves; Consórcios Públicos.

Referencias bibliográficas:

Brasil. **Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.** Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm > Acesso em: set. 2022.

Brasil. **Lei nº 12.305, de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: ago. 2022.

CNM - Confederação Nacional de Municípios. Duarte, Pedro Alves. **Encerramento de lixão e aterro controlado** / Pedro Alves Duarte, Elisa Kerber Schoenell. -- Brasília: CNM, 2024. 82 p. Inclui bibliografia. ISBN 978-65-88521-94-6. Disponível em: <https://www.cnm.org.br> Acesso em: jul. 2024

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

CNM - Confederação Nacional de Municípios. **Estudo Técnico. Mapeamento dos consórcios públicos brasileiros 2023.** Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2023/Estudos_tecnicos/202305_ET_CONSPUB_mapeamento_consortorios_brasil_2023.pdf Acesso em: jul. 2024

CNM- Confederação Nacional de Municípios. **Mapeamento dos consórcios públicos brasileiros, 2021.** Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Mapeamento-dos-consorcios-publicos-brasileiros-2021_07.10.2021.pdf Acesso em: ago. 2022.

Galvão, Maria Cristiane Barbosa; Ricarte, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

Observatório das Metrópoles. **Artigos Semanais - 31/08/2023:** Dinâmicas demográficas e imobiliárias: os primeiros dados do Censo 2022 para a Região Metropolitana de Natal. Alexsandro F. C. S. e Luciana C. L. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/dinamicas-demograficas-e-imobiliarias-os-primeiros-dados-do-censo-2022-para-a-regiao-metropolitana-de-natal/#:~:text=Ao%20todo%2C%20na%20RM%20Natal,ao%20fen%C3%B4meno%20da%20vilegiatura%20costeira> Acesso em: jul. 2024

Modernização ecológica e economia circular: aspectos sobre a gestão de resíduos na União Europeia

Wagner Luiz Alves da Silva (IFRN)

E-mail: wagner.alves@ifrn.edu.br

Jose Gomes Ferreira (UFRN)

E-mail: jose.ferreira@outlook.com

Resumo:

A sociedade contemporânea está cada vez mais se apropriando da natureza, extraindo matérias-primas, as transformando em produtos que, por sua vez, são consumidos e, por fim, são descartados como resíduos. Em relação aos resíduos sólidos, dados das Nações Unidas apontam que 2,24 bilhões de toneladas são geradas anualmente (ONU, 2023), podendo chegar a 3,782 bilhões de toneladas em 2050 (UNEP & ISWA, 2024).

Assim, são pensadas várias formas de enfrentar esse cenário, seja do ponto de vista da redução na geração, da reciclagem ou da criação de produtos capazes de serem absorvidos mais rapidamente pela natureza após os seus descartes. Para além disso,

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

iniciativas como desperdício zero, modernização ecológica aplicada à gestão de resíduos sólidos e a economia circular emergem como contribuições para o equacionamento ou amenização dessa problemática.

Partindo do pressuposto de que as economias mais avançadas geram maiores quantidades de resíduos sólidos, a questão relacionada à sua gestão em países centrais despertou interesse para a escrita desse trabalho, pois, a literatura da área demonstra especificamente que a problemática da União Europeia (UE) se apoia numa gestão dos resíduos sólidos conhecida como moderna, amparada em um conjunto de diretivas comuns aos países membros do bloco, caracterizados pela uniformização da política ambiental. No entanto, a mesma UE destaca-se em cumprir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nas quais a Economia Circular desempenha um papel central na tentativa de reduzir a exploração de recursos naturais e redução dos impactos do descarte desses resíduos (Adamo *et al.*, 2024).

Segundo Sehnem et al. (2021), os pressupostos centrais da economia circular apoiam-se numa alternativa que busca converter resíduos em materiais úteis e utilizáveis nas cadeias produtivas; dissociam a atividade econômica do consumo de recursos finitos; concentram-se na circularidade dos materiais, mantendo produtos e materiais em ciclos de uso; priorizam o uso de fontes de energia renováveis; produzem um modelo de negócios que integra equitativamente as dimensões econômica, social e ambiental; e adotam a premissa de eliminar resíduos e poluição por princípio. Regeneram sistemas naturais.

Dito isto, é necessário entendermos como se dá essa gestão, que muitas vezes é referência para outros países, contudo, não podemos deixar de mencionar desde já a ausência de políticas de prevenção, ou seja, de diminuição na geração de resíduos sólidos. Nesse interim, registra-se uma recuperação das propostas da Teoria da Modernização Ecológica, concepção surgida na Europa no final da década de 1990 e que pressupunha que os problemas gerados pela tecnologia têm uma resposta tecnológica, bem como a possibilidade de compatibilizar meio ambiente com desenvolvimento econômico (Mol, 2005; Mol, Spaargaren, 1994; Leopold, 2024).

Assim, vislumbra-se se a modernização ecológica e mais recentemente a introdução da chamada Economia Circular serão capazes de dar respostas efetivas para a questão dos resíduos sólidos dos países da UE, no contexto referido do cumprimento da Agenda 2030 dos ODS, levando em consideração o Pacto Ecológico Europeu como ferramenta estratégica com aporte financeiro para concretização dos objetivos da sustentabilidade e melhor enfrentar a crise climática (Georgescu *et al.*, 2025).

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

O trabalho tem o objetivo central analisar a gestão de resíduos sólidos na União Europeia a partir da realização dos paradigmas dos efeitos as teorias da modernização ecológica e da economia circular. Espera-se uma contribuição para o entendimento da gestão de resíduos sólidos em países centrais, sendo esses geradores de volumes expressivos de resíduos.

A metodologia do trabalho seguiu a realização de um levantamento bibliográfico por meio artigos e uma pesquisa documental junto às Diretivas sobre resíduos sólidos da UE e nos bancos de dados sobre resíduos sólidos na plataforma do Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat). Em seguida, os dados estatísticos foram analisados quanti-qualitativamente, permitindo compreender a realidade do bloco europeu com relação às estratégias de gestão de resíduos sólidos.

Os números referentes aos quantitativos de resíduos gerados na UE apresentaram um leve declínio na geração de resíduos sólidos, passando de pouco mais de 2,480 em 2004 para 2,233 bilhões de quilogramas no ano de 2022. Já a geração per capita computou a média de 1,41 kg/habitante no ano de 2022 (Eurostat, 2024).

Em termos de países que mais geram resíduos, para o ano de 2022, aparece a Alemanha (385.794.886 kg.), a França (345.468.378 kg.) e a Itália (189.553.511 kg.), justamente os países com maiores populações e economias do bloco. Já os países que geraram as menores quantidades de resíduos foram a Letônia (2.500.249 kg.), Malta (2.659.780 kg.) e o Chipre (3.006.350 kg.), países inversamente caracterizados em relação aos do primeiro grupo, ou seja, nações com pesos econômicos e demográficos reduzidos no contexto do bloco (Eurostat, 2024).

Sobre a situação da economia circular na União Europeia, as próprias orientações oficiais para a questão são materializadas na chamada taxa de circularidade, que vem a ser a parcela de recursos materiais usados no bloco que meio de materiais residuais reciclados, poupando assim a extração de matérias-primas primárias. Dessa forma, uma taxa de circularidade mais alta significa que mais materiais secundários substituem matérias-primas primárias, reduzindo assim os impactos ambientais da extração de material primário (União Europeia, 2024).

Nesse sentido, agrupamos a evolução da taxa de circularidade nos anos de 2010, 2016 e 2023 da UE, onde estes se mantiveram crescentes ao longo do período, contabilizando 10,7% em 2010, 11,4% em 2016 e 11,8% no ano de 2023 (Eurostat, 2024). As realidades de cada país integrante do bloco revelaram que, embora os países membros estejam sob o mesmo prisma legal, os dados revelaram assimetrias quanto à evolução na gestão e reciclagem de resíduos sólidos. Países com economias mais dinâmicas apresentaram, de maneira geral, os melhores indicadores, contudo, percebemos algumas exceções.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Portanto, enxergar se as concepções da teoria da modernização ecológica foram adotadas foi um desafio, pois os documentos da UE não deixam claro essa situação, só conseguindo encontrar nuances dessa questão. Quanto à introdução das concepções da economia circular, os documentos do bloco estão avançando para a sua implementação, inclusive com prazos e metas definidas, inclusive demonstrando que incinerar e destinar resíduos para aterros sanitários são medidas que precisam ser revistas com certa urgência.

Palavras-chave: Agenda 2030; Economia Circular; Resíduos Sólidos; Teoria da Modernização Ecológica; União Europeia.

Referencias bibliográficas:

ADAMO, I.; FAVARI, D.; GASTALDI, M.; KIRCHHERR, J. Towards circular economy indicators: Evidence from the European Union. **Waste Management & Research**, 42, 8. 2024. p. 670-680. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0734242X241237171>. Acesso em 03 set. 2025.

GABINETE DE ESTATÍSTICAS DA UNIÃO EUROPEIA – EUROSTAT. **Estatísticas explicadas**. Economia circular - fluxos de materiais. 2023. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Circular_economy_-_material_flows. Acesso em: 03 fev. 2025

GEORGESCU, L. P.; MISU, N. B.; ANTOHI, V. M.; FORTEA, C.; ZLATI, M. L. Approaches and perspectives on the transition to the circular economy in the European Union. **Frontiers in Environmental Science**, 13, 1533776. 2025. p. 01-18. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fenvs.2025.1533776>. Acesso em 03 set. 2025.

MOL, A. P. J.; SPAARGAREN, G. Para uma Sociologia dos Fluxos ambientais: uma nova agenda para a Sociologia Ambiental do século XXI. **Política e Sociedade**. 4, 7. 2025. p. 27-76. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Acesso em 03 set. 2025

MOL, A. P. J. Ecological Modernization and Institutional Reflexivity: Environmental Reform in the Late Modern Age. **XIII th World Congress**. Bielefeld, Germany, 1994. Disponível em: <https://research.wur.nl/en/publications/ecological-modernization-and-institutional-reflexivitysociology-a>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SEHNEM, S.; JABBOUR, A. B. L.S.; CONCEIÇÃO, D. A.; WEBER, D.; JULKOVSKI, D. J. The role of ecological modernization principles in advancing circular economy practices: lessons from the brewery sector. **Benchmarking: an International Journal**. 28, 9, 2021. p. 2.786-2.807. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/BIJ-07-2020-0364>. Acesso em: 03 set. 2025.

UNIÃO EUROPEIA. **Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho**. Disponível em:

<https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/eu-waste-management-law.html#:~:text=A%20diretiva%20tamb%C3%A9m%20estabelece%20novas,e%20para%2065%20%25%20at%C3%A9%202035>. Acesso em: 02 fev. 2025.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). International Solid Waste Association (ISWA). (2024). **Beyond an age of waste:** Turning rubbish into a resource. Global Waste Management Outlook, 2024.

Panorama sobre a gestão socioambiental de resíduos nas escolas estaduais na cidade do Rio de Janeiro

Elaine Ferreira Mônica (UERJ)

E-mail: elaineprofqui@gmail.com

Mônica Calderari (UERJ)

Email: monicamaruesuerj@gmail.com

Calderari Guilherme Oliveira (UERJ)

E-mail: guilhermesbb@gmail.com

Resumo:

Uma das discussões que desperta debates na comunidade científica é se entramos ou não em uma nova era geológica a que chamaríamos de Antropoceno. Esta era preconiza que o impacto causado pelo ser humano em função de seu consumo e produção de resíduos exacerbado encontra-se em um nível capaz de alterar todo o ecossistema planetário. Em termos práticos, devemos dar a devida atenção à geração e manuseio dos resíduos de forma a assumirmos uma atitude mais responsável e sustentável e em escala planetária. Dito de outra forma, a educação para gestão de resíduos corrobora para o entendimento de como o ser humano pode agir para minimizar a agravante existência de materiais que são produzidos em quantidade e qualidade suficientes para causar problemas ambientalmente e humanamente insustentáveis.

Diante deste quadro, as instituições de ensino surgem como um dos principais facilitadores para promoção da educação ambiental, capaz de propiciar transformações e promover sustentabilidade, no entanto, essas ações só serão factíveis se primarem não só pelo discurso, mas também pelo exemplo. Para tanto, desenvolver práticas de gestão de resíduos nas escolas públicas do Rio de Janeiro, pode promover a aprendizagem do aluno no gerir os resíduos e ser multiplicador de práticas ambientais para a família e para sociedade.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

Desse modo, a educação para gestão de resíduos pode nortear uma reflexão crítica acerca dos impactos dos resíduos sólidos no meio ambiente e estimular práticas de não geração, redução, reutilização, reciclagem e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos. Segundo Canlas e Mendoza (2025), a atitude dos alunos para gestão de resíduos pode ser fortalecida se forem cultivados conceitos-chave como: conhecimento relevante e contextualizado, valores ambientais, conexão com a natureza, reflexão crítica sobre hábitos e consequências, pertencimento, apoio social e escolar. Para os autores, se esses conceitos forem trabalhados em conjunto, ajudam a formar atitudes mais conscientes, positivas e duradouras sobre a gestão dos resíduos.

A escola é uma instituição prestadora de serviço, que gera resíduos variados, oriundos da cozinha, refeitório, setores administrativos, das salas de aulas, higiene, entre outros. A depender do volume gerado, ela pode se enquadrar como grande geradora de resíduos, conforme determinam as leis municipais.

De acordo com o Art. 20 da Lei Federal nº 12.305/2010, pode se enquadrar como gerador sujeito a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estabelecimentos de prestação de serviços, que gerem resíduos cuja composição ou volume de geração não sejam equiparados aos resíduos sólidos domiciliares definidos pelo poder público municipal (BRASIL, 2010).

Assim sendo, a implementação do PGRS a partir de uma educação para gestão de resíduos pode contribuir sobremaneira para obtenção de resultados, visto que a escola possui papel fundamental na disseminação do conhecimento. Iojã *et al.* (2012) consideram que a gestão de resíduos nas instituições de ensino tem efeito multiplicador e que são essenciais no processo de implementação de coleta seletiva e na promoção da sustentabilidade.

Nessa perspectiva, o estudo sobre o panorama na gestão de resíduos nas escolas estaduais do Rio de Janeiro, tem como objetivo depreender se existe a elegibilidade das escolas possuírem o PGRS e averiguar, em linhas gerais, as principais características das escolas participantes da pesquisa e como elas estão desenvolvendo as ações de educação ambiental e gestão de resíduos no ambiente escolar. A análise desses dados indicará como se apresenta o panorama em ações para gestão socioambiental de resíduos nas escolas estaduais e irá fomentar a escolha de escolas com práticas sustentáveis para a realização futura de um diagnóstico sobre como procedem as práticas de gestão de resíduos no ambiente escolar.

Para análise do panorama da gestão de resíduos nas escolas estaduais, a amostra definida para pesquisa é compreendida por todas as escolas estaduais localizadas no município do Rio de Janeiro e o instrumento para coleta de dados foi definido o uso de

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

questionário do tipo *online*. Segundo Bortolozzi (2020) o questionário é um instrumento de coleta de dados que se configura pelo preenchimento do informante, e no contexto da pesquisa, é classificado como estruturado, pois segue um roteiro formalmente construído. Possui vantagens pois é mais rápido para coleta de dados e pode ser aplicado para o quantitativo maior de respondentes (BORTOLOZZI, 2020).

As perguntas elaboradas na pesquisa eram preponderantemente fechadas com enfoque quantitativas para análise sistemática e objetiva dos dados. Assim, foram elaboradas perguntas do tipo caixas de seleção, onde o respondente pode marcar mais de uma opção, havendo espaço para adição de itens não contemplados; perguntas do tipo múltipla escolha; perguntas do modelo A3 desenvolvido por Carvalho (2012) onde os critérios de desempenho da ação escolar possuía uma gradação variando em regular a excelente.

O estudo identificou que 72,3% das escolas analisadas produzem acima de 120L de lixo diariamente, o que demonstra que a maior parte das escolas do Rio de Janeiro são consideradas grandes geradores de resíduos, logo são elegíveis de possuir o seu próprio plano de gerenciamento de resíduos sólidos, devendo, contudo, pagar pelo resíduo coletado. Não sendo, portanto, atribuição da COMLURB a coleta dos resíduos das escolas, conforme preceitua a lei.

A análise da EA promovida pelas escolas identificou que os projetos desenvolvidos pelas escolas são prioritariamente desenvolvidos pelos professores e supletivamente com a participação dos gestores. Nesse contexto, as ações desenvolvidas se consolidam pelo reducionismo da EA, atrelados principalmente a temas desenvolvidos por disciplinas específicas.

A partir do conceito escola sustentável, a análise dos questionários, permitiu selecionar escolas que realizam ações mais sustentáveis, e nesse contexto, das 123 escolas analisadas somente 15 escolas foram selecionadas, indicando que mesmo com percentual elevado de escolas que contemplem EA nos seus respectivos PPPs, existe uma grande dificuldade das escolas em inter-relacionar a EA com as práticas “sustentáveis” para gestão de resíduos. Assim, de modo a compreender como se procedem as práticas de gestão de resíduos no ambiente escolar, as escolas selecionadas nesse estudo serão objeto de estudos futuros *in loco* para realização do diagnóstico na gestão socioambiental de resíduos.

PALAVRAS-CHAVE: gestão socioambiental; resíduos sólidos; escolas do Rio de Janeiro; PGRS

Referências bibliográficas:

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

BORTOLOZZI, Ana Cláudia. *Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa: elaboração, aplicação e análise de conteúdo – Manual didático* [recurso eletrônico]. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 52 p. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-didaticoebook-1.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l12305.htm. Acesso em: 10 jul. 2025.

CANLAS, P. I.; MENDOZA, E. Explaining solid waste management behaviours among public high-school students: extending Knowledge-Attitude-Practice. *International Journal of Environmental Studies*, p. 1–17, 3 jun. 2025. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00207233.2025.2507481>. Acesso em: 19 jun. 2025.

CARVALHO, M. B. *A3 – Metodologia de avaliação e construção de indicadores*. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 2009.

IOJĂ, C. I.; ONOSE, D. A.; GRĂDINARU, S. R.; SERBAN, C. Waste management in public educational institutions of Bucharest city, Romania. *Procedia Environmental Sciences*, v. 14, p. 71–78, 2012.

O trabalho como direito humano e fundamental: a realidade do trabalho informal dos catadores de material reciclável

Karolayne Silva (UFRN)

E-mail: karolayne.moura.701@ufrn.edu.br

Resumo:

Os direitos humanos e fundamentais são aqueles que compõem um conjunto de direitos institucionalizados garantidos ao ser humano, tendo como finalidade maior o respeito a sua dignidade, estabelecendo condições mínimas de vida e desenvolvimento da pessoa humana, sendo os direitos humanos incorporados na ordem constitucional de um Estado como direitos fundamentais. Neste estudo discutiremos o direito ao trabalho, assegurado no artigo 1º, III e IV, da Constituição de 1988, no que diz respeito à dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho, como também no artigo 7º, que preconiza os direitos dos trabalhadores brasileiros, que são fundamentais para a garantia de condições dignas de trabalho, proteção dos trabalhadores e promoção da justiça social. No entanto, nem todos os trabalhadores estão protegidos pela jurisdição, destoando, em sua

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

atividade laboral, do que se estabelece como direitos humanos fundamentais, como no caso dos indivíduos que trabalham na informalidade da coleta seletiva. Sem o exercício pleno dos direitos, o trabalhador não adquire dignidade, e, sem dignidade, não adquire “existência plena” (Alvarenga, 2020). Os catadores de material reciclável se enquadram em um grupo de trabalhadores que não participam diretamente do processo de valorização do capital e mais valia, mas que ofertam seus serviços, denotando a chamada “economia informal” (Antunes, 2022), impossibilitando o acesso a direitos sociais e trabalhistas, deixando o trabalhador sem qualquer amparo. A precarização social do trabalho é um processo econômico, social e político (Druck, 2013, p. 373), apresentada no contexto de globalização do capital e de políticas de cunho neoliberal, com resultados práticos que se refletem sobre as conquistas dos trabalhadores, se impondo como regra e estratégia de dominação (Druck, 2013, p. 374). Apesar da desqualificação social sofrida pelos envolvidos na atividade de catação, estes continuam exercendo-a em função da necessidade, em busca de alternativas de sobrevivência, expondo-se aos riscos, à insalubridade, à exclusão social e baixo reconhecimento financeiro. Essa desqualificação social leva e agrava ainda mais as condições precárias de vida destes indivíduos, caracterizando-se como um processo de exclusão, onde o trabalhador desqualificado e excluído do mercado de trabalho formal tende a ter outras áreas da sua vida também afetadas (Braga, Lima; Maciel, 2015), uma vez que o trabalho ocupa um espaço de relevância nos processos de humanização, como um mecanismo de formação de seres sociais em uma dimensão que, além de atender as necessidades humanas, integra-se ao campo das relações sociais e representação das individualidades e sociabilidades (Basso e Silva, 2020). A garantia de uma vida digna e sustentável perpassa a interconexão entre o direito ao trabalho e os direitos humanos, visto que trabalhar e receber uma remuneração justa não é apenas uma situação de sobrevivência econômica, mas também precisa ao acesso a vários outros direitos: alimentação adequada, saúde, educação e lazer (Ilo, 2019). Nesta perspectiva, a garantia de um trabalho decente pressupõe o fortalecimento de um “contrato social”, baseando-se no trabalho como direito humano e fundamental (Cruz e Garcia, 2022), como um desafio aos governos, lideranças políticas, sociais e empresariais, e trabalhadores em geral. Dessa forma, justifica-se a necessidade de discutir os nuances do trabalho desenvolvidos por catadores e catadoras, que é contemplado dentre as definições de trabalho como direito fundamental e mecanismo de inserção social dos indivíduos na sociedade, demonstrando a importância de se garantir ambientes de trabalho seguros e justos, além de justiça social a todos os trabalhadores. Assim, o objetivo desta pesquisa é discorrer sobre a execução da atividade informal desempenhada por catadores de material reciclável sob a perspectiva dos direitos humanos fundamentais

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

e do trabalho decente, utilizando-se de revisão de literatura acadêmica e documentos jurídicos. Para o desenvolvimento da pesquisa, que se caracteriza como exploratória e qualitativa, a metodologia adotada será de revisão de literatura acadêmica, em que buscaremos percorrer, à luz dos estudos existentes, a execução desse trabalho, bem como a consulta a documentos jurídicos referentes ao tema abordado. Com a pesquisa, espera-se contribuir para a compreensão crítica das condições de trabalho dos catadores e catadoras de material reciclável à luz dos direitos humanos fundamentais e do trabalho decente, evidenciando como a informalidade da atividade impacta negativamente no acesso desses trabalhadores a direitos sociais, condições dignas de trabalho e seguridade jurídica, demonstrando a exclusão social e a precarização estrutural sofrida, identificando os desafios enfrentados para o seu reconhecimento e a valorização profissional.

Palavras-chave: catadores; decente; direitos; informalidade; trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA SEGUNDO, Paulo Fernando Esteves de. **A concretização da coleta seletiva com a inclusão social de catadores e catadoras no percurso histórico das gestões administrativas na cidade de São Paulo**. 2020. 316 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em:
https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_99abcc758f3004d268ccb07905f280d4. Acesso em: 08 out. 2025.
- ANTUNES, Ricardo. Crise do capitalismo e regressão social para a classe trabalhadora. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 22, p. e13840, 2022. DOI: 10.15628/rbept.2022.13840. Disponível em:
<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13840>. Acesso em: 08 out. 2025.
- BASSO, Cheila; SILVA, Ivone M. M. 'Já me acostumei': interfaces entre trabalho, corpo e saúde de catadores de materiais recicláveis. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, 2020, e00283115.
- BRAGA, Natalia Lopes; LIMA, Deyseane Maria Araújo; MACIEL, Regina Heloisa. Não tinha trabalho, mas tinha reciclagem: sentidos do trabalho de catadores de materiais recicláveis. **Temas Psicol.** [online], v. 23, n. 4, p. 1051-1059, 2015. Disponível em:
<https://doi.org/10.9788/TP2015.4-18>. Acesso em: 08 out. 2025.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República,. Disponível

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 out. 2025.

CRUZ, Uilmer Rodrigues Xavier da; GARCIA, Ricardo Alexandrino. Panorama do trabalho (in)formal: breve incursão da classe social precarizada dos catadores de materiais recicláveis. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 78–113, 2022. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/826>. Acesso em: 08 out. 2025.

DRUCK, G. Precarização Social do Trabalho (verbetes) IN: IVO, A. (org) **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social**, Ed Annablume, 2013, p. 373-381.

OIT. Cooperatives and the world of work nº 12. **Portal ILO**, 2019. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---coop/documents/publication/wcms_715845.pdf. Acesso em: 08 out. 2025.

Sustentabilidade em disputa: desafios da consolidação das políticas públicas de reciclagem em Jardim Gramacho

Bárbara Moraes (PUC-RIO)

E-mail: bomoraes@gmail.com

Resumo:

“Quem limpa o mundo?”, pergunta Vergès (2021). Essa provocação inicial nos orienta no presente trabalho, buscando compreender quem sustenta, com o próprio corpo e território, as contradições da economia verde e da gestão dos resíduos no Brasil. Se a lógica contemporânea do desenvolvimento se apoia na promessa da sustentabilidade, cabe indagar: quem paga o preço dessa sustentabilidade? E, sobretudo, quais vidas e territórios continuam sendo tratados como descartáveis?

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) a partir da Lei nº 12.305/2010 é relevante nesse cenário como marco regulatório que introduz a responsabilidade compartilhada e a logística reversa, propondo a economia circular e a gestão integrada como caminhos para a sustentabilidade (Brasil, 2010). Contudo, ao observar seus efeitos no território de Jardim Gramacho (Duque de Caxias/RJ), local que por mais de três décadas abrigou o maior lixão da América Latina, observamos o descompasso entre o discurso normativo e as desigualdades materiais e simbólicas que atravessam a vida das catadoras e catadores de materiais recicláveis que atuam no sub-bairro (Moraes, 2020).

A pesquisa apresentada foi desenvolvida no âmbito da tese intitulada “Mulheres e Resíduos: A divisão racial, social e sexual do trabalho no contexto de Jardim Gramacho”

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

(Morais, 2025), fundamentando-se no materialismo histórico-dialético e em uma abordagem interseccional e decolonial (Akotirene, 2019; Lugones, 2014; Collins; Bilge, 2021; Dussel, 2000), que articulou as categorias de gênero, raça, classe e território. O recorte empírico envolveu entrevistas com às catadoras que atuam desde a década de 1970, muitas delas ex-trabalhadoras do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG), cuja travessia se entrelaça com a própria história da gestão dos resíduos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A análise, baseada em Bardin (2016), demonstrou que as condições locais de trabalho e sobrevivência das catadoras são atravessadas pela colonialidade do descarte (Vergès, 2021), pelo racismo em suas diferentes esferas (Nascimento, 2016; Gonzalez, 2020) e por uma lógica androcêntrica e racializada (Abramo, 2007; Gonzalez, 2020; Federici, 2023) que organiza o trabalho com resíduos. A PNRS, embora reconheça formalmente a importância dos catadores e catadoras na cadeia da reciclagem, não rompe com as hierarquias de gênero e raça que estruturam o setor. O uso genérico da categoria “catador” reforça a invisibilidade das mulheres negras, maioria nas etapas mais precarizadas da reciclagem, e naturaliza sua sobrecarga de trabalho e ausência de direitos (Morais, 2025).

Como território simbólico da “sociedade do descarte”, Jardim Gramacho expressa o que Acselrad (2010) chama de injustiça socioambiental em que há a distribuição desigual de riscos, poluição e vulnerabilidade, concentrada sobre populações racializadas e empobrecidas, é o efeito do racismo ambiental com seus velhos e novos desafios (Bastos; Da Silva, 2021). Mesmo após o fechamento do aterro em 2012, o território permanece marcado por estigmas, abandono e precariedade estrutural (Morais, 2020; 2025), revelando o que Gago (2015; 2020) denomina corpo-território: espaços e corpos atravessados pela inclusão precária, mas também pela resistência e pela reinvenção cotidiana.

As catadoras, protagonistas deste estudo, expressam o que denominei como práticas de resistência: modos de cuidar, produzir e existir que desafiam a lógica do descarte (Morais, 2025). Nessa perspectiva, as análises de Bastos (2008; 2012; 2013) e Bastos; Da Silva (2021) contribuíram como base teórica para compreender a relação entre trabalho e resíduos em Jardim Gramacho, evidenciando que a sustentabilidade só se torna possível quando enraizada em experiências comunitárias e em formas de organização popular.

No campo das políticas públicas, o Programa Diogo de Sant’Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, instituídos pelo Decreto nº 11.414/2023, o Novo Cataforte e a Lei de Incentivo à Reciclagem (Decreto nº 12.106/2024), indicam esforços recentes de reconhecimento e

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

inclusão, ao passo que reafirmam a urgência de fortalecer as cooperativas e garantir financiamento e infraestrutura adequados (Brasil, 2023; 2024).

No território investigado, o Diagnóstico Participativo de Jardim Gramacho (IBASE, 2022) identificou dez cooperativas e três associações em funcionamento, além de iniciativas individuais e depósitos informais, revelando tanto a vitalidade organizativa quanto as limitações estruturais de uma economia popular da reciclagem ainda marginalizada pelo poder público. No entanto, a gestão ambiental, quando dissociada das desigualdades históricas, reproduz os mesmos padrões de inclusão precária que poderia combater (Morais; Bastos, 2024).

Assim, conclui-se que a PNRS é, em si, o reflexo das tensões que marcam o debate contemporâneo sobre sustentabilidade e justiça ecológica. Ao propor a gestão integrada e a economia circular, a política traduz um ideal normativo avançado, mas que, na prática, encontra barreiras estruturais para se concretizar em territórios racializados e feminilizados do trabalho. Repensar a gestão integrada dos resíduos significa repensar o próprio conceito de sustentabilidade, reconhecendo que não há economia circular justa sem enfrentar o colonialismo do lixo, o racismo ambiental e a desigualdade de gênero que estruturam a sociedade brasileira.

Palavras-chave: catadoras de materiais recicláveis; jardim gramacho; políticas públicas; PNRS; sustentabilidade.

Referências Bibliográficas:

- ABRAMO, Laís. A inserção das mulheres no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária? **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 30–32, out./dez. 2006.
- ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BASTOS, Valéria Pereira. **Catador: profissão: um estudo do processo de construção identitária do catador de lixo ao profissional catador. Jardim Gramacho, de 1996 aos dias atuais**. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- BASTOS, Valéria Pereira. **Catadores de materiais recicláveis: excluídos ou beneficiários de políticas públicas?** Juiz de Fora: ENPESS, ABEPSS, 2012.
- BASTOS, Valéria Pereira. O lixão de Gramacho e os catadores de materiais recicláveis: território extraordinário do lixo. **Periferia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 78–88, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

BRASIL. **Decreto nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023.** Institui o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 12.106, de 28 de março de 2024.** Regulamenta a Lei nº 14.260, de 8 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Reciclagem, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1 abr. 2024.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Boitempo Editorial, 2021.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (coord.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2000.

FEDERICI, Silvia. **Além da pele: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo.** Editora Elefante, 2023.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo.** Editora Elefante, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Diagnóstico social participativo: Jardim Gramacho.** Coordenação: Manuela Amaral. 1. ed. Rio de Janeiro: IBASE; Fórum Comunitário de Jardim Gramacho, 2022.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MORAIS, Bárbara Oliveira de. **O Legado de Gramacho: a Miséria sob o manto da invisibilidade e o papel da Educação Ambiental para o enfrentamento dessa crise.** 2020. 148 f. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) - Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MORAIS, Bárbara Oliveira de; BASTOS, Valéria Pereira. **Catadoras de materiais recicláveis do antigo lixão de Gramacho: retrato das frações de violência socioambiental.** In: ENPESS — Encontro Nacional de Pesquisas em Serviço Social, 2024.

MORAIS, Bárbara Oliveira de. **Mulheres e resíduos: a divisão racial, social e sexual do trabalho no contexto de Jardim Gramacho.** 2025. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Editora Perspectiva SA, 2016.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** Ubu Editora, 2020.

A efetividade do acordo setorial de embalagens no Brasil: inclusão socioprodutiva de catadores

Marianna Carvalho Martins Albergaria (PUC-RIO)
E-mail: marianna.albergaria@gmail.com

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

Valéria Pereira Bastos (PUC-RIO)

E-mail: vbastos@puc-rio.br

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo analisar a efetividade do Acordo Setorial de Embalagens no Brasil, firmado no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS/2010) e regulamentado pelos Decretos Federais nº 11.043/22 e nº 11.413/23. O estudo concentra-se no processo de inclusão socioprodutiva dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, em especial daqueles vinculados a organizações apoiadas por entidades gestoras de créditos de logística reversa.

A justificativa da pesquisa se fundamenta na relevância dos catadores para a cadeia da reciclagem no Brasil. Esses trabalhadores desempenham papel essencial na coleta, triagem e destinação dos resíduos, mas permanecem, em grande parte, em condições de vulnerabilidade social, enfrentando baixos rendimentos, ausência de direitos trabalhistas e reconhecimento insuficiente por parte das políticas públicas e do setor produtivo. Nesse sentido, o Acordo Setorial de Embalagens surge como instrumento capaz de, em tese, promover a inclusão socioprodutiva desses atores, ao estabelecer compromissos compartilhados entre empresas, governo e sociedade civil.

O objetivo específico do estudo é mapear e avaliar as ações das entidades gestoras em cooperativas situadas nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, verificando se tais iniciativas têm contribuído para a estruturação, regularização e fortalecimento das organizações de catadores. Busca-se compreender se os investimentos realizados por meio da compra de créditos de reciclagem têm potencial para gerar impactos estruturais, promovendo condições mais justas de trabalho e garantindo maior autonomia às organizações.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e crítica, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e observação do contexto socioambiental. Essa perspectiva permite relacionar os processos investigados a dimensões mais amplas, como as desigualdades estruturais, o racismo ambiental e os desafios da justiça social no Brasil. Ao destacar os catadores como sujeitos de direitos e protagonistas da cadeia da reciclagem, a análise contribui para questionar as lógicas de exclusão e invisibilidade historicamente presentes na gestão dos resíduos sólidos.

Um ponto central discutido no estudo é o papel do mercado de créditos de reciclagem. O sistema, ao certificar a compensação das metas de logística reversa das empresas, apresenta-se como mecanismo inovador. Entretanto, questiona-se se sua

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

operacionalização efetivamente promove mudanças estruturais para as organizações de catadores ou se apenas reforça condições precárias de trabalho, mantendo o grupo em posição de dependência e vulnerabilidade. Essa tensão evidencia a necessidade de distinguir entre avanços normativos e efetividade prática das políticas.

Entre os conceitos-chave mobilizados na análise estão a justiça ambiental, que coloca em evidência a distribuição desigual dos impactos socioambientais e a luta dos grupos marginalizados por reconhecimento; a sustentabilidade social, entendida como o fortalecimento das condições de vida e trabalho de populações vulneráveis; a economia circular, que busca reintegrar os resíduos na cadeia produtiva; e a inclusão socioprodutiva, que se refere ao acesso a direitos, formalização e valorização do trabalho dos catadores.

Os resultados parciais apontam que, embora o Acordo Setorial de Embalagens tenha avançado no reconhecimento da importância dos catadores, os efeitos práticos ainda são limitados. A atuação das entidades gestoras, embora significativa, não tem sido suficiente para assegurar mudanças estruturais em larga escala, sobretudo diante da persistência de desigualdades históricas e da precarização das condições de trabalho. Há avanços em termos de apoio à infraestrutura de algumas cooperativas, mas ainda há lacunas importantes quanto ao fortalecimento da autonomia, da representatividade política e do acesso a direitos sociais.

Conclui-se que a efetividade do Acordo Setorial de Embalagens no Brasil deve ser analisada não apenas sob a ótica do cumprimento de metas quantitativas de reciclagem, mas também considerando sua capacidade de transformar realidades sociais e garantir a dignidade dos catadores. Reconhecer esses trabalhadores como sujeitos centrais da política de resíduos sólidos é um imperativo ético e político, essencial para a construção de uma economia verdadeiramente circular e socialmente justa.

Palavras-chaves: sustentabilidade; justiça ambiental; resíduos sólidos.

Referências Bibliográficas:

ACSELRAD, Henri. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

BRASIL. Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022. Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 14 abr. 2022.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

BRASIL. Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023. Altera o Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 14 fev. 2023.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 118, p. 189-205, 2003.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *Política nacional de resíduos sólidos: implementação e desafios*. São Paulo: Cortez, 2012.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

ST 05 - RELIGIÃO, IDENTIDADES E DISPUTAS POLÍTICAS NO SÉCULO XXI: INTERSEÇÕES ENTRE CATOLICISMOS, PROTESTANTISMOS E OS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA.

Coordenadores:

Janine Targino (IUPERJ/UCAM – DSOC/UERJ) – Doutorado em Ciências Sociais

Silvana Cristina da Silva (UFF) – Doutorado em Geografia

Paulo César Batista (FAETEC) – Doutorado em Sociologia

Antipetismo, bolsonarismo e sionismo: disputas simbólicas na política brasileira

Shamira Rossi (IESP/UERJ)

E-mail: shamirarossi@iesp.uerj.br.

Resumo:

Este artigo investiga em que medida as tensões ideológicas brasileiras explicam o apoio ao conflito Israel x Hamas entre brasileiros. A principal motivação para pesquisar sionismo e opinião pública decorre da inquietação em compreender como esse apoio pode ser justificado teoricamente. Quem, afinal, apoia o sionismo no Brasil? Por que o fazem? Existe um padrão identificável entre os apoiadores? Ser bolsonarista faz diferença? Ser antipetista? E ser evangélico, especialmente das vertentes pentecostais e neopentecostais? Mais do que mapear perfis individuais, a investigação busca entender quais elementos sociais, políticos e religiosos conferem coesão a esse apoio, conectando discursos religiosos a projetos ideológicos específicos. A questão central não se limita ao “quem” apoia, mas ao “por que” e “como” diferentes grupos - aparentemente diversos - encontram um ponto de convergência simbólica e política no sionismo. Este artigo integra uma pesquisa mais ampla que pretende responder a todas essas questões; contudo, no presente trabalho, o objetivo específico é analisar o papel do bolsonarismo, do antipetismo e da religião evangélica (pentecostal) como fatores associados ao apoio ao Estado de Israel a partir de grupos focais.

O apoio a Israel no Brasil consolidou-se nas últimas décadas como fenômeno político-religioso, impulsionado pela ascensão do pentecostalismo e neopentecostalismo. Se antes o tema era marginal no debate público e acadêmico (Wachholz; Reinke, 2020), hoje a defesa do Estado israelense por igrejas protestantes ocupa lugar central na política institucional, revelando a intersecção entre convicções religiosas e estratégias políticas (Burity, 2015; Freston, 2020). Tal apoio, contudo, é marcado por heterogeneidade (Reinke, 2023). A consolidação da bancada evangélica no Congresso Nacional e a retórica pró-Israel

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

adotada pelo governo Bolsonaro ilustram como esse imaginário religioso tem sido instrumentalizado para fins eleitorais e diplomáticos (Machado et al., 2022; Herrmann, 2024). Assim, mais do que uma expressão de solidariedade simbólica, o sionismo cristão brasileiro se tornou uma plataforma de ação política, cujas raízes transnacionais e dimensões teológicas refletem o processo mais amplo de pluralização e globalização das identidades religiosas no país (Burity, 2015; Carpenedo, 2020).

Embora a literatura existente tenha atribuído esse apoio sobretudo à influência do evangelismo e da teologia dispensacionalista, observa-se que segmentos politicamente alinhados à direita e ao bolsonarismo também têm demonstrado identificação com pautas sionistas, indicando que fatores ideológicos podem atuar de forma autônoma. A exemplo disso, no dia 21 de abril de 2024, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro reuniram-se em manifestação pública na Praia de Copacabana que, entre outros propósitos, buscava afirmar identidade política e rejeitar o governo vigente. Entre bandeiras brasileiras e símbolos cristãos, destacou-se a presença ostensiva de cartazes e faixas em solidariedade ao Estado de Israel, colocados lado a lado de bandeiras com “Fora Lula”.

Metodologia: Utilizando dados qualitativos de grupos focais realizados pelo Monitor do Debate Público (IESP/UERJ). Ao todo, foram formados cinco grupos online, compostos por participantes previamente selecionados com base em critérios de alinhamento político e diversidade regional. Os encontros ocorreram em ambiente virtual, na plataforma Whatsapp, e buscaram captar percepções e justificativas sobre o conflito Israel-Palestina e seus desdobramentos recentes. A pergunta introdutória apresentada aos grupos foi a seguinte: “Desde 2023, Israel e Gaza estão em guerra. Estima-se que pelo menos 63.753 palestinos tenham sido mortos e 127.688 foram feridos. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima ainda que mais de 17 mil mortos são crianças. Na última quinta-feira (12/6), Israel lançou uma ofensiva militar de larga escala contra o Irã, atingindo alvos considerados por eles como estratégicos. Dados indicam que o total de mortos no Irã foi de 224 pessoas. O que vocês pensam sobre os atos de guerra de Israel?” ; A segunda pergunta foi: “O Governo Federal retirou o Brasil da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA). Cinco dias depois de sair da aliança, o governo brasileiro entrou formalmente na ação movida contra Israel pela África do Sul, no Tribunal Internacional de Justiça, que acusa o país de cometer genocídio na Faixa de Gaza.”

Resultados: Entre os participantes bolsonaristas convictos, prevaleceram discursos que legitimam as ações israelenses como reação inevitável a ataques terroristas e expressões de solidariedade religiosa ao “povo de Deus”, enquanto nos segmentos moderados

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

emergiram avaliações mais críticas à violência e preocupação com vítimas civis, embora sem rompimento com a identificação simbólica com Israel. Os resultados indicam que o antipetismo está associado ao apoio ao conflito, corroborando a noção de que a rejeição ao Partido dos Trabalhadores se estende a temas de política externa. Já entre os evangélicos, os grupos focais revelaram uma heterogeneidade interna: enquanto parte dos participantes legitimou as ações de Israel como expressão da legítima defesa contra inimigos considerados radicais e inegociáveis, outros condenaram a violência ou preferiram se ater à dimensão humanitária do conflito, confirmando que o segmento não constitui um bloco homogêneo. Esses discursos foram atravessados por forte desconfiança em relação a organismos internacionais, sobretudo a Organização das Nações Unidas, e por uma distinção moral que opõe ataques israelenses, vistos como pontuais e estratégicos, às agressões de seus adversários, retratados como, deliberadamente dirigidas contra civis. Assim, o estudo contribui para a compreensão das dinâmicas de polarização política no Brasil e seus efeitos sobre preferências internacionais, além de preencher lacunas na literatura ao oferecer evidências qualitativas sobre um fenômeno frequentemente descrito de forma ensaística.

Palavras – chave: sionismo cristão; evangélicos; sionismo; conflito Israel-Palestina; polarização política.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, R.; MACHADO, C. Sentidos do Partidarismo: Construindo uma Tipologia Multidimensional de Eleitores. Dados, v. 67, n. 3. 2024.
- BURITY, Joanildo. 2015. “Minoritização, Glocalização e Política: Para Uma Pequena Teoria da Translocalização Religiosa”.
<https://www.semanticscholar.org/paper/9bdd010d46a5f8f5ae4b4a331e0803857602025d>
- CARPENEDO, Manoela. 2018. “Collective memory in the making of religious change: the case of ‘emerging Jews’ followers of Jesus”. Religion 48:104–83.
- CARPENEDO, Manoela. 2020. “Vivendo a nossa ascendência marrana. Ritual e identidades judaicas entre os evangélicos judaizantes no Brasil”. Lusotopie 18:167–91.
- MACHADO, M. D. C.; MARIZ, C. L. O sionismo cristão no Brasil do século XXI e os interesses em jogo. Ciencias Sociales y Religión, v. 25, 2023.
- MACHADO, M. D. C. et al. Articulações político-religiosas entre Brasil-USA: direita e sionismo cristãos. Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, v. 23, 2021.
- NICOLAU, J. O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Zahar. 2020.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

PY, Fábio. Pandemia cristofascista. São Paulo: Recriar, 2020.

RENNÓ, L. The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections. Latin American Politics and Society, v. 62, issue 4. 2020.

REINKE, André Daniel. 2023. “A função do imaginário no sionismo cristão brasileiro”. Ciencias Sociales y Religión null:null.

ROSSI, S.; HARTMANN, A. Entre a cruz e a estrela de David: o papel dos senadores da Frente Parlamentar Evangélica no contexto do sionismo cristão no Brasil no pós 7 de outubro de 2023. Revista Tlatelolco, v. 3, n. 1, p. 118-143, 2024.

WACHHOLZ, W., e André Daniel Reinke. 2020. “Pela paz de Jerusalém”. <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v13i37.51190>.

Território de Deus, administrado pelos ‘cria’: traficantes e fundamentalismo religioso no complexo de Israel.

Lucas Estevão Silva de Oliveira (UFRRJ)

E-mail: lcs22@ufrj.br

Resumo:

O objetivo deste trabalho é investigar o caso dos “traficantes evangélicos”, presentes no conjunto de favelas conhecido como ‘complexo de Israel’, no Rio de Janeiro, a partir da ótica do fundamentalismo religioso. O que se propõe é uma tentativa de analisar esse grupo armado estabelecendo uma crítica à relação feita entre o grupo e o fenômeno do fundamentalismo. Através do levantamento de notícias e pesquisa em redes sociais, foi-se constatado que a utilização do conceito “fundamentalista” ao tratar dos traficantes, acabava por cair em um senso comum colaborando com o esvaziamento do conceito. Desta forma, partindo do debate proposto por Ivo Pedro Oro, este trabalho pretende contribuir com as discussões teóricas acerca do fundamentalismo religioso e com uma análise mais rigorosa desse grupo de “traficantes evangélicos”, que representam um movimento intrigante e complexo de associação entre tráfico e igrejas pentecostais.

A presença de grupos armados denominados de “traficantes evangélicos”, chama atenção não só pela associação de símbolos religiosos à grupos criminosos, mas também pela forma como a mídia e o debate público interpretam este grupo. A associação constante desse fenômeno ao conceito de fundamentalismo religioso, contribui para a ascensão de termos como “narcopentecostalismo” que associa, quase que diretamente, a teologia

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

pentecostal à violência. Dessa maneira, este trabalho discute a atuação desse grupo de traficantes, presentes em um conjunto de favelas do Rio de Janeiro denominado de ‘complexo de Israel’, sob a perspectiva do fundamentalismo religioso. Parte-se da hipótese que relacionar a associação entre tráfico e pentecostalismo ao fundamentalismo, acaba por esvaziar o conceito e desconsiderar diversas nuances sociais e históricas nessa complexa relação. O estudo é, portanto, uma tentativa de analisar criticamente a rotulação desses atores sociais como fundamentalistas, contribuindo também com a ampliação do debate teórico sobre o fundamentalismo.

A discussão teórica parte do cruzamento de bibliografias que apresentam a expansão do pentecostalismo no Brasil, e em favelas da cidade do Rio de Janeiro, e trabalhos que discutem as controvérsias e aplicações do fundamentalismo religioso. Os trabalhos de Christina Vital da Cunha nos ajudam a entender que a associação entre religião e tráfico, pentecostalismo e tráfico, não começou agora, mas é um processo que vem se desenrolando desde os anos 90. Ricardo Mariano e Paul Freston são essenciais para nos ajudar a entender como se deu a expansão do pentecostalismo no Brasil, destacando fatores internos e sociais. O fundamentalismo religioso surge, em primeiro momento, muito além de um mero conceito ideológico, mas como instituição criada por protestantes norte-americanos no início do século XX. Nesse período, a ideia de ser fundamentalista era, de certa maneira, positiva, pois explicava apenas um grupo religioso que tomava como verdade única e universal as palavras escritas na Bíblia. Com o passar do tempo, e por grande atuação da mídia, o conceito passou a ser utilizado de forma negativa. É dentro dessa preocupação, em definir de forma correta um conceito em constante disputa e utilizado em diferentes contextos, que se insere o debate proposto por Ivo Pedro Oro. O autor problematiza o uso indiscriminado e indefinido do fundamentalismo religioso propondo uma definição sociológica para o conceito, servindo como a base principal desta pesquisa. Assim sendo, a intenção é confrontar o senso comum presente em notícias e discursos midiáticos, e ampliar a compreensão acerca da relação entre periferia, crime organizado e religiosidade.

A pesquisa tem como base metodológica uma abordagem qualitativa e segue duas etapas principais. Na primeira etapa, são consultadas notícias, reportagens e materiais publicados em redes sociais, a partir de 2016, sendo procuradas através de palavras-chaves como: traficantes evangélicos, traficantes fundamentalistas, complexo de Israel, “narcopentecostalismo”. O objetivo é entender como o conceito de fundamentalismo é aplicado ao retratar as notícias referentes ao auto-intitulado “exército do Deus vivo” e qual contexto isso é feito. Percebe-se que o uso indiscriminado do termo muito se relaciona com a ascensão da extrema-direita no país e o aumento do destaque

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

político da chamada “bancada evangélica”. A segunda etapa diz respeito a revisão de literatura especializada sobre os temas aqui abordados. De tal maneira, relaciono as reportagens com a bibliografia especializada sobre religiosidade nas favelas e fundamentalismo religioso a fim de estabelecer contrapontos entre discurso midiático e produção acadêmica.

Partindo de uma definição histórica do fundamentalismo protestante, percebemos que o caso dos traficantes está longe de ser apenas uma defesa literal de textos sagrados e sua aplicabilidade na sociedade. Ela se relaciona muito mais com uma apropriação de conceitos e estéticas do pentecostalismo, tendo como intenção promover legitimação social e um domínio para além das armas, mas, também, o que Pierre Bourdieu define como poder simbólico. A expectativa é que essa pesquisa evidencie como o uso indiscriminado do termo “fundamentalismo religioso” mais esvazia e atrapalha o debate conceitual, do que propõe um esclarecimento analítico. Desse modo, buscamos mostrar como o fenômeno dos “traficantes evangélicos” exige categorias de análise mais aprofundadas e que dão conta de explicar toda sua singularidade. Reduzi-los a fundamentalistas, desconsidera a interpretação de uma articulação híbrida entre crime e religião, resignificando conceitos, palavras e modos de ver o mundo.

Palavras-chave: Traficantes; Pentecostalismo; Fundamentalismo Religioso; Complexo de Israel; Religiosidade.

Referências bibliográficas:

- ARMSTRONG, K. Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- BELLOTTI, K. Fundamentalismos e intolerâncias. In: SILVA, E. BELLOTTI, K. CAMPOS, L. Religião e Sociedade na América Latina. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.
- COSTA, V. Traficantes Evangélicos: Quem são e a quem servem os novos bandidos de Deus. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2023.
- CUNHA, C. V.. Religião e criminalidade: traficantes e evangélicos entre os anos 1980 e 2000 nas favelas cariocas. Religião e Sociedade, n. 34, p. 61-93, Rio de Janeiro, 2014.
- _____. Oração de Traficante: uma etnografia. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- _____. Cultura pentecostal em periferias cariocas: grafites e agenciamentos políticos nacionais. Plural - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, v. 28, p. 80-108, São Paulo, 2021.
- FRESTON, P. Uma breve história do pentecostalismo brasileiro: a Assembléia de Deus. Religião e Sociedade, v. 16, n. 3, Rio de Janeiro, 1994.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

MARIANO, R. Crescimento pentecostal no Brasil: fatores internos. Revista de Estudos da Religião, p. 68-95, 2008.

MARTY, M. APPLEBY, S. Fundamentalisms and the state: remaking polities, economies, and militance. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

ORO, Ari P. O outro é o demônio: uma análise sociológica do fundamentalismo. São Paulo: Paulus, 1996.

PY, Fábio. Cristofascismo à brasileira na eleição de 2018, Carta Maior: <https://www.cartamaior.com.br/?Editoria/Eleicoes/Cristofascismo-a-brasileira-na-eleicao-de-2018>

ROCHA, D. Sob o estigma do fundamentalismo: algumas reflexões sobre um conceito controverso. Horizonte, v. 18, n. 56, p. 455-484, Belo Horizonte, 2020.

A desigualdade como premissa organizacional da sociedade no pensamento político do Plínio Corrêa de Oliveira

Clínio de Oliveira Amaral (PPGSP - IUPERJ/UFRRJ)

E-mail: cliniodeamaral@yahoo.com.br

Resumo:

Neste trabalho, analisa-se o livro Nobreza e elites tradicionais análogas nas alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana de Plínio de Oliveira, cuja primeira edição é de 1993, a fim de investigar como o pensamento de Plínio Corrêa é uma ferramenta teórica para a proliferação de um discurso capaz de naturalizar a desigualdade social no Brasil. Para tanto, dividiu-se esta exposição em três partes, inicialmente, far-se-á um breve histórico do fundamentalismo cristão, sustentando também o uso desse conceito para analisar determinados setores da Igreja Católica. Em seguida, apresentar-se-á a forma como o fundador do movimento Tradição Família e Propriedade (TFP) recria a idade média à sua maneira para defender a tese de que a sociedade é e deve ser desigual. Nesta parte da exposição, demonstrar-se-á que o fundador da TFP, ao demonstrar um tipo ideal de sociedade, hierarquizada e normatizada por meio da agência das elites, reafirma uma série de pressupostos neoliberais, uma vez que naturaliza e positiva o legado desigual deixado no Brasil pela colonização.

O presente texto analisa a forma como Plínio de Oliveira, fundador da TFP, positiva a desigualdade social no Brasil no sentido de Michel Foucault, considerando a sua última publicação intitulada Nobreza e elites tradicionais análogas nas alocuções de Pio XII ao

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Patriciado e à Nobreza Romana de 1993. Em função da forma como ele compreende os problemas sociais da sociedade brasileira, infere-se que o seu pensamento se constituiu em um importante referencial teórico para além dos setores católicos conservadores. Assim, sustenta-se que ele é um ideólogo do conservadorismo neoliberal brasileiro. Para tanto, dividiu-se o este trabalho em três partes, inicialmente, far-se-á um breve histórico do fundamentalismo cristão, sustentando também o uso desse conceito para analisar determinados setores da Igreja Católica. Em seguida, apresentar-se-á a forma como o fundador do movimento Tradição Família e Propriedade (TFP) recria a idade média à sua maneira para defender a tese de que a sociedade é e deve ser desigual. Nesta parte do texto, demonstrar-se-á que Plínio de Oliveira, ao demonstrar um tipo ideal de sociedade, hierarquizada e normatizada por meio da agência das elites, reafirma uma série de pressupostos neoliberais, uma vez que naturaliza e positiva o legado desigual deixado no Brasil pela colonização.

Do ponto de vista teórico, que comporá a terceira e última parte desta exposição, considerar-se-á o trabalho de Foucault (2013) sobre a forma como o discurso de Plínio de Oliveira é um instrumento das elites para a construção de um discurso sobre as “benesses” do legado desigual da sociedade brasileira, o que se conceituou neste artigo como positividade da desigualdade. Outrossim, utiliza-se a reflexão de Foucault (2008) em Nascimento da Biopolítica para se refletir sobre o discurso neoliberal presente no pensamento de Plínio de Oliveira. Cabe destacar que Foucault não traz uma reflexão sobre a dimensão religiosa deste fenômeno. Afinal, ele tinha como contexto a sociedade francesa. A necessidade de se analisar o neoliberalismo brasileiro por intermédio do conservadorismo é bastante relevante na medida em que o discurso religioso tem pautado o debate político e, em certos aspectos, o próprio debate econômico, para usar um termo de Foucault uma vez que transforma o indivíduo em empreendedor de si mesmo.

Como demonstrado por Pierre Dardot e Christian Laval o neoliberalismo não pode ser compreendido ou reduzido às dimensões políticas e econômicas ou ainda a um conjunto de desregulamentação e privatizações. No fundo, ele é uma racionalidade política capaz de estruturar práticas sociais, subjetividades e instituições. Assim, “não é somente uma ideologia ou uma política econômica, mas antes de tudo uma lógica normativa que tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a conduta dos governados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Palavras - chave: Plínio Corrêa de Oliveira, TFP, Neoliberalismo, Foucault, Conservadorismo, Catolicismo

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Referências bibliográficas:

ALTOÉ, André Pizetta. A misoginia medieval reinventada: a aversão ao feminino na sociedade brasileira de defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Projeto história. Vol. 63, set/dez, 2018, p.115-143. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/40643>

AMARAL, Clínio de Oliveira e BERTARELLI, Maria Eugenia. Discursos sobre a Divina comédia ou temporalizações de Dante Alighieri? A construção do conceito de idade média e uma análise decolonial por meio da teoria do medievalismo. Revista Signum. V. 21, nº 2, p. 37-62, 2020a. Disponível em:

<http://www.abrem.org.br/revistas/index.php/signum/article/view/561>

AMARAL, Clínio de Oliveira e BERTARELLI, Maria Eugenia. Long Middle Ages or appropriations of the medieval? A reflection on how to decolonize the Middle Ages through the theory of Medievalism. História da historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography. Vol. 13, nº 33, p. 97-130, 2020b.

Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v13i33.1555>

AMARAL, Clínio de Oliveira e RANGEL, João Guilherme Lisboa. O fundamentalismo cristão de Plínio Corrêa de Oliveira: desigualdade e neomedievalismo na obra Nobreza e elites tradicionais análogas... In: ZANOTTO, Gizele e COWAN, Benjamin Arthur. O pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira e a atuação transnacional da TFP. Vol. III. Passo Fundo: Acervus, 2024, p. 257-292.

AMARAL, Clínio de Oliveira, BERTARELLI, Maria Eugenia e LIRA, Ronald Apolinario de. Catholic fundamentalism in the 20th and 21st centuries: the hyperbolisation of the Middle Ages carried out by Heralds of the Gospel. Revista Signum. Vol. 24, nº 1, 2023, p. 184-207. Disponível em:

<https://http://www.abrem.org.br/revistas/index.php/signum/article/view/8416>

BORGES, Leonir; LIMA, Aida Franco de; VICENÇONI, Daniel Longhini. A apologética católica: combater a ciência moderna e (re)viver a medievalidade. In: Revista CESUMAR – Ciência Humanas e Sociais Aplicadas. jan./jun., 2020, v.25, nº 1, p.19-32, Disponível em:

<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/7645>

CALDEIRA, R.C. O Influxo ultramontano no Brasil e o pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, Instituto de Ciências Humanas e De Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

DE MARIA, Tayná Louise; CHEVITARESE, André L. Fundamentalismo religioso cristão: em busca de um conceito. In: CHEVITARESE, André L; CAVALCANTI, Juliana B.; DUSILEK, Sérgio; DE MARIA, Tayná Louise (orgs.). Fundamentalismo religioso cristão. Olhares transdisciplinares. Rio de Janeiro: Ed. Klíne, 2021.

DIXON, Amzi C.; MEYER, Louis e TORREY, Reuben A. (Eds.) The Fundamentals: A Testimony to the Truth. Chicago: Testimony Publ. Com., 1910-1915.

DREHER, Martin N. Fundamentalismo. In: BOTELHO, Fernando Filho (dir.). Dicionário Brasileiro de Teologia. São Paulo: ASTE, 2008, p. 448-456.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOMES, Francisco José Silva. A cristandade medieval entre o mito e a utopia. Topoi. Revista de história do programa de pós-graduação em história social da UFRJ. Vol. 5, set. 2002, p. 221-231. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/topoi/a/339VsXWrYQ857wTYkkfr3vg/?format=pdf>

GRES-GAYER, Jacques M. Ultramontanisme In: LACOSTE, Jean-Yves. Dictionnaire critique de théologie. Paris: PUF, 1998.

KEATING, Karl. Catholicism and Fundamentalism: The Attack on 'Romanism' by 'Bible Christians'. San Francisco: Ignatius Press, 1988.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Nobreza e elites tradicionais análogas nas alocuções de Po XII ao Patriciado e à Nobreza Romana. Porto: Livraria Civilização, 1993.

PY, Fábio; GRACINO JR, Paulo. Religion and neoliberalism from the periphery: Elements to understand conservatism in Brazil from the large evangelical corporations of the state of Rio de Janeiro (Brazil). International Journal of Latin American Religions 9, 2024.

PY, Fábio. Padre Paulo Ricardo: Trajetória política digital recente do agente ultracatólico do cristofascismo brasileiro. Tempo e Argumento 13: e0202.

PY, Fábio. Bolsonaro's Brazilian Christofascism during the Easter period plagued by Covid-19. International Journal of Latin American Religions 4, 2020.

RANGEL, João Guilherme Lisboa. Política, religião e neomedievalismo: as diferentes Idade Média da Tradição Família e Propriedade (TFP) e os Arautos do Evangelho. Revista Signum. Vol. 22, nº1, 2021, p. 204-225. Disponível em:

https://www.academia.edu/113001478/POL%C3%8DTICA_RELIGI%C3%83O_E_NEOME_DIEVALISMO_AS_DIFERENTES_IDADE_M%C3%89DIA_DA_TRADI%C3%87%C3%83O_FAM%C3%8DLIA_E_PROPRIEDADE_TFP_E_OS_ARAUTOS_DO_EVANGELHO

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

RANGEL, João Guilherme Lisbôa. Pregação e História: os casos de heresia na Legenda Áurea (c. 1270-1298). Seropédica, ICHS-PPHR- UFRRJ, 2016, Dissertação de mestrado. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1708?mode=full#preview-link0>

VAUCHEZ, André. 'Beata Stirps' : Sainteté et lignage en Occident aux XIIIe et XVe siècles. In : ÉCOLE FRANÇAISE DE ROME. Famille et parenté dans l'Occident médiéval. Actes de : Colloque de Paris organisé par l'École Pratiques des Hautes Études en collaboration avec le Collège de France et l'École Française de Rome. Paris, 6-8 juin 1974. Paris : École Française de Rome et Palais Farnèse, p. 397-407, 1974.

WILLAIME, Jean-Paul. Fundamentalismo. In: GISEL, Pierre (org.). Enciclopédia do protestantismo: teologia, eclesiologia, filosofia, história, cultura, sociedade, política. São Paulo: Editora Hagnos Ltda, 2017, p. 700-702.

ZANOTTO, Gizele. Um olhar panorâmico sobre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) (1960-1995). In. ZANOTTO, Gizele; COWAN, Benjamin Arthur (Orgs.). O Pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira e a atuação transnacional da TFP. Vol. 1. Passo Fundo: Acervo Editora, 2020, p.19-30.

AMARAL, Clínio de Oliveira. Neomedievalism and the Hagiography of Valdemiro Santiago. In: ALTSCHUL, Nadia R.; RUHLMANN, Maria. Iberoamerican Neomedievalisms: The "Middle Ages" and Its Uses in Latin America. Leeds: ARC Humanities Press, 2023, p. 63-80.

Tradição, pertencimento e autonomia: uma alternativa estratégica de engajamento

Jamille Bezerra (PUC-RIO)
E-mail: nrbjam@gmail.com

Resumo:

A pergunta que norteia o trabalho é: como os direitos civis estão sendo pensados pelas mulheres conservadoras na política formal? A partir de Michelle Bolsonaro e Damares Alves, que ocupam o lugar de relacionar coisas e projetos sociais, utilizo o conceito de "pessoa partível" para analisar as relações que surgem. Essas mulheres negociam narrativas, moralidades e sociabilidades por meio das mídias, de engajamento e estratégias. As mídias tomam um lugar de destaque; mídias como ferramenta de trabalho, mídias para fazer campanha e mídias como estratégia formativa. A organização de redes digitais viabiliza uma transformadora esfera de agenciamento para o circuito de projeção para novas eleitoras e candidatas. O movimento se vê como parte do processo de transformação que almejam para si e para a nação, onde as práticas políticas apontam

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

para a trajetória parlamentar como um desdobramento de alcançar autoconfiança, uma missão, o status social e poder. A digitalização vertiginosa da vida causa tensões em diferentes escalas, tanto na esfera pública quanto na privada. Para os apontamentos atuais observou uma produção de novos sentidos do modo de ser mulher religiosa na sociedade contemporânea, levar a sério as dinâmicas digitais que estão definindo a vida cotidiana é um compromisso desse trabalho.

Novas narrativas e abordagens vêm se fortalecendo, consolidando uma nova forma de pertencer ao espaço público. São como arranjos que precisam se retroalimentar, se fortalecem com as produções de conteúdo para impulsionar a sociabilidade das mídias sociais. Carly Machado (2020) nos convida a compreender a articulação entre projetos religiosos e produções midiáticas, com questões que se colocam a partir de regimes territoriais e práticas de governança nas periferias urbanas, para assim pensarmos a potência das discussões sobre o Brasil contemporâneo e os processos de continuidades e rupturas.

É fundamental, ainda, e por isso, integrar cada vez mais o debate sobre religião, mídias e mediações, éticas e estéticas, às discussões sobre projetos de poder, e suas dimensões políticas, econômicas e culturais (Machado, 2020).

Pensar a conjuntura nacional ao passo em que as articulações estão acontecendo é desafiador. O trabalho se volta para construção de uma análise antro-política, que ousa integrar elementos que fazem sentido a partir dos sujeitos envolvidos. Me interessa compreender a interpretação de mundo dessas mulheres e como elas se veem como peças importante para a construção participativa no universo parlamentar. A integração do debate sobre religião, mídias e mediações é ponto de partida para a compreensão desse complexo e controverso ecossistema que busca articular projetos de poder, política e afins.

Os partidos observados, apresentam programas de formação e capacitação para mulheres com o objetivo de se diferenciar entre os demais partidos nacionais. Utilizando a força representativa de Damares Alves (REPUBLICANOS) e Michelle Bolsonaro (PL), os respectivos movimentos para mulheres tem alcançado êxito no quesito de filiação e aumento da legenda com novas vereadoras e prefeitas eleitas no último processo eleitoral, ano de 2024. Entre 2023 e 2024, Damares e Michelle, circularam o país fazendo campanha de filiação e lançando propostas para a construção de um movimento nacional de “Mulheres Conservadoras”, acionando uma agenda de costumes voltado para mulheres cristãs: católicas, evangélicas e simpatizantes.

Essas mulheres se compõe do que venho buscando categorizar: são lideranças proeminentes, que distribuem seu jeito de falar, sua forma de pensar, seu modo de vestir,

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

vendem suas marcas, fundam causas, divulgam e lançam campanhas, causam o impacto, promovem o sentimento de pertencimento e identificação, inspiram, influenciam. A noção de “pessoa partível” (Strathern, 2014), onde partes de si são distribuídas e circulam entre os sujeitos afetados, sob a ideia de que pessoas se espalham. São elas, Mulheres Evento. A organização de redes digitais viabiliza uma transformadora esfera de agenciamento para o circuito de projeção para novas candidatas. Lorena Mochel (2024), construiu sua reflexão eticometodológica a partir de um grupo de whatsapp, pôde compreender como o grupo de mulheres evangélicas observado utilizava o espaço para compartilhar testemunhos e fazer momentos de elevação espiritual coletivas, naquele ambiente digital, noções sobre pertencimento auxiliavam na produção de novos sentidos e formatos da viabilização do grupo. Como espaço de sociabilidade, afeto, produção de sentido, as mulheres do grupo de pré-candidatas também combinaram dimensões similares às observadas por Mochel em sua pesquisa.

O movimento de Mulheres Conservadoras na política formal é apresentado ao público como uma alternativa, ao analisar os conteúdos e abordagens pode-se compreender que as mobilizações bem como as estratégias estão sendo viabilizadas para a construção e consolidação do engajamento de mulheres que almejam (em certa medida) a tradição e a conservação de uma agenda de costumes, porém, estão dispostas às transformações que competem ao universo do trabalho formal, das autonomias e da mudança de alguns paradigmas.

A partir de uma idealização nacional, o MC se afirma diante de alguns pilares, tendo por missão determinados princípios e valores declarados: a defesa da vida desde a concepção até a morte natural; a defesa da família natural; a defesa da infância protegida da erotização e da doutrinação progressista nas escolas; a defesa da liberdade individual; a defesa da propriedade privada; a defesa da equidade e justiça para todos; a defesa da economia livre e a prosperidade; a defesa do estado mínimo. No vídeo de lançamento Michelle e Damares apresentaram esses princípios e afirmaram “que o movimento visa construir estratégias para as mulheres se encontrarem em volta de um projeto que busca proteger os direitos das mulheres”. Tendo como objetivo propiciar um espaço que acomode as noções de pertencimento e identificação aos princípios cristãos.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|



Figura 1 Print do Instagram do MC

Pode ser encontrada no perfil do Instagram a circulação de vídeos com conteúdo diversificados sobre os temas como de saúde pública, aborto, preservação da vida, críticas à “ideologia de gênero”, divulgação do projeto de lei que visa responsabilizar o Estado para disponibilizar toda assistência pré-natal quando um estupro resultar em gravidez, orientações bíblicas, bem como a divulgação de datas consideradas importantes para o movimento; dia da dona de casa, dia da valorização da família, dia da instituição do voto feminino, dia do nascituro, enfim, conteúdos que demarcam o posicionamento conservador e mantenedor das tradições cristãs.

Esta pesquisa, não somente este recorte, toma como responsabilidade evidenciar um fenômeno que tem sido tratado de maneira isolada e forma errônea. A partir de uma antro-política que compreende a religião como parte desse fenômeno político, evidenciou o agenciamento das mulheres evangélicas e seus modos de fazer política formal. Longe de esgotar os debates, apresento essa perspectiva com o anseio de diálogos.

É de suma importância ponderar que essas mulheres evangélicas vêm tratando de temas pertinentes ao mundo da vida. É no cotidiano das fronteiras físicas, fronteiras regionais e fronteiras ideológicas que se disputam as narrativas e os corpos que personificam as representações. É também, a partir de distintos modos de fazer política que as políticas públicas vêm sendo elaboradas. Os direitos universais e direitos civis estão sendo compreendidos por coletividades que constroem suas agendas e ideais de pertencimento diante das suas indigências.

Palavras – chave: Direitos civis, formação política, dinâmicas digitais, engajamento.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Referências bibliográficas:

- BEZERRA, Jamille. Profetizando às Mulheres: mídia gospel, gênero e política. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.
- CESARINO, Leticia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*. n. 1, v. 1, p. 91-120, fev. 2020^a.
- CESARINO, Leticia. 2020b. As implicações da etnografia on-line. Webinar 4. Profa Leticia Cesarino. [S. l.: s. n.]. 1 vídeo (1h33min). Publicado pelo canal LAV – Laboratório de Antropologia Visual. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BnAbkT_ZAOg. Acesso em 10 abr. 2025.
- GEERTZ, Clifford. Nova Luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.
- LATOUR, Bruno. Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.
- MACHADO, Carly Barboza. Fazendo política em outros Congressos: tramas religiosas e práticas midiáticas e a estética da política nas periferias urbanas do Rio de Janeiro. *Debates do NER*, Porto Alegre, v.2, n. 38, p. 19 - 59, 2020.
- MACHADO, Maria das Dores. BURITY, Joanildo. A ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.57, nº3, pp. 601 a 631, 2014.
- MAFRA, Clara. 2001. Os evangélicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- MAHMOOD, Saba. Política da Devoção: o reavivamento islâmico e o sujeito feminista; tradução Bruno Reinhart. -- Rio de Janeiro: Papeis Selvagens Edições, 2025.
- MEYER, Birgit. Como as coisas importam: uma abordagem material da religião – textos de Birgit Meyer / organizadores Emerson Giumbelli, João Rickli [e] Rodrigo Toniol. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.
- MIZRAHI, Mylene. O Drive Canibalista Funk: partes da pessoa, matéria do artista. *Ilha – Revista de Antropologia*. Florianópolis, v.26 n. 2, e95563, p. 6-27, maio de 2024.
- MIZRAHI, Mylene. A agência de Alfred Gell: Exúvias e efeitos no mundo das artes. *PROA – Revista de Antropologia e Arte*. UNICAMP, 9 (1), p. 314 – 322 / Jan – Jun, 2019.
- MOCHEL, Lorena. 2023. A fluidez da unção: raça, gênero e erotismos evangélicos nas materialidades de um Ministério digital. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.
- MONTERO, Paula. “Secularização e o espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil”. *Enográfica*, Lisboa, v. 13, pp. 7-16, 2009.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

PY, Fábio; GRACINO Jr, Paulo. Religion and neoliberalism from the periphery: Elements to understand conservatism in Brazil from the large evangelical corporations of the state of Rio de Janeiro (Brazil). *International Journal of Latin American Religions* 9, 2024.

STRATHERN, Marilyn. Partes e todos: reconfigurando relações em um mundo pós-plural. In: STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; REIS, Livia. Mulheres evangélicas para além do voto: notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 22, n. 42, 2023.

O Republicanos como um agente de hegemonia da Igreja Universal do Reino de Deus: “Guerra Dos Deuses” na arena política do Rio de Janeiro

Gustavo Silvino De Oliveira (IUPERJ)

E-mail: gustavoliveira50@gmail.com

Fábio Py (IUPERJ)

E-mail: pymurta@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho logra conceber o partido *Republicanos* como um agente de *hegemonia* ou braço político da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), na arena política do Estado do Rio de Janeiro, a partir de dois parlamentares da ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), ou seja, *Danniel Librelon* e Jucélia Freitas, popularmente chamada de *Tia Ju*, cujos mandatos têm sido utilizados, de modo frequente, para a defesa de projetos de lei alinhados, fortemente, com agendas conservadoras e, principalmente, religiosas. Busca-se, especificamente, entender as interfaces do partido *Republicanos* com a Igreja Universal do Reino de Deus com base nos dois parlamentares, que tem se notabilizado pelos alinhamentos com projetos ligados à IURD, de forte apelo religioso, como o “*Dia do Obreiro da Universal*”, o “*Dia da Força Jovem Universal (FJU)*”, o “*Dia do Evangelista Universal*”, o “*Dia do Programa Universal nas Forças Policiais*”, bem como a entrega de medalhas e outras comendas a dirigentes da igreja (entre bispos e pastores) em solenidades na ALERJ.

O partido Republicanos, concebido em 2005 sob a sigla PRB (Partido Republicano Brasileiro), abriga hoje dezenas de lideranças ligadas organicamente a Igreja Universal do

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Reino de Deus, entre pastores, bispos e outros dirigentes religiosos, conforme preconiza em artigo publicado, a pesquisadora Claudia Cerqueira. O advogado e pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, Vitor Paulo Araújo dos Santos, que já foi deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro (e pelo então PRB), consta, inclusive, como redator do estatuto e requerente dos pedidos de registro do partido (Cerqueira, 2021). Em 2019, outro requerimento protocolado pelo partido foi prontamente atendido, para se utilizar, desde então, Republicanos em detrimento de PRB, a pedido de dirigentes da legenda. No site do partido diz que não foi apenas uma simples troca de “logotipo”, ou seja, uma mera formalidade, mas de “postura”, dada a conjuntura política de fortalecimento de setores da direita e extrema-direita.

Os parlamentares analisados no presente trabalho são ligados a IURD e se notabilizaram como lideranças religiosas, à frente de projetos da igreja. Danniell Librelon foi, inclusive, pastor e já fez parte do grupo de juventude da igreja, denominado “Força Jovem Universal” (FJU) e hoje ocupa lugar de destaque na entidade batizada de Arimateia, criada pela IURD para fomentar o debate político. O hoje coordenador nacional do grupo Arimateia, bispo Alessandro Paschoal, já foi lotado no gabinete do então deputado estadual do Estado de São Paulo, Wellington Moura, do Republicanos. Tia Ju já foi obreira e ainda hoje frequenta os templos da IURD e defende projetos de lei na ALERJ sintonizados com as demandas da igreja, como o “Dia do Obreiro Universal”, o “Dia do Evangelista Universal” (EVG) e solenidades como a entrega da medalha Tiradentes a dirigentes da igreja e do partido como um todo.

De fato, as portas do partido Republicanos têm sido abertas para acolher e incorporar figuras importantes da IURD, talhadas e treinadas para a arena política, dado que os dois parlamentares analisados aqui, são ligados, de uma forma ou de outra, à IURD. Nota-se hoje, a partir do que temos pesquisado e analisado, que o partido tem buscado se realocar e se reorganizar politicamente, na disputa por hegemonia e diante dos desafios para o pleito de 2026.

Os deslocamentos que o partido tem feito ultimamente, no sentido de bancar e “patrocinar” lideranças religiosas (da IURD), justifica as pistas pesquisadas pelo presente trabalho e, ainda, determinados alinhamentos com forças políticas de extrema-direita (como o bolsonarismo), bem como a busca por uma identidade política, centralizada pela chamada “ala do altar”, composta por líderes religiosos da “velha-guarda” da igreja, como o então presidente do partido no Estado do Rio de Janeiro, o bispo e deputado federal Luis Carlos Gomes.

As escolhas pelas duas lideranças políticas do partido Republicanos do Estado do Rio de Janeiro, são justificadas à luz de pelo menos dois pontos ou fatores: 1) a organicidade,

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

identidade e afinidade dele (e dela) com a IURD (Danniel Librelon, ex-pastor e Tia Ju, obreira) ; 2) o desempenho medido em votos obtidos no pleito de 2022 (e em outros), para a Assembleia Legislativa Fluminense (ALERJ) e como confirmado por Tia Ju em entrevista, grande parte de eleitores da igreja.

Na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro o partido conta hoje com três parlamentares (os três ligados a IURD), com destaque para o deputado Danniel Librelon, eleito com mais de 80 mil votos para o segundo mandato e para a deputada Tia Ju, eleita com mais de 63 mil votos, para o terceiro mandato e que ocupa o cargo de segunda vice-presidente da mesa diretora da casa e frequentemente torna-se presidente ad hoc, ou seja, interina, com o afastamento do titular (Rodrigo Bacelar). Carlos Macedo, ex-bispo da IURD completa a “bancada universal”.

Hoje, outras lideranças forjadas dentro da igreja (como os parlamentares escolhidos para ilustrar o presente trabalho), têm, de certa forma, mobilizado o projeto da IURD na política a partir do partido Republicanos e capitulado, em grande medida, para o lado da extrema-direita. Danniel Librelon e Tia Ju, são, por exemplo, da base orgânica do governador do Estado do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL) na ALERJ. São hoje do partido, quadros como o senador e ex-vice-presidente de Jair Bolsonaro, General Hamilton Mourão, a então senadora da República e ex-ministra de Jair Bolsonaro, Damarens Alves, o governador do Estado de São Paulo Tarcísio de Freitas, o presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta e tantos outros – inclusive, os filhos de Jair Bolsonaro, Carlos e Flávio, aderiram à sigla (Republicanos) anos atrás.

Por fim, cabe frisar que o estudo de caso se insere, portanto, como o principal recurso adotado para balizar o presente trabalho, embora não seja utilizado de forma isolada, mas acompanhado de outras metodologias, no sentido de enriquecer a coleta de dados. Consultas a sites por buscas na internet (do partido e dos parlamentares em foco), com horas de vídeos assistidos de discursos e defesas de projetos de lei dos parlamentares analisados pelo YouTube (TV ALERJ), facebook e Instagram, bem como o trabalho de campo in loco, a partir de objetivos traçados e delimitados (Sessões Ordinárias e Extraordinárias, Audiências Públicas, Solenidades, atividades religiosas como cultos e outras), coleta de dados (documentos, projetos) e uso de entrevistas estruturadas e semiestruturadas aplicadas, são recursos de pesquisa utilizados para se perseguir as pistas do presente trabalho.

Claro que o empirismo adotado para se trilhar e cimentar o caminho da pesquisa se ampara em ampla bibliografia (citada no final), com destaque para os artigos (publicados) sobre o tema analisado, bem como os conceitos de “hegemonia”, tomado emprestado de

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Antonio Gramsci e de “Guerra dos Deuses”, mobilizado por Michael Löwy, mas atualizado e adaptado por Fábio Py.

Palavras-chave: Partido Republicanos, IURD, hegemonia, ALERJ, deputados, extrema direita, guerra dos Deuses.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Ronaldo. **A Igreja Universal e seus Demônios – um estudo etnográfico**. São Paulo, FAPESP, 2009.

CERQUEIRA, Claudia. **Igreja como partido: a relação entre a Igreja Universal do Reino de Deus e o Republicanos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 36, Nº 107, São Paulo-SP, 2021.

DIP, Andrea. **Em Nome de Quem? A Bancada Evangélica e seu Projeto de Poder**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2025.

GRACINO JUNIOR, Paulo. **A candidata Universal: performatividade e estratégia política de uma parlamentar ligada à IURD**. São Paulo-SP, Rever, 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, 4ª Edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982.

LÖWY, Michel. **A Guerra dos Deuses: Religião e Política na América Latina**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Gustavo Silvino. **Alertas em tempos de guerra: Igreja Universal e interfaces com a ordem social – entre respostas urgentes, “encantadas” e racionalizadas**. Dissertação de mestrado em Sociologia Política, UENF, Campos dos Goytacazes-RJ, 2010.

ORO, Ari Pedro; **A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 18 (53), outubro, 2003.

PY, Fábio. Padre Paulo Ricardo: trajetória política digital recente do agente ultracatólico do cristofascismo brasileiro. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, nº 34, set./dez. 2021.

----- Bolsonaro’s Brazilian Cristofascism during the Easter period plagued by Covid-19. **International Journal of Latin American Religions** 4, 2020, p.318–34.

----- Cristofascismo, uma teologia do poder autoritário: a união entre o bolsonarismo e o maquinário político sócio-religioso. Entrevista especial. Por: Patricia Fachin e João Vitor Santos, **Instituto Humanitas Unisinos**, 2020.

----- Cristofascismo à brasileira na eleição de 2018, **Carta Maior**:

<https://www.cartamaior.com.br/?Editoria/Eleicoes/Cristofascismo-a-brasileira-na-eleicao-de-2018>

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Classificações e conflitos no campo religioso evangélico: neoliberalismo e discurso dissidente na Igreja Presbiteriana no Brasil

Hugo Cunha Lins (PPHR-UFRRJ)

E-mail: hugocunhalins@edu.unirio.br

Ronald Apolinário (PPHR-UFRRJ).

E-mail: apolinarioufrj@gmail.com

Resumo:

A presente proposta analisa o campo religioso evangélico brasileiro como espaço de disputas simbólicas, tendo como foco a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) e o discurso dissidente do pastor Antônio Carlos Costa. Entendida como denominação histórica, a IPB é um campo de classificações e conflitos onde mecanismos de reprodução da hegemonia conservadora convivem com vozes dissidentes que desafiam essa ordem. O objetivo do estudo é evidenciar como classificações religiosas, definições doutrinárias e rótulos ideológicos, são mobilizadas pelas elites eclesiais para legitimar práticas alinhadas à racionalidade neoliberal, bem como investigar de que modo um discurso teológico orientado à justiça social (como o de Costa) confronta essas estruturas de poder. De natureza qualitativa e bibliográfica, a pesquisa baseia-se em análise documental e referencial teórico crítico (Bourdieu, Gramsci, Harvey, entre outros). Espera-se demonstrar que a atuação da IPB transcende o âmbito eclesial, influenciando identidades e disputas políticas contemporâneas, ao passo que a resistência interna de atores dissidentes revela a pluralidade no campo evangélico brasileiro.

A Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) é compreendida como um campo religioso marcado por disputas simbólicas e classificatórias, em que se cruzam doutrina calvinista, conservadorismo moral e racionalidade neoliberal. Mais do que um pano de fundo, a IPB constitui espaço histórico e institucional onde se produzem conflitos internos, exclusões e tentativas de hegemonia. Nesse campo, o discurso do pastor Antônio Carlos Costa emerge como voz dissidente, desafiando a ordem dominante e denunciando desigualdades. Nos debates sobre religião e política no Brasil, as análises concentram-se geralmente em fenômenos espetaculares das igrejas pentecostais e neopentecostais, como templos midiáticos ou a “bancada evangélica”. Entretanto, a IPB, embora discreta, tem exercido profunda influência, sobretudo em espaços educacionais e jurídicos,

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

articulando religião e neoliberalismo por meio de instituições como a Universidade Presbiteriana Mackenzie e o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica (CMLE). O objetivo central da pesquisa é mapear os mecanismos de classificação e silenciamento dentro da IPB, evidenciando como elites eclesiais legitimam práticas neoliberais, ao mesmo tempo em que vozes dissidentes, como Costa, reivindicam outra interpretação do calvinismo. O problema que orienta este estudo é: de que modo o campo religioso presbiteriano se articula como espaço de disputa política e ideológica no Brasil contemporâneo?

A análise apoia-se em diferentes referenciais. O conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu (2007; 2025) permite compreender como a IPB se organiza em torno de disputas pelo monopólio da definição legítima da doutrina e da moralidade, entre agentes que acumulam capital simbólico. Nessa chave, as elites eclesiais se aproximam do tipo ideal “sacerdotes”: administradores da ortodoxia oficial, enquanto figuras como Antônio Carlos Costa se aproximam do tipo ideal “profetas”: dissidente no campo. Dialoga-se ainda com a noção gramsciana de hegemonia e aparelhos privados de hegemonia, desenvolvida por Sá Netto (2022) para interpretar o “Partido da Fé Capitalista”. A IPB, nesse sentido, atua como agente de naturalização da racionalidade neoliberal, formando subjetividades e consolidando um senso comum religioso-pró-mercado. David Harvey (2008) é fundamental para compreender o neoliberalismo não apenas como política econômica, mas como projeto de reorganização social e subjetiva, que converte a liberdade em prerrogativa do capital. Melinda Cooper (2019) amplia essa visão ao mostrar a convergência entre neoliberalismo e conservadorismo moral, chave para entender como a IPB legitima desigualdades sociais em nome de valores religiosos. Finalmente, Bloch (2002) e Trouillot (2016) orientam a leitura historiográfica crítica, revelando como silêncios e exclusões são formas de poder, tanto na narrativa institucional da IPB quanto na tentativa de marginalizar dissidentes.

O estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter histórico-bibliográfico e documental, com recorte temporal entre 2015 e 2018. No entanto, para compreender plenamente esse período, marcado pela polarização política e pelo apoio acrítico de setores evangélicos à candidatura de Jair Bolsonaro, torna-se necessário observar a trajetória histórica da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB). Isso implica considerar tanto o alinhamento da denominação ao regime militar (1964–1985) quanto sua posterior adesão ao projeto neoliberal durante a redemocratização. Esses antecedentes revelam continuidades institucionais e ideológicas que ajudam a explicar as posições assumidas na IPB no contexto analisado pelas elites eclesiais. As fontes incluem atas conciliares, documentos doutrinários (como o Manual Presbiteriano), textos de líderes presbiterianos

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

e as obras de Antônio Carlos Costa (*Convulsão protestante*, 2015; *Teologia da Trincheira*, 2017; *Azorrague*, 2018). A análise consiste em examinar como categorias classificatórias como, “comunista”, “liberal” ou “ortodoxo”, foram mobilizadas para definir legitimidades internas, bem como observar estratégias de silenciamento e exclusão. Esse corpus é interpretado à luz dos referenciais teóricos já mencionados, articulando a dimensão histórica e simbólica da disputa.

A trajetória da IPB desde a ditadura militar evidencia a consolidação de uma identidade conservadora. Sob a liderança de Boanerges Ribeiro, a denominação alinhou-se ao autoritarismo, rejeitando a Teologia da Libertação e perseguindo setores progressistas internos (Paegle, 2006; Watanabe, 2005). Esse legado anticomunista permaneceu ativo mesmo após a redemocratização, fortalecendo um ethos ortodoxo e antimoderno. Nos anos 1980–1990, a IPB intensificou seu fechamento teológico e institucional, afastando-se do diálogo ecumênico e das pautas públicas emergentes, enquanto consolidava vínculos com projetos neoliberais. Esse movimento culminou com a atuação do Mackenzie e, em 2016, com o CMLE, que explicitamente conecta fé reformada e livre mercado. A partir daí, a IPB tornou-se vetor institucional da racionalidade neoliberal no Brasil, formando quadros técnicos, ocupando cargos estratégicos e difundindo valores pró-mercado sob linguagem religiosa. Em contrapartida, o discurso de Antônio Carlos Costa tensiona o campo ao denunciar desigualdades e violências sociais a partir da tradição calvinista. Suas críticas ao Bolsonaro e à adesão acrítica de evangélicos a sua agenda político-econômica resultaram em sua classificação como “pastor comunista”, mecanismo simbólico de exclusão que revela como a disputa pelo capital religioso envolve também a manipulação de classificações ideológicas. Esse embate interno confirma que a religião não é campo neutro, mas espaço de disputas sociais. De acordo com Thompson (1998), o costume e a tradição não são estruturas fixas, mas práticas reapropriadas em contextos de conflito. Assim, tanto elites quanto dissidentes reinterpretem o calvinismo: uns para legitimar o mercado e a moral conservadora, outros para defender redistribuição e justiça social. Nesse sentido, a IPB se revela um laboratório privilegiado para observar a convergência entre neoliberalismo e conservadorismo religioso, ao mesmo tempo em que evidencia fissuras internas capazes de questionar essa hegemonia. A figura de Costa demonstra que o calvinismo pode ser mobilizado não apenas para justificar a ordem capitalista, mas também para criticá-la.

O estudo mostra que a IPB, através de seu polo hegemônico de especialistas religiosos, atua como agente ativo da neoliberalização no Brasil, não apenas no campo religioso, mas também em dimensões educacionais, políticas e culturais. Sua trajetória, da adesão à ditadura à fundação do CMLE, ilustra a continuidade de um projeto conservador adaptado

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

às demandas do capitalismo contemporâneo. Ao mesmo tempo, a emergência de vozes dissidentes, como Antônio Carlos Costa, evidencia que o campo religioso não é homogêneo: nele se travam disputas que podem tanto reforçar quanto questionar a hegemonia social vigente. O contraste entre elites e profetas dissidentes revela que a religião, longe de ser mero reflexo, constitui força ativa na conformação ou resistência a projetos autoritários e neoliberais. Como desdobramento, futuras pesquisas podem ampliar a análise para outros segmentos protestantes históricos ou para o papel das mídias religiosas na difusão de narrativas políticas. A contribuição aqui proposta é evidenciar que a disputa simbólica no interior da IPB ilumina as complexas interseções entre religião, identidade e política no Brasil contemporâneo.

Palavras – chave: Igreja Presbiteriana do Brasil; Hegemonia; Discurso Religioso; Conservadorismo; Neoliberalismo.

Referências bibliográficas:

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Escritos em meio ao fogo. Campina Grande: EDUEPB, 2023.
- BIÉLER, André. O pensamento econômico e social de Calvino. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.
- BLOCH, Marc. Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Le mort saisit le vif In: _____. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Microcosmos: Teoria dos Campos. São Paulo: EDUSP, 2025.
- CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- COSTA, Antônio Carlos. Teologia da Trincheira. Reflexões e provocações sobre o indivíduo, a sociedade e o cristianismo. Mundo Cristão. Primeira edição: fevereiro de 2017. p. 120-124.
- COOPER, Melinda. Los valores de la familia. Madrid: Katz Editores, 2019.
- FRESTON, Paul. Protestantismo e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. 1993. Tese (Doutorado). UNICAMP.
- FRESTON, Paul. Religião e política, sim – Igreja e Estado, não. Viçosa, MG: Ultimato, 2006.
- GONZALBO, Fernando Escalante. Historia mínima del neoliberalismo. México: El Colegio de México, 2015.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

- HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
- NOGUEIRA, David Juglierme Alves. Análise de um modelo litúrgico reformado. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). PUC Goiás, 2015.
- PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. A posição política da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nos anos de chumbo (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História). UFSC, 2006.
- PY, Fábio. Padre Paulo Ricardo: trajetória política digital recente do agente ultracatólico do cristofascismo brasileiro. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 13, nº 34, set./dez. 2021.
- SÁ NETTO, Rodrigo de. O partido da fé capitalista. Tese (Doutorado em História). UFF, 2022.
- THOMPSON, E. P. Costumes em Comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o Passado. Curitiba: Huya, 2016.
- WATANABE, Tiago Hideo Barbosa. Caminhos e histórias: a historiografia do protestantismo na Igreja Presbiteriana do Brasil. REVER, v. 1, 2005.
- WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 141-167.
- WINK, Georg. Conservadorismo brasileiro e a nova direita. Belo Horizonte: Emcomum, 2023.
- REVISTA MACKENZIE. Revista Mackenzie. São Paulo: Instituto Presbiteriano Mackenzie, ano XVII, n. 65, abr./jun. 2016.

Prosperidade em disputa: éticas pentecostais e neoliberalismo na periferia de Campos dos Goytacazes

Réia Sílvia Pereira (UENF)

E-mail: artigodebates@gmail.com

Wania Mesquita (UENF)

E-mail: mesquita@uenf.br

Resumo:

Este trabalho analisa as formas pelas quais a teologia da prosperidade é vivida, reinterpretada e disputada em contextos pentecostais periféricos, a partir da experiência de duas missionárias atuantes em Campos dos Goytacazes (RJ). A pesquisa articula etnografia e entrevistas em profundidade, focalizando trajetórias marcadas pela vulnerabilidade social, pela moralização da pobreza e pela ressignificação de categorias

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

religiosas em meio às lógicas neoliberais contemporâneas. Inspirando-se em Weber, Fassin e Reinhardt, argumentamos que a prosperidade não se reduz a um alinhamento automático ao “espírito” do neoliberalismo, mas constitui um horizonte ético situado, atravessado por disputas de gênero, raça, território e classe. Enquanto uma missionária enfatiza a prosperidade como reconstrução e promessa de ascensão moral e material, a outra valoriza a suficiência cotidiana, ancorada na noção de maná e na espera ativa por milagres. Assim, a análise ilumina como a prosperidade pentecostal opera simultaneamente como crítica e reprodução da ordem social, revelando tensões centrais na configuração das identidades religiosas no século XXI.

A teologia da prosperidade tornou-se um dos eixos centrais das transformações do pentecostalismo no Brasil, articulando promessas de bênçãos materiais e espirituais ao esforço individual e à fé. Na periferia de Campos dos Goytacazes (RJ), esse discurso adquire contornos específicos, atravessados por precariedades econômicas, violência urbana e desigualdades de gênero, classe e raça. Este trabalho analisa as formas situadas pelas quais a prosperidade é vivida e disputada, com foco nas trajetórias de duas missionárias pentecostais. Nosso objetivo é compreender como a prosperidade se constitui como ética vivida (Fassin, 2018), operando tanto como horizonte moral quanto como linguagem de sobrevivência em contextos de vulnerabilidade.

A discussão parte de Max Weber (2004), que vincula o ethos protestante à gênese do capitalismo, mas dialoga com críticas e atualizações contemporâneas. Reinhardt (2023) propõe pensar a prosperidade como parte de um “terceiro espírito do capitalismo”, articulado ao neoliberalismo. Fassin (2018), por sua vez, introduz a noção de “ética vivida”, permitindo observar como categorias morais são incorporadas em práticas concretas. A análise também dialoga com a crítica pós-colonial de Comaroff & Comaroff (2000) sobre o “capitalismo religioso” e com pesquisas brasileiras que examinam o pentecostalismo nas periferias (Mesquita, 2017; Pierobon, 2022; Pereira, 2021).

A pesquisa resulta de trabalho de campo desenvolvido entre 2023 e 2024 em bairros periféricos de Campos dos Goytacazes. Utilizamos observação participante em cultos e atividades missionárias, além de entrevistas em profundidade com pastores, fiéis e, em especial, duas missionárias que se tornaram personagens centrais do estudo: aqui denominadas Ana e Tábita. A abordagem qualitativa priorizou a reconstrução de narrativas de vida, explorando como experiências pessoais e coletivas são reinterpretadas à luz da teologia da prosperidade.

As trajetórias das missionárias revelam duas formas distintas de apropriação da prosperidade.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Ana enfatiza a prosperidade como ética da reconstrução. Sua narrativa valoriza a ascensão moral e material, a conquista de estabilidade financeira e a legitimação pública de sua vocação pastoral. Para ela, prosperar significa superar o estigma da pobreza e alcançar reconhecimento comunitário, em um horizonte de transformação pessoal e social.

Tábita, por outro lado, constrói a prosperidade como ética da suficiência. Em suas pregações, recorre à imagem bíblica do maná, destacando a provisão diária e a espera ativa por milagres. A prosperidade, em sua experiência, não se traduz em acúmulo, mas em sobrevivência digna, sustentada por laços afetivos e práticas de cuidado coletivo.

Essas diferenças mostram que a prosperidade não se apresenta como categoria homogênea, mas como espaço de disputa simbólica e prática. Ambas as perspectivas, contudo, estão atravessadas por tensões de gênero e classe: as missionárias enfrentam resistências no campo religioso por ocuparem posições de liderança feminina e por articularem sua autoridade espiritual à experiência da precariedade.

Considerações finais

A análise evidencia que a prosperidade pentecostal não pode ser reduzida a uma mera tradução do neoliberalismo. Ao contrário, ela se constitui como ética situada, simultaneamente reprodutora e crítica da ordem social. Nas experiências das missionárias, prosperidade significa tanto promessa de ascensão quanto suficiência mínima, operando como linguagem de dignidade em contextos de precariedade. Assim, este estudo contribui para compreender as formas plurais pelas quais religião, identidade e disputas morais se articulam nas periferias urbanas brasileiras do século XXI.

Palavras – chave: pentecostalismo; prosperidade; neoliberalismo; ética vivida; periferia urbana.

Referências bibliográficas:

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Millennial capitalism and the culture of neoliberalism. Durham: Duke University Press, 2000.

FASSIN, Didier. Life: A critical user's manual. Cambridge: Polity Press, 2018.

MESQUITA, Wania. Pentecostalismo e periferia: gênero, moralidade e espaço urbano. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

PEREIRA, Réia Sílvia. Sociabilidade violenta e moralidade nas favelas brasileiras. Vitória: Edufes, 2021.

PIEROBON, Camila. Religião e desigualdade na periferia urbana. São Paulo: Annablume, 2022.

REINHARDT, Bruno. O terceiro espírito do capitalismo. Belo Horizonte: UFMG, 2023.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Uma visão dos trabalhadores da baixada: memória social a partir das crônicas urbanas do jornal A Folha da diocese de Nova Iguaçu na década de 1970.

Pedro Henrique Pimentel Reis (IUPERJ)
E-mail: pedropimentel542@gmail.com

Resumo:

Nosso principal anseio é apresentar uma visão dos trabalhadores periféricos na década de 1970. Geograficamente, o trabalho está circunscrito em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense. Tomamos como enfoque o jornal A Folha, criado em 1972 pela Diocese de Nova Iguaçu durante a liderança do bispo Dom Adriano Hypólito, abertamente alinhado à Igreja da Libertação. O jornal foi um veículo de comunicação semanal que extrapolava os limites religiosos, tornando-se uma ferramenta estratégica da Diocese para promover reflexões críticas sobre temas sociais e políticos, consolidando-se como expressão do pensamento político católico na região. Partiremos da reflexão de Michael Pollak para observar a memória subterrânea dos trabalhadores urbanos construída nas crônicas do jornal. Consideramos um tipo de memória subterrânea, à medida que a Diocese elabora um perfil do trabalhador da Baixada a partir de sua ótica de mundo. Nesse sentido, buscaremos compreender como o cotidiano dos trabalhadores é apresentado no jornal da diocese e de que modo a memória social desses trabalhadores irrompe de maneira subversiva em um contexto marcado pela repressão política e pelo cerceamento de direitos sociais.

Entre os municípios que compõem a Baixada Fluminense, Nova Iguaçu é o segundo mais populoso, com 785.867 habitantes, segundo o último censo do IBGE. A região enfrenta desafios históricos relacionados à exclusão socioespacial, violência, precariedade nos serviços públicos e mobilidade urbana limitada. A partir da recuperação da memória dos trabalhadores da década de 1970, especialmente por meio das crônicas do jornal A Folha, produzido e veiculado durante a ditadura militar pela Diocese de Nova Iguaçu, é possível refletir sobre como esses sujeitos vivenciaram e enfrentaram a negação de direitos sociais. Tal abordagem contribui para pensar novas estratégias de construção democrática e de organização popular, evidenciando como narrativas periféricas podem

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

impulsionar a construção de vínculos comunitários entre os trabalhadores da Baixada Fluminense.

O trabalho analisará o jornal A Folha, da Diocese de Nova Iguaçu, que integra o acervo documental digitalizado pelo Centro de Documentação e Imagem (CEDIM) e está disponível no Repositório Institucional de Múltiplos Acervos da UFRRJ. Tomamos como métodos e técnicas de pesquisa a análise documental das seguintes crônicas publicadas no jornal: “Imagem sangrenta num fim de semana”, “Transporte Popular em Sociedades de Classes”, “É preciso dividir o bolo, Severino” e “Imagem somente Imaginada”. A seleção do material se justifica por se tratar de documentos que narram cenas de violência, rotina no transporte público e diálogos do cotidiano dos trabalhadores da Baixada Fluminense. Partiremos da reflexão de Michael Pollak para observar a memória subterrânea dos trabalhadores urbanos construída no jornal. Consideramos um tipo de memória subterrânea, à medida que a Diocese atua como Igreja periférica, elaborando um perfil do trabalhador da Baixada a partir de suas experiências e ótica de mundo.

À luz de Pollak, compreendemos as memórias subterrâneas dos trabalhadores da Baixada Fluminense como um espaço de disputas simbólicas, em que as culturas dominadas da periferia sofrem constante tentativa de silenciamento pela memória oficial. As crônicas selecionadas representam cenas que marcam a vida dos trabalhadores radicados nas regiões periféricas do Rio de Janeiro. Essas cenas constituem situações e lugares de memória, que quando evocadas, encontram adesão comum entre os grupos minoritários que sofrem cotidianamente as opressões.

O cotidiano dos trabalhadores representados nas crônicas de A Folha não se apresenta como algo dado, mas como uma construção narrativa e simbólica. Inspirados na reflexão teórica de Pollak, compreendemos que a memória subterrânea dos trabalhadores urbanos da Baixada Fluminense é constituída nas experiências cotidianas marcadas pela precariedade do transporte público, pela falta de segurança, pelas formas de exclusão social e pela projeção de um projeto de sociedade em comum. Nesse contexto, o jornal assume um papel institucional fundamental ao participar ativamente da construção de uma memória subterrânea dos trabalhadores da região. Por meio de personagens como “Zé da Silva”, são articuladas cenas que evidenciam a desigualdade urbana e a busca por dignidade. Assim, o cotidiano desses sujeitos é construído em trajetos ao trabalho, passeios em família ou conversas informais, compondo uma memória subterrânea atravessada pela organização popular e pelo desejo de transformação social.

Palavras – chave: Diocese de Nova Iguaçu; Memória dos trabalhadores; Crônicas Urbanas; Teologia da Libertação; Jornal A Folha.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

Referências bibliográficas:

- CARVALHAES, Cláudio; PY, Fábio. Teologia da libertação: história, temas e nomes. *CrossCurrents*, v. 67, n. 1, p. 340-364, 2017.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista estudos históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista estudos históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PY, Fábio, REIS, Pedro Henrique; AMARAL, Clínio. The Subterranean Memory and the Criticism of Capitalism of the Diocese of Nova Iguaçu in the Newspaper “*A Folha*” (1972–1981), *Religions*, 16, no. 12, 2025.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória e ditadura militar: Lembrando as violações de direitos humanos. *Tempo Social*, v. 33, p. 289-309, 2021.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O retorno do pesadelo: um estudo sobre a luta da memória contra o esquecimento. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 121, p. 103-122, 2020.

Razões místicas descoloniais, direito e perspectivas empíricas de racismo religioso em mulheres do terreiro: demandas de um direito latino-americano

Nathália Damasceno Victoriano (UFRRJ)

E-mail: ndamascenovictoriano@gmail.com

Resumo:

O presente artigo busca compreender como mulheres em terreiros de Umbanda elaboram resistências diante do racismo religioso e como essas práticas reverberam em uma visão descolonial do direito. A pesquisa empírica participante foi realizada junto a um terreiro na região metropolitana do Rio de Janeiro, utilizando entrevistas semiestruturadas com mulheres. O referencial teórico fundamenta-se na epistemologia descolonial (Dussel, 2013; 2020; Quijano, 2005; Mignolo, 2008), que questiona o universalismo eurocêntrico da modernidade e propõe a valorização das tradições e saberes locais, entendendo-os como fundamentos ético-axiológicos de juridicidade. Nesse sentido, o campo religioso é compreendido como espaço político de disputa e resistência, no qual práticas rituais e experiências místicas se transformam em formas de elaboração do direito e de enfrentamento das opressões. Como resultados esperados, a pesquisa busca demonstrar que a religiosidade afro-brasileira, na experiência das mulheres, constitui não apenas um

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

campo espiritual, mas também político e jurídico, orientado às demandas de libertação e justiça próprias da América Latina.

O artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida em sede de mestrado, voltada à elaboração de dissertação, a partir de uma investigação empírica participante realizada no terreiro Tenda Espírita Luz de Maria, em Duque de Caxias, pertencente à doutrina de Umbanda do Caboclo Mirim. Foram entrevistadas 21 mulheres do terreiro, utilizando-se o método de amostragem por quotas (Fávero; Belfiore, 2017; Victoriano, 2025).

A análise seguiu a etnometodologia de Harold Garfinkel (2018). A aplicação do método se mostra relevante porque, dentro de um território religioso com bases africanas, há uma linguagem e uma ritualística próprias do grupo. Cada terreiro possui sua especificidade, que é compartilhada no senso comum desenvolvido pelas praticantes, ainda que muitas vezes sem plena consciência da reflexividade de suas ações, embora saibam descrevê-las (accountability - Bello; Falbo, 2014). Esses etnométodos são específicos de arranjos sociais, razão pela qual não podem ser compreendidos como universais.

O presente artigo busca refletir sobre a articulação entre práticas religiosas afro-brasileiras, epistemologia descolonial e experiências de racismo religioso narradas por mulheres em terreiros de Umbanda. O objetivo é evidenciar como a religiosidade, ao mesmo tempo que se insere em um campo espiritual, também constitui espaço político e jurídico de resistência, elaborando um direito próprio que se orienta às demandas históricas e culturais da América Latina.

O ponto de partida teórico está na crítica de Enrique Dussel (2013; 2020) à modernidade eurocêntrica, entendida não como conceito universal e a-histórico, mas como construção situada que se formou pela apropriação e invisibilização dos saberes de povos colonizados. O autor defende a necessidade de inverter o olhar, reconhecendo o valor das tradições e práticas místicas como fundamentos ético-axiológicos que sustentam outras formas de juridicidade. Essa epistemologia descolonial, aprofundada por autores como Aníbal Quijano e Walter D Mignolo, enfatiza a corporeidade, ou seja, o conhecimento produzido a partir da posição concreta dos corpos no Sul Global, atravessados por categorias de gênero, raça e religiosidade.

Metodologicamente, a pesquisa tem caráter qualitativo e etnográfico, estruturada a partir da observação participante em rituais, entrevistas semiestruturadas com mulheres dirigentes e frequentadoras do terreiro, além do registro de narrativas orais sobre experiências de discriminação religiosa e resistência. O campo empírico situa-se em Duque de Caxias, na região metropolitana do Rio de Janeiro, onde a prática da Umbanda é compreendida como espaço de construção comunitária e política.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Na Tenda Espírita Luz de Maria, terreiro de Umbanda onde foi desenvolvida a pesquisa empírica, há predominância feminina, inclusive no comando. O estudo evidencia que o terreiro, longe de ser apenas um local de culto, configura-se como campo político no sentido proposto por Dussel (2013), isto é, como espaço atravessado por forças, sujeitos e vontades que convergem para a manutenção da vida comunitária. Nesse contexto, as práticas místicas e rituais, como os pontos cantados, as consultas espirituais e as oferendas, operam como narrativas de resistência e como linguagem própria para a formulação de um direito alternativo, enraizado em cosmologias afro-brasileiras.

As narrativas das mulheres entrevistadas revelam que o racismo religioso não é apenas uma experiência de exclusão social, mas também um desafio cotidiano que mobiliza respostas espirituais e políticas. Essas respostas incluem tanto estratégias de denúncia e reivindicação de direitos no âmbito estatal quanto a reafirmação de identidades e práticas ancestrais no interior do terreiro. Assim, a resistência se dá em múltiplos níveis: no enfrentamento das agressões externas, na preservação da tradição, na transmissão dos ensinamentos e na reconfiguração de sentidos de justiça.

Os resultados apontam que a religiosidade afro-brasileira vivida por mulheres não deve ser reduzida a fenômeno cultural ou espiritual, mas compreendida como espaço de produção de juridicidade, orientado por princípios ético-metafísicos que dialogam com a política da libertação defendida por Dussel. A pesquisa busca demonstrar que essa forma de direito, ancorada em razões místicas e na experiência comunitária, questiona o universalismo jurídico ocidental e contribui para o reconhecimento de um pluralismo jurídico efetivamente latino-americano.

Para Dussel (2020, p. 33), o debate filosófico na América Latina deveria iniciar com “la recuperación de los fundamentos éticos de sus propias culturas (...) recuperar la valoración de la propia tradición, y desde ella, dialogando con la única Modernidad posible, que es la europea, adoptar las invenciones que no contradicen éticamente nuestras tradiciones”. Essa conscientização frente à modernidade pode ser dividida, segundo o autor, em cinco gerações, sendo a quinta delas resultado da teoria da epistemologia descolonial desenvolvida por pensadores como Aníbal Quijano, Walter D Mignolo e Ramón Grosfoguel. Nesse percurso descolonial, “a condição do ser é primordial à manifestação do saber” (Rufino, 2019, p. 9).

A prática religiosa da Umbanda constitui, portanto, um campo político situado em um território essencial, pois suas práticas ritualísticas dependem de um espaço físico para se desenvolverem. A singularidade da compreensão espiritual de cada entrevistada, bem como a força necessária para resistir à exclusão e aos preconceitos sociais diante da vivência religiosa, configuram um verdadeiro campo político de resistência.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Ao tratar da política da libertação, Dussel (2020, p. 193–194) cita autores como Badiou, Benjamin, Deleuze, Vattimo, Laclau e Guattari para defender a possibilidade de uma fundamentação ético-metafísica que, aliada ao princípio da materialidade e à “metafísica de la exterioridad”, impede que a argumentação “se pierda en elucubraciones matemáticas, subjetivistas o formalistas”, permitindo, assim, atribuir a um povo o protagonismo de seu próprio movimento de libertação. A consideração da materialidade metafísica de um povo representa, portanto, a negação do princípio da totalidade fetichizada e “se enmarca, además, en principios estratégicos de factibilidad, formales de legitimidad y núcleos ético-míticos que lo nutren de sentido”.

Ao articular mística, direito e resistência, o estudo pretende contribuir para o debate sociológico sobre religião e política no século XXI, destacando como as mulheres dos terreiros de Umbanda elaboram respostas criativas e potentes às violências coloniais ainda presentes.

Palavras-chaves: Descolonialidade; Racismo religioso; direito latino-americano; Pluralismo jurídico.

Referências bibliográficas:

BELLO, Enzo; FALBO, Ricardo Nery. Questões etnometodológicas para pensar o Direito: um estudo empírico das ocupações dos movimentos sociais de luta pela moradia na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Quaestio Iuris*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 683-709, 2014.
DUSSEL, Enrique. 20 Tesis de política: Obras selectas 24. Spanish Edition. Buenos Aires: Docencia, 2013.

DUSSEL, Enrique. Siete ensayos de filosofía de la liberación: Hacia una fundamentación del giro decolonial. Spanish Edition. Editora Trotta, 2020. Edição do Kindle.

FÁVERO, Luiz Paulo Lopes; BELFIORE, Patrícia Prado. Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel, SPSS e Stata. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002858123> Acesso em: 14 jun. 2025.

GARFINKEL, Harold. Estudos de etnometodologia. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, 2008, p. 287-324. Disponível em: https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf Acesso em: 05 set. 2024.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, 2000. Disponível em:

<https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140507042402/eje3-8.pdf>

Acesso em: 05 abr. 2025.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

VICTORIANO, Nathália Damasceno. Axé, gênero e resistência: vozes femininas do terreiro frente ao racismo religioso no direito. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2025. Disponível em:

<https://ppgdc.uff.br/wp-content/uploads/sites/681/2025/06/ESSE-Dissertacao-Nathalia-Damasceno-Victoriano-PPGDC-Nathalia-Damasceno-Victoriano.pdf>. Acesso em: 14 set. 2025.

ST 06 - MÍDIA E POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: DESAFIOS, CONFLITOS E PERSPECTIVAS

Coordenadores:

Fernando Vieira

Osvaldo Silva

“Fôlha do professor”: panorama, desafios e perspectivas do jornal do SINPRO-RIO (1959-2024)

Natasha Mosley (UNIRIO/SINPRO-RIO/UFF)

E-mail: natasha.mosley3@edu.unirio.br

Pedro Cheuiche (SINPRO-RIO)

E-mail: pedrocheuiche@gmail.com

Resumo:

Esta apresentação dialoga com a temática proposta pelo simpósio temático intitulado “Mídia e Política no Brasil Contemporâneo: Desafios, Conflitos e Perspectivas” ao tratar de

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

um meio de comunicação produzido e divulgado por um agente político notório na história do sindicalismo brasileiro: a “Fôlha do Professor” - que veio a se tornar “Jornal do Professor” -, periódico publicado pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (Sinpro-Rio) desde 1959. Sustenta-se, em suma, que o jornal constituiu, longamente, uma ferramenta importante na luta dos professores no Rio de Janeiro, sendo responsável por tecer uma aproximação entre o sindicato e a categoria. Diante desse quadro, almeja-se refletir sobre os impactos sofridos por esta entidade e seu jornal no curso das transformações políticas e sociais oriundas dos avanços das novas tecnologias midiáticas: como esse cenário atingiu a comunicação entre o sindicato e sua base; como isso se refletiu na mobilização dos professores em defesa de seus direitos; etc. Esta análise tem, como metodologia, a leitura de exemplares seletos da “Fôlha do Professor” e a realização de entrevistas com dirigentes sindicais. Por meio destes dois métodos, busca-se identificar o papel do periódico ao longo dos anos em questão, atentando-se às mudanças que o atingiram.

Desde maio de 2024, o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (Sinpro-Rio) vem desenvolvendo um Projeto Memória. Com uma equipe composta por dois pesquisadores contratados - uma historiadora e um sociólogo -, o objetivo do trabalho é estruturar um memorial que remonta aos 94 anos do sindicato, o primeiro fundado no Brasil para representar a classe do professorado. As pesquisas vêm sendo realizadas, primordialmente, no arquivo da sede do Centro do Sinpro-Rio, onde os pesquisadores vêm se debruçando sobre um vasto acervo documental, composto por: edições dos periódicos “Fôlha do Professor” e do “Jornal do Professor”; fotos; boletins; atas; cartazes; panfletos; agendas; correspondências; objetos da cultura material, etc. Outra metodologia de pesquisa consiste na realização de entrevistas com diretores sindicais que possuem uma extensa trajetória de atuação no movimento sindical docente. A partir desta, buscou-se identificar episódios considerados marcantes na trajetória do sindicato. Mesclando ambos métodos de pesquisa, o Projeto Memória do Sinpro-Rio visa, em síntese, reconstruir a história do primeiro sindicato de professores do Brasil, salientando sua atuação histórica em defesa da classe docente e de pautas democráticas. Considerando o recorte temático proposto por este simpósio, esta apresentação busca tecer uma análise abrangente dos números da “Fôlha do Professor” - que depois veio a se chamar “Jornal do Professor” -, periódico criado pelo sindicato no ano de 1959. Apesar de terem sido identificados alguns hiatos na periodicidade de sua publicação, as pesquisas realizadas até o momento vêm apontando que o jornal constituiu um meio estratégico para se compreender a trajetória de atuação do Sinpro-Rio. A partir desse cenário, pretende-se destrinchar os mecanismos desenvolvidos pelo Sinpro-Rio ao longo destes anos no que tange ao seu periódico: isto é,

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

qual era o papel deste veículo de comunicação dentro do sindicato; quais narrativas eram veiculadas; quais os desafios do jornal em meio à luta sindical docente; etc. Uma análise preliminar das notícias publicadas nos números deste periódico aponta para uma variedade de temas veiculados desde a sua gênese até os dias atuais: anúncios de convênios e serviços ofertados aos sindicalizados; divulgação de cursos, palestras e eventos diversos organizados pelo Sinpro-Rio; conquistas trabalhistas, salariais e sociais da categoria; campanhas, greves e paralisações empreendidas pelo sindicato; breve panorama do noticiário nacional e internacional, dentre outros. Ao longo dos anos, a recorrência de cada um desses temas veio sofrendo alterações, mediante a conjuntura histórica-social em que o periódico se inseria. No início da circulação da “Fôlha do Professor”, depreendeu-se que o periódico constituía um meio importante para integrar os professores à luta sindical - quadro este que vem se alterando de forma significativa ao longo das últimas décadas.

Mudanças como esta sinalizam para desafios que o sindicato vinha e vem enfrentando. Entrevistas realizadas com dirigentes sindicais apontam que o retrocesso dos meios de comunicação tradicionais e o avanço das mídias digitais compuseram um empecilho para se manter e fortalecer a vinculação do sindicato com a categoria. Relatam, ainda, que um maior investimento nestas novas tecnologias pode constituir uma estratégia importante para fortalecer a luta sindical dos professores, à medida que se engendraria a aproximação tão almejada.

Diante desse cenário, tem-se, como resultados preliminares, algumas hipóteses. À priori, entende-se que a “Fôlha do Professor” - seja no seu formato impresso ou digital - não se restringe a um meio de comunicação e informação sobre as atividades do sindicato. Através de uma ampla divulgação na base sindical, o periódico se constitui como um agente notório de formação de opinião. Assim sendo, compreende-se que, a partir desta análise de caso, pode-se tecer uma compreensão mais ampla sobre o movimento sindical docente e suas estratégias de comunicação. O investimento em uma ferramenta como um jornal pode ser capaz de promover um (re)integração da categoria em meio a um quadro adverso do sindicalismo - sobretudo o docente. Considerando esta relevância, defende-se, ainda, a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema, viabilizando, assim, uma compreensão mais aprimorada da conjuntura sindical dos dias de hoje.

Palavras-chave: jornal; sindicato; professores; Rio de Janeiro; mobilização.

Referências bibliográficas:

COELHO, Ricardo B Marques. O Sindicato dos Professores e os estabelecimentos particulares de ensino no Rio de Janeiro 1931-1950.. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1988.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-154.

MITTELMAN, Tânia. A trajetória do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (Sinpro-Rio): da redemocratização ao neoliberalismo (1985-1999). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2018.

Narrativas de (re) existência indígena no espaço público digital: estratégias de midiativismo indígena nas plataformas digitais e a disputa por sentido

Priscila Fernanda dos Santos Loureiro (PUC-Rio)

E-mail: loureiropriscila@id.uff.br

Resumo: Este artigo investiga o papel do midiativismo indígena como estratégia de (re)existência e disputa de narrativas no espaço público digital. Adotando uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, a pesquisa analisa a atuação de três Atores Políticos Indígenas (APIs) — a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) e a Mídia Indígena — em plataformas como Facebook, Instagram, X e YouTube. O estudo busca observar como esses atores se apropriam das mídias digitais para politizar o conceito de corpo-território, combatendo o colonialismo e o silenciamento histórico. Através da produção de suas próprias narrativas, eles denunciam violações de direitos, desconstruem estereótipos e articulam suas lutas por justiça social, ambiental e territorial. Como resultados esperados da análise, compreender se o midiativismo fortalece a agência política indígena, permitindo a mobilização de redes de solidariedade, a influência sobre políticas públicas e a reconfiguração do ativismo e da esfera pública para além de suas fronteiras físicas. E se este processo de apropriação, subverte estruturas digitais que reproduzem epistemologias hegemônicas, indicando a possibilidade de empoderar comunidades historicamente marginalizadas e silenciadas, e dar centralidade às suas vozes no debate público local e global.

A lente teórica deste estudo é a interseccionalidade (COLLINS; BILGE, 2021), abordagem fundamental para analisar como sistemas de poder como o colonialismo, o racismo e o patriarcado se cruzam para oprimir e moldar as experiências e as formas de ativismo dos povos indígenas. A emergência das plataformas digitais, conforme analisado por Manuel Castells (1996), criou uma sociedade de plataforma interconectada por 'nós', onde a informação se torna a matéria-prima e o poder reside no controle dos fluxos comunicativos. Nessa sociedade em rede, a ascensão das plataformas digitais como

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

mediadoras das interações sociais expandiu os espaços de mobilização política, superando as limitações de tempo e espaço das formas tradicionais de ativismo. Nesse cenário, o movimento indígena no Brasil emerge como um exemplo de como a apropriação desses novos meios pode dar visibilidade a vozes historicamente silenciadas.

No entanto, essa digitalização da vida apresenta um paradoxo democrático. Embora as redes sociais possibilitem a participação de grupos marginalizados, elas também contribuem para a fragmentação social, a disseminação de desinformação e o crescimento de um populismo autoritário. A esfera pública digital se afasta dos ideais Habermasianos (2003), com a intensificação de “bolhas” e discursos de ódio, o que representa uma crise para as democracias contemporâneas.

Ainda assim, o potencial transformador das redes é inegável. A atuação de sujeitos subalternizados e excluídos, como os APIs, demonstra como é possível se apropriar dessas ferramentas para ocupar e reconfigurar o espaço público. Conforme Judith Butler (2019) e Fernando Lima Neto (2025) argumentam, a ação política emerge da presença de corpos em conjunto, os APIs utilizando as mídias digitais para ampliar a performatividade de suas lutas para além dos limites físicos, criando uma esfera pública onde a ação nas ruas e a atuação nas redes se complementam.

O midiativismo, nesse contexto, conforme Braighi e Câmara (2018), representa uma prática de luta que não se restringe ao ambiente virtual, mas complementa as ações presenciais com o objetivo de construir uma narrativa própria e diversa em relação à comunicação hegemônica, dando visibilidade a acontecimentos invisibilizados.

Empiricamente, a práxis do midiativismo indígena se manifesta em diferentes frentes. A Mídia Indígena (2025) nasceu como uma resposta geracional à invisibilidade e aos estereótipos da mídia hegemônica. Sob o lema “mostrar nossa cultura sem precisar que o branco fale por nós”, o coletivo atua como um “guerreiro digital” que promove a soberania narrativa. Sua prática de “demarcar as telas” traduz a luta pelo território físico para o ambiente digital, onde validam suas informações com anciões e lideranças, numa clara resistência epistêmica. Foram cruciais, por exemplo, ao enquadrar o Marco Temporal como um “genocídio legislado”, mobilizando a sociedade civil.

Por sua vez, a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA, 2025) materializa a interseccionalidade. Seu potente lema, “Nosso corpo é território”, condensa a indissociabilidade da luta contra o colonialismo (pela terra), o patriarcado (pela segurança e autonomia dos corpos) e o racismo (direito à vida e cultura indígena). Essa visão se traduz em reivindicações integradas que articulam a demarcação de terras com a exigência de políticas de saúde específicas para mulheres e a adaptação

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

de leis, como a Maria da Penha, para protegê-las contra a violência de gênero, respondendo de forma complexa às múltiplas opressões.

Finalmente, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2025) funciona como a principal instância de aglutinação do movimento, nascida do Acampamento Terra Livre. Unificando sete organizações regionais, sua bandeira central é a demarcação de terras, como visto na mobilização “Luta Pela Vida” contra o Marco Temporal. E, operando em múltiplas escalas: nacionalmente, com a estratégia de “Aldear a Política” para eleger representantes e formar a “Bancada do Cocar”; e globalmente, atuando como voz indispensável nas Conferências Climáticas da ONU (COPs), onde afirmam que a solução para a crise climática depende da proteção dos territórios indígenas.

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. O objetivo central é investigar como os Atores Políticos Indígenas (APIB, ANMIGA e Mídia Indígena) utilizam o midiativismo para reconfigurar a esfera pública e fortalecer sua agência política. Para isso, será realizada uma análise documental dos materiais produzidos e veiculados por esses grupos em suas principais plataformas digitais (Facebook, Instagram, X e YouTube).

O recorte temporal, de 2010 a 2025, foi escolhido por abranger o período de intensificação do uso das mídias digitais por movimentos sociais e a consequente emergência do ativismo político indígena nesse novo ambiente. A análise se concentrará na identificação de padrões de comunicação, repertórios de ação política e estratégias de visibilidade empregadas para construir suas narrativas no espaço público digital.

A questão de pesquisa é: como os APIs constroem suas narrativas culturais no espaço público digital, conseguem emergir e se manter visíveis em um contexto de intensa polarização e desinformação? A hipótese é que a apropriação das redes sociais pelos APIs não apenas promove a inclusão de vozes sistematicamente excluídas do debate público, mas também reconfigura ativamente a participação social e as relações de poder.

Espera-se demonstrar que, apesar de seus desafios, o espaço público digital oferece um enorme potencial para a transformação política. O midiativismo indígena é um exemplo notável de como grupos marginalizados se apropriam dessas ferramentas para fortalecer suas lutas, disseminar suas culturas e dar visibilidade às suas mobilizações, superando barreiras impostas por instituições tradicionais.

Essa (re)existência digital não representa apenas uma busca por visibilidade, mas uma batalha pelo reconhecimento social da legitimidade de seus conhecimentos e modos de vida, o que é essencial para a construção de um imaginário social mais inclusivo. A luta pela demarcação dos corpos-territórios expande-se para as plataformas, onde se afirma que “a luta pela Terra é a mãe de todas as lutas” (MÍDIA INDÍGENA, 2025). Em última

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

análise, o midiativismo indígena nos convida a redefinir as noções sobre participação e democracia, evidenciando que o futuro depende da garantia dos direitos e territórios dos povos originários.

Palavras-chave: Midiativismo; Povos Indígenas; Espaço Público; Digital; Corpo-território.

Referências bibliográficas:

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. Sobre a APIB. Disponível em:

<https://apiboficial.org/sobre/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA

ANCESTRALIDADE. Quem Somos. Disponível em: <https://anmiga.org/quem-somos/>.

Acesso em: 15 ago. 2025.

BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (Org.). Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018.

BUTLER, Judith. Corpos em aliança e as políticas das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CASTELLS, Manuel. The rise of the network society. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LIMA NETO, Fernando. Espaço público digital e ativismo dos coletivos. Civitas, Porto Alegre, v. 25, p. e46314, 2025.

MÍDIA INDÍGENA. Institucional. Disponível em: <https://midiaindigena.com.br/institucional/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

PY, Fábio. Cristofascismo à brasileira na eleição de 2018, Carta Maior: <https://www.cartamaior.com.br/?Editoria/Eleicoes/Cristofascismo-a-brasileira-na-eleicao-de-2018>

“Somos um time”: a positividade como sutileza de controle e a gramática neoliberal nas startups

Ricardo Vasconcelos Melo (PPGSP – UCAM)

E-mail: ricardo.vasconcelos.melo@gmail.com

Resumo:

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Este trabalho analisa como a positividade, articulada ao discurso gerencial das organizações contemporâneas, opera como mecanismo sutil de controle e assujeitamento no mundo do trabalho. Tomando como objeto empírico a startup brasileira Stone, a pesquisa investiga de que modo práticas discursivas e emocionais, difundidas sobretudo pelas áreas de Recursos Humanos, reconfiguram hierarquias e naturalizam relações de dominação sob a aparência de autonomia, pertencimento e horizontalidade. O estudo parte da hipótese de que quanto mais dissimulado o controle, maior a internalização da culpa pelos trabalhadores diante de fracassos estruturais, especialmente entre grupos subalternizados. O referencial teórico articula a crítica da ideologia (Marx, 2007; Konder, 2002), a racionalidade neoliberal (Dardot e Laval, 2016) e a análise crítica do discurso (Fairclough, 2019), além de contribuições de autores como Sennett, Dejours, Antunes, Hochschild e Bourdieu. Metodologicamente, será conduzido um estudo de caso qualitativo, com análise documental e entrevistas semiestruturadas com funcionários e ex-funcionários da Stone, interpretados à luz da análise crítica do discurso. Espera-se demonstrar como a gramática da positividade reforça processos de individualização, fragilização da solidariedade e legitimação de novas formas de dominação simbólica, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a crítica sociológica do trabalho no contexto pós-pandêmico.

As últimas décadas foram marcadas pela consolidação de formas de gestão que se afastam do modelo disciplinar tradicional, caracterizado por comandos verticais e chefias autoritárias, para adotar práticas discursivas e emocionais que operam de maneira sutil, mas eficaz, sobre a subjetividade dos trabalhadores. O avanço da racionalidade neoliberal reorganizou os espaços de trabalho, incentivando a autogestão, a responsabilização individual e a constante performatividade emocional. Nesse contexto, a positividade compulsória emerge como linguagem e prática central na governamentalidade empresarial. Expressões como “empresa como família”, “liderança servidora” e “somos um time” compõem um léxico que desloca o conflito estrutural entre capital e trabalho para uma gramática afetiva e consensual.

O estudo aqui proposto busca compreender como tais dispositivos de poder se manifestam em startups brasileiras, tomando como caso empírico a empresa Stone. Trata-se de investigar de que modo estratégias discursivas e performances emocionais reforçam a internalização da norma, enfraquecem a solidariedade coletiva e naturalizam desigualdades estruturais, sobretudo em grupos socialmente subalternizados.

Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é investigar como a combinação entre estratégias linguísticas e exigências emocionais naturaliza relações de dominação nas empresas

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

contemporâneas, transformando adesão ideológica em autodisciplina. De forma mais específica, pretende-se:

1. Examinar a linguagem afetiva como tecnologia de poder que oculta hierarquias e reconfigura simbolicamente as relações de trabalho.
2. Analisar como a cobrança por positividade e resiliência recai de modo desproporcional sobre trabalhadores de grupos vulnerabilizados, recodificando desigualdades como falhas individuais.
3. Investigar o papel das práticas de avaliação por pares e feedbacks contínuos como dispositivos de vigilância horizontal que fragilizam a solidariedade.
4. Demonstrar como modelos gerenciais supostamente horizontais mantêm assimetrias de poder via cultura organizacional e valores inegociáveis.
5. Avaliar a centralidade da performance emocional como critério de reconhecimento e pertencimento no contexto das startups.

Referencial teórico

A pesquisa ancora-se em um marco crítico que articula três eixos principais. O primeiro é a crítica da ideologia em Marx e Engels, retomada por Konder, que permite compreender como representações discursivas naturalizam relações de dominação e conferem aparência de legitimidade a interesses particulares. O segundo é a racionalidade neoliberal discutida por Dardot e Laval, que concebem o neoliberalismo não apenas como política econômica, mas como regime de subjetivação em que os indivíduos são instados a governar a si mesmos como “empreendedores de si”. O terceiro é a Análise Crítica do Discurso de Fairclough, que considera a linguagem como prática social constitutiva de relações de poder.

Autores complementares enriquecem a análise. Sennett discute os efeitos da flexibilização sobre identidades laborais e solidariedade; Dejours ilumina os custos psíquicos do trabalho sob positividade compulsória; Hochschild introduz o conceito de trabalho emocional, mostrando como sentimentos são convertidos em recursos de gestão; Bourdieu oferece a noção de poder simbólico para entender classificações aparentemente neutras que reproduzem hierarquias; e Antunes analisa a precarização e a corrosão dos vínculos coletivos no capitalismo contemporâneo. Esse conjunto teórico sustenta a hipótese de que a positividade não é um mero estilo gerencial, mas uma racionalidade que captura afetos e subjetividades como parte do processo de dominação.

Metodologia

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza crítica. Será desenvolvido um estudo de caso sobre a Stone, startup do setor financeiro reconhecida por sua forte cultura organizacional, práticas horizontais e discurso de pertencimento.

A produção de dados envolve duas técnicas principais:

- Análise documental, contemplando manuais de cultura, códigos de conduta, publicações em redes sociais, vídeos institucionais e materiais de recrutamento. O objetivo é mapear os elementos da gramática neoliberal presentes na comunicação corporativa e suas implicações normativas.
- Entrevistas semiestruturadas com até dez funcionários e ex-funcionários, de perfis variados quanto a gênero, raça, posição hierárquica e tempo de vínculo. As entrevistas buscarão captar experiências subjetivas em relação às exigências emocionais, às práticas de avaliação e ao vocabulário corporativo.

A análise será conduzida a partir da Análise Crítica do Discurso, em três níveis: textual (léxico e gramática), discursivo (gêneros e interdiscursos) e sociopolítico (efeitos ideológicos e de poder). A triangulação de dados documentais e empíricos permitirá uma compreensão densa dos mecanismos sutis de controle.

Resultados esperados

Espera-se evidenciar que a positividade, articulada à linguagem afetiva e às práticas de autogestão, funciona como um mecanismo eficaz de controle simbólico nas startups. O estudo deve mostrar que, ao mesmo tempo em que promove a estética da leveza e da horizontalidade, o discurso gerencial reforça desigualdades e desloca os conflitos estruturais para o plano subjetivo.

Entre os resultados previstos estão:

- A demonstração de que o vocabulário do afeto transforma relações de subordinação em vínculos de cooperação fictícia, neutralizando a percepção do conflito.
- A identificação de como a cobrança por entusiasmo e resiliência recai mais intensamente sobre trabalhadores em posições sociais subalternizadas.
- A compreensão de como práticas de avaliação horizontal instituem formas de vigilância difusa, que corroem solidariedades e ampliam a responsabilização individual.
- A constatação de que a performance emocional positiva se tornou critério implícito de reconhecimento e mobilidade, mais valorizado do que competências técnicas.

Relevância acadêmica e social

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa contribui para os campos da sociologia do trabalho, da análise crítica do discurso e dos estudos organizacionais, ao evidenciar como áreas de Recursos Humanos se tornam mediadoras centrais da racionalidade neoliberal, operando não apenas como instâncias administrativas, mas como pedagogias morais.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Socialmente, o estudo busca revelar as contradições da retórica da “empresa humanizada” em um contexto de precarização e fragmentação coletiva. Ao mostrar como a positividade obrigatória pode funcionar como tecnologia de exclusão e culpabilização, a pesquisa fornece subsídios para que sindicatos, coletivos laborais e movimentos sociais formulem estratégias de enfrentamento mais eficazes.

Por fim, pretende-se reforçar a importância de recolocar o conflito social no centro da análise do trabalho, desvelando a dimensão política das práticas discursivas e emocionais que, sob aparência de cuidado, produzem assujeitamento e fragilização da solidariedade.

Palavras-chave: trabalho; controle simbólico; neoliberalismo; positividade; startups.

Referências bibliográficas:

- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2022.
- ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARRETT, Richard. A organização dirigida por valores: liberando o potencial humano para a performance e lucratividade. Rio de Janeiro: Atlas Books, 2017.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. O novo espírito do capitalismo. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2020.
- BORGES, Livia de Oliveira; MOURÃO, Luciana. O trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRAGA, Ruy. A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Barueri: Manole, 2014.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEJOURS, Christophe. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1994.
- DEJOURS, Christophe. Psicodinâmica do trabalho: análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.
- ENGELS, Friedrich. Resumo de O capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2019.
FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Petrópolis: Vozes, 2017.
FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 2017.
HAN, Byung-Chul. O que é poder? Petrópolis: Vozes, 2017.
HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Petrópolis: Vozes, 2017.
HOCHSCHILD, Arlie Russell. The managed heart: commercialization of human feeling. California: University of California Press, 2012.
KONDER, Leandro. A questão da ideologia. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
MARX, Karl. Miséria da filosofia. São Paulo: Boitempo, 2017.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
PY, Fábio. Cristofascismo à brasileira na eleição de 2018, Carta Maior: <https://www.cartamaior.com.br/?Editoria/Eleicoes/Cristofascismo-a-brasileira-na-eleicao-de-2018>
SCHEIN, Edgar. Cultura organizacional e liderança. Barueri: Atlas, 2022.
SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2007.
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
WEBER, Max. Economia e sociedade. v. 1. Brasília: Editora UnB, 2012.
ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância. São Paulo: Intrínsec

Algoritmos de poder: inteligência artificial, big techs e crise da democracia no capitalismo de vigilância

Wallace Rocha Armani (PPGSP – UCAM)

E-mail: wallacearmani@yahoo.com.br

Resumo:

O presente trabalho analisa criticamente o papel das tecnologias digitais — especialmente da inteligência artificial (IA) e das grandes corporações tecnológicas — na reconfiguração das relações entre mídia, política e poder no capitalismo contemporâneo. Com base em Armani (2024) e Meireles (2021), argumenta-se que a ascensão da governança algorítmica e do chamado “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2020) transformou os dados pessoais em mercadoria e instaurou novas formas de controle social e manipulação

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

simbólica. As Big Techs, ao concentrar infraestrutura comunicacional e capacidade preditiva, passam a atuar como atores políticos globais, interferindo na formação da opinião pública e nos processos democráticos. No contexto brasileiro, marcado pela concentração midiática e pela dependência tecnológica de plataformas estrangeiras, essa dinâmica agrava a assimetria de poder entre elites econômicas e sociedade civil. O estudo propõe compreender os algoritmos não apenas como instrumentos técnicos, mas como mecanismos ideológicos de dominação, que moldam subjetividades e restringem a autonomia política. Por fim, discute-se a urgência de alternativas contra-hegemônicas que articulem regulação democrática, soberania digital e uma comunicação orientada ao interesse público e à emancipação social.

O avanço acelerado das tecnologias digitais e da inteligência artificial (IA) nas últimas décadas transformou radicalmente as formas de mediação social, política e econômica. No contexto do capitalismo informacional, essas inovações não apenas reorganizam o trabalho e a produção simbólica, mas também redefinem o poder e a própria natureza da democracia. Este trabalho propõe uma leitura crítica — ancorada nas reflexões de Armani (2024) e Meireles (2021) — sobre as conexões entre IA, Big Techs e o enfraquecimento dos processos democráticos contemporâneos, especialmente no contexto brasileiro. A partir da perspectiva da governança algorítmica e do capitalismo de vigilância, analisam-se os mecanismos pelos quais os algoritmos e as plataformas digitais moldam a opinião pública, concentram poder e produzem novas formas de alienação e controle social.

Armani (2024) sustenta que a ascensão da inteligência artificial representa uma ruptura paradigmática nas relações sociais, ao alterar as estruturas do trabalho, da cultura e da governança. A IA, segundo o autor, não é um instrumento neutro: ela intervém diretamente nas relações sociais, redefinindo subjetividades, automatizando decisões e deslocando a agência humana para sistemas computacionais opacos. A noção de governança algorítmica descreve a capacidade dos algoritmos de regular comportamentos e orientar escolhas, estabelecendo uma forma de poder difuso e invisível. Essa nova configuração política desafia os fundamentos da democracia liberal, baseada na transparência e na deliberação pública, uma vez que decisões relevantes passam a ser mediadas por processos automatizados que escapam ao controle cidadão. Paralelamente, Meireles (2021) analisa o papel das Big Techs na consolidação do chamado capitalismo de vigilância, conceito desenvolvido por Zuboff (2020). Nessa lógica, os dados pessoais tornam-se a principal matéria-prima da economia digital, transformando indivíduos em fontes involuntárias de informação e comportamento. O autor mostra que a aliança entre o Estado neoliberal e as grandes corporações de

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

tecnologia — como Google, Amazon, Apple, Meta e Microsoft — consolidou um modelo de acumulação baseado na coleta massiva de dados e na monetização da vigilância. Essa dinâmica gera uma nova assimetria de poder, na qual empresas privadas detêm mais capacidade de previsão e controle sobre a vida social do que os próprios governos democráticos.

A convergência entre os argumentos dos autores permite compreender como o poder algorítmico ultrapassa a esfera econômica e se torna um instrumento político central na disputa pela hegemonia ideológica. Enquanto Armani identifica a IA como agente de reorganização da subjetividade e da esfera pública, Meireles aponta as Big Techs como atores que instrumentalizam essas tecnologias para expandir o controle sobre o comportamento e o imaginário social. Essa articulação revela uma nova forma de dominação, em que a alienação não decorre apenas da exploração do trabalho, mas também da exploração da atenção, da informação e do desejo.

O fenômeno das fake news e da desinformação — amplamente analisado por Empoli (2020) e retomado por Meireles (2021) — ilustra o poder político dos algoritmos. A manipulação de dados e o microdirecionamento de mensagens durante campanhas eleitorais, como a de Donald Trump em 2016, exemplificam como o Big Data e a IA podem ser utilizados para modular emoções coletivas e interferir nos resultados eleitorais. A comunicação política digital deixa de operar pela persuasão racional e passa a atuar sobre afetos, medos e ressentimentos.

No Brasil, tais processos se materializaram nas eleições de 2018 e 2022, quando o uso intensivo de redes sociais, robôs e desinformação reconfigurou a esfera pública e contribuiu para a ascensão da extrema direita. A combinação entre capitalismo de vigilância e populismo digital criou um ambiente em que a comunicação política se tornou arma de guerra cultural. Nesse cenário, as plataformas digitais — ao mesmo tempo mediadoras e beneficiárias do conflito — assumem papel de atores políticos estruturantes, mas sem responsabilidade pública. As bolhas informacionais e os sistemas de recomendação fragmentam o debate democrático e enfraquecem a noção de verdade compartilhada.

Althusser (1980) já havia definido os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) — como a mídia e o sistema educacional — como instrumentos de reprodução das relações de produção. Hoje, esses AIE são substituídos ou mediados por plataformas tecnológicas privadas, que operam sob a lógica da acumulação de dados. Os algoritmos tornam-se aparelhos ideológicos digitais, cuja função é produzir consenso e naturalizar as relações de exploração. A alienação assume uma dimensão simbólica e cognitiva, na medida em

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

que o indivíduo passa a interpretar o mundo a partir de filtros invisíveis, projetados por corporações cujo interesse é maximizar o lucro e manter a estabilidade do sistema.

No plano da política, o resultado é a erosão das condições de deliberação democrática. O capitalismo de vigilância substitui o debate público pelo cálculo de engajamento e reduz a cidadania a comportamento previsível. A personalização das informações impede a construção de um espaço público comum, fragmentando o corpo político em nichos de consumo ideológico. Assim, a democracia é corroída não apenas por autoritarismos explícitos, mas por um regime informacional que transforma liberdade em dado e participação em mercadoria.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, combinando revisão bibliográfica e análise de conteúdo de plataformas digitais. A revisão abrange autores como Armani (2024), Meireles (2021) e Zuboff (2020), permitindo compreender conceitos centrais como governança algorítmica e capitalismo de vigilância. Para o estudo de caso, serão analisadas campanhas eleitorais recentes no Brasil (2018 e 2022), com foco em uso de redes sociais, robôs, desinformação e microdirecionamento de mensagens. A análise prioriza padrões de atuação dos algoritmos, estratégias de manipulação e efeitos sobre a esfera pública, de modo a identificar como esses elementos influenciam comportamentos coletivos e a fragmentação democrática. Espera-se evidenciar como algoritmos e Big Techs operam como instrumentos de poder político e ideológico, demonstrando a relação entre vigilância digital, alienação cognitiva e erosão da deliberação democrática. Além disso, pretende-se apontar implicações práticas para a transparência e regulação ética da comunicação digital, contribuindo para a reflexão crítica sobre a democracia no contexto do capitalismo informacional.

Palavras-chave: Aparelhos Ideológicos do Estado; Capitalismo de Vigilância; Crise da Democracia; Governança Algorítmica; Inteligência Artificial e Big Techs.

Referências bibliográficas:

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Martins Fontes, 1980, p. 41-50.

ARMANI, Wallace Rocha. A inteligência artificial e a sociologia: potenciais, limites e novas fronteiras analíticas. In: **Ciências Humanas, pensamento crítico e transformação social**. São Paulo: Atena Editora, 2024.

AZEVEDO JR., Aryovaldo. Fake news e as eleições de 2018: o uso da desinformação como estratégia de comunicação eleitoral. In: **Revista Más Poder Local**, 44, p. 81-108, 2021, p. 91-4, 103-4.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2020.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

MEIRELES, A. V.. Algoritmos e autonomia: relações de poder e resistência no capitalismo de vigilância. In: **Opinião Pública**, v. 27, n. 1, p. 28–50, jan. 2021.

PIMENTA, Ricardo M.; SILVA, Anna Karla S.; REGLY, Tainá; BELFORT, Hugo. A MECÂNICA DA DESINFORMAÇÃO ELEITORAL: FAKE NEWS E O PARALELO COM AS “TREND TOPICS” DAS REDES SOCIAIS EM 2022. In: **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 29, 2024: e100310, Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1518-2924, p. 8-14.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020, p. 13-37.

Luto e lutas, reparação e direitos: cartografia da construção de uma política pública de atenção a vítimas da violência de Estado na Baixada fluminense e o olhar midiático

Bernardo Suprani (UFRRJ)

E-mail: be.supra@gmail.com

Marcelo Princeswal (UFRRJ)

Resumo:

O presente resumo trata de processo de pesquisa-intervenção-extensão realizado pelo Laboratório Subjetividade, Trabalho e Políticas públicas do departamento de Psicologia da UFRRJ, em Seropédica, Baixada Fluminense. Entre fevereiro de 2021 e fevereiro de 2023, a equipe do projeto buscou acompanhar parte do processo de construção de uma política pública desenvolvida no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu (SEMAS), o Núcleo de Atendimento Municipal a Vítimas de Violência de Estado e seus Familiares (NAMVIF). Trata-se da primeira política pública em âmbito municipal no Brasil a buscar atender esta demanda de parte da população violentada pelo próprio estado, especificamente pelas forças de segurança pública, (polícia) e por grupos criminosos que, em associação espúria e concomitante conflito com estas mesmas forças de segurança, dominam territórios e impõe políticas de terror sobre a população, buscando obter lucro. A formulação de ações de Estado de reparação psicossocial às pessoas afetadas pela violência é um inegável avanço, após anos de luta da sociedade civil organizada em uma das principais cidades da Baixada Fluminense.

Os altos níveis de violência têm impactos significativos na saúde física e mental da população, especialmente na população jovem e negra que se encontra em territórios periféricos. A Baixada Fluminense figura como uma das regiões entre os maiores índices

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

de incidências de letalidade violenta, seja pelas articulações e disputas entre grupos criminosos que dominam os territórios pelo uso da força armada, seja pelas operações policiais da dita “guerra contra o tráfico de drogas”. Cotidianamente convive-se com diversas modalidades de violência, visíveis ou disfarçadas, que apesar das intensidades variadas deixam marcas na população nos territórios mais empobrecidos das cidades, com evidentes marcadores de classe, raça e gênero. São majoritariamente jovens negros moradores destes territórios os que são as principais vítimas da violência letal e em especial aquela ligada à disputas/alianças entre polícia, milícias e tráfico de drogas. Como reverso desta moeda, são as mulheres negras, as mães e familiares destes jovens, cujo assassinato - muitas vezes com brutalidade e exposição pública ou em desaparecimento forçado - destrói e destroça famílias e comunidades, instaurando uma verdadeira lógica política do terror (MBEMBE, 2020).

Visando o enfrentamento desta realidade, a pesquisa-intervenção analisou e contribuiu com o processo de articulação entre o poder público, a universidade e as organizações da sociedade civil, produzindo a primeira política em âmbito municipal conhecida no Brasil que visa a construção de um serviço de apoio psicossocial às pessoas que tiveram seus familiares mortos ou em desaparecimento forçado, o NAMVIF. O estudo, neste sentido, visou justamente cartografar o processo desta construção coletiva, seus principais atores/atrizes sociais e as estratégias utilizadas, bem como as contradições e entraves para a sua formulação e implementação.

O período estipulado originalmente para a pesquisa (set/2022-ago/2023) revelou-se insuficiente para a consolidação da política e implementação do serviço. O processo de constituição do comitê gestor do NAMVIF e da formação das trabalhadoras e trabalhadores permitiu a confrontação de saberes, a intercompreensão e a mobilização coletiva. Foi possível construir princípios para a realização do serviço e metodologias de atuação que se orientam pela construção compartilhada do conhecimento e a luta popular, a partir da complexidade do problema enfrentado. Entretanto, a qualificação dos profissionais não foi por si só suficiente para a implantação do referido serviço de atendimento em todos os equipamentos da rede e de forma coordenada e integrada, visto que outras variáveis ligadas à dinâmica dos serviços públicos municipais, especialmente na Assistência Social, vêm contribuindo com um processo de precarização do trabalho e dos serviços. A enorme demanda da população em relação ao número de equipamentos públicos e trabalhadores disponíveis para a prestação dos serviços socioassistenciais é uma fonte de sobrecarga e precarização estrutural. Mudanças frequentes de gestores, grande rotatividade entre os profissionais, o acúmulo de funções e atividades de trabalho e os afastamentos médicos foram (e são) fatores de grande

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

impacto para a prestação de serviço na assistência social e, neste caso, para o início do funcionamento dos NAMVIF.

A resistência autoritária no Brasil: ascensão da extrema direita, fim da laicidade e crise das esquerdas

Maxmiliano Martins Pinheiro (IUPERJ –UCAM)
E-mail: martinsmaxmiliano783@gmail.com

Resumo:

Esta proposta tem como objetivo central analisar a relação do avanço da extrema direita com o progressivo perecimento da laicidade no Brasil, uma vez que determinados segmentos cristãos radicais (evangélicos e católicos) estão inseridos no ultraconservadorismo contemporâneo ao passo que os setores da esquerda ainda não conseguiram se revitalizar no cenário contemporâneo. Nesse sentido, cumpre destacar os seguintes objetivos específicos: primeiramente, deve-se elucidar os conceitos de laicidade, democracia e esquerda, visto que norteiam a análise desenvolvida; em seguida, deve-se compreender a escalada da extrema direita associada com setores religiosos no espaço político, tendo em vista a crise da democracia liberal; por último, ressaltar que a saturação da laicidade brasileira, decorrente da interferência religiosa da extrema direita no debate público, resulta também da impotência dos setores progressistas em efetivar novas pautas sociais diante da crise capitalista, o que esvanece a presença política da esquerda. A metodologia baseia-se numa análise qualitativa que engloba contribuições da teoria social, filosofia política e ciência política. Espera-se que o estudo propicie novas análises sobre a crise democrática e o fenômeno do fundamentalismo religioso.

A proposta acima coaduna com a sessão temática “Autoritarismos, Disputas político-religiosas, Laicidade”, uma vez que ambas ressaltam os tensionamentos entre a laicidade no espaço público e a atuação de agentes religiosos nas esferas legislativa e estatal, considerando a crise democrática que tem acarretado a sociedade brasileira. Nesse sentido, a pesquisa “A resistência autoritária no Brasil, ascensão da extrema direita, fim da laicidade e crise das esquerdas”, assevera em simetria com a sessão temática escolhida, o avanço da extrema direita, representada por grupos fundamentalistas (evangélicos e católicos), vinculado ao processo de perecimento da laicidade no Brasil, já que tais segmentos adentram cada vez mais os debates políticos em questões decisórias sobre os direitos sociais. Ainda em consonância com a sessão

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

temática, a proposta aborda o recrudescimento dessa ingerência religiosa como decorrência do esvaziamento democrático na esfera estatal e da impotência das esquerdas na disputa política.

Diante da escalada do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro no poder executivo, após sua vitória nas eleições de 2018, e a crise institucional gerada por seu governo, o presente estudo focaliza a relação do avanço da extrema direita com o desaparecimento da laicidade no Brasil, visto que determinados segmentos cristãos radicais do ultraconservadorismo contemporâneo estão representando a política institucional, enquanto a esquerda encontra-se cada vez mais fragmentada e reduzida, o que impede sua potencialidade na esfera pública. No intuito de conferir maior relevo ao objetivo do estudo proposto, torna-se imprescindível apresentar os objetivos específicos que mostram-se como auxiliares para o desdobramento desta análise: primeiramente, cumpre investigar determinados conceitos como laicidade, democracia e esquerda que são relevantes para o repertório teórico deste trabalho; em seguida, deve-se perscrutar a escalada da extrema direita com os seus respectivos setores religiosos nos espaços de poder político diante da crise da democracia liberal; por último, asseverar que o esgotamento da laicidade brasileira, resultante da ingerência religiosa efetuada pela extrema direita em pautas públicas, decorre igualmente da crise sobre a qual os setores progressistas atravessam diante da promoção e efetivação de novos projetos sociais como reação à crise capitalista, dissipando a atuação das esquerdas no espaço político.

Como suporte metodológico, emprega uma variedade de referências relacionadas à teoria social, à filosofia política e às pesquisas vinculadas às temáticas a respeito do autoritarismo e do bolsonarismo no Brasil. Desse modo, é fundamental inserir primeiramente a visão de laicidade apresentada por Fernando Catroga, assumida por esta pesquisa, como uma clivagem entre o religioso e o temporal que resulta na emancipação das sociedades modernas. Partindo para o âmbito político, torna-se pertinente valer-se da reflexão sobre democracia, destacando seus impasses, apresentada por Luis Felipe Miguel, e da distinção de esquerda no espectro político, desenvolvida por Noberto Bobbio. No que tange às leituras sociológicas sobre o fenômeno sobre o fenômeno do autoritarismo e a incursão da extrema direita na última década no Brasil, que configura o terreno maior de nossa análise, incluem-se os trabalhos de Ronaldo Almeida, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Carlos Frederico Domínguez Ávila, Alec Demorovic, e Marcelo Camurça. Por fim, considerando a crise institucional da democracia e da esquerda ocidental segundo fatores sociopolíticos e socioeconômicos, cumpre aproveitar as obras de Michael Löwy, David Harvey, Mark Fisher, Pierre Dardot, Christian Laval, e Alysson

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Leandro Mascaro, que salientam os impasses conjunturais da esquerda na contemporaneidade.

Na primeira seção, apresenta-se o termo “laicidade” como uma bifurcação estrutural entre o espiritual, relativo aos credos religiosos, e o temporal, comumente associado ao Estado e às esferas governamentais, que foi reivindicada pela modernidade, ilustrando a institucionalidade das diferenças entre o religioso e o temporal (CATROGA, 2006). A democracia é introduzida como um sistema que pressupõe uma igualdade de valor entre as pessoas, pois o bem-estar de alguém vale tanto quanto o de outro, devendo todos participar de forma igualitária de um processo decisório (MUGUEL, 2022). Contudo, a democracia é vulnerável às desigualdades sociais existentes, o que possibilita a ação de atores antidemocráticos em distorcer as regras de jogo para ascenderem politicamente (MIGUEL, 2022). No que concerne ao conceito de “esquerda”, apesar de sua polissemia e fluidez vocabular, como uma tendência que procura sublinhar mais o que torna os seres humanos iguais do que o que os torna desiguais, buscando políticas que visam favorecer um horizonte com melhor igualdade (BOBBIO, 2001).

Na segunda parte, que estuda a ascensão da extrema direita e o atual processo de perecimento da laicidade no Brasil, a presente análise está estruturada da seguinte forma: primeiramente, cumpre apresentar alguns vetores que norteiam a crise política da contemporaneidade, inserindo tanto os aspectos sociopolíticos quanto os socioeconômicos; em seguida, deve-se elucidar a escalada da extrema direita na esfera pública como decorrência da falta de prerrogativas sociais em larga escala por causa dessa crise contemporânea. A extrema direita, que ressurgiu após as crises financeiras de 2007/2008 e às crises sociopolíticas após 2010, principia uma organização e articulação de forma diferente do passado, quando precisava de um partido único ou de uma unificação estatal para sobrevivência. Com efeito, há organizações partidárias, associações voluntárias e grupos que se organizam para uma militância violenta na sociedade civil, assim como clubes, editoras, jornais ou práticas culturais que cultivam seu aparato ideológico (DEMIROVIC, 2022). No Brasil, a extrema direita se caracteriza em torno de duas perspectivas de agitação sociocultural: uma ideologia repressiva com forte apelo à violência policial e ao militarismo; e uma intolerância com as minorias sexuais, em particular os homens sexuais e outras questão concernentes ao gênero, fomentando a participação de grupos religiosos (LÖWY, 2015).

Por fim, no terceiro tópico, cabe asseverar a astúcia do atual capitalismo esfacelamento do trabalho organizado, erodindo as coletividades, não se cultivou uma nova racionalidade que viabilizasse as táticas indispensáveis para combater o capital pós-fordista, nem uma outra linguagem que pudesse ser difundida para lidar com tais condições (FISCHER,

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

2020). No caso brasileiro, vale destacar a derrocada dos governos de centro-esquerda na América Latina, incluindo o Brasil, devido às rupturas com tradições governamentais que negligenciavam as políticas inclusivas visando a diversidade e a atenuação da desigualdade e, por outro lado, à corrupção generalizada em torno dos escândalos do Mensalão e do Petrolão nos primeiros governos Lula, o que suplantou a confiança na esquerda no que tange à ética política (ALMEIDA, 2019).

Quanto ao seu resultado, espera-se que essa pesquisa contribua para os estudos a respeito dos avanços da extrema direita como expressão do autoritarismo brasileiro e da crise das esquerdas, apresentando como ponto chave a roupagem religiosa de um reacionarismo contemporâneo que adentra a esfera pública por meio do definhamento da laicidade na vida republicana do país.

Palavras-chave: Democracia; Extrema Direita; Laicidade; Esquerda; Autoritarismo

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Ronaldo de. “Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v 38, n01, p. 185-213, jan./abr. 2019.

ÁVILA, Carlos Frederico Domínguez. “Movimentos sociais de direitas, participação política e qualidade da democracia no Brasil contemporâneo”. **Revista sobre acesso à justiça e direitos nas Américas**, Brasília, v.6, n.2, ago./dez. 2022, ISSN 2526-6675

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 2001.

CAMURÇA, Marcelo. “A reação do catolicismo com o governo Bolsonaro: entre o apoio dos setores conservadores e a crítica das instâncias institucionais e dos movimentos progressistas”. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 207-234, ago./dez. 2022

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil**. Coimbra: Almedina, 2006.

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIROVIC, Alex. “Autoritarismo global – reflexões e questões”. **Civitas Revista de Ciências Sociais**. Civitas 22: 1-8, jan.-dez. 2022, e-ISSN: 1984-7289

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2009

LÖWY, Michael. “Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil”. **Serviço Social**, São Paulo, n. 124, 2015, p. 652-663

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. “Introdução: redefinindo a direita”. Em: Dicionário crítico do pensamento de Direita, Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

Quando as quantidades encontram as qualidades: práticas de quantificação e operacionalizações metodológicas desde “baixo”.

João Otávio Galbieri (PPGSP/UCAM)

E-mail: joaootaviojahu@gmail.com

Thaís Cruz (IESP/UERJ)

E-mail: thaiscruz@iesp.uerj.br

Resumo:

No presente texto buscamos aproximar as experiências de pesquisas dos autores em diferentes contextos: a produção de números e dados pelos movimentos LGBTI+ (2024) e pelos moradores das favelas cariocas (Cruz, 2022). Ambas as iniciativas possuem semelhanças, como a busca por se opor a visões estigmatizantes presentes nas categorias estatísticas operacionalizadas pelo Estado, principalmente no que se refere às suas pesquisas censitárias. Justamente por esse aspecto, o de proporem categorias inovadoras desde “baixo” em oposição às “oficiais”, aquelas que vêm “de cima”, enfrentam resistências por parte de atores sociais com relação à legitimidade do conhecimento produzido. Ao aproximarmos as “metodologias alternativas” e as “metodologias de cria” temos como objetivo tornar explícito os aspectos inovadores que evocam, os interesses políticos que elas permitem mobilizar no debate público, assim como as limitações que suscitam. Nosso argumento é o de que tais iniciativas se associam ao espraio das práticas de quantificação por diferentes setores sociais, o que tornou possível a inserção dos movimentos sociais em um vocabulário central para o Estado: as quantidades. Mesmo assim, tais visões sobre os números são sustentadas de maneiras e com infraestruturas de contagem diferenciais.

No Brasil, o final do século XIX ficou caracterizado por ser o período inicial da produção de pesquisas censitárias, marcada pela indissolubilidade entre Estado, coroa e nação (Camargo, 2016). Foi apenas no século XX que vimos se desenvolver uma infraestrutura governamental para a produção de dados estatísticos, com a criação do Instituto

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no governo de Getúlio Vargas. Desde então, houve transformações nas categorias e formas de obtenção dos dados por parte do Estado, assim como nas relações entre as populações recenseadas e a produção de conhecimento sobre suas realidades. Atualmente, no século XXI, vivenciamos um contexto marcado pelo espraiamento das práticas de quantificação por diferentes atores sociais, o que passou a evidenciar como o Estado não é mais uma instância monolítica na produção de sentidos sobre números, ainda que seja central para a “oficialização” destes. Esse processo possui especificidades no Sul Global suscitadas por diferentes elementos, entre os quais podemos destacar a apropriação por ativistas aos sentidos dominantes de objetividade, pelo crescente acesso ao ensino superior, assim como pelo amplo acesso às tecnologias digitais e uso de softwares. Nossa entrada nesse debate se dá a partir de nossos diferentes contextos de pesquisa conectados pelos interesses nos estudos sociais da quantificação que tornou possível abordar a produção de dados nas favelas cariocas (Cruz, 2022) e pelos movimentos LGBTI+ (Galbieri, 2024), salientando as transformações no ato de contar e quantificar.

Em nenhum outro momento a mobilização dos números pelas favelas do Rio de Janeiro ficou tão evidente como nos últimos anos. Um indicativo desse cenário é o surgimento das “metodologias de cria”, que se referem à articulação entre técnicas estatísticas, saberes populares e locais. É a partir dela que se fortalece um terreno fértil para a mobilização social e política da favela: a linguagem estatística. O uso dessa linguagem pode servir tanto para pautar políticas públicas, como para se desprender de representações negativas que categorias governamentais carregam, como a dos antigos “aglomerados subnormais” (Motta, 2019).

Isso significa dizer que partem do pressuposto de que o conhecimento estatístico é fundamental para a compreensão dos fenômenos, para disputar realidades e narrativas. Muito embora utilizem a mesma linguagem do Estado, a própria categorização desta metodologia indica a diferenciação como elemento central dessas contagens. Acredita-se que essa singularidade é uma maneira de romper com visões estigmatizantes produzidas de “cima para baixo” e de ter números mais próximos à realidade local. Ou seja, há uma disputa não só por como é um dado passa pelo processo de quantificação, mas também como ele é usado, interpretado e divulgado. Organizações dos movimentos LGBTI+ também se engajaram consideravelmente em práticas de quantificação nos últimos anos, produzindo relatórios com diferentes enquadramentos, entre os quais se ressalta as temáticas dos crimes de ódio, geralmente mobilizando metodologias alternativas para sua realização. Isso quer dizer que a coleta de dados envolve o acompanhamento de informações disponíveis da internet ou na troca entre redes de ativismo. A noção de

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

subnotificação nos relatórios busca traduzir a determinação dessa infraestrutura de contagem com baixos níveis de financiamento: existem muitos dados que não são captados. Mesmo assim, tais “números pequenos” fornecem insumos para retóricas políticas embasadas em inferências estatísticas que falam sobre o contexto nacional. Nesse sentido, mais do que fornecer uma leitura neutra e, poderíamos dizer, “positivista” da realidade, o interesse dos movimentos é operacionalizar categorias de identidade elaboradas historicamente e evidenciar as limitações das categorias governamentais, fornecendo uma leitura política dos números. Ensejados por esse diálogo, concluímos que esse investimento político pelos atores sociais e organizações em práticas de quantificação não se faz sem se implicarem nas ambiguidades suscitadas pela linguagem estatística: encerrar (parcial ou totalmente) as diversidades das experiências dos grupos em categorias minimamente estáveis.

Palavras-chave: sociologia da quantificação; movimentos LGBTI+; geração cidadã de dados.

Referências bibliográficas:

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. A construção da medida comum: estatística e política de população no Império e na Primeira República. 2016. 421 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) — Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CAMARGO; Alexandre de Paiva Rio; DANIEL, Claudia. Os estudos sociais da quantificação e suas implicações na sociologia. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 23, n. 56, p. 42-81, 2021.

CRUZ, Thaís Gonçalves. Quando os crias (se) contam: a produção de dados alternativos nas favelas cariocas. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

CRUZ, Thaís Gonçalves. Metodologia de cria: a intensificação da produção de dados no Jacarezinho. IN. KRAUS, L. ; DONADIO, Tomás. *Tecnopolíticas Urbanas: (In) justiça social na cidade datificada*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda., 2025. v. 1. 316p.

DIDIER, E., & BRUNO, I.. O “estatativismo” como uso militante da quantificação. *Sociologias*, 23(56), 82–109, 2021.

GALBIERI, João Otávio. Das letras aos números: a produção de estatísticas e ativismos pelos movimentos LGBTI+. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024.

MOTTA, Eugênia (2019). Resistência aos números: a favela como realidade (in)quantificável. *MANA*, vol. 25, n. 1, pp. 72-94.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

ST 08 – RETORNO DE ALTHUSSER NO SÉCULO XXI: RECEPÇÃO BRASILEIRA, INÉDITOS E DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS

Coordenadores:

Luiz Eduardo Motta

Felipe Melonio Leite

Revolução Bolivariana e a Constituição Bolivariana a da Venezuela: uma discussão à luz da teoria de Nicos Poulantzas

Luís Gustavo Dutra Barcelos (UFRGS)

E-mail: luisgustavodutrabarcelos@gmail.com

Resumo:

No final do século XX, a América Latina vivenciou um avanço das políticas neoliberais em paralelo à crise do socialismo real, marcada pelo colapso da União Soviética. Nesse cenário, a Venezuela configurou-se como um caso singular na região ao inaugurar um novo processo político a partir da eleição de Hugo Chávez e da convocação de uma Assembleia Constituinte em 1999. O resultado desse processo foi a promulgação da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, a primeira constituição do período pós-Guerra Fria a se autodeclarar socialista. Esse marco institucional inaugurou a chamada “Revolução Bolivariana”, que previu mecanismos de democracia participativa como plebiscitos, referendos e consultas populares, reafirmando o controle estatal sobre as riquezas naturais do país, mas também num contexto que mais de 1100 empresas antes privadas foram estatizadas (VIEIRA, 2016).

A ascensão do MVR e posteriormente do PSUV ao poder executivo, com o apoio de setores populares, deu-se por meio do voto e resultou na condução do Estado por forças que buscavam romper com as diretrizes neoliberais predominantes na região. Sob as presidências de Hugo Chávez (1998–2013) e Nicolás Maduro (2013–presente), o Estado venezuelano promoveu diversas transformações estruturais, como a estatização de setores estratégicos e a ampliação do acesso a serviços públicos gratuitos, especialmente nas áreas de saúde, educação, alimentação e habitação. No entanto, essas transformações coexistiram com contradições internas, como tentativas de golpes por

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

parte da oposição (VIEIRA, 2016) e sanções externas, como as impostas pelos Estados Unidos a partir de 2016, compondo um quadro complexo de exceção dentro do contexto latino-americano contemporâneo.

Este estudo tem como objetivo discutir as especificidades do Estado venezuelano no século XXI, com ênfase na Constituição de 1999, à luz da teoria política de Nicos Poulantzas. O referencial teórico adotado busca articular categorias centrais desta tradição marxista, como “autonomia relativa do Estado”, “bloco no poder”, “sobreposição de modos de produção” e “imperialismo”, às dinâmicas políticas, institucionais, de classe e econômicas desenvolvidas na Venezuela bolivariana. Para isso, realiza-se uma análise teórico-documental da Constituição venezuelana e uma revisão bibliográfica de autores que mobilizaram o referencial de Poulantzas para interpretar o processo político no país, com destaque para pesquisadores brasileiros como Jair Pinheiro (PINHEIRO, 2022), Mariana Vieira (VIEIRA, 2016) e Rennata Alvez (ALVES, 2018).

A análise parte da noção de que o Estado capitalista possui uma autonomia relativa em relação à estrutura econômica, ou seja, não está necessariamente subordinado de forma imediata aos interesses da classe economicamente dominante (POULANTZAS, 2019; 1978). Essa autonomia permite que o Estado atue como mediador de conflitos entre frações de classe, o que pode viabilizar projetos políticos não estritamente alinhados ao capital monopolista. No caso venezuelano, argumenta-se que o chavismo promoveu um rearranjo no bloco no poder, incorporando frações populares, setores militares e segmentos da burguesia nacional produtiva, sem, no entanto, romper completamente com a lógica do capitalismo dependente.

Além disso, o conceito de sobreposição de modos de produção é mobilizado para compreender a convivência, no interior da sociedade venezuelana, de formas econômicas capitalistas, socialistas e tradicionais. Essa convivência evidencia uma formação social heterogênea, cuja condução pelo Estado não segue um modelo linear de transição socialista. A Constituição de 1999, nesse sentido, é analisada como um instrumento normativo e político que expressa a tentativa de institucionalizar formas de democracia participativa e soberania popular, ainda que sob fortes tensões internas e externas.

A metodologia utilizada baseia-se em uma abordagem qualitativa e teórica, com ênfase na análise de conteúdo da Constituição de 1999 e na sistematização de contribuições bibliográficas que abordam a Venezuela a partir da teoria de Poulantzas. Foram examinadas obras de referência do próprio autor, como *Poder Político e Classes Sociais* (2019) e *As Classes Sociais no Capitalismo Contemporâneo* (1978), além de estudos brasileiros contemporâneos (ALVES, 2018; PINHEIRO, 2022; VIEIRA, 2016; MENDES, 2011; MARTUSCELLI; GRANATO, 2024). Essa revisão permite construir uma análise crítica

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

sobre os limites e possibilidades da experiência venezuelana, considerando tanto suas intenções de superação do neoliberalismo quanto os entraves materiais e políticos enfrentados.

Como resultados esperados, o estudo pretende oferecer uma contribuição teórica e metodológica ao debate sobre o Estado na América Latina, especialmente no tocante às formas alternativas de organização do poder e de democracia participativa. A articulação entre a teoria de Poulantzas e o caso venezuelano permite compreender a Revolução Bolivariana não apenas como um fenômeno político isolado, mas como uma tentativa concreta de redefinir as formas de mediação entre Estado e sociedade sob novas bases de hegemonia. Também se espera evidenciar as contradições internas desse processo, como a permanência de uma economia baseada na exportação de petróleo, a descentralização do poder político e os limites impostos pelo contexto internacional.

Em síntese, o trabalho se propõe a refletir criticamente sobre as potencialidades e impasses da experiência bolivariana na Venezuela a partir de uma perspectiva teórica que considera o Estado enquanto estrutura (determinações jurídicas e política) e também enquanto aparelho estatal (suas instituições e burocracia). Ao mobilizar o referencial de Poulantzas, busca-se aprofundar sobre o processo de transformação política na Venezuela desde 1998, analisando esta trajetória que vai de encontro com a lógica neoliberal, sem ignorar os desafios estruturais, institucionais e geopolíticos que este processo enfrenta.

Palavras-chave: Estado venezuelano; Nicos Poulantzas; Estado capitalista; Constituição Bolivariana da Venezuela; Althusserianismo.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Rennata Kelly Muniz. *Uma análise do processo político-econômico venezuelano do governo bolivariano de Hugo Chávez (1999-2013)*. Natal, 2018.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico; GRANATO, Leonardo. *Ler Poulantzas: conceitos elementares de poder político e classes sociais*. Marília: Lutas Anticapital, 2024.
- MENDES, Valdenésio Aduci. *Democracia participativa: os Conselhos Comuns na Venezuela*. Florianópolis, 2011.
- PINHEIRO, Jair. *A construção do poder popular na Venezuela*. Marília: Lutas Anticapital, 2022.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

VIEIRA, Mariana de Oliveira Lopes. *O debate teórico sobre o governo Chávez: paradoxos do chavismo na Venezuela*. Campinas, SP, 2016.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

ST 09 – O ESTUDO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS CONTEXTOS: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DE CONJUNTURA

Coordenador/as:

Camila Gonçalves De Mario
Regina Claudia Laisner
Breyner Ricardo de Oliveira

A elaboração de modelos de análise de políticas públicas: Contribuições teórico-metodológicas a partir da análise de conjuntura

Mateus Henrique Silva Pereira (NEPPs- UNESP)
E-mail: mateus.hs.pereira@unesp.br

Júlia Albuquerque (NEPPs- UNESP)
E-mail: j.albuquerque@unesp.br.

Monize Cruz Gonçalves (NEPPs- UNESP)
E-mail: monize.cruz@unesp.br.

Resumo:

A proposta deste trabalho tem como objetivo apresentar contribuições para a elaboração de modelos de análise de políticas públicas a partir das categorias teórico-metodológicas centrais utilizadas por Herbert de Souza em seu livro “Análise de conjuntura”: “atores e agentes”, “fatos e acontecimentos” e “relações de forças”. No intuito de fornecer ferramentas mais robustas do ponto de vista da leitura das políticas públicas de Saúde, Assistência Social, Previdência Social e Educação, como dimensões constitutivas de uma proposta de análise de conjuntura, a pesquisa utiliza estas categorias como referências, mas para além, emprega importantes contribuições de outros autores para o seu aprofundamento, com destaque para Pierre Bourdieu. Os resultados preliminares da pesquisa apontam que o desenvolvimento dessas categorias a partir de outros autores da Sociologia e da Ciência Política são relevantes e podem contribuir positivamente para a construção de novos modelos que auxiliem na melhor compreensão da relação entre conjuntura e estrutura.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

O trabalho visa apresentar contribuições para a análise de políticas públicas de modo a avançar na proposição de um modelo de análise de conjuntura, projeto maior desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas “Elza Andrade de Oliveira” da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, localizado no campus de Franca.

O guia teórico-metodológico adotado como referência é a obra “Análise de Conjuntura” de Herbert Souza. Para ele, as categorias necessárias para se realizar uma análise de conjuntura são: acontecimentos, cenários, atores, relação de forças e articulação entre estrutura e conjuntura (Souza, 1984), das quais destacam-se, de acordo com a proposta apresentada, “fatos e acontecimentos”, “atores agentes” e “relação de forças”.

Esta obra constitui uma referência obrigatória nos estudos de análise de conjuntura até hoje. Porém, dadas as suas limitações temporais e de formato, inicialmente uma cartilha voltada aos movimentos sociais, devemos considerar as suas contribuições, mas ao mesmo tempo refiná-las. É sabido, a partir da leitura deste texto, que as principais categorias de análise de conjuntura propostas por Herbert de Souza são bem gerais e pouco definidas em termos mais propriamente operacionais. Neste sentido, é que se interpõe esta proposta, no intuito de contribuir para a definição mais aprofundada e operacionalmente funcional das pesquisas nesta área.

Assim, consideramos que a elaboração teórica-metodológica desta proposta busca fornecer ferramentas mais potentes do ponto de vista da leitura das políticas públicas de Saúde, Assistência Social, Previdência Social e Educação, sobremaneira, no que se refere aos dados já coletados experimentalmente, nesta primeira área, no âmbito do projeto já citado. Para tanto, a pesquisa desenvolvida buscou outros referenciais teóricos que, ao longo do tempo, aprofundaram e avançaram tais categorias.

Primeiramente, destaca-se a importância da definição e diferenciação entre atores e agentes. Para Herbert de Souza (1984), os termos ator e agente podem ser definidos como os indivíduos que representam algo para a sociedade (grupo, classe ou país), tendo por característica a encarnação de uma ideia, reivindicação ou projeto ligado a alguma coletividade. Para ele, a diferença entre eles está no fato de que o ator age de forma menos visível e nem sempre impacta a realidade, transformando-a. De forma mais elaborada, para Bourdieu (1989), a agência diferencia-se do conceito de ator por ir além da representatividade, por ter consigo o senso prático, operacional, com fulcro no exercício de dominação e poder. Para este autor, destaca-se também o caráter de mutabilidade de atores e agentes ao longo do tempo e em áreas distintas, o que gera a necessidade de análises mais específicas sobre o papel desempenhado por eles. Outros pontos de investigação relevantes e úteis apresentadas pelo sociólogo francês são os

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

tipos de agentes, se individuais, coletivos ou corporativos; as naturezas das agências, se públicas, privadas ou público-privadas; ainda, os tipos de capital descritos por Bourdieu (1989), quais sejam, econômico, social, cultural, político e simbólico.

Com relação aos fatos e acontecimentos, enquanto relevantes objetos de observação para a análise de conjuntura, caracterizam-se, de acordo com Herbert de Souza (1984), como a articulação das ações dos agentes e atores balizados pelas relações de força. Para o aprofundamento destas categorias é necessário destrinchar as diferentes nomenclaturas e seus respectivos significados no que se refere às suas dimensões. Os fatos são, com base em Walsh (1943), a realidade bruta e a percepção da sociedade sobre ela. Os acontecimentos, eventos com capacidade de romperem com a estrutura vigente e se prolongaram ao longo do tempo, gerando impactos, positivos ou negativos, sobre diferentes grupos, como classes sociais, regiões, países, ou até mesmo, indivíduos, conforme ensina Quéré (2005). Assim, cabe à análise de conjuntura, realizar, também, a categorização de níveis de efeitos dos acontecimentos, estabelecendo matizes. Uma contribuição importante neste sentido pode ser feita a partir da “análise de conteúdo”, metodologia desenvolvida por Roque Moraes (1999), baseada em seis dimensões proposta por Lasswell (apud Moraes, 1999): quem fala; o que diz; a quem; como; com que finalidade e com que resultados. Este método procura descrever e interpretar documentos e textos diversos, compreendendo a possibilidade de múltiplos sentidos atribuídos aos textos, que são dependentes do contexto, do emissor, do receptor e da interpretação do pesquisador.

Assim, a partir dela, torna-se possível delinear uma análise mais precisa dos fatos e acontecimentos para realizar um diagnóstico também mais preciso do cenário político, que é a proposta deste trabalho.

A terceira categoria desenvolvida na pesquisa é a da relação de forças. Herbert Souza traz a perspectiva de que as classes sociais, grupos e diferentes atores sociais estão em interação uns com os outros. Ademais, explica que tais relações podem ser de confronto, de coexistência, de cooperação e que revelarão uma determinada relação de força, seja ela de domínio, igualdade ou de subordinação (Souza, 1984). Visando aprofundar a análise sobre tais relações, o grupo utiliza-se dos conceitos de igualdade de Norberto Bobbio (2000) - sem um sentido único, ao revés, múltiplo e complexo - e de dominação utilizados por Pierre Bourdieu (1989), na sua perspectiva, muitas vezes invisibilizados, de caráter simbólico, prioritariamente. Dessa forma, a proposta apresentada procura determinar indicadores formais e informais das relações de força, muito mais complexas do que geralmente consideradas nos estudos mais tradicionais de análise de conjuntura, que

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

conectam fatos e acontecimentos, atores e agentes envolvidos nas disputas das políticas públicas sociais.

Os resultados iniciais da aplicação das categorias revisadas na coleta experimental dos dados obtidos apontam para a relevância do desenvolvimento das categorias centrais referidas para a construção de modelos de análise mais potentes. Ao tratar de maneira mais específica e refinada os tipos de atores e de agências, com o auxílio do método de análise de conteúdo, os tipos de relações de forças e suas consequências, a literatura utilizada permitiu avanços significativos para a leitura conjuntural das políticas sociais e das suas relações com a estrutura. A caminhada desta pesquisa, todavia, ainda é longa e mostra complexidades, como novas contradições nas relações de forças e as descontinuidades de governo, que reverberam nas políticas públicas, o que impõe um constante processo de atualização de categorias e de análises.

Palavras-chave: análise de conjuntura; atores e agentes; fatos e acontecimentos; relações de forças; políticas públicas.

Referências bibliográficas:

- BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política – a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- QUÉRÉ, Louis. (2005) “Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento”. Trajectos, nº 5, pp. 59-75.
- SOUZA, Herbert. Como se faz análise de conjuntura. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- SPONHOLZ, Liriam. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas consequências para o jornalismo. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p. 56-69, dez. 2009.
- WALSH, Dorothy. (1943) Fact. The Journal of Philosophy, vol. 40, nº 24, pp. 645-654.

A importância das fontes de dados na análise de conjuntura: contribuições metodológicas do NEPPS

Paula Regina Pinsetta Pavarina (NEPPs – UNESP)

E-mail: jacqueline.guasti@unesp.br

Jacqueline Vidal Guasti (NEPPs – UNESP)

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

E-mail: vitoria.cassiano@unesp.br

Larissa Vitória Cassiano Bento (NEPPs – UNESP)

E-mail: paula.pavarina@unesp.br

Resumo:

O trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPPs/UNESP-Franca) insere-se em um projeto voltado à construção de uma ferramenta de análise de conjuntura das políticas sociais em contextos governamentais. O referencial teórico fundamenta-se no método proposto de Herbert de Souza (Betinho), que propõe interpretar os acontecimentos políticos e sociais a partir de suas correlações de força, cenários e atores. O recorte empírico concentra-se na discussão das fontes de dados utilizadas, classificadas em principais e em fontes de apoio. A metodologia integra teoria e prática por meio de um processo contínuo de leitura, coleta, análise e atualização dos dados. É utilizado o software Recoll, desenvolvido pelo Laboratório de Relações Internacionais (LABRI/UNESP), para automatizar buscas e sistematizar informações. Os resultados esperados incluem maior padronização, confiabilidade e comparabilidade das bases empíricas, demonstrando que a qualidade das fontes e dados é condição essencial para a produção de uma análise de conjuntura crítica, coerente e metodologicamente consistente.

O presente trabalho integra um projeto mais amplo desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas “Elza de Andrade Oliveira” (NEPPs), vinculado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Franca. O projeto tem como objetivo central a construção de uma ferramenta de análise de conjuntura das políticas sociais em contextos governamentais, voltada à compreensão crítica das dinâmicas políticas e institucionais brasileiras. O NEPPs é composto por docentes, pesquisadores e estudantes de diferentes áreas do conhecimento, comprometidos com uma análise multidisciplinar, multidimensional, qualificada e crítica das políticas públicas, além do desenvolvimento de ferramentas metodológicas que ampliem a capacidade de leitura e interpretação dos processos sociais.

Esse trabalho, portanto, insere-se no projeto maior, mas concentra-se em uma de suas partes específicas: a discussão acerca das fontes de dados. Para fins de apresentação neste seminário, as autoras abordarão exclusivamente essa temática, que constitui as dimensões empírica e ao mesmo tempo metodológica. Assim, a ênfase recai sobre a importância da escolha, sistematização e uso de fontes de dados na construção de uma análise de conjuntura sólida e coerente com o referencial teórico adotado.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

O referencial teórico que orienta o projeto como um todo é o modelo de análise de conjuntura proposto por Herbert de Souza, o Betinho (Souza, 1984). Para o autor, analisar uma conjuntura significa identificar, caracterizar e interpretar os principais acontecimentos de um determinado período histórico, compreendendo-os em relação aos cârios políticos, às forças sociais, aos atores institucionais e aos processos estruturais. Essa proposta busca ir além da simples descrição de fatos, captando as contradições e os movimentos que definem o contexto político e social. O NEPPs adota essa perspectiva para articular o campo teórico e a prática empírica, construindo interpretações fundamentadas em evidências.

Nesse sentido, o recorte apresentado neste trabalho consiste na caracterização e organização das fontes de dados utilizadas pelo NEPPs. Para realização da análise de conjuntura das políticas sociais são utilizadas fontes classificadas em dois grandes grupos: as consideradas fontes principais e aquelas fontes de apoio. As fontes principais abrangem canais oficiais do governo Federal e veículos de comunicação de ampla circulação. Entre elas estão o Diário Oficial da União (DOU), que concentra os atos normativos federais, e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável pela divulgação de informações institucionais e ações governamentais. Além dessas, são utilizados jornais de grande circulação nacional, como a Folha de S. Paulo e a Gazeta do Povo, e veículos alternativos, como Carta Capital e o Nexô Jornal, o que garante diversidade de perspectivas e amplia o alcance analítico sobre o debate público das políticas sociais.

As fontes de apoio permitem o aprofundamento em temas específicos que complementam a análise apresentada pelas fontes principais. Para análise de conjuntura acerca da Saúde utiliza-se o Saúde Legis, que organiza os atos normativos do Sistema Único de Saúde (SUS), que permite acesso às bases públicas que reúnem informações técnicas e científicas sobre políticas do setor. Em relação a Previdência Social, utiliza-se o site do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e os dados do Blog “O Previdenciário”, que acompanham atualizações legais e administrativas. Para a análise da assistência social, o GESUAS é a principal ferramenta de consulta e monitoramento das ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para a análise da conjuntura em educação, o Nepps utiliza fontes como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Ministério da Educação (MEC), e o Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Educação (CEPPPE/USP), que disponibilizam dados, indicadores e estudos voltados às políticas educacionais. Essa articulação de fontes — que combina registros normativos, comunicacionais e temáticos — assegura

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

diversidade, confiabilidade e comparabilidade, permitindo análises integradas entre áreas e períodos distintos das políticas públicas.

A metodologia utilizada pelo NEPPs pauta-se na integração entre teoria, coleta de dados e análise. Não há etapas estanques: ler, coletar e analisar são ações simultâneas e interdependentes. Os instrumentos de registro são elaborados com base nas categorias teóricas e constantemente atualizados a partir dos resultados empíricos. Essa abordagem garante coerência entre teoria e prática, assegurando que os dados coletados sejam interpretados à luz dos conceitos e categorias da análise de conjuntura, enquanto informações isoladas.

A coleta automatizada de dados é um diferencial metodológico importante. Em parceria com o Laboratório de Relações Internacionais (LABRI/UNESP), o NEPPs utiliza o software Recoll, que realiza buscas automatizadas por palavras-chave em fontes previamente selecionadas, como o DOU e a EBC. O sistema exporta os resultados para planilhas, o que possibilita comparações entre períodos distintos e políticas. Essa estrutura tecnológica promove padronização, reprodutibilidade e eficiência, reduzindo falhas humanas e permitindo que a base empírica seja atualizada continuamente. A integração com o LABRI também possibilita a substituição ou ampliação de fontes sem perda da metodologia, garantindo a longevidade da ferramenta.

Além da automação, a pesquisa valoriza o processo coletivo de reflexão e revisão contínua. A equipe do NEPPs constrói e aprimora os instrumentos de coleta e análise de dados em grupo, revisando as categorias e as fontes conforme o referencial teórico. Esse modo de trabalho fortalece o caráter interdisciplinar e colaborativo do Núcleo, que reúne profissionais das áreas do Direito, Sociologia, Ciência Política, Economia e administração pública, articulando diferentes perspectivas teóricas e metodológicas.

Os resultados esperados envolvem o aprimoramento da pesquisa em termos metodológicos e teóricos e o fortalecimento da capacidade do Nepps produção de conhecimento crítico e sistemático sobre políticas públicas. Espera-se consolidar um modelo de análise que combine coerência teórica, rigor empírico e inovação tecnológica, demonstrando como o uso qualificado das fontes de dados contribui para a leitura e interpretação das dinâmicas do Estado e da sociedade. Além disso, a pesquisa busca evidenciar a importância da transparência e da comparabilidade dos dados, permitindo que diferentes pesquisadores acessem e utilizem as mesmas bases para análises futuras, assegurando reprodutibilidade e continuidade científica.

Em síntese, o estudo reafirma que as fontes de dados constituem o alicerce da análise de conjuntura, pois permitem articular teoria e empiria de maneira crítica e coerente. A experiência do NEPPs análise de conjuntura demonstra que a integração entre

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

fundamentos teóricos, instrumentos tecnológicos e trabalho coletivo resulta na definição de uma metodologia consistente e socialmente relevante. O uso rigoroso e sistemático de várias fontes de dados principal e de apoio fortalece a legitimidade científica do Núcleo e contribui para o desenvolvimento de ferramentas capazes de compreender e avaliar políticas públicas em seus diferentes contextos governamentais. Dessa forma, a análise das fontes, aqui apresentada como parte de um projeto maior, representa não apenas uma etapa técnica, mas um componente essencial na construção de conhecimento público voltado à justiça social e ao aprimoramento das políticas sociais brasileiras.

Palavras-chave: políticas públicas; análise de conjuntura; fontes de dados; metodologia.

Referências bibliográficas:

- ALVES, José Eustáquio Diniz. *Análise de conjuntura: teoria e método*. Revista APARTE – Inclusão Social em Debate, Rio de Janeiro, p. 1–12, jul. 2008.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.
- CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Marangoni; SANTOS, Agnaldo dos (orgs.). *A conjuntura econômica e política brasileira e argentina*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco. *Teoria e método na análise de conjuntura*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 21, n. 72, p. 145–152, ago. 2000.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 2012.
- NEPPS – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas “Elza de Andrade Oliveira”. *Projeto de pesquisa: Análise de conjuntura – ferramenta para estudos de políticas sociais em contextos governamentais*. Franca: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2025. (Documento interno).
- NEPPS – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas “Elza de Andrade Oliveira”. *Plano de atividades do bolsista 1 e 2: Análise de conjuntura – ferramenta para estudos de políticas sociais em contextos governamentais*. Franca: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2025. (Documento interno).
- OLIVEIRA, Adriano. *Análise de conjuntura: conceitos e aplicações*. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 24–35, mar. 2014.
- PONTE, Letícia Bonaccorsi. *Quais as bases de uma boa análise de conjuntura?* **Ponte – UFPR**, 28 jun. 2021. Disponível em: <https://ponte.ufpr.br/blog/2021/06/28/quais-as-bases-de-uma-boanalise-de-conjuntura/>. Acesso em: 8 out. 2025.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

SOUZA, Herbert de. *Como se faz análise de conjuntura*. Petrópolis: Vozes, 1984.
VELASCO e CRUZ, Sebastião C. *Teoria e método na análise de conjuntura*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 21, n. 72, p. 145–152, ago. 2000.
VERONEZE, Renato Tadeu. *Para uma análise de conjuntura: o Brasil e a ofensiva neoliberal*. Revista Humanidades em Perspectivas, v. 2, n. 1, p. 106–109, jul./dez. 2019.

Entre fato e acontecimento: a confiabilidade como fundamento da análise de conjuntura nas políticas públicas

Maria Laura Silva Cruz (NEPPs – UNESP)
E-mail: mls.cruz@unesp.br

Hellen Nathaly Silva Domingues (NEPPs – UNESP)
E-mail: hellen.nathaly@unesp.br

Paula Regina Pinsetta Pavarina (NEPPs – UNESP)
E-mail: paula.pavarina@unesp.br

Resumo:

A confiabilidade constitui princípio estruturante da pesquisa científica e elemento central na análise de conjuntura aplicada às políticas públicas. No âmbito do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPPs/UNESP-Franca), esse princípio orienta a sistematização e o uso das fontes de dados, assegurando que a interpretação dos acontecimentos se apoie em evidências consistentes e verificáveis. Fundamentada no referencial de Herbert de Souza (1984), a análise de conjuntura é compreendida como um processo de leitura crítica da realidade, no qual se distinguem fatos, acontecimentos e contextos, categorias essenciais para identificar as relações de força e os sentidos políticos de cada momento histórico. A diferenciação dessas categorias evita reducionismos e amplia a capacidade explicativa da pesquisa, permitindo compreender não apenas o que ocorre, mas também por que e para quem ocorre. Assim, a confiabilidade das fontes e a clareza conceitual das categorias analíticas se articulam como condições indispensáveis para uma produção científica rigorosa, crítica e socialmente comprometida com a compreensão dos processos que moldam as políticas públicas brasileiras.

O presente trabalho integra o projeto de pesquisa desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas “Elza de Andrade Oliveira” (NEPPs), vinculado à Faculdade de Ciências

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca). O núcleo reúne docentes, pesquisadores e estudantes de diversas áreas do conhecimento, comprometidos com uma leitura crítica, interdisciplinar e socialmente engajada sobre o Estado e as políticas públicas brasileiras.

O estudo discute a confiabilidade como princípio estruturante da pesquisa científica, articulando-a à análise das categorias teóricas propostas por Herbert de Souza, o Betinho (Souza, 1984) — especialmente a distinção entre fato e acontecimento — e ao uso das fontes de dados como base empírica da análise de conjuntura. O objetivo é evidenciar como a coerência entre teoria, metodologia e empiria fortalece a produção de conhecimento crítico sobre as políticas públicas, com destaque para o campo da Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência) e da Educação.

A análise de conjuntura, conforme Souza (1984), consiste em uma leitura crítica da realidade que busca identificar e interpretar os eventos mais significativos de um dado momento histórico. O autor propõe distinguir fatos, compreendidos como registros objetivos e verificáveis, de acontecimentos, entendidos como fatos dotados de sentido político, social ou simbólico dentro de uma conjuntura específica. Essa diferenciação revela que a realidade não é neutra: é interpretada e disputada por diferentes atores e instituições.

Ao tratar a conjuntura como um campo de forças em movimento, Souza (1984) enfatiza que cabe ao pesquisador ir além da descrição dos fatos, interpretando os sentidos e as relações que estruturam a dinâmica política. Essa abordagem aproxima-se de reflexões posteriores, como as de Velasco e Cruz (2000), Oliveira (2014) e Veroneze (2019), que reforçam o caráter interpretativo e dinâmico da análise de conjuntura, destacando que toda leitura da realidade envolve uma escolha teórica, metodológica e política.

Na pesquisa realizada pelo Nepps confiabilidade é entendida como condição que legitima a produção científica. A coleta, a sistematização e a interpretação dos dados seguem critérios rigorosos de consistência, evitando que a análise se apoie em fragmentos isolados. As informações são organizadas a partir de um conjunto de fontes verificáveis, comparáveis e atualizadas, capazes de sustentar interpretações fundamentadas.

A distinção entre fato e acontecimento é central na metodologia de análise de conjuntura do NEPPs. O fato representa um dado concreto da realidade — um decreto, uma portaria ou uma decisão governamental —, enquanto o acontecimento é o fato interpretado, inserido em seu contexto e dotado de significado político. Essa diferenciação é essencial para evitar leituras superficiais e compreender os processos que estruturam a formulação e a implementação das políticas públicas.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

As categorias analíticas — como conflito, atores, cenários, correlação de forças e tendências — orientam a interpretação da conjuntura, articulando fatos e acontecimentos de forma coerente. Essas categorias não são fixas; são atualizadas continuamente à medida que novas informações e dinâmicas políticas emergem. No NEPPs, esse processo é coletivo e interdisciplinar, envolvendo diálogo constante entre teoria e prática, o que reforça o caráter reflexivo da pesquisa.

A base empírica parte da concepção de que as fontes de dados são elementos constitutivos da confiabilidade e da coerência analítica. No NEPPs, sua seleção segue critérios de credibilidade institucional, pluralidade e verificabilidade pública, compondo um sistema integrado de observação das políticas sociais. Mais do que instrumentos técnicos, as fontes são mediações interpretativas que permitem compreender as relações entre discurso, decisão e ação governamental.

O trabalho com as fontes busca estabelecer conexões entre fatos e acontecimentos, identificando tendências, disputas e sentidos políticos. A comparação entre diferentes bases — oficiais, jornalísticas e técnicas — possibilita compreender não apenas o conteúdo publicado, mas também as leituras produzidas sobre a realidade. Assim, a confiabilidade da análise de conjuntura decorre tanto da origem das fontes quanto do modo como são sistematizadas e interpretadas, assegurando que a leitura da conjuntura seja crítica e contextualizada.

A metodologia do NEPPs baseia-se na integração entre interpretação teórica e rigor empírico. O processo de pesquisa não se estrutura em etapas lineares, mas em um movimento contínuo de leitura, comparação e revisão, no qual a teoria orienta a coleta e é reelaborada a partir da empiria. Essa dinâmica permite que as categorias analíticas como acontecimentos, cenários, atores e correlação de forças sejam testadas e refinadas conforme as evidências coletadas.

O uso de tecnologias, como o software Recoll, desenvolvido em parceria com o Laboratório de Relações Internacionais (LABRI/UNESP), integra-se a essa metodologia como ferramenta de apoio à análise e coleta de dados. Mais do que automatizar buscas, o sistema assegura transparência, rastreabilidade e padronização, reduzindo falhas humanas e permitindo a continuidade do trabalho coletivo. O uso do Recoll expressa a concepção metodológica do NEPPs, que compreende a pesquisa como um processo colaborativo, reflexivo e em constante atualização.

Os resultados esperados pela pesquisa concentram-se no fortalecimento da confiabilidade como eixo orientador da análise de conjuntura e na consolidação das categorias destacadas por Souza (1984) como instrumentos interpretativos. Ao integrar teoria, empiria e tecnologia, o NEPPs demonstra que a análise de conjuntura pode

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

alcançar maior precisão e profundidade, evitando leituras intuitivas e produzindo conhecimento sistemático sobre políticas públicas.

Em síntese, o estudo demonstra que a confiabilidade e a consistência conceitual são pilares da produção de conhecimento sobre políticas públicas. A distinção entre fato e acontecimento amplia a capacidade explicativa da análise de conjuntura, enquanto o uso criterioso das fontes reforça a objetividade e a transparência da pesquisa.

O trabalho apresentado insere-se na Sessão Temática “O estudo de políticas públicas e seus contextos: contribuições da análise de conjuntura” por sua estreita relação teórica e metodológica com o objeto do eixo. A proposta articula o referencial de Herbert de Souza (Betinho) com a prática de pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPPs/UNESP-Franca), voltada à observação sistemática das políticas sociais em diferentes contextos governamentais. Ao tratar do uso e da sistematização das fontes de dados como fundamento empírico da análise de conjuntura, o estudo contribui para o aprimoramento metodológico das pesquisas em políticas públicas, evidenciando a importância da integração entre teoria, empiria e tecnologia. A pertinência ao ST decorre, portanto, do objetivo de fortalecer práticas analíticas críticas e comparativas sobre a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas brasileiras.

Palavras-chave: análise de conjuntura; confiabilidade; fontes de dados; categorias analíticas; políticas públicas.

Referências bibliográficas:

- ALVES, José Eustáquio Diniz. *Análise de conjuntura: teoria e método*. Revista APARTE – Inclusão Social em Debate, Rio de Janeiro, p. 1-12, jul. 2008.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.
- CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Marangoni; SANTOS, Agnaldo dos (orgs.). *A conjuntura econômica e política brasileira e argentina*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco. *Teoria e método na análise de conjuntura*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 21, n. 72, p. 145-152, ago. 2000.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 2012.
- NEPPS – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas “Elza de Andrade Oliveira”. *Projeto de pesquisa: Análise de conjuntura – ferramenta para estudos de políticas sociais em*

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

contextos governamentais. Franca: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2025. (Documento interno).

NEPPS – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas “Elza de Andrade Oliveira”. *Plano de atividades do bolsista 1 e 2: Análise de conjuntura – ferramenta para estudos de políticas sociais em contextos governamentais*. Franca: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2025. (Documento interno).

OLIVEIRA, Adriano. *Análise de conjuntura: conceitos e aplicações*. Em Debate, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 24-35, mar. 2014.

PONTE, Letícia Bonaccorsi. *Quais as bases de uma boa análise de conjuntura?* Ponte – UFPR, 28 jun. 2021. Disponível em: <https://ponte.ufpr.br/blog/2021/06/28/quais-as-bases-de-uma-bo-a-analise-de-conjuntura/>. Acesso em: 8 out. 2025.

SOUZA, Herbert de. *Como se faz análise de conjuntura*. Petrópolis: Vozes, 1984.

VELASCO e CRUZ, Sebastião C. *Teoria e método na análise de conjuntura*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 21, n. 72, p. 145-152, ago. 2000

VERONEZE, Renato Tadeu. *Para uma análise de conjuntura: o Brasil e a ofensiva neoliberal*. Revista Humanidades em Perspectivas, v. 2, n. 1, p. 106-109, jul./dez. 2019

A qualificação do debate público como método

Ana Cristina Lemos Roque (NEPPs – UNESP)

E-mail: anacristina.roque@alumni.usp.br;

Luciana Cristina Furtado Fontes (NEPPs – UNESP)

E-mail: luciana.fontes@unesp.br;

Giovanna Doriguetto Souza (NEPPs – UNESP)

E-mail: giovanna.doriguetto@unesp.br;

Resumo:

A crescente complexidade das disputas políticas e seus significados no Brasil atual impõe à sociedade e à academia o desafio de desenvolver instrumentos capazes de interpretar sistemática e criticamente as ações do Estado e seus discursos. Nesse contexto, a partir da pesquisa cujo propósito é a construção de uma metodologia de análise de conjuntura das políticas sociais em contextos governamentais levada a termo pelo Núcleo de Estudos

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

de Políticas Públicas "Elza Andrade de Oliveira" (NEPPs/UNESP), do qual as autoras fazem parte, é que se constrói a proposta deste trabalho. Seu objetivo é perscrutar os desafios e possibilidades que envolvem a criação de um banco de termos, mostrando-se evidente a necessidade urgente de qualificação analítica e sistematização conceitual do debate aprofundado deste instrumento que é base para a coleta de dados da referida pesquisa e do modelo que se deseja construir. A pertinência deste trabalho fundamenta-se em sua proposta de articular metodologia aplicada à teoria sociopolítica como forma de refinar os instrumentos de compreensão das recentes transformações institucionais e discursivas no Brasil em relação às políticas públicas.

Em tempos de transformações sociais intensas e disputas simbólicas crescentes, é cada vez mais necessário investir em metodologias capazes de sistematizar e qualificar o debate público. Uma dessas ferramentas metodológicas consiste na análise de conjuntura, um instrumento cuja importância estratégica para o campo das políticas públicas e da produção acadêmica crítica é amplamente defendida por pesquisadores vinculados ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas "Elza Andrade de Oliveira" (NEPPs/UNESP), do qual as autoras desta proposta fazem parte, que tem desenvolvido, ao longo dos últimos anos, pesquisas que se concentram na análise de conjuntura das políticas sociais em contextos governamentais, incluindo até agora os Governos Bolsonaro (2019-2022) e Lula III (2023-atual), com especial atenção às áreas de Seguridade Social, compreendida pela Saúde, Previdência e Assistência Sociais, e Educação (NEPPs, 2023).

Desde a ascensão do bolsonarismo, o país viveu uma reconfiguração institucional e discursiva das políticas públicas, intensificando disputas que são conjunturais e estruturais, mas também simbólicas e até epistemológicas. A partir da contribuição de alguns textos como o de Rodrigo Nunes (2024), Eduardo Costa Pinto (2019), argumenta-se que o bolsonarismo se estabelece como um fenômeno sociopolítico multifacetado – operando como convergência ideológica, máquina discursiva e horizonte normativo – e que, frente a esse cenário, torna-se essencial qualificar o debate público com ferramentas que promovam a precisão terminológica e a inteligibilidade crítica das ações estatais.

Neste contexto, é que o trabalho que ora se apresenta e que se dedica ao estudo particularmente voltado à construção do banco de termos de coleta de dados, dentro desta pesquisa, propõe uma reflexão sistemática e aprofundada acerca dos desafios e possibilidades para esta construção, não só no que se refere ao Governo Bolsonaro, mas demais governos que se deseja estudar.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Tecnicamente, o banco de termos de coleta de dados consiste no armazenamento sistematizado de terminologias utilizadas em uma comunicação especializada, que engloba, de forma coerente, concisa e com potencial pragmático, a enumeração, definições, equivalências e contextos de uso. Ocorre que, diante de um cenário em que a ação política objetiva tem sido contrastada com os fundamentos ideológicos, marcados pela disputa de interesses no campo dos valores e das ideias, propõe-se uma análise acerca do processo de construção de banco de termos como uma ferramenta fundamental para a produção e sistematização de análise de conjuntura para governos federais e disseminação do conhecimento em políticas públicas, formação acadêmica e prática institucional.

Em um cenário de crescente complexidade das demandas sociais e pluralidade de interpretações conceituais, torna-se indispensável consolidar uma base terminológica estruturada, confiável, acessível e crítica, capaz de padronizar os significados utilizados em documentos oficiais e pesquisas científicas.

A metodologia adotada é qualitativa, de base documental e bibliográfica e, com análise crítica interdisciplinar, consistindo em que foram examinadas as estruturas simbólicas e argumentativas do bolsonarismo como referência para este trabalho, por meio da investigação de alguns dados coletados pela pesquisa, experimentalmente realizada, do Governo Bolsonaro como referência para este trabalho, à luz do debate teórico proposto por Nunes (2024) e Costa Pinto (2019), que com base nos conceitos de “infraestrutura discursiva” e “máquina ideológica” articulada com o neoconservadorismo americano e a militarização das esferas civis destacam as estruturas simbólicas e argumentativas enquanto fenômeno político.

Utiliza-se este estudo de caso metodológico mediante a análise da experiência empírica e teórica já realizada do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas “Elza Andrade de Oliveira” (NEPPs/UNESP), com o propósito de perquirir os desafios e potencialidades da construção do banco de termos utilizada nesta pesquisa até agora, tanto em termos metodológicos, como na capacidade analítica dos conteúdos de mudança institucional e ideológicas governamentais.

A análise se concentra na estrutura organizacional, nas estratégias de sistematização terminológica e nos impactos na análise de conjuntura do governo Bolsonaro, buscando evidenciar a disputa simbólica e o tensionamento conceitual nas políticas de Seguridade Social, Educação e Saúde.

A estruturação de um banco de termos envolve o estudo analítico banco de termos de coleta de dados desenvolvido pelo NEPPs, a partir da compreensão e do monitoramento das evidências, a fim de se alcançar uma padronização e/ou universalização de uma

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

linguagem, que possa ser utilizada como metodologia de análise não somente para análise do governo Bolsonaro, mas dos vários governos aos quais se deseja dedicar o modelo.

Compreende-se que um banco de termos bem elaborado deve contribuir para a clareza conceitual e para a uniformidade das definições, ao passo que é essencial que os termos sejam selecionados com base em critérios de relevância normativa, frequência de uso e atualidade, bem como ancorados em documentos oficiais e literatura acadêmica reconhecida.

Além disso, deve-se assegurar acessibilidade, usabilidade e interoperabilidade com outros sistemas e bases de dados institucionais digitais, de modo a atender docentes, estudantes e pesquisadores, devendo também ser garantida a sua atualização contínua, por meio de instâncias curadoras qualificadas, como comissões editoriais, responsáveis por validar os termos, resolver conflitos terminológicos e incorporar novos conceitos em evolução, com o objetivo de ampliar o potencial de uso do banco como instrumento de apoio à pesquisa, ao planejamento e à avaliação de políticas públicas.

No âmbito das pesquisas desenvolvidas pelo NEPPs, não se trata apenas de uma tarefa técnica, mas de uma ação estratégica capaz de promover maior transparência, rigor conceitual e democratização do conhecimento, alinhando-se aos princípios da educação superior de qualidade e da gestão pública eficiente.

O bolsonarismo, compreendido como um ecossistema político-discursivo, redefine as fronteiras entre Estado, sociedade e ideologia, ao mobilizar uma convergência entre conservadorismo moral, militarismo, neoliberalismo radical e anti-intelectualismo. Frente a esse fenômeno exemplar do ponto de vista das dificuldades da leitura dos processos políticos envolvendo as políticas públicas na atualidade, a reflexão e revisão de instrumentos como o banco de termos não apenas organiza o vocabulário técnico das políticas públicas, mas também atua como contra-hegemonia cognitiva e pedagógica. Ao permitir maior rigor analítico e transparência institucional, essa estratégia metodológica fortalece o campo democrático e a pesquisa aplicada, sendo essencial à formação cidadã crítica e à avaliação de políticas em contextos de polarização.

Palavras-chave: análise de conjuntura; banco de termos; políticas públicas; metodologia; governos.

Referências bibliográficas:

NEPPs – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas e Sociais. A Construção de um Banco de Termos como Estratégia de Qualificação da Análise de Políticas Públicas no Brasil, 2023, mimeo.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

NUNES, Rodrigo. A Palavra e a Coisa: Bolsonarismo como Convergência, Horizonte, Infraestrutura, Ecologia e Máquina. **Lua Nova**, n. 122, 2024.

PINTO, Eduardo Costa. Bolsonaro e os Quartéis: a loucura com método. IE-UFRJ **Discussion Paper** 006, 2019.

SOUZA, Herbert de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 1984.

O contexto das conjunturas e a análise das trajetórias das políticas públicas: a implementação da base nacional comum curricular em nível local

Maria Michelle Fernandes Alves (UFOP)

E-mail: michelle190877@gmail.com

Breyner Ricardo De Oliveira (UFOP)

E-mail: oliveira.breyner@gmail.com

Resumo:

A pesquisa analisou as trajetórias e os contextos de formulação e de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em Contagem/Minas Gerais, para a etapa do Ensino Fundamental, através da análise do contexto das conjunturas. Por meio desse contexto, consegue-se apreender um conjunto de aspectos e fatores que estão relacionados à arquitetura, ao desenho e à identidade da política, ou seja, à sua historicidade. Foi realizada uma pesquisa qualitativa e descritiva, estruturando-se por meio das pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Foram analisados documentos nacionais e locais relacionados à formulação e implementação da BNCC, além de dados provenientes de 43 entrevistas. Os dados revelaram os desafios da coordenação federativa e a complexidade do processo de implementação. Para a sua implementação no nível local, a partir das diretrizes formuladas nacionalmente, notamos inúmeras variáveis que interferiram nessa dinâmica, perpassando pelos ciclos de governo, bem como pela heterogeneidade constitutiva dos municípios. Percebemos a complexidade associada à gestão dos processos de implementação multinível, elemento central para que as políticas alcancem os resultados esperados. Essa discussão é relevante para as políticas educacionais, mas também para qualquer outra política que dependa deste tipo de arranjo para ser implementada em nível local.

A pesquisa analisou as trajetórias e os contextos de formulação (nível federal/nacional/macro) e de implementação (nível local/municipal/micro) da Base Nacional Comum

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Curricular (BNCC) em Contagem, Minas Gerais (MG), para a etapa do Ensino Fundamental (EF). Para a análise, utilizamos o modelo de análise de contextos desenvolvido por Oliveira, Alves e Fichter Filho (2022).

Este referencial visa compreender as trajetórias de implementação de políticas públicas, aprofundando e articulando aportes teóricos e metodológicos que dialoguem com o campo das políticas. Os autores apresentam cinco contextos de análise compreendidos de modo entrelaçado: conjunturas, conteúdos da política, institucionais, experiências e territórios. Particularmente, o contexto das conjunturas diz respeito às agendas, suas definições e processos relacionados à formulação da política a partir dos cenários políticos, econômicos e sociais, dos marcos legais que a amparam e do levantamento de outras políticas relacionadas à política analisada (Rodrigues, 2016, Ball; Bowe; Gold, 1992, Ball, 1994).

Segundo o Ministério da Educação (MEC), a BNCC é um documento normativo que estabelece o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas da Educação Básica (Brasil, 2018). A trajetória de formulação desta política perpassou dois ciclos de governo: Dilma Rousseff (PT) (2011-2016) e Michel Temer (PMDB) (2016-2018). Em Contagem, lócus do estudo, a trajetória de implementação englobou três ciclos: Carlin de Moura (PCdoB) (2013- 2016), Alexis de Freitas (PSDB) (2017-2020) e Marília Campos (PT) (2021-atual).

A implementação da BNCC fundamenta-se nos princípios da coordenação, cooperação e colaboração federativa, definidos pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1998) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9394/1996 (Brasil, 1996). O MEC apresentou propostas/ações que induziram estados e municípios a (re)elaborarem os currículos a partir de diretrizes nacionais, pautando-se no princípio democrático-colaborativo ao criar condições de participação e governabilidade entre os entes federados. Tal dinâmica induz uma gestão multinível de implementação uma vez que se mobiliza e cria-se uma rede com diferentes atores, fluxos de decisão e produção de normativas em diferentes níveis e camadas hierárquicas na cadeia de implementação da política. Segundo Silva, Alves Neto e Vicente (2015), Abrucio e Viegas (2022), este processo – não apenas para as políticas educacionais, mas para qualquer política que dependa de coordenação nacional – é complexo pois conta com a interferência de inúmeras variáveis, desde a mudança dos governos, passando pela descontinuidade administrativa da burocracia local, bem como pelas capacidades de estados e municípios em implementar programas.

A pesquisa foi de natureza qualitativa e descritiva, estruturando-se por meio das pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Quanto aos dados, foram consultados,

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

ao todo, 473 documentos (32 em nível nacional e 441 em nível local). Foram também realizadas 18 entrevistas com os burocratas que atuaram/atua na SEDUC, além de entrevistas realizadas com as equipes de gestão escolar de 15 escolas (25 entrevistas, perfazendo um total de 34 sujeitos: 22 pedagogos – 8 diretores – 4 vice-diretores). Para a análise, utilizamos as seguintes categorias: contextualização dos cenários políticos e atores institucionais relevantes.

Os resultados revelaram que a formulação da BNCC foi construída em um cenário conturbado de disputas internas e externas, em um processo de correlação de forças entre o público e o privado. Além disso, o processo de impeachment foi um fato histórico decisivo que mudou os rumos das políticas públicas (Gomide; Silva; Leopoldi, 2023), incluindo a BNCC. Afirmamos que não houve uma única trajetória de formulação, mas sim trajetórias em virtude de como a alternância no nível nacional, deflagrado pelo impeachment, acabou produzindo rupturas, fragmentações, principalmente na maneira como a Base estava sendo construída.

Ao analisar o município estudado que, na trajetória de implementação da BNCC, perpassou por três ciclos de governo distintos, notamos como os entendimentos, os interesses e os debates nestas gestões refletiram na maneira como a política foi traduzida, interpretada, difundida e implementada. Particularmente, destacamos a gestão Alexis (2017-2020), pois, pelos dados analisados, foi neste ciclo que houve centralidade nas discussões sobre a BNCC e, conseqüentemente, sobre seu processo de implementação. Nesta gestão, ressaltamos o protagonismo assumido por Contagem ao antecipar o processo de implementação da Base, iniciado antes da homologação desta política, ocorrido em dezembro de 2017, para as etapas da Educação Infantil e do EF. Antecipação que pode ser justificada tanto pelo ganho político, quanto pela possibilidade de fomentar e implementar diretrizes municipais baseadas no discurso da melhoria dos resultados educacionais.

No Guia de implementação da Base (Brasil, 2020) são enfatizadas ações de coordenação do governo federal, bem como a estruturação da governança da implementação. Consideramos que tais ações revelam a complexidade associada à conformação de uma rede de implementação multinível. A gestão da implementação, com a participação e articulação de diversos atores a partir do regime de colaboração, torna-se um grande desafio. Pelo fato de as políticas educacionais serem altamente descentralizadas, percorrem diferentes níveis e camadas hierárquicas até chegarem nas escolas, onde se materializam (Oliveira, 2019).

Verificamos que esta hierarquização e verticalização, presente no modelo top down, não garante, a priori, uma incorporação automática e uniforme das Redes de Ensino as

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

diretrizes da BNCC uma vez que, segundo Costa et al. (2022), o processo de implementação de normativas, ainda que obrigatórias, nem sempre acontece ao mesmo tempo e da mesma forma em todos os estados e municípios. Em Contagem, percebemos esse “descompasso”, ou seja, esse caráter não linear e uniforme na implementação de normativas nacionais, quando este município antecipou o seu processo de implementação da BNCC.

Assim, a partir das diretrizes que são formuladas nacionalmente sobre uma política, para a sua implementação no nível local, há inúmeras variáveis que vão interferir nessa dinâmica, perpassando pelos ciclos de governo e suas diretrizes, bem como pela heterogeneidade constitutiva dos municípios. Ao explicitar as dinâmicas de formulação e de implementação no nível local, o contexto das conjunturas revelou que a ação entre o governo federal e os entes subnacionais não opera, necessariamente, de maneira coordenada. Logo, a gestão destes tempos, dinâmicas, processos – a gestão da rede de implementação multinível – é central para que as políticas públicas – não exclusivamente as educacionais – alcancem os resultados pretendidos.

Palavras-chave: Formulação e implementação de política educacional; Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Trajetória e contextos de implementação; Contexto das conjunturas; Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).

Referências bibliográficas:

- ABRUCIO, F. L.; VIEGAS, R. R. **Capacidades estatais das Secretarias Municipais de Educação:** diagnóstico e reforma. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/360833221_Capacidades_estatais_das_Secretarias_Municipais_de_Educacao_diagnostico_e_reformas Acesso em 13 out. 2023.
- BALL, S. J. **Educational reform:** a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BALL, S. J.; BOWE, R. & GOLD, A. **Reforming education & changing schools:** case studies in policy sociology. Londres: Routledge, 1992.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/ UNDIME, 2018.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular**: orientações para o processo de implementação da BNCC. 2020. Versão Atualizada.

COSTA, A. G. *et al.* A Base Nacional Comum Curricular sob a coordenação federativa: crítica à proposta e às formas de indução. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 9, n. 5, pp. 10-23, mar. 2022.

GUSSI, A. F. & OLIVEIRA B. R. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em Debate**, v. 4, n. 1, pp. 83-101, 2016.

GOMIDE, A. A.; SILVA, M. M. S.; LEOPOLDI, M. A. Políticas públicas em contexto de retrocesso democrático e populismo reacionário: desmontes e reconfigurações. *In*: GOMIDE, A. A.; SILVA, M. M. S.; LEOPOLDI, M. A. **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023. cap. 1, pp. 13-44.

OLIVEIRA, B. R. A implementação de políticas educacionais no nível micro: uma análise a partir dos profissionais da escola no contexto da prática. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 4, p. 1-17, 2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bd7hrk6>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

OLIVEIRA, B. R.; ALVES, M. M. F.; FICHTER FILHO, G. A. Contextos e trajetórias para a análise de políticas públicas: aportes teóricos para o campo da educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 3, nov. 2022. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16722> Acesso em: 30 jul. 2023.

RODRIGUES, L. C. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. **Desenvolvimento em Debate**, v. 4, n. 1, pp. 103-115, 2016.

SILVA, I. L. F.; ALVES NETO, H. F. & VICENTE, D.V. A proposta da Base Nacional Comum Curricular e o debate entre 1988 e 2015. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 51, n. 3, pp. 330-342, set./dez. 2015.

Contextos, trajetórias e conjunturas: fundamentos conceituais para a análise das políticas educacionais brasileiras

Jianne Ines Fialho Coelho (UFOP)
E-mail: jiannecoelho@gmail.com

Maria Michelle Fernandes Alves (UFOP)
E-mail: michelle190877@gmail.com

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Breyner Ricardo de Oliveira (UFOP)
E-mail: oliveira.breyner@gmail.com

Márcio Vinícius de Oliveira (UFOP)
E-mail: marcio.voliveira@yahoo.com.br

Denilson Junio Marques Soares (UFOP)
E-mail: denilson.marques@ifmg.edu.br

Resumo:

A pesquisa analisa as trajetórias das políticas educacionais brasileiras de 1995 a 2022, adotando abordagem conceitual e reflexiva que conecta categorias como territórios, trajetórias, contextos e conjunturas, evidenciando avanços, rupturas e ressignificações nesse campo. Desenvolvida no âmbito de um projeto colaborativo – “Os Múltiplos e Dinâmicos Processos Socioeconômicos e Ambientais no Brasil a partir do Censo Demográfico 2022” – entre universidades, o INCT/PPED e o IBGE, a investigação busca interpretar as políticas públicas como trajetórias influenciadas por contextos interligados de conjunturas, conteúdos, experiências, territórios e atores institucionais. A metodologia inclui revisão conceitual e análise das mudanças ao longo dos diferentes governos brasileiros, identificando quatro conjunturas distintas: período de estabilização pós-redemocratização com FHC; aumento do acesso e redução de desigualdades durante Lula e Dilma; crise democrática sob Dilma II; rupturas e desmonte nas gestões Temer e Bolsonaro. O estudo também considera as transformações nos dados do Censo Demográfico de 2000, 2010 e 2022 como elementos de conexão entre mudanças nos instrumentos de coleta e as prioridades políticas. As conclusões destacam a dimensão dinâmica das trajetórias das políticas educacionais, moldadas pelo entrelaçamento de diferentes governos e contextos socioeconômicos, evidenciando tanto permanências quanto rupturas na busca pela democratização, equidade e qualificação da educação brasileira.

A pesquisa, de natureza conceitual, tem como objetivo analisar as trajetórias das políticas educacionais brasileiras no período de 1995 a 2022. Adota uma abordagem analítico-reflexiva voltada para a construção de um referencial teórico que articula quatro categorias centrais – territórios, trajetórias, contextos e conjunturas – no campo das políticas educacionais, marcado por avanços, rupturas, inflexões e ressignificações.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Este estudo está vinculado ao eixo 3 (panorama educacional) do projeto “Os Múltiplos e Dinâmicos Processos Socioeconômicos e Ambientais no Brasil a partir do Censo Demográfico 2022”, em desenvolvimento por pesquisadores de universidades brasileiras, bem como do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Políticas Públicas, Estratégicas e Desenvolvimento (INCT/PPED), além da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE (ENCE/IBGE).

Utilizamos como base teórica o modelo proposto por Oliveira, Alves e Fichter Filho (2022). Este referencial visa compreender as trajetórias de implementação de políticas públicas, aprofundando e articulando aportes teóricos e metodológicos que dialoguem com o campo das políticas. Tem como conceito fundante a noção de trajetória (Gussi; Oliveira, 2016; Oliveira, 2019), partindo do princípio que analisar uma política pública implica compreender o seu itinerário, ou seja, analisar seus efeitos, resultados, impactos e as questões associadas ao desenho e sua implementação, de modo transversal.

Os autores apresentam cinco contextos de análise compreendidos de modo entrelaçado: conjunturas, conteúdos da política, institucionais, experiências e territórios. A pesquisa está circunscrita nos contextos das conjunturas e dos territórios. Em relação às conjunturas, Oliveira, Alves e Fichter Filho (2022) afirmam que este contexto engloba agendas, suas definições e processos associados à formulação da política a partir dos cenários políticos, econômicos e sociais, dos marcos legais que a amparam e do levantamento de outras políticas relacionadas à política analisada (Rodrigues, 2016, Ball; Bowe; Gold, 1992, Ball, 1994). O contexto dos territórios, por sua vez, está relacionado à análise das especificidades locais/regionais nas quais as políticas aterrissam e se concretizam, marcadas por desigualdades sociais, políticas e econômicas (Ball; Maguire; Braun, 2012; Rodrigues, 2016).

Quanto ao percurso metodológico, inicialmente, foi realizada uma revisão conceitual voltada à sistematização e análise crítica das categorias centrais, com suporte em literatura nacional e internacional sobre políticas públicas e políticas educacionais. A partir desse movimento, desenvolveu-se a análise da trajetória das políticas educacionais brasileiras, tomando como referência os diferentes governos, iniciando em Fernando Henrique Cardoso (FHC) I e II (1995-2002), perpassando os governos Lula I e II (2003-2010), Dilma I e II (2011- 2016), Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022).

A partir da análise orientada em identificar as mudanças políticas, econômicas e sociais que influenciaram as agendas e prioridades da política educacional em cada governo, foram definidas quatro conjunturas: (i) 1ª conjuntura: FHC I e II – educação em cenário pós redemocratização e estabilidade macroeconômica; (ii) 2ª conjuntura: Lula I e II e Dilma I – políticas educacionais em tempos de ampliação do acesso e redução de desigualdades;

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

(iii) 3ª conjuntura: Dilma II – Educação em tempos de crise democrática; e (iv) 4ª conjuntura: Temer/Bolsonaro – Educação em cenário de ruptura e desmonte.

As mudanças observadas no Censo Demográfico de 2000, 2010 e 2022 também foram incorporadas à reflexão como eixo articulador entre os contextos e as trajetórias, permitindo discutir como transformações nos instrumentos de coleta e classificação de dados dialogam com alterações de agenda e de foco das políticas educacionais. Embora o Censo seja utilizado para evidenciar pontos de conexão entre dados e políticas, trata-se de um estudo conceitual, cujo objetivo principal é aprofundar a compreensão teórica e propor um quadro analítico aplicável a investigações empíricas futuras.

As análises evidenciam que as trajetórias das políticas públicas/educacionais são definidas de uma maneira dinâmica quando elas navegam por diferentes governos, organizações e múltiplas arenas. A articulação entre os governos brasileiros – FHC I e II, Lula I e II, Dilma I e II, Temer e Bolsonaro – e as políticas educacionais desenhadas e implementadas nesses ciclos governamentais, incluindo a evolução dos dados, é complexa e marcada por rupturas e permanências entre diferentes conjunturas políticas, econômicas e sociais, com ênfase crescente na democratização do acesso e permanência escolar e na busca por equidade e evolução da qualidade dos índices da educação.

Se na primeira conjuntura – Governo FHC –, a preocupação era voltada principalmente para o estabelecimento de bases para o financiamento da Educação, na segunda conjuntura, que compreende as gestões Lula I e II e Dilma I, o foco estava em programas de inclusão e acesso, especialmente para os menos favorecidos, embora esses governos enfrentassem tensões e contradições de agendas neoliberais remanescentes.

Além disso, a terceira conjuntura (Dilma II) foi marcada por uma intensa crise econômica, com altas taxas de desemprego, descontrole cambial, aumento da inflação e cortes no orçamento para a Educação, fruto das políticas de contingenciamento orçamentário e de ajustes fiscais que foram impostas em virtude da crise econômica. Já a quarta conjuntura (Temer e Bolsonaro), pós-impeachment, notamos a continuidade dos cortes orçamentários, associada à redução, diminuição ou até mesmo à total substituição e/ou eliminação de políticas/programas públicos existentes (Gomide; Silva; Leopoldi, 2023), evidenciando o desmonte das políticas públicas educacionais.

Nesse contexto, ao analisarmos, por exemplo, a taxa de alfabetização por município brasileiro, elaborados a partir dos dados dos Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022, período que perpassa as conjunturas analisadas, é possível identificar avanços gerais na elevação dos níveis de alfabetização, bem como a permanência de disparidades regionais entre o Sul/Sudeste com o Norte/Nordeste. De 2010 a 2022, período que perpassa a segunda, terceira e quarta conjunturas, os avanços em relação a alfabetização

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

continuaram, mas em ritmo mais lento. Consideramos que este ritmo mais lento está associado às rupturas e aos desmontes na Educação, visualizadas na terceira e quarta conjuntura.

Desta forma, aos discutirmos as conjunturas, relacionadas aos ciclos de governo, bem como as especificidades regionais (territoriais), as trajetórias e os contextos das políticas educacionais, é possível visualizar e reforçar os desafios relacionados à formulação e implementação das políticas educacionais em contextos altamente heterogêneos e desiguais

Palavras-chave: Trajetórias; Contextos; Conjunturas; Territórios; Censos Demográficos 2000, 2010 e 2022.

Referências bibliográficas:

- BALL, S. J. Educational reform: a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BALL, S. J.; BOWE, R.; GOLD, A. Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology. Londres: Routledge, 1992.
- BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- GOMIDE, A. A.; SILVA, M. M. S.; LEOPOLDI, M. A. Políticas públicas em contexto de retrocesso democrático e populismo reacionário: desmontes e reconfigurações. In: GOMIDE, A. A.; SILVA, M. M. S.; LEOPOLDI, M. A. Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022). Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023. cap. 1, pp. 13-44.
- GUSSI, A. F.; OLIVEIRA B. R. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. Desenvolvimento em Debate, v.4, n.1, p.83-101, 2016.
- OLIVEIRA, B. R. A implementação de políticas educacionais no nível micro: uma análise a partir dos profissionais da escola no contexto da prática. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, v. 4, p. 1-17, 2019. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- OLIVEIRA, B. R.; ALVES, M. M. F.; FICHTER FILHO, G. A. Contextos e trajetórias para a análise de políticas públicas: aportes teóricos para o campo da educação. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. esp. 3, nov. 2022. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16722> Acesso em: 30 jul. 2023.
- PY, Fábio. Padre Paulo Ricardo: trajetória política digital recente do agente ultracatólico do cristofascismo brasileiro. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 13, nº 34, set./dez. 2021.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

RODRIGUES, L. C. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. *Desenvolvimento em Debate*, v. 4, n. 1, pp. 103-115, 2016.

Da conjuntura à experiência: estigma e ambivalência nas creches e centros de atendimento à infância caxiense (CCAIC)

Daniely Honorato (PPGE – UFRJ/LaPOpE)

E-mail: honoratodaniely@gmail.com

Ana Pires do Prado (PPGE – UFRJ/LaPOpE)

E-mail: anaprado@yahoo.com

Resumo:

Esta proposta analisa a implementação da política pública Creches e Centros de Atendimento à Infância Caxiense (CCAIC) em Duque de Caxias (RJ), focada no combate à desnutrição infantil e na garantia da educação infantil. Utilizando a etnografia, investiga-se como rótulos e estigmas são (re)produzidos no cotidiano, especialmente no refeitório, espaço fundamental para a materialização da política. O referencial teórico mobiliza a noção de burocratas de nível de rua (Lipsky, 2019) e, centralmente, o modelo dos cinco contextos para análise de políticas educacionais (Conjuntura, Conteúdo, Institucional, Experiências e Territórios), proposto por Oliveira, Alves e Fichter Filho (2022). A pesquisa revela um descompasso entre o desenho intersetorial da política e sua execução setorial (SME), marcada pelo desmonte de equipes multiprofissionais e escassez de recursos. O Contexto das Experiências mostra que os implementadores exercem discricionariedade e realizam julgamentos morais, perpetuando o estigma associado à pobreza e à vulnerabilidade social, o que demanda uma análise de conjuntura para sua elucidação.

Esta pesquisa, resultante de uma dissertação de mestrado em Educação, visa analisar a implementação da política pública Creches e Centros de Atendimento à Infância Caxiense (CCAIC's) no município de Duque de Caxias (RJ). A política CCAIC, criada em 2003 para enfrentar os altos índices de desnutrição infantil, caracteriza-se pelo critério de matrícula condicionado ao diagnóstico de risco nutricional, aferido por meio de pesagem. Embora concebida para assegurar alimentação adequada e educação infantil, o estudo investiga se, e de que maneira, rótulos e estigmas são (re)produzidos no cotidiano da implementação. O foco etnográfico recaiu sobre o refeitório, reconhecido como o espaço

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

onde a política de combate à desnutrição se materializa de forma mais intensa e ambígua. O problema central da pesquisa reside no descompasso entre a intenção normativa da política (combater a desnutrição e prover cuidado integral) e sua materialização cotidiana, que frequentemente contribui para a estigmatização das crianças e a culpabilização de suas famílias. O quadro teórico da pesquisa se ancora nos estudos de implementação de políticas públicas, superando a visão linear top-down e priorizando a dimensão bottom-up. A análise mobiliza a noção seminal de burocratas de nível de rua (Lipsky, 2019), que, ao lidarem com escassez de recursos e sobrecarga de trabalho, exercem ampla discricionariedade e se tornam coprodutores da política. Esta discricionariedade é frequentemente moralizada, orientada por julgamentos subjetivos sobre o “merecimento” dos usuários (Maynard-Moody e Musheno, 2003). Crucialmente, a análise adota o modelo dos cinco contextos interdependentes (Contexto das Conjunturas, Conteúdo da Política, Contexto Institucional, Contexto das Experiências e Contexto dos Territórios) proposto por Oliveira, Alves e Fichter Filho (2022). Este modelo permitiu apreender a complexidade e a transversalidade da implementação, vinculando a ação micro-institucional (a creche) às macro-estruturas políticas e sociais (a conjuntura). A articulação desses contextos foi essencial para desvelar as tensões e os paradoxos da política CCAIC. Adicionalmente, utilizamos Erving Goffman (2004) para compreender como atributos como a pobreza e a desnutrição se tornam estigmas, moldando as interações e as identidades sociais das crianças no ambiente institucional. A pesquisa utilizou uma abordagem etnográfica, compreendida como uma postura investigativa que permeia todo o trabalho. O trabalho de campo foi realizado em uma unidade CCAIC em Duque de Caxias, incluindo observação participante prolongada (três a cinco dias por semana, durante doze meses), focada especialmente nas dinâmicas do refeitório. Foram complementadas com entrevistas semiestruturadas com burocratas chave: a diretora, uma nutricionista e a assistente social do programa. A análise documental incluiu as normativas do CCAIC e o Plano Municipal de Educação. A triangulação desses dados permitiu uma análise densa e situada da política. A política do CCAIC é um caso exemplar de como a implementação é mediada pelos cinco contextos interconectados, conforme a proposta de Oliveira, Alves e Fichter Filho (2022). O município de Duque de Caxias, inserido na Baixada Fluminense, apresenta altos índices de desigualdade de renda (Índice de Gini de 0,5241 em 2010) e vulnerabilidade extrema. A crise de insegurança alimentar no Brasil, que levou o país a retornar ao Mapa da Fome (FAO, 2023), constitui a conjuntura que pressiona a criação de respostas focalizadas. O território impõe desafios constantes, como violência armada e precariedade habitacional, que afetam a rotina escolar. O Conteúdo da Política combina os eixos de educação, alimentação e proteção. No entanto, seu critério de ingresso, baseado

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

na paisagem (diagnóstico de desnutrição), transforma um direito universal (creche) em um benefício focalizado e biomédico. Essa lógica de elegibilidade alinha-se à crítica de Patto (2015) sobre a produção do fracasso escolar ao condicionar o acesso à exposição da carência. O Contexto Institucional é marcado pela fragilidade. O desenho inicial de intersetorialidade (Educação, Saúde, Assistência Social) foi progressivamente desmontado, concentrando a execução exclusivamente na Secretaria Municipal de Educação (SME). Profissionais como assistentes sociais e nutricionistas não estão fixos nas unidades, limitando a capacidade de resposta integral. A fragilidade institucional transfere uma carga de responsabilidade e discricionariedade extrema aos burocratas de nível de rua, como ADEBs (Auxiliar de Educação Básica), professoras e diretoras. No Contexto das Experiências, observa-se o dilema dos papéis duais: o afeto e o cuidado se misturam com o controle e o julgamento moral. As interações cotidianas no refeitório se tornam o palco da (re)produção de estigmas. Falas das profissionais associam a desnutrição à negligência familiar: “Durante a reunião a coordenadora diz ‘Você gasta uma fortuna com projetos sociais e não vê avanço. A desnutrição, às vezes, não é falta de dinheiro, é preguiça. No Brasil, a comida é barata.’” (Diário de Campo, 12 mar., 2024). E rotulam as crianças com base em marcadores corporais: “Durante o almoço as ADEBs interagem entre si e com as crianças. Uma ADEB diz ‘Abre o bocado, baixo peso.’ Outra ADEB responde: ‘Esse é baixa estatura.’, uma terceira ADEB comenta ‘Ainda bem que hoje eu tô com paciência.’” (Diário de Campo, 17 set., 2024). A análise da implementação da implementação do CCAIC por meio do modelo dos cinco contextos (Oliveira, Alves e Fichter Filho, 2022) demonstrou que a política, apesar de sua relevância social, está profundamente tensionada pela conjuntura e pela fragilidade institucional. O critério de elegibilidade e as práticas discricionárias dos burocratas de nível de rua resultam em uma implementação ambivalente, que simultaneamente provê o direito à nutrição e reproduz estigmas sociais, ao individualizar a responsabilidade pela vulnerabilidade. O estudo ratifica a importância da análise de conjuntura para compreender a complexidade das políticas públicas e os desafios éticos e práticos enfrentados por seus implementadores.

Palavras-chave: Creches e Centros de Atendimento à Infância Caxiense (CCAIC's); Implementação de políticas públicas; Estigmatização; Burocracia de nível de rua; Contextos de políticas.

Referências bibliográficas:

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. 4. ed. São Paulo: Intermeios, 2015.
GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Mathias Lambert. 1. ed. Rio de Janeiro: Sabotagem, 2004.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

LIPSKY, Michael. Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Tradução: Arthur Eduardo Moura da Cunha. Brasília: Enap, 2019.
MAYNARD-MOODY, Steven; MUSHENO, Michael. Cops, teachers, counselors: stories from the front lines of public service. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2003.
OLIVEIRA, Breyner Ricardo de; ALVES, Maria Michelle; FICHTER FILHO, Gustavo Adolf. Contextos e trajetórias para a análise de Políticas Públicas: Aportes teóricos para o campo da educação. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. n. esp. 3, p. 2095–2117, 2022.

As relações de (des) equilíbrio entre estado e educação: um estudo sobre desigualdade e resistência ante o imperativo das relações socioeconômicas

José Carlos Farias De Mello (UCAM)

E-mail: profcarlosmello644@gmail.com

Resumo:

Este trabalho objetiva entender como as relações históricas de (des)equilíbrio entre Estado e Educação podem ter contribuído para a conformação da desigualdade educacional, e proporcionado um quadro de baixa performance e estagnação, a partir dos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa/OCDE), no que tange às dimensões de: leitura, matemática e ciências. Para tanto, o estudo pretende: levantar a historicidade da educação no Brasil; entender, como essa ambiência e o conjunto de ações, ou omissões, no que diz respeito às políticas públicas orientadas para o setor contribuíram para essa realidade; ilustrar o debate, estabelecendo um quadro comparativo de desempenho no certame, considerando as esferas privada, federal, estadual e municipal de ensino; entender a complementaridade entre sociedade e governo, ante o imperativo das relações socioeconômicas. Esta pesquisa tem bases documental, descritiva, explicativa, qualitativa, aposteriorística; fundamentada em autores como: Freire; Ribeiro; Demo; Galbraith; Bourdieu; Medeiros; Nery; entre outros. Serão realizadas consultas bibliográficas; em internet; nos dados do Pisa/OCDE, e outros institutos de pesquisa. Este estudo, não pretende estabelecer um conhecimento fechado, ao contrário, busca iluminar e contribuir propositalmente para alicerçar outras pesquisas e estudos, tanto em caráter transdisciplinar, como interdisciplinar.

Longe de buscar apresentar soluções definitivas, este estudo se conforma como uma obra em construção, que busca suscitar a possibilidade de continuidade do estudo do tema, tanto em caráter transdisciplinar como interdisciplinar, a partir do fornecimento de

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

subsídios, dados e informações relevantes para pesquisas nesta área, ou em área correlatas das ciências sociais, econômicas e jurídicas.

Este estudo busca analisar qualitativamente, abarcando a historicidade do processo da educação brasileira, recorrendo aos ideários de Freire e Ribeiro, quando o primeiro assinala que se o futuro dos fatos e das condições estabelecidas, sobretudo no que tange a educação, não passasse de uma perpetuação mecanicista das condições presentes, portanto fadado pela condicionalidade dos fatos, não seria possível estabelecer uma via de decisões ou opções políticas, restando um estado de “adestramento” e não de “educação” (FREIRE, 2011, p.127), ao passo que o segundo, continuamente na busca pelo equilíbrio entre o viés antropológico e o pedagógico, sustenta uma postura decolonial, para ele insofismável, para que seja possível desvencilhar o processo de desenvolvimento da educação brasileira em torno de uma acepção endógena, ante o asfixiante imperativo do eurocentrismo.

A pesquisa, busca interpretar os mecanismos, condicionantes e fenômenos que possam lançar uma luz sobre a relação sociedade/Estado e, nesse sentido, elucidar como as políticas públicas e as relações de (des)equilíbrio entre Estado e educação poderiam ter contribuído para levar a educação brasileira a um quadro de estagnação formacional.

O uso da expressão (des)equilíbrio emerge do entendimento de que uma situação de equilíbrio estável entre estado e sociedade só se verifica em um contexto em que a política pública possa direcionar ou redirecionar os rumos do processo educacional brasileiro, ante o imperativo das relações socioeconômicas, cuja raiz nutritiva deriva do capitalismo financeiro e, nesse sentido, os interesses daqueles que detêm a informação e o poder tenderiam a se sobrepor aos interesses dos demandantes do direito cidadão, de acesso a uma educação de qualidade garantido em texto constitucional. O processo de evolução do setor educacional e do ensino, então, se conformaria em uma réplica das relações hegemonicamente dominantes euroamericanas, ou seja, uma retroalimentação mais subjetiva dos processos de colonialidade.

A sociologia reconhece a amplitude e a sujeição às influências do meio natural e da própria sociedade sobre a dinâmica da educação e, nesse sentido, o escopo da educação não se limitaria aos ensinamentos tradicionais, mas em toda uma teia de elementos pertencentes ao arcabouço jurídico, ao meio ambiente, e sobretudo nas interações sociais. Segundo Bourdieu (1998) coexistem no processo da educação múltiplos capitais, além daquele considerado simbólico, que influenciam o desenvolvimento do indivíduo: [...] o capital econômico, tomado em termos de bens e serviços, o capital social defendido como conjunto de relacionamentos sociais influentes mantidos pela família, o capital

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

cultural institucionalizado, formado basicamente por títulos escolares” (BOURDIEU [2002, p.21], apud PINHEIRO e LIMA, 2019. p. 4).

E, nesse sentido, romper com a violência simbólica que permeia o tecido social torna-se uma tarefa complexa; e, para Bourdieu (1989; 1996; 2007, in MENDES e MUELLER, 2023, p. 16) para certos grupos sociais há uma luta infinda para alterar suas posições relativas no interior desses campos de poder, como: o artístico; o acadêmico; e, o político; uma vez que a distribuição desses capitais é francamente desigual, além desse imperativo da dominância e da subalternização, que reproduz os mecanismos de opressão, ainda que nenhum dos lados, claramente o reconheçam.

Do ponto de vista objetivo e ilustrativo da aplicação conceitual, busca-se elucidar, em um corte temporal, a ambiência e os resultados observados para a educação brasileira, marcadamente a partir da fase de submissão ao Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), que teve início em 2000. Vinte e dois anos depois, o certame da OCDE, reuniu na última edição, 81 países; mais de 700 mil estudantes em todo o mundo; sob três grandes competências estudantis: (i) leitura; (ii) matemática; e, (iii) ciências.

Complementarmente, esta pesquisa busca analisar como o binômio Estado-sociedade pode promover um ambiente de ensino tal, capaz de reduzir as desigualdades sociais, marcadamente na entrada do processo educacional e os impactos daí derivados na construção de um ser social autônomo e realizador ao longo da vida.

Para tanto, pretende-se dividir a pesquisa em blocos: levantamento da historicidade e correlação com a modernidade e o processo de decolonialidade, considerando os pensamentos darcyano e de Paulo Freire, que defende a conciliação entre política e educação, a partir da articulação consciente entre elas no domínio pedagógico, fundamentos da ideologia freiriana e da liberdade que sua pedagogia poderia permitir, na convergência entre conscientização e visão política, sem perder, contudo, a essência do processo educacional, pedagógico.

Na segunda parte, busca-se entender a modernidade e seus efeitos sobre o modelo mental do racionalismo e do rigor analítico cartesiano, considerando que possam ter contribuído para uma sedimentação da colonialidade. Sendo possível perceber que não se configura como coincidência, que o pensamento darcyniano siga pelas sendas da decolonialidade, entendendo a necessidade da crítica à dominância e subalternidade impostas pela modernidade, fenômeno tido como imanente do colonialismo, e que entrega de forma incontestável o fenômeno da colonialidade, ou a essência do pensamento colonialista que permanece existindo em uma relação de causalidade e pós vigência histórica do fenômeno de transbordo capitalista e mercantil, como assegura, complementarmente Dussel (2000).

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

A terceira parte, busca o entendimento dos mecanismos das políticas públicas voltadas à educação, e como poderiam contribuir para a redução da desigualdade no país. Para o educador e antropólogo Darcy Ribeiro (1987, in ÁVILA, 2021), os desenvolvimentos científico e tecnológico atuariam de forma a dinamizar as sociedades, dando forma aos aspectos cultural e ideológico em diferentes momentos e etapas evolutivas das nações. Pretende-se demonstrar, no quarto bloco, o funcionamento, e critérios da avaliação de estudantes em nível internacional por intermédio do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa/OCDE), em um horizonte de três décadas. Retoma-se o pensamento galbraithiano, da sociedade justa, iluminando os pontos positivos e falhos na interface entre Estado e educação, para entender como a sociedade pode promover um ambiente sustentável capaz de contribuir para a redução das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Educação; Políticas Públicas; Pisa/OCDE; Decolonialidade; Performance Educacional.

Referências bibliográficas:

- AMARO, Sarita. Serviço Social em Escolas: fundamentos, processos e desafios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017 (2021).
- BAUMAN, Zygmunt. A Modernidade Líquida. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BANNEL, Ralph Ings et aliae. Educação no Século XXI: Cognição, Tecnologias e Aprendizagens. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro, RJ: Editora PUC, 2016.
- DEMO, Pedro. Educação e Qualidade. Campinas: Ed. Papirus, 1994.
- ELIAS, Norbert e Scotson L. John. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17a Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GALBRAITH, John Kenneth. A sociedade justa: uma perspectiva humana. Tradução Ivo Korytowiski. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.
- WERNECK, Hamilton. Educar é Sentir as Pessoas. Aparecida: Ideias e Letras, 2004.

Desenvolvimento alternativo: a inovação das moedas sociais nas políticas públicas

Maria Isabel de Oliveira Silva (UFRRJ)

E –mail: mariais@ufrj.br

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Alice Barbosa (UFRRJ)

E –mail: barbosa.alicee@ufrj.br

Ana Clarissa Santos (UFRRJ)

E –mail: clarissasantos@ufrj.br

Mani Tebet Azevedo De Marins (UFRRJ)

E –mail: manitebetufrj@gmail.com

Resumo:

Esta pesquisa sobre Moeda Social possui três etapas já em curso. Na primeira, realizamos um levantamento quantitativo sobre as Moedas Sociais no Brasil, América Latina e no mundo. Na segunda, tomando como estudo de caso, a moeda social araribóia (Niterói-RJ), traçamos, a partir do CadÚnico, o perfil dos beneficiários por território, gênero, raça, geração e escolaridade. Já na terceira etapa, estamos aplicando um conjunto de metodologias qualitativas: etnografia (no âmbito do comércio), grupos focais (5) e entrevistas individuais (75) objetivando identificar como se desenvolve as relações entre beneficiários, agentes públicos, comerciantes e funcionários dos bancos comunitários. O estudo pretende ainda testar a hipótese de que políticas de transferência de renda menos focalizadas e sem condicionalidades, como as Moedas Sociais, podem reduzir estigmas associados a modelos de políticas de transferência de renda mais tradicionais (mais focais e com condicionalidades) e aumentar o grau de solidariedade e coesão social, além de reduzir a pobreza e desigualdade. Como resultado, espera-se contribuir com discussões relacionadas à implementação de políticas públicas, apresentando os avanços e desafios deste tipo de programa de transferência de renda para um desenvolvimento mais participativo, contra hegemônico e sustentável. Esta pesquisa foi contemplada pelo Edital da FAPERJ nº 10/2024 Programa de Apoio às Cientistas Mães/RJ com vínculo em ICTs do Estado do Rio de Janeiro e pelo Edital Universal do CNpq/2024.

Esta pesquisa analisa como as Moedas Sociais em geral e, em particular, a Moeda Social Araribóia se apresenta como uma política pública inovadora a partir de um modelo digital, alternativo e sustentável de economia e desenvolvimento territorial. Tal política pública é uma política de transferência de renda sem condicionalidades e com dois critérios de elegibilidade: a) ser morador do município de Niterói e b) estar inscrito no CadÚnico. A Moeda Social só pode ser circulada no município e objetiva o desenvolvimento territorial e a redução da pobreza local. Teoricamente, pretendemos a partir de três subcampos: 1)

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

sociologia das políticas públicas (em particular aquela de implementação); 2) sociologia econômica e 3) sociologia dos movimentos sociais analisar como a Moeda Social Arariboia se insere no trinômio: Sociedade, Mercado e Estado. Isto será possível uma vez que empiricamente analisaremos diferentes atores da política pública da moeda social araribóia: beneficiários, mulheres negras, lideranças da economia solidária, comerciantes e agentes públicos. A metodologia quantitativa prevê: a) um mapeamento sobre os tipos de moeda social implementadas no mundo e b) mapeamento do perfil dos beneficiários a partir do CadÚnico. Já a metodologia qualitativa prevê 5 grupos focais (comerciantes, lideranças da economia solidária, egressos, beneficiários, funcionários do banco comunitário), 60 entrevistas individuais com beneficiários e 5 com gestores públicos e 10 comerciantes. A hipótese principal é que o Estado e o Mercado (aqui o comércio) atuam como instituições ambivalentes, e que políticas desenhadas para promover igualdade podem ao mesmo tempo gerar estigmas e reforçar fronteiras simbólicas, a depender da interação entre os agentes locais. A partir de análises interdisciplinares, os resultados esperados permeiam a produção teórica e metodológica sobre as moedas sociais como um modelo econômico alternativo e inovador, sobre a trajetória e impactos das moedas no território brasileiro, analisar se e em que nível a moeda social Araribóia afeta a redução da pobreza, desigualdade e promove o acesso à cidadania. O projeto busca apresentar avanços e desafios que permeiam as moedas sociais como os modelos de economia alternativa. Junto ao andamento da pesquisa, um dos resultados esperados é a possibilidade de sensibilizar os gestores públicos para questões importantes que podem ser apresentadas pelos beneficiários da moeda social Araribóia como: exclusão digital, estigma ou preconceitos de classe, gênero e raça entre os operadores do programa. O estudo das políticas públicas ainda é pouco explorado no ramo das Ciências Sociais, sendo um campo dominado por economistas e administradores públicos. Na fase da pesquisa qualitativa, buscaremos compreender, através da aplicação da etnografia, grupo focal e entrevistas, como os agentes públicos que implementam a Moeda Social Araribóia aplicam, interagem e categorizam os beneficiários desta política de transferência de renda. Além disto, objetivamos analisar que dimensões (de direito, ajuda, mérito e cidadania) perpassam nas representações tanto dos agentes públicos, funcionários do banco, dos comerciantes, das lideranças de mulheres negras em cooperativas e associações da economia solidária, bem como das beneficiárias desta moeda digital. Outro objetivo específico é examinar que tipos de efeitos (sociais, simbólicos, culturais e de consumo) a Moeda Social Araribóia gera no Município de Niterói do Estado do Rio de Janeiro. Pretendemos ainda investigar como os funcionários do Banco Arariboia interagem cotidianamente com os beneficiários que queiram receber esta moeda social e que tipo de

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

relação (interessada, de solidariedade e/ou moralizante) se desenvolve entre beneficiários e comerciantes de pequeno, médio e grande porte. Gostaríamos ainda de entender como se processam as dinâmicas e os fluxos interativos entre Assistentes Sociais e os beneficiários da Moeda Social Araribóia. Esta pesquisa possui financiamento do CNPq (Edital Universal 2024), da FAPERJ Edital Apoio à Cientistas Mães do Estado do Rio de Janeiro (E_10/2024) e do Edital PIBIC FAPERJ (2) e CNPq (1).

Palavras-chave: Moeda Social; Pobreza e desigualdade; Economia Solidária e Cidadania; Desenvolvimento econômico e social.

Referências bibliográficas:

- Ávila, Milene. Que pensam as beneficiárias do Bolsa Família? Política e Trabalho. Revista de Ciências Sociais, n 38, abril, de 2013, p.105-122.
- Arretche, Marta T. S. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.
- Barros et al. "As utilidades do Cadastro Único". In: Castro, Jorge & Modesto Lúcia. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília, IPEA, v. 1, 2010.
- Bourdieu, Pierre. A reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- Bourdieu, Pierre. Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-1992). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Brockling, Ulrich et al. Governmentality: current issues and future challenges. Londres: Routledge, 2010.
- Butler, Judith. Undoing Gender. New York: Routledge, 2004.
- Castel, Roberto. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- Crenshaw, Kimberlé W. "Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color". In: Fineman, Martha Albertson & Mykitiuk, Roxanne (orgs.). The public nature of private violence. Nova York, Routledge, p. 93-118, 1994.
- Duvoux, Nicolas. L'autonomie des assistés. Sociologie des politiques d'insertion. Paris: PUF, 2009.
- Eiró, Flávio. O Programa Bolsa família e os pobres "não merecedores": o poder discricionário e os limites da consolidação de direitos sociais. Boletim de Análise Político Institucional, v 13, p.65-70, 2017.
- Foucault, Michel. "Governmentality". In: Rabinow, Paul; Rose, Nikolas (orgs). The essencial Foucault: selections from essencial works of Foucault, 1954-1984. Londres: New Press, 2003, p. 229-245.
- Foucault, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

- Foucault, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2009.
- Fraser, Nancy; Honneth, Axel. Redistribution or Recognition? A Political- Philosophical Exchange. London: Verso, 2003.
- Goffman, Erving. Ritual de interação. Ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes, 2012.
- Goffman, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- Goffman, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- Hall, Stuart. Cultural Identity and Diaspora. In: Theorizing Diaspora: A Reader. Malden: Blackwell Publishing, 2004.
- Hupe, Peter. Hill, Michael & Nangia, Monika. Studying implementation beyond deficit analysis: The top-down view reconsidered. v. 2, n. 2, 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0952076713517520>
- González de La Rocha, M. "From the resources of poverty to the poverty of resources? The erosion of a survival model". In: Latin America Perspectives, v.28, n.4, 2001, pp.72-100.
- Lamont, Michèle; Fournier, Marcel. Cultivating boundaries and the making of inequality. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1992.
- Lotta, Gabriela Spanghero. Inclusão, Exclusão e (Re)Produção de Desigualdades: o papel das práticas, interações e julgamentos dos agentes comunitários de saúde na implementação das políticas públicas. Boletim de Análise Político-Institucional. v. 13, p. 15-20.
- Lotta, Gabriela (org.). Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília: ENAP, 2019.
- Lipsky, Michael. Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services. New York: Russell Sage Foundation, 1980.
- Marins, Mani Tebet. Repertórios morais e estratégias individuais de beneficiários e cadastradores do Bolsa Família. Sociologia & Antropologia. V.04, p.544 - 562, 2014.
- Marins, Mani Tebet. Bolsa Família: questões de gênero e moralidades. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2017.
- Marins, Mani Tebet. O 'feminino' como gênero do desenvolvimento. Florianópolis. Revista Estudos, 26, p.1-14: janeiro-abril, 2018.
- Marques, Eduardo; Faria, Carlos Aurélio. Organizadores. A política Pública como campo multidisciplinar. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora Unesp, Editora Fiocruz, 2013.
- Maynard-Moody, Musheno, M. Cops, teachers, counselors: narratives of street- level judgment. Ann Arbor, University of Michigan Press, 2003.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

Oliveira, Breyner Ricardo e Marins, Mani Tebet. Os efeitos sociais do processo de implementação das políticas de transferência de renda no México e no Brasil. *Sociologias* [online]. 2022, v. 24, n. 61, p. 260-289.

Paugam, Serge. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo, Cortez, 2003.

Pinto, Michele. O público e o privado: o ‘baralhamento’ no cotidiano das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, n. 38, abril de 2013, p. 157-170.

Pires, Roberto Rocha. Implementando Desigualdades? Introdução a uma agenda de pesquisa sobre agentes estatais, representações sociais e (re)produção de desigualdades. *Boletim de Análise Político-Institucional*, v. 13, p. 7-14, 2017.

Pressman, Jeffrey L. e Wildavsky, Aaron B. *Implementation*. Berkeley: University of California Press, 1973, pp. xviii, 182.

Simmel, George. *Les pauvres*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

Vaitsman, Jeni & Paes-Souza, Rômulo. *Avaliação de políticas e Programas do MDS – Resultados. Volume II- Bolsa Família e Assistência Social*. Brasília: MDS, SAGI, 2007.

Polanyi, Karl. *The livelihood of man*. Editado por Harry W. Pearson. New York: Academic Press, 1977.

Polanyi, Karl. *A Grande Transformação: As origens da economia política do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2014.

Singer, Paul. *A Economia Solidária: Trabalho, Autogestão e Emancipação*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

Putnam, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

Putnam, R. D.; FELDSTEIN, L. M. *Better together: restoring the American community*. New York: Simon & Schuster, 2003.

Santos, B. de S. (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Singer, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Waltenberg, Fabio. Efeitos de programas municipais com moeda social sobre o mercado formal de trabalho antes e após a pandemia de COVID-19: um estudo de caso da moeda mumbuca no Município de Maricá – RJ. *Revista Econômica, Niterói, UFF*, v25, Dez. 2023, p.33-62.

Winter, Søren. *Implementation perspectives: status and reconsideration*. *Public Administration*, vol. 1, n.2, p.67-84, 2013.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Quando as ruas pensam: estratégias e táticas nas revoluções do século XXI

Robson De Sousa Moraes (UEG)

E-mail: robson.moraes@ueg.br

Daniela Martins Botelho (UEG)

E-mail: Profthane2011@gmail.com

Uelinton Barbosa Rodrigues (UEG)

E-mail: uelintonbarbosa@hotmail.com

Resumo:

O trabalho apresentado oferece uma leitura de aspectos da conjuntura internacional com foco no debate sobre tática e estratégia revolucionária no século XXI em três eixos: o novo ciclo de revoltas (Argentina-2001, Grécia-2008, Egito-2011) que reabriu o debate sobre a necessidade de uma revolução; a mutação tática na era digital; as divisões estratégicas no movimento comunista internacional. Identifica que insurgências horizontais e em rede deslocam o centro da ação do território para a comunicação, ampliando mobilização e visibilidade, mas expondo limites: captura algorítmica, efemeridade e dificuldade de converter energia difusa em poder duradouro. Mapeia quatro linhas estratégicas contemporâneas anti-imperialista/estatista, autonomista em rede, eurocomunista/reformista e a síntese latino-americana de “revolução democrática prolongada”, argumentando que nenhuma, isoladamente, resolve a crise de estratégia. Na América Latina, experiências como Venezuela e Bolívia, e ciclos progressistas no Brasil, Chile, Argentina e Colômbia articulam Estado, poder popular e integração regional, mas enfrentam dilemas de dependência extrativista e correlação de forças. Conclui que a revolução deixou de ser evento súbito para tornar-se campo experimental contínuo da política global; seu êxito dependerá de unir a potência tática das multidões à consistência estratégica da organização, articulando digital e territorial, desejo e disciplina, rumo a um novo internacionalismo do comum.

O ensaio “Quando as ruas pensam: Estratégias e Táticas nas Revoluções do século XXI” propõe uma leitura de conjuntura internacional que recoloca no centro do debate a questão da revolução em tempos de financeirização, plataforma da vida social e crise ecológica. Partindo do diagnóstico de que o neoliberalismo não pacificou as sociedades, mas radicalizou contradições, o texto articula teoria e experiência histórica para examinar

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

como as insurgências do início do século XXI reabriram, sob novas condições, a problemática da tática e da estratégia. O argumento geral sustenta que vivemos uma mutação tático-organizativa: as lutas se horizontalizam e se comunicam em rede, ampliam sua potência de mobilização e imaginação política, mas esbarram em limites estruturais de continuidade e direção, num cenário marcado pelo poder algorítmico, pela captura de dados e pela crise de mediações.

O texto identifica um novo ciclo de revoltas entre 2001 e 2011, tendo como marcos a crise argentina, as revoltas gregas e a Primavera Árabe no Egito. A Argentina inaugura o período com a ruptura da representação política, a emergência de assembleias de bairro, piqueteiros e fábricas recuperadas, configurando um laboratório de autogestão e democracia direta. A Grécia, sob austeridade, vê a juventude precarizada converter indignação em ocupações e assembleias, dando origem a uma nova gramática de protesto e a experiências partidárias como o Syriza, cujo impasse governamental expõe a distância entre insurgência social e poder de Estado. No Egito, a Praça Tahrir simboliza o ápice da auto-organização conectada, mas também a sua vulnerabilidade diante do aparato militar-burocrático e da contrarrevolução. Em comum, esses processos evidenciam três traços: crise de legitimidade das instituições, invenção de práticas autônomas de autogoverno e dificuldade de convertê-las em estratégia duradoura.

A seção sobre “O like e a greve” interpreta a era digital como novo terreno da micropolítica insurgente. As redes sociais tornam-se ao mesmo tempo meios de organização e campos de disputa simbólica: a praça física prolonga a praça informacional. A multidão conectada, tal como formulada por Hardt e Negri, indica um sujeito coletivo plural, transclassista e transnacional, capaz de coordenação sem comando e de respostas rápidas. Contudo, esse ganho de velocidade e capilaridade convive com fragilidades: efemeridade, dispersão de agendas, fetichização da conectividade e risco de estetização do conflito. O texto dialoga criticamente com Žižek e Jodi Dean para sublinhar que a multiplicidade, sem mediação organizativa, tende à impotência ou à fácil neutralização. Em paralelo, explora a noção de capitalismo de vigilância e de sociedades de controle: plataformas privadas e Estados algoritmos convergem para monitorar, prever e modular comportamentos, transformando visibilidade em captura. Daí decorre um imperativo tático: disputar formatos comunicacionais, proteger infraestruturas, operar também no plano do código, do dado e da arquitetura das plataformas, sem perder a ancoragem territorial e a acumulação de força social.

No eixo estratégico, o texto mapeia quatro grandes linhas em disputa dentro do movimento comunista internacional contemporâneo. A primeira, anti-imperialista, preserva a centralidade do partido e do Estado (China, Cuba, etc.), combinando

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

planejamento, soberania e mecanismos de mercado em graus variados. Sua força geopolítica é inegável; seus dilemas, igualmente: convivência com formas mercantis, risco de burocratização e a acusação recorrente de “capitalismo de Estado”. A segunda, autonomista, inspirada em zapatismo, confederalismo democrático de Rojava e comunas venezuelanas, aposta em democracia direta, autogestão e territorialização do comum; sua potência ética, pedagógica e cultural convive com a dificuldade de enfrentar o capital em escala sistêmica e de sustentar durações instituintes. A terceira, eurocomunista, busca a via democrático-institucional, trabalhando hegemonia e disputa discursiva; seus limites aparecem na captura pelas amarras financeiras e pelos regimes supranacionais. A quarta, síntese latino-americana da “revolução democrática prolongada”, combina Estado, movimentos e integração regional, articulando redistribuição, soberania, participação popular e enfrentando choques de dependência extrativista e contraofensivas conservadoras.

A leitura de conjuntura destaca a singularidade latino-americana. A região figura como laboratório político no qual a revolução segue como prática social e não só como metáfora. O chavismo repõe a questão do poder popular por meio de conselhos e comunas; a Bolívia, com Linera, fórmula a revolução molecular e plurinacional, que acumula forças e reconfigura o Estado a partir do reconhecimento indígena e comunitário; o Brasil viveu um ciclo de inclusão social e expansão de direitos sob limites estruturais e sofreu uma contraofensiva autoritária, recolocando o problema da correlação de forças. Chile, Argentina e Colômbia ilustram a segunda onda progressista, que incorpora agendas feministas, ambientais e decoloniais. Em todos os casos, a integração regional é pensada como dimensão estratégica do novo internacionalismo do Sul, capaz de reduzir dependências e ampliar margens de soberania.

O texto não idealiza essas experiências: problematiza o “neoextrativismo progressista” como contradição que mina a transição ecológica e tensiona alianças com povos originários; aponta a burocratização e a desmobilização como riscos permanentes; e insiste que o terreno institucional é de disputa, não de reconciliação pacífica. Ainda assim, sustenta que a América Latina condensa tentativas de síntese entre Estado e comuna, direção e participação, que, longe de fecharem a questão estratégica, mantêm vivo o horizonte socialista em diálogo com feminismos, ecossocialismo e lutas antirracistas.

A conclusão afirma que a revolução deixou de ser evento súbito para tornar-se campo de experimentações contínuas. A tática contemporânea opera na interseção entre corpos, imagens e dados; a estratégia precisa reconstruir mediações que deem duração e direção à energia difusa. Retomando Dean, o texto propõe compreender a organização como “forma do desejo coletivo”: não retorno a modelos burocráticos, mas invenção de

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

dispositivos que convertam multiplicidade em poder histórico. Em chave badiouana, o comunismo reaparece não como programa fechado, mas como ideia irreduzível que retorna sempre que a injustiça se torna intolerável. A tarefa do presente, portanto, não é escolher entre partido e rede, Estado e comum, mas compor uma ecologia de formas organizativas que seja capaz de atuar do local ao global, do digital ao territorial, articulando reconfigurações institucionais com produção de novos modos de vida.

Como leitura de conjuntura internacional, o ensaio oferece um quadro interpretativo para pensar crises e insurgências na era do capital canibal: a fusão entre finança, plataforma e devastação ambiental. Diante disso, a via plausível não é a nostalgia do século XX nem a celebração acrítica da horizontalidade, mas a construção de um novo internacionalismo do comum, que traduza solidariedades em infraestrutura material, coordenação política e capacidade de autodefesa. O sucesso desse projeto dependerá da união entre potência tática e consistência estratégica (organização, direção, planejamento), apta a atravessar as novas formas de controle e a sustentar a transformação no tempo.

Palavras-chave: Tática revolucionária; Estratégia; Multidão em rede; Capitalismo de vigilância; Internacionalismo do comum.

Referências bibliográficas:

- BADIOU, Alain. *O despertar da história*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CHÁVEZ, Hugo. *O livro azul*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- DEAN, Jodi. *Multidões e partido*. Tradução de Rodrigo Nunes. São Paulo: Boitempo, 2022.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações (1972–1990)*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia – vol. 1*. São Paulo: Editora 34, 1995.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Tradução de Luiz Guilherme L. de F. Pinto. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GARCÍA LINERA, Álvaro. *Forma valor e forma comunidade: e outros escritos*. São Paulo: Boitempo, 2022.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere – vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia; A filosofia de Benedetto Croce*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- HARNECKER, Marta. *O socialismo do século XXI*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembleia*. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2011.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer? Problemas candentes de nosso movimento*. Tradução de César Benjamin. São Paulo: Boitempo, 2022.
- LINERA, Álvaro García. *A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LOSURDO, Domenico. *A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LÖWY, Michael. *A chama da revolução: romantismo e política no capitalismo moderno*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- LÖWY, Michael. *O que é ecossocialismo?* São Paulo: Cortez, 2014.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MOROZOV, Evgeny. *O deslumbramento com a rede: o lado obscuro da liberdade na internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- OUURIQUES, Nildo. *A miséria da razão na América Latina*. Florianópolis: Insular, 2015.
- ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- SADER, Emir. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa – vol. 1*. São Paulo: Sundermann, 2007.

ŽIŽEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. Boitempo, 2011.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020

O processo dinâmico na implementação das Políticas Públicas em saúde na China: o caso do Healthy China 2030.

Thomaz José Portugal Coelho e Santos (UCAM)

E-mail: tjose.portugal@gmail.com

Resumo:

O artigo apresenta um modelo de análise de trajetórias para compreender a implementação de políticas públicas superados concepções tradicionais e lineares. Utilizando o caso da saúde na China como referência, destaca-se a importância de considerar múltiplas dimensões no processo de formulação e execução das políticas: conjuntura, conteúdos, contextos institucionais e experiências dos atores e territórios. A abordagem enfatiza que as políticas são continuamente ressignificadas ao longo de seu itinerário, especificamente em sistemas complexos como chinês, marcado por forte descentralização e diversidade regional. O estudo conclui que uma análise transversal e integrada dos contextos permite melhor compreensão dos avanços, desafios, rupturas e adaptações que constituem a trajetória das políticas públicas de saúde na China, evidenciando sua dinamicidade e complexidade.

Healthy China 2030 representa um marco na política pública chinesa voltada para a promoção da saúde, com estratégias que vão além do acesso ao sistema médico tradicional, enfatizando fatores ambientais, comportamentais e intersetoriais. A partir do modelo de trajetórias de Breynner, essa política pode ser analisada em cinco dimensões entrelaçadas.

Na dimensão das conjunturas, Healthy China 2030 surge como resposta a crises e transformações históricas, como desigualdades de acesso, envelhecimento populacional e pressão por maior equidade, intensificados após epidemias e pela necessidade de modernização institucional. O plano reforça a centralidade da saúde como prioridade estatal, inserindo-a como eixo do desenvolvimento nacional.

A dimensão dos conteúdos evidencia o caráter abrangente da política, que propõe popularização de práticas saudáveis, modernização dos serviços, ampliação das proteções

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

de saúde, promoção de ambientes saudáveis e mobilização da indústria saúde. Esses objetivos são definidos em documentos oficiais e metas transversais, incorporando referências internacionais e demandas internas específicas.

No contexto institucional, o processo é marcado pela descentralização: apesar das diretrizes claras do governo central, a implementação depende do engajamento e adaptação dos governos locais e de múltiplos ministérios, como saúde, meio ambiente, esportes e educação. Isso cria um mosaico diverso de interpretações e adaptações regionais, elemento central na análise de trajetórias proposta por Breynner.

A dimensão das experiências destaca como médicos, gestores, usuários e comunidades vivenciam e influenciam o plano, reinterpretando diretrizes oficiais de acordo com práticas locais, saberes tradicionais e realidades cotidianas. A resistência, a inovação e as adaptações emergem nessa trajetória, demonstrando a polissemia e complexidade das políticas públicas analisadas.

Por fim, a dimensão dos territórios mostra que, mesmo sob uma política nacional, há marcantes disparidades regionais, tanto em infraestrutura quanto em resultados, indicando que as trajetórias de Healthy China 2030 produzem sentidos variados e adaptativos conforme o mosaico sociocultural e econômico chinês. O modelo teórico de Breynner permite compreender que Healthy China 2030 é um processo dinâmico, atravessado por disputas, negociações e reinterpretações, cujos resultados se distinguem em função da atuação conjunta entre Estado, sociedade e território, em permanente movimento.

Palavras-chave: políticas públicas; saúde; China; trajetórias; contexto.

Referências bibliográficas:

BREYNNER, Ricardo de OLIVEIRA; ALVES, Maria Michelle Fernandes; FICHTER FILHO, Gustavo Adolf. Contextos e trajetórias para a análise de Políticas Públicas: aportes teóricos para o campo da educação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 17, n. esp. 3, p. 2095-2117, nov. 2022.

NING, Chong; et al. Does the healthy China 2030 policy improve people's health? *Risk Management and Healthcare Policy*, v. 17, p. 1-11, 2024.

TAN, Xiaodong; ZHANG, Yanan; SHAO, Haiyan. Healthy China 2030, a breakthrough for improving health. *Global Health Promotion*, v. 26, n. 4, p. 96-99, Dec. 2019.

School of Health sciences, Wuhan University. Healthy China 2030: A Vision for Health Care. *Value in Health Regional Issues*, v. 12C, p. 112-114, 2017.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Políticas habitacionais e polarização política local: evidências de uma revisão sistemática

Tomás Paixão Borges (IESP – UERJ – MAPE)

E-mail: tomasborges@iesp.uerj.br

Ana Paula Lima dos Santos (IESP – UERJ – MAPE)

E-mail: anapaulalima@iesp.uerj.br

Thaiza Siqueira da Silva (IESP – UERJ – MAPE)

E-mail: thaizasilva@iesp.uerj.br

Resumo:

Este estudo investiga se políticas habitacionais intensificam a polarização política em nível local, a partir de uma revisão sistemática de 15 trabalhos, majoritariamente qualitativos. A literatura mostra que programas conduzidos de forma centralizada e sem participação social tendem a acirrar antagonismos entre moradores, instituições e grupos sociais, reforçando desigualdades e dinâmicas de segregação. Entre os mecanismos identificados estão: reassentamentos compulsórios, ruptura de vínculos comunitários, substituição de habitações populares por empreendimentos elitizados e distribuição clientelista de moradias. Fenômenos como o NIMBY (“Not In My Backyard”) evidenciam resistências locais à habitação social, enquanto movimentos YIMBY (“Yes In My Backyard”) revelam clivagens geracionais na disputa pelo espaço urbano. A polarização se intensifica em contextos de alta desigualdade, ausência de canais participativos e imposição verticalizada das políticas, podendo gerar ressentimentos, discursos antissistema e erosão da legitimidade estatal. Por outro lado, experiências que incluem participação comunitária, desenho urbano sensível ao entorno e critérios transparentes tendem a reduzir tensões. No Brasil, o Minha Casa, Minha Vida ilustra tais desafios, ao combinar grande escala de construção com fragilidades na integração urbana e baixa participação popular. Conclui-se que políticas habitacionais têm alto custo simbólico e político quando excludentes, mas podem mitigar polarização se pautadas pela governança participativa e pelo reconhecimento dos vínculos socioterritoriais.

Este estudo avalia se políticas habitacionais contribuem para o aumento da polarização política local. A partir de uma revisão sistemática de 15 estudos, qualitativos em sua maioria, constatamos que políticas habitacionais, sobretudo quando desconsideram a

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

participação social no processo de desenho e implementação do programa, estão associadas à intensificação de conflitos políticos locais (Antoniucci e Marella, 2017; Tarsi, 2018; Koch et al., 2020; Watt, 2021; Starikova e Yushina, 2018). Uma parte considerável dos estudos revisados lança luz sobre as desigualdades e processos de segregação socioespacial exacerbados por políticas habitacionais. Assim, embora nem todos os estudos tratem diretamente da polarização política como outcome, observa-se a intensificação de antagonismos sociopolíticos entre moradores afetados pelas políticas e as instituições responsáveis por elas (Pendall, 1999; Piat, 2000; Waibel e Dörnte, 2007; Scally, 2012; Holleran; Lee; Irwin; Miller, 2020; Silva, 2021).

Ainda que a maioria dos trabalhos revisados não adotem estratégias de inferência causal, nota-se que o efeito das políticas habitacionais sobre a polarização política local pode ser identificado por meio de padrões de associação entre a política habitacional e as transformações nas percepções, atitudes e posicionamento políticos das comunidades e indivíduos afetados (Waibel e Dörnte, 2007; Starikova e Yushina, 2018; Tarsi, 2018; Watt, 2021). Apesar dos contextos bastante heterogêneos avaliados em cada estudo, os resultados convergem na direção de que a política habitacional, quando conduzida de forma excludente e verticalizada, tende a acirrar tensões e divisões políticas locais, aumentando a percepção de exclusão simbólica ou espacial e o sentimento de ameaça à identidade territorial.

Um elemento relevante nos estudos revisados foi o fenômeno conhecido como Not In My Backyard (NIMBY), identificado em artigos acessados por meio da técnica de amostragem em bola de neve, após a coleta inicial de textos. O NIMBY se refere à resistência local à instalação de empreendimentos de habitação social ou serviços voltados a populações vulneráveis. Essa oposição, muitas vezes expressa por proprietários estabelecidos, aparece motivada por preocupações com segurança, valorização imobiliária, identidade comunitária ou preservação do "caráter" dos bairros. Em estudos como os de Piat (2000) e Scally (2012), essa reação manifesta-se na forma de protestos, judicialização ou pressões institucionais para impedir a implantação de moradias subsidiadas. Já em Holleran (2020), o NIMBY é contrastado com o movimento YIMBY (Yes In My Backyard), liderado por millennials que defendem a densificação urbana como resposta à crise de habitação, revelando uma clivagem geracional na disputa sobre o espaço urbano. A literatura indica que, longe de ser uma simples resistência ao novo, o NIMBY é um fenômeno político extremamente variado e com efeitos sobre a formulação e implementação das políticas habitacionais, produzindo polarização entre grupos com visões conflitantes de cidade, justiça e pertencimento.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Projetos de regeneração urbana liderados por abordagens "de cima para baixo" (top-down) frequentemente resultam na expulsão de residentes e na perda do tecido social, gerando polarização e gentrificação (Tarsi, 2018). Similarmente, em contextos de liberalização econômica, a desigualdade no acesso a financiamento para habitação e a concentração da força de trabalho podem levar a uma crescente polarização social e espacial, com a criação de "enclaves de prosperidade" para as classes mais privilegiadas e a "autosegregação dos privilegiados" (Niriella, 2017; Waibel e Dörnte, 2007). A ausência de infraestrutura adequada em novos conjuntos habitacionais também mobiliza residentes em movimentos por melhorias, revelando antagonismos com as administrações locais (Obianyo et al., 2021).

Os mecanismos mais frequentemente apontados nos estudos revisados envolvem a ruptura de vínculos comunitários, a realocação compulsória de moradores, a substituição de espaços habitacionais populares por empreendimentos elitizados e o apelo clientelista na distribuição das moradias (Waibel e Dörnte, 2007; Antoniucci e Marella, 2017; Tarsi, 2018; Koch et al., 2020; Silva, 2021). Tais fatores, identificados como mecanismos, estão no centro da construção de narrativas de antagonismo entre grupos afetados e os responsáveis pela formulação e implementação da política. Em alguns casos, a ausência de participação das comunidades alimenta a radicalização do discurso (Tarsi, 2018). Em outros, a política habitacional gera polarização entre grupos alinhados e não alinhados ao poder local porque é percebida como "moeda de troca" (Silva, 2021).

O impacto da política de habitação também varia conforme o contexto (Pendall, 1999; O'Grady, 2020). Em comunidades historicamente marginalizadas, os efeitos tendem a ser mais intensos, sobretudo quando a política habitacional reforça dinâmicas de segregação. Entre os principais moderadores, podemos destacar o perfil sociodemográfico dos grupos atingidos, o grau de organização comunitária, a estrutura de oportunidades políticas locais e a presença de redes clientelistas e corporativas. No entanto, os estudos também indicam que a polarização e o conflito não são inevitáveis. A simplificação de processos de aprovação pode reduzir a oposição, bem como o desenho de empreendimentos que integrem novos serviços públicos e preservem o caráter comunitário existente (Pendall, 1999; O'Grady, 2020). Watt (2021) demonstra, por exemplo, que, em grandes projetos habitacionais, a agência e o engajamento dos moradores resultaram em projetos menos polarizantes, contrariando a "gentrificação liderada pelo Estado".

Nesse sentido, a percepção dos atores afetados pode ser entendida como elemento central na investigação. Frequentemente, os moradores interpretam as políticas habitacionais como instrumento de exclusão. Em alguns casos, a política habitacional gera formas de resistência localizadas (Watt, 2021; Tarsi, 2018). Em outros, a política

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

habitacional pode ser lida como troca política, imposição vertical e até mesmo como ameaça à permanência comunitária (Lee; Irwin; Miller, 2020; Silva, 2021).

A implementação das políticas habitacionais analisadas é muitas vezes desprovida de participação popular efetiva e, na maioria dos casos, marcada por falta de critérios públicos claros, seletividade e personalismo, o que gera experiências conflituosas (Pendall, 1999; Waibel e Dörnte, 2007; Tarsi, 2018; Koch et al., 2020; Watt, 2021). Com relação aos custos, os estudos não reportam os investimentos financeiros despendidos na implementação, mas alguns deles enfatizam os custos políticos e sociais, como segmentação do espaço urbano, radicalização do discurso político e perda de confiança pública (Starikova e Yushina, 2018; Koch et al., 2020; Watt, 2021).

Palavras-chave: Políticas Habitacionais; Polarização Política; Minha Casa Minha Vida; Políticas Públicas.

Referências bibliográficas:

ANTONIUCCI, V.; MARELLA, G. Is Social Polarization Related to Urban Density? Evidence from the Italian Housing Market. *Landscape and Urban Planning*, v. 177, p. 340–349, set. 2018.

HAMNETT, Chris; RANDOLPH, Bill. *Cities, housing and profits: flat break-up and the decline of private renting*. Routledge, 2021.

HOLLERAN, M. Millennial ‘YIMBYs’ and Boomer ‘NIMBYs’: Generational Views on Housing Affordability in the United States. *The Sociological Review*, v. 69, n. 4, p. 846–861, jul. 2021.

KOCH, I. et al. Social Polarisation at the Local Level: A Four-Town Comparative Study on the Challenges of Politicising Inequality in Britain. *Sociology*, v. 55, n. 1, p. 3–29, fev. 2021.

LEE, J. et al. The Role of Distance-Dependent Versus Localized Amenities in Polarizing Urban Spatial Structure: A Spatio-Temporal Analysis of Residential Location Value in Columbus, Ohio, 2000–2015. *Geographical Analysis*, v. 53, n. 2, p. 283–306, abr. 2021a.

NIRIELLA, N. C. Emerging Social-Spatial Polarisation within the Housing Market in Colombo, Sri Lanka. *Journal of Urban Regeneration and Renewal*, v. 11, n. 2, p. 158, 1 dez. 2017.

PENDALL, R. Opposition to Housing: NIMBY and Beyond. *Urban Affairs Review*, v. 35, n. 1, p. 112–136, set. 1999.

PIAT, M. The NIMBY Phenomenon: Community Residents’ Concerns about Housing for Deinstitutionalized People. *Health & Social Work*, v. 25, n. 2, p. 127–138, 1 maio 2000.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

OBIANYO, Ifeyinwa Ijeoma et al. Overcoming the obstacles to sustainable housing and urban development in Nigeria: The role of research and innovation. *Cleaner Engineering and Technology*, v. 4, p. 100226, 2021.

O'GRADY, Tom. Nimbyism as place-protective action: The politics of housebuilding. *SocArXiv*, available at <https://osf.io/preprints/socarxiv/d6pzy>, 2020.

SCALLY, C. P. The Nuances of NIMBY: Context and Perceptions of Affordable Rental Housing Development. *Urban Affairs Review*, v. 49, n. 5, p. 718–747, set. 2013.

SILVA, Mariana Borges Martins da. Weapons of clients: why do voters support bad patrons? *Ethnographic evidence from rural Brazil*. *Latin American Politics and Society*, v. 65, n. 1, p. 22-46, 2023.

TARSI, E. Verso la spatial justice: un laboratorio per la riqualificazione delle Ilhas a Porto. *Territorio*, n. 87, p. 145–153, jun. 2019a.

STARIKOVA, M.; YUSHINA, Y. Housing strategies of the regions' populations (Kirov, Nizhny Novgorod and Kazan case studies). *THE MONITORING OF PUBLIC OPINION: economic&social changes*, n. 3, p. 176–199, 2018.

WAIBEL, M.; DÖRNTE, C. Neue Wohnquartiere für Hanoi. *Geographische Rundschau*, 2007.

WATT, Paul. Estate regeneration and its discontents: Public housing, place and inequality in London. *Policy Press*, 2021.

Direito à cidade e políticas públicas: a Favela da Babilônia como espaço de resistência e disputa urbana.

Katia Christina Menezes da Silva (PPGSP – UCAM)

E-mail: kacmenezes@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho propõe investigar o Programa Morar Carioca Verde, projeto- piloto de urbanização sustentável implementado nas favelas da Babilônia e Chapéu Mangueira, localizadas na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Lançado em 2010 como vertente do Programa Municipal de Integração de Assentamento Precários Informais – Morar Carioca, a proposta integrava sustentabilidade, urbanização e qualidade habitacional em favelas. A iniciativa, desenvolvida durante a gestão do Prefeito Eduardo Paes (2009-2017), tinha como meta urbanizar todas as favelas da cidade até 2020. Inspirado em programas anteriores, como o Favela-Bairro, alinhava-se ao Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

A escolha da Babilônia foi estratégica, em razão de sua localização próxima a áreas turísticas reconhecidas pela UNESCO, o que favorecia a visibilidade internacional do programa, especialmente no contexto da Rio +20. A idealização do projeto ocorreu durante a preparação dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016, sendo incorporado ao discurso do legado olímpico.

Terry (2018) destaca que, desde 2004, os moradores já reivindicavam melhorias após a paralisação do programa “Bairrinho”, o que contribuiu para a escolha da favela como vitrine da política. A presença da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), que facilitava o controle estatal na favela, as práticas ecológicas já existentes e as intervenções da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) também podem influenciar essa escolha.

A pesquisa fundamenta-se no conceito de direito à cidade, de Henri Lefebvre (2011), que entende a cidade como obra coletiva e não mercadoria. Este direito pressupõe o uso e a apropriação do espaço urbano por seus habitantes, em oposição à lógica da urbanização seletiva e à especulação imobiliária. Mais do que acesso à moradia, trata-se de uma cidade construída por seus habitantes.

Carlos Vainer (2011) contribui com o conceito de cidade de exceção, que aponta a subordinação da política urbana aos interesses do capital, sobretudo em contexto de grandes eventos e parcerias público-privadas. Tavolari (2016), reforça a ideia de que o direito à cidade, além de uma demanda jurídica, é também uma bandeira dos movimentos sociais por justiça social.

Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, com estudo de caso da favela da Babilônia. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores e lideranças comunitárias, considerando diversidade de gênero, idade, tempo de moradia e o grau de envolvimento com o programa. Também foram analisados documentos oficiais.

Os relatos apontam que a maior parte das ações previstas no Morar Carioca Verde foi implementada de forma verticalizada, sem consulta popular. Ainda assim, foi possível observar impactos positivos e práticas locais autônomas que ressignificam o direito à cidade. Moradores desenvolvem ações como trilhas ecológicas, hortas comunitárias e turismo de base local sem apoio estatal, refletindo à resistência à lógica de mercantilização do espaço urbano e apontando caminhos alternativos de habitar e produzir a cidade.

Os resultados da pesquisa indicam que, embora o programa tenha se apresentado como política de inclusão socioambiental, sua atuação foi restrita a territórios estratégicos e não enfrentou as causas estruturais da desigualdade urbana. A pesquisa sugere que políticas de urbanização devem ser construídas com a participação popular, rompendo com modelos técnico-impositivos e com a lógica da cidade-espetáculo.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

A partir do caso da Babilônia, evidencia-se a seletividade das intervenções urbanas e a sobreposição do valor simbólico dos territórios às necessidades da população. Tal seletividade reforça o risco de que políticas públicas produzam desigualdades em vez de combatê-las.

O estudo destaca ainda a importância da análise da conjuntura para compreender como as políticas públicas são condicionadas por interesses privados, transformações legais e estratégias de governança associadas aos megaeventos. Nesse contexto, o papel do Estado torna-se ambíguo: agente de inclusão e, simultaneamente, facilitador da reprodução das desigualdades.

A pesquisa também ressalta a mobilização social como instrumento de resistência e construção de alternativas de produção do espaço urbano, revelando o protagonismo dos moradores de favelas na luta pelo direito à cidade. Além disso, destaca-se a importância da memória coletiva e da identidade territorial como elementos fundamentais para a permanência e valorização desses espaços populares.

Palavras-chave: Direito à cidade; favela; Morar Carioca Verde; segregação; especulação imobiliária.

Referências bibliográficas:

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Habitação em questão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 25-60.

CARDOSO, Adauto Lucio; ARAUJO, Rosane. A política de urbanização de favelas no município do Rio de Janeiro. In: Adauto Cardoso (Org.) Coleção Habitar - Habitação Social nas Metrópoles Brasileiras - Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre, 2007.

CARDOSO, Adauto Lucio; LUFT, Rosangela; XIMENES, Luciana; PINA, Alice; NOHL, Alice. Urbanização de favelas no município do Rio de Janeiro: Condicionantes políticas, institucionais e normativas. In: CARDOSO, Adauto Lucio; LUFT, Rosangela; XIMENES, Luciana. Urbanização de Favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023. p. 35-234.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. Tradução: Carlos Szlak. 1ª. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p. ISBN 85-7419-496-4. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/harvey-producao-capitalista-espaco.pdf. Acesso em: 24 out. 2023.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

----- O direito à cidade. Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, p. 73-89, julho/dezembro 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf. Acesso em: 21 dez. 2023.

----- Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. ISBN 978-85-8063-161-6.

KOWARICK, Lucio. A espoliação urbana. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 203 p.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2011. 143 p.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. Cidades - Comunidades e Territórios, [s. l.], n. 6, p. 33-50, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/3406>. Acesso em: 13 set. 2024.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade?. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009. 86 p.

----- Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2. ed. São Paulo: Boi Tempo, 2019. 456 p.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020. 176 p. ISBN 978-85-314-0971-4.

SOUZA, Maria Julieta. Morar Carioca, a intenção e o gesto: limites do planejamento na gestão urbana contemporânea. I Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas - Urbafavelas, 2014, São Bernardo do Campo - SP. Anais do I Urbafavelas, 2014.

TAVOLARI, Bianca Margarita Damin. Direito e Cidade: uma aproximação teórica. Orientador: Dr. José Eduardo Campos de Oliveira Faria. 2015. 195 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

----- Direito à Cidade: Uma Trajetória Conceitual. Novos Estudos: CEBRAP, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, ed. 104, p. 93-109, março 2016.

TERRY, Tatiana. Favela: Paisagem Cultural. Contradições vividas nas favelas da Babilônia e Chapéu Mangueira no contexto de grandes eventos e do Programa Morar Carioca Verde. Revista online do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica - Puc-Rio, Rio de Janeiro, ano I, n. I, 2018. Disponível em: <https://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaprumo/article/download/632/492/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

VALLADARES, Licia do Prado (2000). A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 15(44), outubro/2000, p. 05-34.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Uma análise sobre o programa cidade integrada na favela do jacarezinho

Thaís Gomes Sales (PPGSP – UCAM)

E-mail: thaisagomessa@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho propõe uma análise do programa *Cidade Integrada*, implementado pela gestão do atual governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro. A pesquisa tem como foco a favela do Jacarezinho, localizada na zona norte da cidade, onde o programa já foi instaurado. O objetivo é examinar as propostas e a concepção do programa, investigando em que medida houve participação comunitária em sua formulação e avaliando se a ausência dessa participação compromete a efetividade de suas ações. Também é feita uma crítica a militarização do espaço, que ocorreu durante a implementação do Programa, que se propôs a ser uma reedição das políticas de segurança pública recentes, a exemplo das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Argumenta-se que a falta de diálogo com os moradores tende a reproduzir práticas verticalizadas de intervenção estatal, limitando o alcance das ações sociais e comprometendo a construção de políticas públicas sustentáveis para o território.

O problema de segurança pública que assola o estado do Rio de Janeiro é crescente desde o século passado. A partir dos anos 1980 a comercialização de drogas se intensifica, com a popularização da cocaína e fortalecimento das redes de varejo de maconha (Misse, 1999). O tráfico de drogas é instaurado nas favelas e periferias, causando alarde na sociedade como um todo.

O processo de crescimento do tráfico de drogas e militarização das favelas se alinha ao fortalecimento do neoliberalismo, onde os direitos sociais à saúde, educação, lazer, são cada vez mais direcionados a cargo de empresas privadas, havendo uma maior dificuldade de ascensão social e qualidade de vida por parte do público baixa renda, intensificando assim a criminalidade. Dessa forma, políticas de segurança pública começam a ser desenvolvidas contra o tráfico de drogas.

A partir de meados dos anos 1990, o governo estadual passa a investir massivamente num verdadeiro aparato de guerra destinado às operações, cada vez mais frequentes, de incursão em favelas, com o objetivo alegado de combater o poder local dos traficantes de drogas. Investiu-se cada vez mais na aquisição de armas de alto potencial letal, em veículos blindados (os chamados “caveirões”) e na capacitação dos policiais para atuar em contextos de “guerrilha urbana”, aumentando-se o efetivo do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e do Batalhão de Policiamento de Choque (BPChoque), além de

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

criarem-se Grupamentos de Ação Tática (GAT) nos batalhões convencionais. (Misse et al., 2011 p. 07)

Em contrapartida, no Rio de Janeiro na década de 1990 surge o programa “Favela-Bairro”, que começou a ser implementado em 1993 pelo então prefeito César Maia. Entre as ações previstas estaria a integração da favela como espaço oficial da cidade, através da sua elevação ao status de bairro, que passou a ser incorporado em suas regiões administrativas (Castro, 2022).

Já no século XXI, a solução dada pelo poder público foi a de continuar aumentando a segurança militar e armada em alguns pontos da cidade, com projetos como a famosa “Unidade de Polícia Pacificadora” (UPP), implementada durante o governo de Sérgio Cabral em 2008. A instauração das UPP’s foi um marco na história de violência nas favelas, com as chamadas “mega operações” como a de 2010 no Complexo do Alemão. Assim como os demais projetos, as UPP’s tiveram um processo de descontinuidade em meados de 2018.

O governador Cláudio Castro em 2022 resolveu criar um programa semelhante às UPP’s, chamado Cidade Integrada. Ambos os projetos tiveram como intuito pacificar as favelas do Rio de Janeiro, sendo o Cidade Integrada uma espécie de continuação das UPP’s, buscando não apenas militarizar, mas também propor uma série de projetos de desenvolvimento urbano. A favela do Jacarezinho foi uma das primeiras a ter o projeto instaurado e com um levantamento do Laboratório de Dados e Narrativas Periféricas - LabJaca (2023), que atuava no local, foi possível perceber que os moradores não se sentem mais protegidos com a militarização e nem estão tendo uma maior qualidade de vida, além dos comerciantes terem perdido grande parte de suas vendas, com os frequentes conflitos armados repelindo seus clientes.

A seguinte pesquisa busca salientar como a falta de participação comunitária no desenvolvimento de políticas de segurança pública prejudicam os moradores de territórios marginalizados, visto que, quando os cidadãos participam ativamente das etapas de concepção e monitoramento de políticas, o resultado tende a ser mais legítimo, eficiente e sustentável (Avritzer, 2010). Assim, este estudo busca contribuir com um debate acerca do rompimento de direitos da população periférica e favelada, além da reflexão sobre como uma participação mais ativa nas tomadas de decisão sobre os programas fortaleceria as comunidades e tornaria a implementação de políticas públicas mais eficaz no desenvolvimento da população.

Palavras-chave: Cidade Integrada; Participação; Jacarezinho

Referências bibliográficas:

AVRITZER, Leonardo. A dinâmica da participação local no Brasil. São Paulo, 2010

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

CASTRO, Fernanda Souza de. Nossos mortos têm voz: memória social do coletivo Mães de Manguinhos. 2022. Dissertação de Mestrado

LABORATÓRIO DE DADOS E NARRATIVAS PERIFÉRICAS (LabJaca). Nota sobre o impacto do Programa Cidade Integrada sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente. In: Relatório de Pesquisa: Avaliação do Programa Cidade Integrada no bairro do Jacarezinho. Rio de Janeiro: LabJaca, 2022. p. 1-28.

MISSE, Michel et al. “Autos de resistência”: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011). Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Nectvu/UFRJ, 2011

MISSE, Michel. Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.

O poder judiciário como ator e indutor da política de segurança pública no Brasil

Fernanda Baldi Pessanha (PPGSP – UCAM)

E-mail: nandaassis568@gmail.com

Resumo:

Nos últimos anos tem se observado o protagonismo do Poder Judiciário, inclusive para a resolução de demandas que a princípio deveriam ser dirimidas pelo Poder Executivo ou Poder Legislativo, em movimento que se chamou de judicialização da política. Para alguns autores, a origem de tais transformações estaria vinculada às mudanças do Estado de Direito por ocasião do Estado de bem-estar social (Vianna *et al*, 1999), muito embora haja alguns autores que as associam mais diretamente ao Constitucionalismo democrático da Europa do pós-2ª Guerra (Araújo, 2004). Na mesma linha, há autores (Oliveira, 2019; Hirschl, 2004, Spricigo, 2023) que apontam a constitucionalização de direitos sociais e do próprio processo de implementação de políticas públicas como fator inexorável para a ocorrência do fenômeno acima delineado. Mais recentemente, tem-se observado que o Poder Judiciário tem sido palco de julgamentos também de demandas relacionadas às questões do sistema de segurança pública. O STF tem sido instado em ações de controle concentrado a dirimir ou mitigar o problema da segurança pública, como visto nas ADPFs 347, 635 e 995. Se antigamente o Poder Judiciário se comportava com deferência em relação a essas demandas, reconhecendo a expertise e a autonomia do Poder Executivo e do Poder Legislativo para tomarem decisões nessa área de atuação, a partir da ADPF 347, inaugura-se movimento do Poder Judiciário, em seu órgão de cúpula, de se imiscuir também nessa seara.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

O processo de judicialização da política e da sua repercussão no processo de produção de políticas públicas foi verificado em literatura extensa. Como marcos na literatura pode-se mencionar a obra *The Global Expansion of judicial power* (1995), organizada por Neal Tate e Torbjörn Vallinder, em que foi cunhado o termo “judicialização da política”, e no Brasil pode-se mencionar a obra *A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil* (1999), escrita por Werneck Vianna et al, que popularizou o termo. Mais recentemente, tem-se observado que o Poder Judiciário tem sido palco de julgamentos também de demandas relacionadas às questões do sistema de segurança pública.

O STF tem sido instado em ações de controle concentrado a dirimir ou mitigar esse problema da segurança pública, especialmente por meio de arguições de descumprimento de preceito fundamental, ADPFs, ajuizadas por partidos políticos. Se antigamente o Poder Judiciário se comportava com deferência em relação a essas demandas, reconhecendo a expertise e a autonomia do Poder Executivo e do Poder Legislativo para tomarem decisões nessa área de atuação. A partir da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, cuja liminar foi julgada em 2015 e mérito julgado em 2023, inaugura-se movimento do Poder Judiciário, em seu órgão de cúpula, de se imiscuir nessa seara, em que o STF conferiu de forma clarividente balizas na política pública de segurança pública, com o reconhecimento de um estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário nacional e o reconhecimento da falta de motivação política do Poder Executivo para a resolução da questão de maneira coordenada com os demais poderes.

Também impõe-se mencionar a ADPF 995, ajuizada em 2022 pela Associação dos Guardas Municipais do Brasil – AGM Brasil, e com julgamento em 2023, buscando a interpretação do Supremo Tribunal Federal sobre a atuação das guardas municipais e sua integração ao Sistema Único de Segurança Pública –SUSP-, com o esclarecimento se suas ações podem abranger policiamento preventivo e comunitário, além da proteção de bens e serviços municipais.

Além de poder se mencionar as ADPFs 347 e 995, impõe-se análise pormenorizada sobre a ADPF 635, ajuizada em 2019, no contexto da pandemia, pelo Partido Socialista Brasileiro, PSB, com a pretensão de que fossem reconhecidas e sanadas graves lesões a preceitos fundamentais constitucionais, decorrentes da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, marcada pela excessiva e crescente letalidade da atuação policial e pelo racismo. Consigne-se que referida ação teve a liminar deferida em junho de 2020, de forma monocrática pelo ministro Edson Fachin, e o mérito julgado em abril de 2025. No trabalho a ser desenvolvido, pretende-se uma análise mais detida no estudo do

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

caso da ADPF 635, que ficou conhecido como “ADPF das favelas”, devido às suas repercussões sociais e políticas intensas no Estado do Rio de Janeiro.

Cabe ao sociólogo verificar, para além do olhar jurídico e econômico, as causas e circunstâncias da mudança de postura do STF, passando de uma postura de completa deferência para um movimento mais ativo na questão da segurança pública. A análise da conjuntura política, social e institucional que corrobora essa mudança de postura é crucial para o entendimento desse movimento do órgão de cúpula do Poder Judiciário. Para tanto, há que se perpassar pelo debate entre substancialistas e procedimentalistas, e discutir fenômenos como ativismo judicial, protagonismo judicial, hipertrofia judicial e Neoconstitucionalismo.

Também impõe ao sociólogo verificar se essas decisões judiciais/políticas públicas estão sendo construídas de maneira local, regional ou global entre todos os entes da federação, lançando luzes sobre o papel desempenhado pelos atores nesse processo, em especial o papel desempenhado pelo Poder Judiciário, Ministério Público e polícias civil e militar.

Nessa mediação social realizada pelo Direito, entre o mundo dos fatos e o mundo das normas - facticidade e validade -, impõe-se perscrutar sobre a conveniência de o Poder Judiciário ser o locus produtor de políticas públicas de segurança pública, e em que medida a judicialização afetou ou afeta as políticas públicas neste setor, nas diferentes fases do processo de produção de políticas públicas (HABERMAS, 1997a).

Também é necessário aquilatar o grau de comunicação e de interação social dessa decisão judicial junto à sociedade civil, aferindo a legitimidade dessas decisões judiciais na esfera pública, pois em que pese o esforço do STF para dirimir esses litígios estruturais, o que se sente em grande medida na sociedade é um baixo grau de efetividade e legitimidade dessas decisões judiciais, e a percepção do senso comum de que esses processos não tem fim e que o problema não foi resolvido, desgastando a imagem do próprio Poder Judiciário.

Esse ponto alinha-se com o pensamento habermasiano (HABERMAS, 1997a, p.50), em que a validade do direito positivo, com os dois componentes coerção e liberdade, é determinada antes de tudo e tautologicamente pelo fato de que só vale como direito aquilo que obtém força de direito através de procedimentos juridicamente válidos. O sentido dessa validade do direito somente se explica através da referência simultânea à sua validade social ou fática e à sua validade ou legitimidade, sendo que a validade social de normas do direito seria determinada pelo grau com que consegue se impor.

Assim, importa investigar se esses processos judiciais, se as decisões judiciais e se os mecanismos mobilizados pelo STF e demais atores durante a fases de execução dessas ações constitucionais têm surtido algum efeito prático na questão da segurança pública.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

O objetivo geral é apresentar o conceito da judicialização de política e demonstrar como o fenômeno do entrelaçamento do sistema de justiça e do direito evoluiu ao longo do tempo, verificando que tal fenômeno da judicialização também tem ocorrido mais recentemente na temática da Segurança Pública, conforme as decisões prolatadas no último decênio pelo STF. Além disso, objetiva-se investigar como isso vem repercutindo no quadro institucional, com os vários atores tendo que se adaptar às decisões judiciais. Dentre os atores, destacam-se os representantes do poder executivo, do poder legislativo, Ministério Público e Polícias. Também há que se verificar e discutir a legitimidade dessas decisões frente à sociedade civil.

Com base nesses objetivos gerais, e a partir do estudo do caso da ADPF 635 de forma detida, pretende-se apresentar quadro teórico que possibilite uma melhor operacionalização do sistema de segurança pública.

Como referencial teórico, adotar-se-á na presente pesquisa J. Habermas. Embora vislumbre-se que as três ADPFs mencionadas alinhem-se ao eixo substancialista do debate quanto ao papel do Poder Judiciário na efetivação dos direitos e princípios constitucionais, com a concretização de valores constitucionais por meio de processos judiciais, com visto à valorização do conteúdo material da Constituição, qual seja, o direito social à segurança pública, e que, lado contrário, Habermas seja adepto ao eixo procedimentalista do debate, com o poder judiciário possuindo papel de garantidor do processo democrático, e com a cobrança de neutralidade e fidelidade à lei e ao texto, é inegável que diversas categorias habermasianas, sua visão quanto ao sistema de política e de direito, e seu entendimento sobre a legitimidade das decisões judiciais perante a sociedade civil e a discussão sobre o espaço público são nós que somente podem ser descortinados com base em sua literatura. Por isso, na presente pesquisa, sua base teórica servirá de esteio para melhor entendimento dessa dinâmica da judicialização das políticas de segurança pública.

Se buscará o estado da arte nas discussões sobre a judicialização da política, sobre o processo de produção de políticas públicas e sobre o processo civil estrutural. Também se buscará o esboço normativo acerca da Segurança Pública e entendê-la como questão social. Destarte, a metodologia a ser utilizada na coleta de dados será a qualitativa, articulando diferentes técnicas de investigação:

- a) revisão bibliográfica internacional e nacional que versem sobre o tema objeto de estudo, principalmente por meio da análise de livros e artigos;
- b) coleta de dados disponíveis em sites, como os de tribunais, da Câmara Federal, do Senado Federal e de banco de dados de caráter público.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

Espera-se evidenciar que o processo de produção da política de segurança pública na quadra recente no Brasil tem sido ditado em grande medida pelo Poder Judiciário, como os recentes exemplos da ADPF 347, com a implementação das audiências de custódia, da ADPF 995, em que as guardas municipais foram alçadas como novo ator do sistema de segurança pública, e da ADPF 635, em que foram conferidas balizas/comandos a partir do STF para a política de segurança fluminense.

Também se espera apresentar a repercussão da judicialização da política de segurança pública no quadro institucional, com os vários atores tendo que se adaptar a essas decisões judiciais (Sociologia Política do Direito); e verificar a repercussão dessas decisões no processo de produção de política pública.

A partir do caso da ADPF 635, a pesquisa também pretende verificar o grau de legitimidade das decisões judiciais e a participação da sociedade civil na fase de implementação/cumprimento desse desenho judicial/decisão judicial.

Após análise dos dados, dentre os resultados previstos, estão que o modelo de decisão de cima para baixo – Top/down talvez não seja o melhor caminho para se assegurar o direito social à Segurança Pública, considerando o contexto jurídico, social e institucional em que elas estão sendo produzidas e a própria dinamicidade do crime.

O modelo de decisão de cima para baixo -Top-down-, embora possa se comportar como uma resposta mais rápida, pode se afigurar na prática como inefetivo em questões como a Segurança Pública. As medidas na fase de execução da decisão judicial -ou os mecanismos de implantação da política pública- podem não ter legitimidade, aderência no espaço público, com reverberação na própria imagem do Poder Judiciário.

Do ponto de vista acadêmico, tenta-se contribuir para o debate, visto que há carência de estudos e pesquisas no tocante aos efeitos do ajuizamento das ações e decisões judiciais prolatadas nos processos com temática de segurança pública, especialmente aqueles que chegam ao órgão de cúpula do Poder Judiciário, o STF, dada a recenticidade do fenômeno. É incipiente também a literatura sobre a repercussão das decisões judiciais nas fases do processo de produção de política de Segurança Pública, cotejado ao comportamento dos seus vários atores, como o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Ministério Público e Polícias.

Curial consignar a relevância social do tema, visto que entender esse processo é condição para que se construa uma Política de Segurança atualizada e com uma visão holística, que capte as repercussões das decisões judiciais nas fases de todo o processo de construção de uma Política Pública. Somente partindo desse ponto de visão, consegue-se traçar políticas públicas mais legítimas e exequíveis, atingindo, por derradeiro, a diminuição dos

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

índices de violência, apontado pela maior parte dos brasileiros como o maior problema social hoje do Brasil, de acordo com o Atlas da Violência 2025, publicado pelo IPEA. Assim, no objetivo de contribuir para o debate acadêmico, e tendo em vista a relevância social acerca desse tema, pretende-se apresentar essa proposta de trabalho/pesquisa.

Palavras-chave: Judicialização; Ativismo Judicial; Política Pública; Segurança Pública

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Gisele Silva. Participação Política através do Direito: A Judicialização da Política. Comunicação para o VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Sessão Temática: Estado, Nação, Direito e democracia. Coimbra, 2004. Disponível em : <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/GiseleSilvaAraujo.pdf> . Acesso em 20 de agosto de 2025.

HABERMAS, Jürgen.. Direito e democracia – entre facticidade e validade. Volume I, tradução: Flávio Beno Siebeneichler, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a

HIRSCHL. Ran. Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalismo. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2004.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Org.). Judicialização de Políticas Públicas no Brasil / organizado por Vanessa Elias de Oliveira. – Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, 2019.

SPRICIGO, Carlos Mário. A retórica da hipertrofia judicial: neoconstitucionalismo e o esvaziamento da democracia no Brasil. 1ª.ed.. Curitiba, Editora Íthala, 2023.

TATE, C. Neal & VALLINDER, Torbjörn. The Global Expansion of Judicial Power : The Judicialization of Politics. New York : New York University, 1995.

VIANNA, Luiz Werneck et al. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

Desafios simbólicos da linguagem simples no campo jurídico

Daniel Santiago Coutinho de Miranda (PPGSP – UCAM)

E-mail: danielsantiagos@gmail.com

Resumo:

O artigo investiga as resistências simbólicas à adoção da Linguagem Simples nas instituições do sistema de Justiça brasileiro. Parte-se da constatação de que, embora a Constituição de 1988 tenha projetado políticas universais, o formalismo jurídico consolidou-se como padrão da administração pública, dificultando o acesso de grande

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

parte da população às informações e aos serviços públicos, e, conseqüentemente, ao exercício pleno da cidadania. Adicionalmente, nas instituições jurídicas, o chamado “juridiquês” tornou-se a postura esperada e a forma dominante de comunicação. Em contraposição, a Linguagem Simples, concebida para tornar os textos claros, acessíveis e utilizáveis, vem sendo incorporada como política pública; contudo, prevalece um enfoque técnico-instrumental, sem considerar as resistências simbólicas que sustentam o formalismo. À luz de Pierre Bourdieu, adota-se uma abordagem qualitativa, com análise de documentos normativos e comunicacionais, além de entrevistas breves com operadores do Direito em instituições públicas, a fim de compreender as resistências à Linguagem Simples. O objetivo é demonstrar que o sucesso dessa política pública depende não somente de orientações técnicas, mas também da capacidade de reconhecer as estruturas simbólicas existentes, ampliando a compreensão sobre os desafios sociológicos de sua implementação.

O Estado brasileiro, a partir da Constituição de 1988, idealizou um cenário de políticas públicas universais, voltadas à garantia de direitos para todos os cidadãos. Contudo, observa-se que seus formuladores foram na maioria acadêmicos, advogados e profissionais ligados ao contexto jurídico, dessa forma, estruturando o Estado com base no Direito, em suas linguagens e códigos. Assim, o formalismo jurídico tornou-se o padrão da administração pública, mesmo sendo de difícil compreensão para a maioria da população.

Cria-se assim, esse espaço judicial, onde se estabelece uma barreira entre aqueles preparados (advogados, juízes, peritos, procuradores, entre outros) para lidar com os códigos próprios das ciências jurídicas e os demais cidadãos, que mesmo precisando acessar serviços públicos inseridos nesse contexto, acabam excluídos por não conseguirem traduzir a lógica jurídica dominante.

Ao se observar o nicho das instituições públicas judiciais e dos Ministérios Públicos, percebe-se que, mais do que um padrão, o informalmente conhecido “juridiquês” ultrapassa a função de um simples formalismo. Falar de forma técnica, formal e impessoal, recorrendo, por vezes, ao latim e a jargões específicos e termos rebuscados, constitui uma prática socialmente esperada e considerada necessária para o exercício daquele ofício.

Apresenta-se, portanto, uma aparente contradição, pois, embora se intencione formular políticas capazes de efetivar direitos, sua própria formatação impõe uma barreira inicial justamente aos que se pretende atingir, dificultando o acesso e o usufruto desses direitos. A situação torna-se ainda mais alarmante diante do fato de que há um elevado

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

número de brasileiros considerados analfabetos funcionais, ficando ainda mais a margem de direitos.

Em paralelo a essas questões, surge o conceito de Linguagem Simples (originalmente Plain Language), criado na década de 1940 na Inglaterra e nos Estados Unidos e posteriormente incorporada pelo setor público brasileiro, que passa a integrar o movimento global em prol da temática. Trata-se de uma forma de comunicação usada para transmitir informações de maneira simples, objetiva e inclusiva, onde um texto é considerado simples quando quem interage com ele consegue alcançar três objetivos: encontrar facilmente a informação que procura, compreendê-la e utilizá-la para seus próprios fins.

São exemplos de materialização do conceito os editais e decisões judiciais que, além da versão na formalidade jurídica, são disponibilizados também em formato de revista, com uso de elementos visuais, frases curtas com até vinte palavras e estrutura em ordem direta. Incluem-se ainda marcadores de tópicos em substituição a longas sentenças, ausência de siglas, utilização de fluxos e infográficos em vez de apenas texto e a eliminação de termos excessivamente técnicos, tornando o conteúdo mais acessível ao público.

Entretanto, ao se analisar as publicações sobre o tema, observa-se um foco predominante em sua implementação técnica, com ênfase em sua instrumentalização e condições técnicas que devem ser seguidas para sua execução. Percebe-se, então, uma lacuna na ausência de discussão sobre como isso reverbera nos operadores da formalidade e como produzem as resistências à sua adoção, tema que se torna ainda mais urgente no nicho das instituições jurídicas.

Isso porque a linguagem não é mera forma de comunicação, mas também um instrumento de poder simbólico, de forma que a Linguagem Simples, ao mesmo tempo, em que promove cidadania, desafia o poder daqueles que operam o Direito no Estado brasileiro. Dessa forma, o presente artigo tem como propósito identificar e compreender as resistências simbólicas à adoção da Linguagem Simples nas instituições jurídicas brasileiras, analisando como o formalismo jurídico pode estar sendo utilizado como instrumento de preservação do poder simbólico.

Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa inspirada em Pierre Bourdieu, onde serão analisados documentos normativos, relatórios institucionais e comunicações oficiais, complementados por entrevistas breves com operadores do Direito atuantes em instituições públicas, observando como as resistências se manifestam nos discursos e práticas.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

A intenção é evidenciar que o sucesso dessa política pública depende não somente de orientações técnicas, mas da capacidade de reconhecer as estruturas simbólicas ali existentes, ampliando a compreensão sobre os desafios sociológicos de sua implementação.

Palavras-chave: Linguagem Simples; Simbolismo; Poder; Juridiquês; Política Pública

Referências bibliográficas:

Bourdieu, Pierre. **O poder simbólico**, f. 156. 1988.

Bourdieu, Pierre. **O que falar quer dizer: a economia das trocas linguísticas**, f. 111. 1997.

G1. **3 a cada 10 brasileiros são analfabetos funcionais, indica pesquisa**. g1. 2025.

Nogueira, Sandra Vidal *et al.* Movimentos pela Linguagem Simples: Democratização da informação e cidadania ativa. **Research, Society and Development**, v. 14, n. 8, 2025.

Prefeitura de São Paulo. **Apostila do curso Linguagem Simples no Setor Público**. São Paulo, f. 73, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6181/1/Apostila%20do%20curso%20Linguagem%20Simples%20no%20Setor%20Pu%CC%81blico.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

ST 11 – SOCIOLOGIA DA SUSTENTABILIDADE

Coordenadores:

Alexandria Alexim

Theófilo Codeço Machado Rodrigues

Frederico Augusto Auad de Gomes Filho

Crescimento econômico e meio ambiente: A Dialética do Desenvolvimento Sustentável na Liderança do Banco Mundial (1992-2010).

Caroline Januário (PPGH/UFRRJ)

E-mail:

Resumo:

O presente trabalho tem como objeto analisar a noção de desenvolvimento sustentável na agenda política ambiental do Banco Mundial, entre o período de 1992 e 2010, atentando-se também às formulações políticas que influenciaram os debates ambientais à época, como o processo que levou o Banco Mundial a diversificar a sua agenda e inserir o desenvolvimento sustentável como uma das pautas centrais em suas políticas para com os seus países-membros. As fontes utilizadas serão os Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial, de 1992 e 2010, ambos publicados pelo Banco Mundial e dedicados à temática da relação entre meio ambiente e desenvolvimento. Torna-se importante para a pesquisa em questão, entender que o Banco Mundial atuou como liderança na cooperação internacional para o desenvolvimento capitalista e esteve presente em todos os espaços que consolidaram o debate ambiental dominante por meio de uma concepção econômica e mercantil da natureza. Acreditamos, portanto, que todas essas questões de caráter socioambiental, político e econômico são extremamente importantes para a compreensão acerca do debate ambiental organizado pelo Banco Mundial, buscando analisar os enredamentos que giram em torno dessa instituição que já se mostrou complexa e intrigante. Contextualizaremos os referidos relatórios nas respectivas conjunturas em que foram produzidos, comparando as ideias, as

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

fundamentações e as propostas principais de ambos a partir de uma bibliografia crítica acerca da questão ambiental.

O presente trabalho se dedica a analisar a noção de desenvolvimento sustentável conforme articulada na agenda política ambiental do Banco Mundial (BM) no período compreendido entre 1992 e 2010. A pesquisa se propõe a ir além da mera descrição de políticas, buscando desvendar as formulações que influenciaram os debates ambientais da época e, crucialmente, como o BM, uma instituição central na cooperação internacional, incorporou o desenvolvimento sustentável como uma de suas pautas centrais para com os seus países-membros. O foco recai sobre a análise dos Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial (RDM) de 1992 ("Desenvolvimento e Meio Ambiente") e 2010 ("Desenvolvimento e Mudança Climática"), ambos documentos-chave que balizaram a visão do Banco sobre a relação entre meio ambiente e crescimento.

A premissa fundamental que guia esta investigação é o reconhecimento do Banco Mundial como um ator de liderança na cooperação internacional para o desenvolvimento capitalista. Sua atuação não se limitou a fornecer financiamento; ela se estendeu à consolidação de um debate ambiental dominante, notadamente marcado por uma concepção econômica e mercantil da natureza. A natureza, nesse quadro, passa a ser vista predominantemente como um conjunto de ativos a serem gerenciados, valorados e, se possível, integrados à lógica de mercado. Acreditamos que o exame de todas essas questões de caráter socioambiental, político e econômico é de extrema importância para a compreensão acerca do debate ambiental organizado pelo Banco Mundial, buscando analisar os enredamentos complexos e intrigantes que giram em torno de uma instituição com tamanho poder de normatização e influência.

A virada de 1992, com a realização da Conferência Rio-92, é um marco. O RDM de 1992 emerge nesse contexto como o primeiro grande esforço sistemático do BM para casar as preocupações ambientais com sua missão primordial de promoção do desenvolvimento econômico. A tese central do relatório era que o crescimento econômico sustentado e a erradicação da pobreza não eram inimigos, mas sim pré-condições para a melhoria da qualidade ambiental. O documento buscava combater a visão de trade-off (conflito) entre desenvolvimento e ecologia, propondo uma agenda de políticas corretivas baseada na internalização de custos ambientais (fazendo com que os preços refletissem o real custo para a sociedade) e no fortalecimento institucional. A solução, para o BM, passava pela reforma das políticas, pela eliminação de subsídios prejudiciais ao ambiente e pelo uso de instrumentos econômicos. Essa abordagem reflete uma tentativa clara de integrar a

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

sustentabilidade à lógica do mercado, sem questionar o modelo capitalista de produção e consumo.

O período subsequente assistiu a uma diversificação da agenda do Banco Mundial. De 1992 até 2010, o BM intensificou seu papel em áreas como biodiversidade, gestão de recursos hídricos e, progressivamente, mudança climática. Essa diversificação não representou uma ruptura com a concepção inicial, mas sim uma expansão e sofisticação da instrumentalização econômica da natureza. A instituição impulsionou projetos de mercado de carbono e mecanismos de financiamento climático, como o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), reforçando sua tese de que soluções baseadas no mercado e na tecnologia eram o caminho mais eficaz.

O RDM de 2010, dedicado à temática "Desenvolvimento e Mudança Climática", é um reflexo do endurecimento do debate global sobre o aquecimento. O relatório mantém a estrutura de pensamento do BM, mas com um foco mais global, agudo e de longo prazo no risco climático. A tônica é dada ao conceito de "crescimento inteligente em relação ao clima" (climate-smart growth) ou "crescimento verde". O documento insiste na necessidade de mitigação e adaptação, mas sempre reafirmando que estas devem ser alcançadas sem comprometer o crescimento econômico, ou seja, através da eficiência, da inovação tecnológica e da expansão de mercados para bens e serviços ambientais. O relatório de 2010, ao contrário de propor uma mudança estrutural no modelo de desenvolvimento, propõe um ajuste do modelo, uma "descarbonização" que se coadune com a expansão capitalista.

A comparação dos dois relatórios, contextualizados em suas respectivas conjunturas e analisados à luz de uma bibliografia crítica acerca da questão ambiental, permite identificar as permanências e as modulações na abordagem do BM. A permanência central é a adesão inabalável à ideia de que o desenvolvimento sustentável é, primariamente, um desenvolvimento capitalista reformado. O Banco Mundial consistentemente evitou o questionamento das raízes estruturais da crise ecológica (a lógica da acumulação e do crescimento ilimitado), optando por um modelo que busca internalizar as externalidades ambientais e criar novos nichos de mercado a partir dos problemas ambientais. As modulações se dão na escala e na urgência: o RDM de 1992 focava mais na degradação local e na poluição associada à pobreza; o RDM de 2010 se concentra na mudança climática, um problema de escala global e com implicações diretas para a estabilidade econômica de longo prazo. Contudo, em ambos os casos, o Banco Mundial atua como o principal tradutor da sustentabilidade para a linguagem da economia neoclássica e do financiamento internacional.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Em síntese, a análise revela que a noção de desenvolvimento sustentável na agenda do Banco Mundial, entre 1992 e 2010, foi fundamentalmente uma concepção gerencial e mercantil. O Banco utilizou essa pauta não apenas para responder à pressão global, mas também para legitimar seu papel como coordenador das políticas de desenvolvimento e para reforçar a primazia das soluções de mercado frente aos desafios ambientais. Ao transformar a natureza em capital natural e os problemas ambientais em oportunidades de investimento, o BM conseguiu conciliar, em sua retórica e em suas políticas, o imperativo do crescimento com a necessidade de conservação, pavimentando um caminho que, para a crítica, se mostrou insuficiente para enfrentar a crise ecológica em sua complexidade socioambiental e política. A análise dos RDM de 1992 e 2010, portanto, permite decifrar a hegemonia de uma visão econômica que moldou decisivamente o debate ambiental internacional por mais de duas décadas.

Palavras-chave: Banco Mundial; Desenvolvimento Sustentável; Meio Ambiente; Crescimento econômico;

Referências bibliográficas:

- BANCO MUNDIAL. Informe sobre el Desarrollo Mundial – Desarrollo y meio ambiente. Washington DC: The World Bank, 1992.
- BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial – Desenvolvimento e mudança climática. Washington, DC: The World Bank, 2010.
- BURKETT, Paul. La comprensión de los problemas ambientales actuales vistos con el enfoque marxista. Argumentos, n. 56, 2008, p. 21-32.
- CAMMACK, Paul. Ataque a los pobres. New Left Review, nº 13, Jan-Feb. 2002, p.104-12.
- ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. In: SACHS, Wolfgang. Diccionario del desarrollo. Una guía del conocimiento como poder. PRATEC, Perú, 1996, p. 52-76.
- FOLADORI, Guillermo. O Metabolismo com a natureza – marxismo e ecologia. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 12, 2001, p. 105-117.
- GUDYNAS, Eduardo. Las nuevas intersecciones entre pobreza y desarrollo: tensiones y contradicciones de la sociedad civil y los gobiernos progressistas. Surmanía 4: 92-111, 2010, Universidad Nacional Colombia.
- HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- MCBRIEN, Justin. Acumulando extinção: catastrofismo planetário no Necroceno. In: MOORE, Jason (org.). Antropoceno ou Capitoloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

- MILANI, Carlos R. S. Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 53, maio/ago. 2008 p. 289-303.
- MOORE, Jason W. De Objeto a Oikeios: Geração do Meio Ambiente na Ecologia Mundial Capitalista. 2015, p. 171-181.
- MOORE, Jason W. El fin de la naturaleza barata: o cómo aprendí a dejar de preocuparme por “el” medioambiente y amar la crisis del capitalismo. Relaciones Internacionales, nº 33, octubre 2016 – enero 2017, p. 143-174.
- OLIVEIRA, Leandro. Geopolítica Ambiental: A construção ideológica do Desenvolvimento Sustentável [1945-1992]. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. Conflitos e parcerias em torno de projetos socioambientais. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 2, p. 235-263.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- PIERRI, Naína. Historia del concepto de desarrollo sustentable. In: FOLADORI, Guillermo; PIERRI, Naína (org.). ¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable. México, DF: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2005, p. 27-81.
- SACHS, Wolfgang. Diccionario del desarrollo. Una guía del conocimiento como poder, PRATEC, Perú, 1996, p. 115-131.
- TOMMASINO, Humberto. Sustentabilidad Rural. In: FOLADORI, Guillermo; PIERRI, Naína (org.). ¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable. México, DF: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2005, p. 137-162.
- VELTMEYER, Henry. Sinopse da idéia de desenvolvimento. Migración y desarrollo, 2010, p. 9-34.
- WADE. Robert. Enfrentamiento em el Banco Mundial. New left review, n. 7, 2001, p. 112-124.

Mia Mottley – Uma nova forma de liderança política a partir do sul global

Lucca Fantuzzi Soares (PPGCP – UNIRIO)

E-mail: lucca.fantuzzi@gmail.com

Resumo:

Este artigo analisa a figura política de Mia Amor Mottley, primeira-ministra de Barbados, argumentando que sua atuação representa uma nova forma de liderança política emergente no Sul Global. A partir de uma leitura crítica de seus discursos e iniciativas em

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

fóruns internacionais, busca-se demonstrar como Mottley desloca o eixo tradicional das relações Norte-Sul, articulando a pauta da injustiça climática como elemento central de uma agenda de reforma do sistema internacional. Ao reivindicar o protagonismo dos pequenos Estados insulares, Mottley rompe com narrativas que os reduzem à condição de vítimas passivas das mudanças climáticas, posicionando-os como agentes políticos dotados de voz, legitimidade e poder de proposição. A análise insere-se no campo da sociologia da sustentabilidade ao evidenciar como sua liderança traduz uma concepção de justiça ambiental que ultrapassa a dimensão ecológica, envolvendo estruturas históricas de desigualdade e dependência global. No âmbito da Ciência Política, o estudo contribui para compreender a reconfiguração das práticas diplomáticas e das formas de autoridade política no Antropoceno, ressaltando como lideranças do Sul Global desafiam a hierarquia das instituições internacionais e constroem novas linguagens de poder, solidariedade e soberania climática.

Este artigo propõe uma análise da figura política de Mia Amor Mottley, primeira-ministra de Barbados, como expressão de uma nova gramática de liderança no Sul Global, centrada na justiça climática, na soberania ambiental e em um reposicionamento do Caribe como sujeito político ativo nas arenas internacionais. O trabalho parte da hipótese de que Mottley, ao articular raça, gênero e geopolítica climática em sua retórica, configura uma forma de liderança ecopolítica decolonial, cuja legitimidade emerge não apenas de sua inserção institucional, mas da potência simbólica de seu corpo e de sua voz enquanto mulher negra oriunda de um pequeno Estado insular historicamente colonizado.

O referencial teórico que orienta esta investigação dialoga com as contribuições de Carole Boyce Davies (2022) acerca da representatividade e das epistemologias de mulheres negras no exercício do poder político, compreendendo a liderança como prática situada, relacional e insurgente. Essa perspectiva é tensionada pela reflexão de Malcom Ferdinand (2019, 2022) sobre a necessidade de uma ecologia decolonial e de uma leitura da crise climática a partir do Caribe como lugar de enunciação — um território marcado pelo entrelaçamento histórico entre escravidão, colonialismo e destruição ambiental. A articulação entre ambos os autores permite compreender Mottley não apenas como estadista, mas como figura enunciativa de um novo regime discursivo de autoridade política, que contesta as epistemologias eurocentradas e as estruturas hierárquicas do sistema internacional.

Além disso, o artigo ancora-se nos aportes teóricos do pensamento decolonial latino-americano e caribenho, com destaque para Aníbal Quijano (2000), Walter Dignolo (2003), María Lugones (2008) e Aimé Césaire (1950). Esses autores fornecem ferramentas conceituais para examinar como os discursos de Mottley desestabilizam as lógicas da

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

colonialidade do poder, do conhecimento e do ser, ao reposicionar o Caribe como espaço de resistência epistêmica e de reimaginação do político. O artigo também dialoga com Enrique Dussel (1995, 2012) e Nelson Maldonado-Torres (2008), sobretudo na defesa de que o conhecimento e a ação política são sempre situados e corporificados — no caso de Mottley, em um corpo feminino, negro e caribenho que desafia as convenções de autoridade global.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa utiliza o modelo de Análise de Discurso Crítica proposto por Teun A. Van Dijk (1993–2007), que privilegia a interrelação entre linguagem, poder e ideologia. A metodologia permite explorar os mecanismos de construção de sentido e representação de atores sociais nos discursos, bem como as estratégias de legitimação e contraposição a narrativas hegemônicas. A análise enfoca dois discursos emblemáticos de Mottley: o proferido na 26ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP26), em Glasgow (2021), e o discurso de abertura na Assembleia Geral das Nações Unidas (2024). Esses textos são examinados a partir das macroestruturas temáticas (injustiça climática, solidariedade internacional, reforma das instituições multilaterais), dos recursos retóricos (repetição, interrogação moral, metáforas de naufrágio e reconstrução) e das estratégias de agência discursiva (a voz coletiva, a interpelação moral do Norte Global e a inscrição do Caribe como sujeito político ativo).

Os resultados parciais indicam que Mottley opera uma inversão da gramática tradicional da vulnerabilidade, transformando a condição de pequeno Estado insular — frequentemente tratada como sinônimo de fragilidade — em plataforma de reivindicação moral e política. Seus discursos evidenciam o modo como a injustiça climática se entrelaça à desigualdade racial e de gênero, e como a crise ecológica é mobilizada como crítica sistêmica ao capitalismo global e às hierarquias coloniais que o sustentam. Ao afirmar que “a crise climática é a prova moral de nosso tempo”, Mottley convoca o Norte Global a uma responsabilização histórica, ao mesmo tempo em que reinscreve o Caribe no centro da arena política internacional.

A partir do olhar de Ferdinand (2022), essa postura discursiva pode ser compreendida como parte do esforço de “reparar o navio-mundo”, metáfora do autor para o projeto de reconstrução ética e ecológica diante do “habitar colonial” que historicamente estruturou o planeta. Já em diálogo com Boyce Davies, Mottley encarna a noção de “Black women’s radical leadership”, em que o exercício do poder é inseparável da memória da escravidão, da ancestralidade e da solidariedade interdependente entre povos oprimidos. Sua liderança, portanto, não se resume a um ato administrativo, mas performa uma política de cuidado ampliado, em que o “governar” é também “reparar” — dimensões que se

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

tornam evidentes em sua insistência na criação de mecanismos financeiros justos e na reforma das instituições internacionais.

O cruzamento entre esses referenciais revela a densidade sociológica da sustentabilidade em Mottley: uma sustentabilidade entendida não como técnica de mitigação, mas como projeto civilizatório alternativo. O discurso de Barbados na ONU em 2024, ao defender uma “nova arquitetura financeira internacional”, exemplifica essa perspectiva ao situar a sustentabilidade no campo da justiça redistributiva global e ao propor um deslocamento ético do centro de decisão do mundo. Assim, o artigo argumenta que a liderança de Mottley amplia o escopo da sociologia da sustentabilidade ao conectar a crise ambiental às dimensões históricas de raça, gênero e colonialismo, demonstrando que o colapso climático é também uma crise das hierarquias políticas e epistêmicas globais.

No campo da Ciência Política, a análise contribui para compreender as transformações contemporâneas nas formas de autoridade e nas práticas diplomáticas do Sul Global. Mottley não atua apenas como representante estatal, mas como empreendedora moral e discursiva, que reconfigura a legitimidade internacional por meio da linguagem. Sua performance discursiva traduz uma nova modalidade de liderança internacional, que conjuga radicalidade ética e pragmatismo político, e que reposiciona os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) como laboratórios de inovação diplomática e institucional.

Em síntese, os achados sugerem que Mia Mottley representa uma inflexão no modo como o Sul Global se projeta politicamente: sua voz opera simultaneamente como denúncia e como proposição, e seu discurso evidencia que o Caribe não é apenas um espaço de vulnerabilidade, mas de imaginação política e poder transformador. O artigo conclui que compreender Mottley é compreender uma nova ontologia do político no Antropoceno — uma que emerge das margens, das ilhas e dos corpos historicamente subalternizados, mas que hoje ocupam o centro da arena discursiva mundial.

Palavras-chave: Barbados; Liderança Política; Injustiça Climática; Mia Mottley; Caribe

Referências bibliográficas:

ABIMBOLA, O.; AIKINS, J. K.; MAKHESI-WILKINSON, T.; ROBERTS, E. Racism and Climate (In)Justice: How racism and colonialism shape the climate crisis and climate action. Heinrich Nöll-Stiftung, Washington, DC., 2021.

AIDOO, A. A. “Ghana: To be a Woman” Sisterhood is Global. The International Women’s Movement Anthology. Edited by Robin. Morgan. New York: Doubleday, 1984

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

ASHE, John W. et al. The Role of the Alliance of Small Island States (AOSIS) in the Negotiation of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). *Natural Resources Forum*, no 23, p. 209–220, 1999.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política – RBCP*, v. 2, p. 89–117, 2013.

_____. Modernidade/Colonialidade sem Imperialidade? O Elo Perdido do Giro Decolonial. *DADOS–REVISTA DE CIENCIAS SOCIAIS*, v. 60, p. 505–540, 2017.

BECKLES, H. *Black Rebellion in Barbados: The struggle against slavery, 1627- 1838*. Antilles Publications, 1984.

_____. *A History of Barbados: From Amerindian Settlement to Caribbean Single Market*, Cambridge University Press, 1990 [2006].

BOYCE DAVIES, C. *Caribbean Spaces*. [s.l.] University of Illinois Press, 2013.

_____. *Black Women’s Rights*. [s.l.] Rowman e Littlefield, 2022.

BRAND, U.; WISSEN, M. *Modo de vida imperial: vida cotidiana y crisis ecológica del capitalismo*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2011

CÉSAIRE, Aimé. *Une Tempête*. Paris: Éditions du Seuil, 1997 [1969].

_____. 1913-2008. Aimé Césaire / textos escolhidos: a tragedia do rei Christophe ; discurso sobre o colonialismo ; discurso sobre a negritude. / Aimé Césaire ; organização José Fernando Peixoto de Azevedo ; Tradução Sebastião Nascimento. – 1. Ed. – Rio de Janeiro : Cobogó, 2022.

_____. Cultura e colonização. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Ed.), *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Edições 70, 2011.

FANON, F. *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: Editora Da Universidade Federal Da Bahia, 2008.

_____. *Os Condenados Da Terra*. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidadeglobal. *Periferia*, [S. I.], v. 1, n. 2, 2012. DOI: 10.12957/periferia.2009.3428. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/3428>.

MALDONADO–TORRES, Nelson. Sobre la decolonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO–GOMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Eds.), *El giro decolonial: reflexiones para uma diversidade epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana y Siglo del Hombre Editores, 2007.

_____. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO–COSTA, Joaze; MALDONADO–TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Eds.) *Decolonialidade e*

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

pensamento afrodiaspórico, 2018.

NARTEY, M. Political discourse analysis of female political leaders in the Global South. Special issue for Journal of Language and Politics, 2024

———. The construction of agency in the discourse of Barbados's prime minister Mia Mottley. In NARTEY, M. Political discourse analysis of female political leaders in the Global South. Special issue for Journal of Language and Politics, 2024

NKRUMAH, Kwame. O neocolonialismo em África. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Ed.), Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Edições 70, 2011.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio. Os Calibans da Terra. Sobre os usos do personagem shakespeariano como auto identificação do subalterno. Izquierdas, 2024;

———. Em busca da comunidade: caminhos globais do pensamento crítico no Sul global / Fabricio Pereira da Silva. – São Paulo : Elefante, 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107–30.

SVAMPA, M.; VIALE, E. El colapso ya llegó. Buenos Aires: Siglo XXI, 2020.

———. In: KOTHARI, A. et al. Pluriverso. [s.l.] Editora Elefante, 2022.

VAN DIJK, T. A. Principles of Critical Discourse Analysis. Discourse & Society, v. 4, n. 2, p. 249-283, 1993^a.

———. Elite Discourse and Racism. Newbury Park: Sage, 1993b.

———. Aims of Critical Discourse Analysis. Japanese Discourse, v. 1, p. 17-27, 1995b.

———. Ideology and Discourse: A Multidisciplinary Introduction. Barcelona: Pompeu Fabra University, 2003.

———. Discourse and Context: A Sociocognitive Approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

VILLARREAL VILLAMAR, M. D. C. Representación de mujeres latinoamericanas en la agenda ambiental y climática, 2024.

Projeto Onda Limpa: iniciativas de educação ambiental na comunidade escolar litorânea da região de Natal/RN

Wagner Luiz Alves da Silva (PPEUR - UFRN / IFRN)

E-mail: wagner.alves@ifrn.edu.br;

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Maria Wagna de Araújo Dantas (PPEUR - UFRN / IFRN)

E-mail: wagnadantas@funcern.br

José Gomes Ferreira (PPEUR - UFRN / IFRN)

E-mail: jose.ferreira@outlook.com

Resumo:

A Educação Ambiental junto das escolas do ensino público assume-se como eixo prioritário na conscientização para os problemas ambientais e concretização das metas da sustentabilidade consagradas na Agenda 2030 das Nações Unidas (Bursztyn; Bursztyn, 2018). Nesse sentido, são bem vindas iniciativas no sentido de estimular conhecimento e boas práticas de preservação do meio natural, envolvendo a escola, a universidade, os movimentos sociais de base e o poder público. Na Região Metropolitana de Natal o projeto Onda Limpa, coordenado por pesquisadores Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN, 2024a e 2024b) tem realizado diversas iniciativas junto de classes letivas de escolas municipais e estaduais no sentido de chamar a atenção para a limpeza das praias da região. Entre as ações, destaca-se a realização de reuniões com professores e alunos, mutirões de limpeza das praias, ações educativas e a aplicação de um questionário de Diagnóstico da Percepção Socioambiental. O objetivo do artigo é analisar os principais resultados da aplicação do questionário. Os resultados mostram que o interesse pelo tema é difuso, aumentando com a proximidade e com o acesso à informação facilitado pelas ações.

Reconhecendo a importância da Educação Ambiental na proteção da natureza, o Projeto Onda Limpa (2024a e 2024b) tem como objetivo contribuir para o processo de sensibilização, mobilização e participação das comunidades locais dos municípios litorâneos na defesa da qualidade do meio ambiente e da saúde coletiva, através de ações de Educação Ambiental. O projeto contempla os municípios litorâneos da Região Metropolitana de Natal (RMN) e concentra-se na redução da geração de resíduos sólidos e na preservação dos ambientes costeiros, promovendo práticas que favoreçam a sustentabilidade e a saúde ambiental. A iniciativa ganha relevância diante da realidade em que, em muitos casos, os resíduos ainda são descartados a céu aberto ou lançados em corpos d'água. Pelo que assumem destaque as ações desenvolvidas por órgãos públicos, especialmente nas escolas, e pelos movimentos sociais (Gomes *et al.*, 2023).

O Projeto promove um diálogo com a comunidade local, turística e tradicional, com instituições de ensino e saúde dos seis municípios litorâneos da RMN. Paralelamente,

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025|

desenvolve ferramentas para sensibilização e mobilização do público, com o objetivo de identificar os interesses e particularidades da população de cada município para definir metodologias adequadas de educação ambiental sobre resíduos sólidos.

O artigo tem como objetivo relatar as ações realizadas, incluindo reuniões com docentes e corpo escolar para incentivar a troca de experiências, bem como mutirões que proporcionaram oportunidade de participação e sensibilização visando à reversão da prática de descarte dos resíduos na via pública e nas praias da região. O foco principal é a apresentação dos resultados de questionários de diagnóstico aplicados aos alunos, por meio dos quais se busca compreender as preocupações e práticas dos jovens estudantes quanto ao meio ambiente, e identificar as ações em que participam. Após uma primeira fase, cujos resultados foram apresentados (Dantas *et al.*, 2025), no presente artigo apresentamos os primeiros resultados da segunda fase do projeto.

Metodologicamente, o Projeto Onda Limpa (2024a e 2024b) é desenvolvido por pesquisadores e alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e coordenado pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN). No sentido da conscientização ambiental da comunidade estudantil, vem desenvolvendo ações junto de escolas municipais e estaduais dos municípios litorâneos da Região Metropolitana de Natal, no Rio Grande do Norte, com foco nos alunos dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental. Os municípios abrangidos são Ceará-Mirim, Extremoz, Maxaranguape, Natal, Nísia Floresta e Parnamirim.

No que se refere aos principais resultados, quando os alunos são questionados se sabem o que significa “Meio ambiente” mostram uma concentração na resposta “sim”, ainda assim, algumas respostas afirmam não saber responder ou não saber o que é. Por sua vez, quando questionados sobre como avaliam o meio ambiente de sua cidade, as respostas apresentaram grande dispersão. Ainda assim, observou-se que a maioria dos alunos percebe o meio ambiente local como bom ou ótimo.

As respostas à questão “Como acha que está o meio ambiente da sua cidade?” indicam, de maneira geral, uma visão relativamente positiva dos alunos sobre a realidade ambiental dos seus municípios. E quanto às atitudes ambientais para preservar a sua cidade destacam não jogar lixo no chão (Tabela 1).

Tabela 1 – Atitudes ambientais dos alunos para preservar sua cidade

Atitudes Ambientais	E. E. Prof. ^a Lígia Navarro	E. M. Duque de Caxias
Não joga lixo no chão	19	9

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

Preserva os bens públicos de sua cidade	10	5
Planta árvores	7	5
Poupa energia	9	5
Evita a utilização de plásticos	1	6
Economiza o consumo de água	10	6
Protege os animais	15	4
Não faz nada	0	2
Outros	1	3
Total	72	45

Fonte: Elaborado pelos autores.

Temos assim, que os resultados mostram uma preocupação dos alunos pelos problemas ambientais da sua cidade e um interesse em adquirir mais conhecimento. Os alunos tanto preferem eventos expositivos, através dos quais podem aprender a discutir os temas, como de atividades práticas, como mutirões, através dos quais podem contribuir para reduzir o impacto dos resíduos descartados a céu aberto.

Embora externo às escolas, o projeto Onda Limpa busca colaborar nesse processo, estimulando a conscientização e fortalecendo as práticas educativas. O envolvimento alargado que o projeto Onda Limpa fomenta estimula a ação coletiva e convocação de diversos atores. A escola, os docentes e todos os participantes do projeto assumem o papel de mediadores de memórias e de práticas, atuando tanto na escuta e na valorização das experiências, quanto na construção de caminhos para a transformação.

Palavras-chave: Projeto Onda Limpa; Educação Ambiental; Litoral; Região Metropolitana de Natal; Diagnóstico.

Referências bibliográficas:

- BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: caminhos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2018.
- DANTAS, W. A.; PONTES, A. A.; FERREIRA, J. G.; DA SILVA, W. L. A. Projeto Onda Lima. Ações coletivas de sensibilização ambiental das comunidades litorâneas da Região Metropolitana de Natal. V Simpósio de Gestão das Cidades. UFCA, 2025.
- FERREIRA, J. G. Ambiente e sociedade. Contingência e resposta à crise ambiental. In: FERREIRA, J. G.; FIGUEIREDO, F. F.; SILVEIRA, R. M. C. (Org.). Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental, Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 15-40, 2022.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

FUNCERN. Diagnóstico da percepção socioambiental. Projeto “Onda Limpa”. Natal: Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte, 2024a.

FUNCERN. Projeto Onda Limpa. Relatório Parcial. Natal. Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte, 2024b.

GOMES, Y. L. Leon et al. Abordagens pedagógicas em Educação Ambiental: uma revisão sistemática. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 104, p. e5221, 2023.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

RESUMOS DOS SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

ST 12 - RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA, ECOLOGIAS POLÍTICAS E TECNOSOCIABILIDADES NO SÉCULO XXI

Coordenadores:

André Luiz da Silva Fayão

Márcio Ferreira

Não há culto sem folha: EAMBY Escola Afroclimática Mãe Beata de Yemanjá

Luciene Barcellos Pereira (PPGSP – UCAM)

Email: lucianebarcellos@gmail.com

Resumo:

A Escola Afroclimática Mãe Beata de Yemanjá (EAMBY), inaugurada em 2025, constitui uma experiência pioneira de articulação entre saberes ancestrais dos povos de terreiro e práticas de formação em justiça climática e ambiental. Fundada a partir do legado da Iyalorixá Mãe Beata de Yemanjá, a escola nasce como espaço educativo, político e cultural, em diálogo com universidades, pontos de cultura e movimentos sociais. Seu princípio orientador — “não há culto sem folha” — traduz a compreensão, detalhada em estudos como os de Anjos (2006), de que a preservação ambiental está intrinsecamente vinculada às cosmologias africanas e afro-brasileiras, que reconhecem a natureza como fundamento da vida. O estudo adota metodologia qualitativa, com base na análise documental e na escrivência (Evaristo, 2020), para compreender como a EAMBY insere práticas pedagógicas que confrontam o racismo ambiental (Bullard, 1990; Almeida, 2019) e fortalecem a participação de comunidades negras e periféricas nas lutas climáticas. Os resultados esperados envolvem o reconhecimento da escola como referência de educação decolonial, ampliando o debate sobre políticas ambientais, saberes tradicionais e direitos culturais.

As emergências climáticas e a intensificação do racismo ambiental no Brasil têm demonstrado o interesse de diversos grupos da sociedade em estudar possibilidades de diminuição de efeitos ou a aceleração delas. Dessa forma comunidades de terreiro tem pensado em tal tema por meio dos saberes ancestrais na busca por alternativas sustentáveis de preservação e cuidados ambientais. Nesse contexto, a Escola Afroclimática Mãe Beata de Yemanjá (EAMBY), inaugurada em 2025, no Rio de Janeiro,

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

desponta como um marco na integração entre práticas educativas, espiritualidade afro-brasileira e justiça ambiental. Inspirada na trajetória da Iyalorixá, escritora e ativista Mãe Beata de Yemanjá (PERES; PEREIRA, 1999), a escola articula conhecimento científico, saberes tradicionais e práticas comunitárias, em defesa da vida e do território, posicionando-se contra a lógica da colonialidade do saber (GROSFOGUEL, 2009).

Objetivos

O trabalho busca analisar como a EAMBY se constitui como espaço de resistência e produção de saberes, promovendo práticas pedagógicas decoloniais que relacionam meio ambiente, espiritualidade e justiça climática.

Justificativa

A pertinência do estudo se ancora na urgência de reconhecer os povos de terreiro como protagonistas da luta socioambiental. Historicamente, essas comunidades sofrem com perseguições religiosas, violência racial e expropriação territorial, expressões do que Almeida (2019) define como racismo estrutural. A EAMBY rompe com esse silenciamento ao afirmar que os saberes de matriz africana são essenciais na formulação de alternativas sustentáveis, ecoando as lutas por justiça ambiental mapeadas por Aceler e Bullard (2004) no contexto brasileiro.

Metodologia

Adoto a abordagem qualitativa, combinando análise documental de materiais produzidos pela Rede Afroambiental e registros da própria EAMBY, Documentários, entrevistas e artigos de homenagem. com a escrevivência como prática metodológica. A escrevivência, conceito de Conceição Evaristo (2020), permite que memória e experiências dialoguem com a teoria crítica, produzindo narrativas situadas e comprometidas com transformações sociais. Esta escolha metodológica é, em si, um gesto descolonial, ao valorizar a produção de conhecimento a partir do lugar de fala e da vivência das comunidades envolvidas.

A escola opera a partir do princípio ancestral “não há culto sem folha”, que expressa a inseparabilidade entre vida espiritual e natureza. Este axioma, explorado etnograficamente por Anjos (2006) e Barros e Napoleão (1999), demonstra que as folhas (ewé), os rios, as florestas e o mar são compreendidos como fundamentos do sagrado, indicando que a devastação ambiental não é apenas uma crise ecológica, mas também cultural e espiritual. A organização social do terreiro, analisada por Vieira (2010) como uma complexa estrutura sociopolítica, é o pilar que assegura a transmissão desses saberes.

Ao integrar universidades, pesquisadores, militantes e comunidades de terreiro, a EAMBY institui um modelo pedagógico coletivo, em que oficinas, rodas de conversa, práticas

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

rituais e atividades educativas compõem uma ecologia de saberes (Santos, 2010). Esta prática confronta diretamente a colonialidade do poder e do saber, propondo, como argumenta Grosfoguel (2009), uma transmodernidade que inclui vozes historicamente subalternizadas.

Além disso, a escola fortalece a justiça climática ao articular questões de raça, gênero e território, enfrentando desigualdades que atingem majoritariamente populações pretas e periféricas, conforme documentado nos estudos de Bullard (1990) e Cruz e Pereira (2021). Nesse sentido, a EAMBY funciona como laboratório de educação ambiental e espaço de afirmação identitária, ampliando a visibilidade de epistemologias pretas e indígenas. O legado de Mãe Beata, registrado por Peres e Pereira (1999), e a produção intelectual de Carneiro (2005) sobre a desumanização do Outro fundamentam a luta da escola contra as opressões interligadas de raça, classe e gênero.

Resultados esperados

Espera-se evidenciar que a EAMBY representa uma prática inovadora de educação decolonial e ambiental, contribuindo para:

- Reconhecer os povos de terreiro, com sua organização sociorreligiosa específica, como agentes de pautas ambientais;
- Articular políticas públicas de igualdade racial com ações de sustentabilidade, superando a visão hegemônica que invisibiliza o racismo ambiental

Palavras-chave: Povos de terreiro; Justiça climática; Mãe Beata de Yemanjá; Educação decolonial; Racismo ambiental.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

ST 13 – TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, POLÍTICA INDUSTRIAL VERDE E TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO

Coordenadores:

Antonio José Junqueira Botelho
Mahatma Ramos dos Santos

Avanços e Desafios da Participação e Governança na Implantação de Parques Eólicos na Galícia

Gil Célio de Castro Cardoso (UFC)
E-mail: gil.celio@ufc.br

Camila Gonçalves De Mario (PPGSP – UCAM)
E-mail: camila.demario@uol.com.br

Rubén Camilo Lois González (USC)
E-mail: rubencamilo.lois@usc.es

Resumo:

Historicamente, em várias partes do mundo, observamos uma sucessão de transformações e crises que afetaram a interação entre a sociedade e o meio ambiente, sendo esse contexto de mudanças o que deu origem ao conceito de desenvolvimento sustentável (Bursztyn, 1993). Como se sabe, as bases desse entendimento começaram a ser condicionantes em escala global em 1972, durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo, Suécia, quando surgiu a ideia do ecodesenvolvimento. No entanto, foi apenas em 1987, como resultado dos trabalhos da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que o termo "desenvolvimento sustentável" foi oficialmente cunhado e apresentado no famoso Relatório Brundtland. Nesse relatório, o desenvolvimento sustentável foi definido como aquele que "atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades" (Brundtland, 1987, p. 46).

Nesse contexto, tomando como referência os últimos anos, a intensificação das mudanças climáticas está tornando ainda mais urgente a descarbonização da geração de eletricidade e o aumento do uso de fontes de energia renovável, especialmente a energia

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

eólica. A academia tem concentrado esforços em pesquisas relacionadas a essa forma de energia, com foco em parques eólicos. Diversos estudos examinam seus benefícios para a saúde e o meio ambiente, bem como os desafios socioambientais que envolvem sua implementação. Desde o Acordo de Paris de 2015, a “descarbonização da energia” se tornou uma preocupação global, levando ao crescimento da geração de energia eólica em todo o mundo.

Em vista disso, nossa pergunta de partida é: como se efetiva o discurso da participação social nas políticas de apoio à implantação dos parques eólicos instalados na Galícia, região autônoma localizada no nordeste da Espanha? Para o alcance dessa problemática delineou-se o seguinte objetivo: avaliar como se efetivam o discurso da participação social e da governança democrática na operacionalização das políticas públicas de apoio à instalação de parques eólicos na Galícia/Espanha.

Esta investigação se justifica pelo reforço do entendimento da importância da participação social e da governança democrática nas experiências de formulação, implementação e avaliação dos parques de energia eólica. A necessidade de investigar essa questão surge em razão da aparente resistência por parte das populações locais em relação a esse tipo de energia renovável e da inclusão do discurso da participação da sociedade nas normativas dessas políticas. Essa resistência muitas vezes está relacionada a preocupações sobre impactos ambientais, como a alteração da paisagem e possíveis efeitos na biodiversidade, bem como questões sociais e econômicas, como a dificuldade de realização de suas atividades produtivas, a necessidade de se repensar o uso de suas terras e o necessário compartilhamento justo dos benefícios econômicos.

Assim, a questão que colocamos para investigação diz respeito a capacidade das sociedades locais de produzir capital social (Putnan, 1996) e de influir na formulação, operacionalização e avaliação das políticas públicas, em especial nas políticas de apoio à instalação de parques eólicos em seus territórios, potencializando a sua ação na direção de sua contribuição efetiva para a governança local, conforme definido por Plant (1978) e Santos (1999).

Dessa maneira, analisar as formas de participação social e de governança democrática nas políticas públicas relacionadas à energia eólica, especialmente em regiões de intensa implementação como a Galícia, revela-se fundamental para compreender os avanços, limites e contradições da transição energética contemporânea. Ao longo deste artigo, buscaremos examinar como se configura esse processo participativo, quais são os obstáculos enfrentados pelas comunidades locais e de que forma essas experiências podem contribuir para a construção de modelos mais inclusivos e sustentáveis de desenvolvimento.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

A análise da participação social nas políticas públicas de implantação dos parques eólicos na Galícia revela um cenário de avanços, mas também de desafios significativos para a consolidação de uma governança verdadeiramente democrática. Apesar do reconhecimento formal da importância da participação das comunidades locais e da inclusão de dispositivos normativos voltados para o diálogo social, os resultados apontam para um distanciamento entre o discurso institucional e a prática efetiva.

As evidências reunidas mostram que os benefícios econômicos advindos da energia eólica permanecem, em grande medida, concentrados em grandes empresas e investidores, enquanto os custos socioambientais recaem sobre as populações locais, muitas vezes excluídas dos processos decisórios. Esse desequilíbrio contribui para o aumento da resistência social, conflitos territoriais e desconfiança em relação às políticas de transição energética.

O estudo também destaca a necessidade de reformulação dos mecanismos de participação social, tornando-os mais inclusivos, transparentes e efetivos. É fundamental reconhecer e valorizar os saberes locais, promovendo espaços reais de escuta e deliberação, bem como assegurando a repartição justa dos benefícios e a mitigação dos impactos negativos. A experiência galega aponta, assim, para a urgência de políticas públicas que articulem desenvolvimento sustentável, justiça social e democracia, superando práticas meramente formais de consulta e promovendo a corresponsabilidade dos diversos atores envolvidos.

Assim, a construção de um modelo de governança mais equitativo para o setor eólico depende do fortalecimento do capital social, do empoderamento das comunidades e da capacidade do Estado de regular e mediar interesses, priorizando o bem comum e a sustentabilidade dos territórios.

Referências bibliográficas:

BRUNDTLAND, G. **Our Common Future**: The Report of the World Commission on Environment and Development, p.46. Oxford University Press, Oxford, 1987.

BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CARVALHO, N. S. F. de S.; FROTA, A. J. A.; NOBRE, F. E. C. Políticas ambientais: uma discussão sobre o papel da governança para o fomento da sustentabilidade. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, [S. l.], v. 27, n. 47, p. 187–205, 2024.

CHACON, Suely Salgueiro; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro do – Para além do (pré)conceito e do discurso - Proposta de avaliação de políticas públicas com base na

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

sustentabilidade. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**. Volume 4, número 18, Fortaleza, 2020.

GORAYEB, Adryane; BRANNSTROM, Christian; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. **Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Guidelines and Checklist for Constructivist (a.k.a. Fourth Generation) Evaluation. Evaluation Checklist Project, p. 1-15, 2001.

NORMANN, H. E. Policy networks in energy transitions: the cases of carbon capture and storage and offshore wind in Norway Technol. **Forecast. Soc. Chang.**, v. 118, p. 80-93, 2017.

OSZLAK, O.; O'DONNELL, G. Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación. **REDES - Revista de Estudios Sociales de la Ciencia**, vol. 2, nº 4, 1995.

PLANT, Raymond. **Community**: concept, conception and ideology. Politics and society, 8, n. 1, 1978.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma reinvencão solidária e participativa do Estado. In BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Organizadores). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

SNYDER, B.; KAISER, M. J. Ecological and economic cost-benefit analysis of offshore wind energy. **Renewable Energy**, v. 34, n. 6, p. 1567–1578. 2009.

TORRES JUNIOR, P. **Avaliação da efetividade da política de geração de energia eólica do Ceará no fomento ao desenvolvimento sustentável e seus reflexos nas comunidades pesqueiras**. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil, 2021.

VAN DER LOOS, H. A. *et al.* Low-carbon lock-in? Exploring transformative innovation policy and offshore wind energy pathways in the Netherlands. **Energy Res. Soc. Sci.**, 69, p. 101640, 2020.

XAVIER, T.; GORAYEB, A.; BRANNSTROM, C. Descarbonização na América do Sul: conexões entre o Brasil e a Argentina. In: Christian Brannstrom, Lucas Seghezze e Adryane Gorayeb (Orgs.), Diagnóstico socioambiental participativo e cartografia social na avaliação de impactos da energia eólica, Mossoró, RN: Edições UERN, 2022.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

Da Promessa “Beyond” ao Retorno “Back”: A Reconfiguração Estratégica da BP na Transição Energética (2010–2025)

Rafael Rodrigues da Costa (FESPSP/Cátedra Celso Furtado)

E – mail: rafa.rcosta@gmail.com

Felipe Amorim de Oliveira (IE-Unicamp, Cátedra Celso Furtado)

E – mail: felipelucasmorim@gmail.com

Resumo:

Em quinze anos, a British Petroleum (BP) passou de referência global em transição energética a protagonista de um dos maiores retornos aos combustíveis fósseis na indústria, culminando no Reset Estratégico de 2025, quando ampliou em 20% os investimentos em upstream fóssil e reduziu mais de US\$ 5 bilhões em aportes em renováveis, priorizando retorno ao acionista e fluxo de caixa. Este artigo busca compreender os fatores que explicam essa reviravolta, partindo de uma perspectiva de Economia Política Internacional que enfatiza como a distribuição desigual de propriedade, poder e controle molda estratégias corporativas, em contraste com abordagens neoclássicas que privilegiam a racionalidade de mercado. A pesquisa utiliza análise de conteúdo qualitativa e quantitativa de relatórios anuais e comunicados da BP entre 2010 e 2025, categorizando dimensões como “segurança energética”, “valor ao acionista”, “energia de baixo carbono” e “disciplina de capital”. Os resultados indicam três fases: 1) recomposição de legitimidade (2010–2016); 2) liderança verde (2017–2022); e 3) re-fossilização (2025), revelando os limites estruturais da transição energética corporativa sob hegemonia financeira.

Em apenas quinze anos, a British Petroleum (BP) percorreu o caminho de líder na agenda de transição energética para se tornar protagonista de um dos maiores retornos aos combustíveis fósseis já vistos na indústria do petróleo nas últimas décadas. Esse movimento de inflexão estratégica constitui o problema central deste artigo: compreender quais fatores explicam que, em tão curto intervalo de tempo, uma companhia que se apresentava como símbolo de transformação tenha protagonizado um processo de re-fossilização.

A questão orientadora parte de um episódio específico: o Reset Estratégico de 2025. Nesse ano, a BP anunciou uma guinada em sua estratégia corporativa, ampliando em 20%

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

os aportes no upstream fóssil — cerca de US\$ 10 bilhões anuais em novos projetos — e reduzindo mais de US\$ 5 bilhões em investimentos renováveis. A mensagem foi clara: priorizar fluxo de caixa e retorno ao acionista. De empresa associada ao slogan “Beyond Petroleum”, a BP passou a ser vista como símbolo de um “Back to Petroleum”. Este trabalho busca explicar em que medida tal guinada decorre de fatores internos da companhia ou de dinâmicas mais amplas, envolvendo mercados, geopolítica e finanças globais.

Para situar a análise, adota-se a perspectiva da Economia Política Internacional, mas não a partir de uma visão neoclássica que privilegia a racionalidade de mercado e os preços relativos como motores da transição energética. A abordagem empregada inspira-se explicitamente na proposta de Blondeel et al. (2023), que enfatiza a distribuição desigual de propriedade, poder e controle como elementos estruturantes das estratégias corporativas. Essa lente permite compreender a transição energética não como um processo linear de substituição tecnológica induzido por preços, mas como um campo de disputa em que Estados, empresas e investidores lutam para preservar ou redefinir posições de poder. Este artigo parte da premissa de que a guinada da BP não pode ser reduzida a uma decisão corporativa isolada. Trata-se, antes, de uma resposta multifacetada às pressões do capital financeiro e aos imperativos de alta rentabilidade dos hidrocarbonetos, às mudanças no regime de acumulação e à reconfiguração geopolítica recente, como a potencial retomada de uma agenda pró-petróleo nos Estados Unidos, que sublinha a “natureza disputada e desordenada” da transição global.

Metodologicamente, a pesquisa se baseia em análise de conteúdo dos relatórios anuais e comunicados a investidores da BP entre 2010 e 2025. Esses documentos foram escolhidos por representarem os registros mais oficiais e sistemáticos da estratégia corporativa perante acionistas e demais públicos. A análise combinou leitura qualitativa e contagem simples de frequência de palavras-chave, quando pertinente, para identificar mudanças na ênfase dada a diferentes dimensões do discurso. As categorias centrais consideradas foram: “segurança energética” (dimensão geopolítica), “valor ao acionista” (dimensão financeira), “energia de baixo carbono” e “disciplina de capital”. Esse procedimento permitiu acompanhar como a empresa ajustou seu discurso em diferentes conjunturas, evidenciando a crescente centralidade de termos como “clima” e “transição” a partir de 2016, bem como sua reconfiguração no pós-pandemia e, sobretudo, no Reset Estratégico de 2025.

Assim, os resultados indicam três fases distintas. A primeira, entre 2010 e 2016, foi marcada pela busca de recomposição de legitimidade após o desastre de Deepwater Horizon. A segunda, entre 2017 e 2022, corresponde ao período de liderança verde,

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

quando a BP adquiriu a Lightsource (solar), expandiu sua presença em eólica nos EUA, investiu em bioenergia no Brasil e em hidrogênio na Austrália, além de aderir à OGCI. O ponto culminante desse ciclo foi o anúncio, em 2020, da transformação de International Oil Company (IOC) em Integrated Energy Company (IEC), acompanhado do compromisso de reduzir em 40% a produção fóssil até 2030. A terceira fase, inaugurada em 2025, foi a do Reset Estratégico, caracterizado por três vetores principais: pressão de acionistas frustrados com retornos mais baixos em comparação com Shell e ExxonMobil; fortalecimento da agenda pró-petróleo nos EUA, legitimada politicamente pela volta de Trump; e um mercado de energia marcado pela alta dos preços do petróleo no pós-pandemia, que aumentou a atratividade do upstream.

Essa reorientação evidencia os limites estruturais da transição energética corporativa. Em apenas quinze anos, a BP passou de líder verde a protagonista de uma contra-ofensiva fóssil. A análise mostra que a trajetória da empresa não é explicada apenas por estratégias internas, mas pelo cruzamento de dinâmicas financeiras e geopolíticas que condicionam o ritmo e a direção da transição energética global. Evidencia-se que a transição energética é altamente vulnerável à lógica de curto prazo do capital financeiro. O caso da BP torna-se, assim, um laboratório empírico que demonstra como promessas de transição podem ser revertidas rapidamente, com implicações significativas para o futuro climático e para a economia política internacional.

Palavras-chave: Transição energética; Análise de discurso; Grandes empresas de petróleo; BP; Economia política internacional.

Referências bibliográficas:

BP P.L.C. *bp Annual Report and Form 20-F 2024*. Relatório Anual e Formulário 20-F. Londres: BP p.l.c., 2025. Disponível em: <bp.com/annualreport>. Acesso em: 30/09/2025

BLONDEEL, Mathieu; PRICE, James; BRADSHAW, Michael; PYE, Steve; DODDS, Paul; KUZEMKO, Caroline; BRIDGE, Gavin. Global energy scenarios: A geopolitical reality check. *Global Environmental Change*, [S.l.], v. 84, n. 102781, 2024.

COUTINHO, Isadora; DIAS, Nathália. Transição energética e grandes empresas de petróleo: o protagonismo das europeias na entrada no setor de renováveis. *Revista Conjuntura Global*, [S.l.], v. 11, n. especial, p. 21-39, 2022.

CHRISTOPHERS, Brett. Fossilised Capital: Price and Profit in the Energy Transition. *New Political Economy*, [S.l.], v. 27, n. 1, p. 146-159, 2022.

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025 |

SHOJAEDDINI, Ensieh et al. Oil and gas company strategies regarding the energy transition. *Progress in Energy*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1088/2516-1083/ab2503>.

States and Markets in the Energy Transition: Drivers of National Oil Companies' Renewable Energy Investments in Brazil and Angola

Nicolas Lippolis (Columbia Climate School/EUA)

E-mail: nicolaslippolis@gmail.com

Resumo:

Controlling over half of global oil and gas production, accounting for 40% of oil and gas investment, and with rights over two-thirds of proven reserves, National Oil Companies (NOCs) will be key to determining whether the world meets its climate targets. For an oil company, the decision to invest in renewable energy is not obvious, given the much lower financial returns of the sector relative to their core business. Accordingly, NOCs have displayed varying appetites for diversification into renewable energy. To explain these variations, this paper opens the black box of decision-making in Brazil's Petrobras and Angola's Sonangol, drawing on semi-structured elite interviews and textual analysis of secondary sources. I argue that the logic of renewable energy investments in the face of poor profitability must be understood with to each NOC's characteristic political and commercial logics: large investments have been mostly politically driven, while commercial incentives have only supported small, mostly cosmetic, renewable energy projects. By identifying different political economies of renewable energy investment and pointing to their limitations, this article contributes to the incipient literature on NOCs and climate politics. I also contribute to the study of the political economy of energy transition by evidencing how, despite the inability of market forces to compel transitions away from fossil fuels, logics of state intervention have displayed their own pitfalls.

Surfing the energy transition: Brazil's political stalemate green development policy

Antonio José Junqueira Botelho (PPGSP-IUPERJ/UCAM)

E-mail: ajjbotelho@gmail.com

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema | 5, 6 e 7 de novembro de 2025|

Moisés Villamil Balestro (PPGECSA-UnB)

E-mail: moises@unb.br

Resumo:

The paper addresses nature of the disputes and the resources used by vested interests in shaping the multiple policies dealing with energy transition, with a focus on the ‘Fuel for the Future Law,’ the ‘Energy Transition Acceleration Program’ (PATEN) and the ‘Low Carbon Hydrogen Development Program’ (PHBC), which complements the country’s legal framework for low-carbon hydrogen (H2BEC) of August 2, 2024, by allowing the National Policy on Low-Carbon Hydrogen to come into force with all the instruments that had been originally provided. Although, most Brazilians support transition away from fossil fuels, the emergent energy transition policies as well as the NOC Petrobras latest business plan increases investments in O&G. By 2030, investments will reach US\$ 182 billion, and Brazil aims to move from the 10th rank to become the fifth largest producer. The “Fuel of the Future” law enacted by the Lula government last October is expected to unlock R\$250bn in Investments. For example, according to an Airbus/MIT study, Brazil has the potential to become the world’s largest Sustainable Aviation Fuel (SAF) producer. The Paten benefits natural gas (natural gas programs that aim to replace energy sources with higher greenhouse gas emissions, the distribution of the fuel or the production of vehicles powered by it), coal, nuclear energy, and agribusiness. Its main mechanism is the so-called Green Fund, which, according to the proposal, will be managed by the National Bank for Economic and Social Development (BNDES). It also contemplates energy transition projects in “coal regions”, which are areas of mineral coal exploration, meeting a demand from this sector. Further, It also allows projects aimed at agricultural, road, rail, and waterway vehicles powered by natural gas to receive funds from the National Fund on Climate Change – a point that has generated resistance among environmentalists. Finally, projects focused on nuclear energy will benefit from the program, as well as nitrogen fertilizers and SAF (Least Impact Aviation Fuel) projects, synthetic fuels, biogas, and technical training programs.

Palavras-chave: Energy transition - Brazil and Mexico - coalitions - institutional change - green hydrogen

Referências bibliográficas

Streeck & Thelen, 2005;
Andreoni and Tregenna, 2020;
Schmidt, 2008;

I Seminário de Sociologia Política – PPGSP – IUPERJ – UCAM
Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Atores Políticos no Século XXI
UCAM-Unidade Ipanema |5, 6 e 7 de novembro de 2025|

Hsueh, 2022;
Streeck & Thelen, 2005,
Mahoney & Thelen, 2010;
Newman, 2016;
Gerschewski, 2021